

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

LEONARDO HONORATO SANTOS

A FLORESTA, A CIDADE E O RIO

uma análise sociosemiótica multimodal do discurso da relação entre a Natureza e a cidade na planta da capital do Departamento do Alto Juruá, do ano de 1906

LEONARDO HONORATO SANTOS

A FLORESTA, A CIDADE E O RIO

uma análise sociossemiótica multimodal do discurso da relação entre a Natureza e a cidade na planta da capital do Departamento do Alto Juruá, do ano de 1906

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Charles Borges Rossi

Linha de pesquisa: Sociedade, seu ambiente e uso sustentado.

Área de pesquisa: Governança ambiental e inovação institucional.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Cruzeiro do Sul - UFAC

S237f Santos, Leonardo Honorato, 1980 -

A floresta, a cidade e o rio: uma análise sociossemiótica multimodal do discurso da relação entre a Natureza e a cidade na planta da capital do Departamento do Alto Juruá, do ano de 1906 / Leonardo Honorato Santos; Orientador: Dr. Charles Borges Rossi. - 2021.

283 f.: il.; 30 cm.

Dissertação – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Cruzeiro do Sul - AC, 2021.

Inclui referências bibliográficas.

1. Análise multimodal do discurso. 2. Semiótica social. 3. Meio ambiente. I. Rossi, Charles Borges. II. Título.

CDD: 338

Bibliotecária: Jéssica Maia Amadio CRB-11º/1009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
Prof.Charles Borges Rossi

ATA DE REUNIÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ao dia 30 do mês de julho de dois mil e vinte e um, iniciada às 14 horas e finalizada às, realizou-se via plataforma virtual Google Meet a sessão pública de defesa da dissertação de mestrado intitulada

“A FLORESTA, A CIDADE E O RIO: UMA ANÁLISE SOCIOSEMIÓTICA DO DISCURSO DA RELAÇÃO ENTRE A NATUREZA E A CIDADE NA PLANTA DA CAPITAL DO DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, DO ANO DE 1906”

de autoria de LEONARDO HONORATO SANTOS, discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, curso de Mestrado, sob orientação do(a) professor(a) Doutor(a) CHARLES BORGES ROSSI. A Banca Examinadora foi presidida pelo(a) orientador(a) e constituída pelos professores Doutor(a) **Gabriela Maria de Oliveira Codinhoto** (PPGLI/Ufac), Doutor(a) **Kleber Andolfato de Oliveira**, Doutor(a) **Ewerton Ortiz Machado** (PPGCA/Ufac). Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, os membros da banca consideraram a qualificação **APROVADA**. Nada mais havendo a tratar, dei por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, **CHARLES BORGES ROSSI**, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Charles Borges Rossi, Professor do Magisterio Superior**, em 11/08/2021, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Maria de Oliveira Codinhoto, Professora do Magisterio Superior**, em 11/08/2021, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kleber Andolfato de Oliveira, Professor do Magisterio Superior**, em 12/08/2021, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ewerton Ortiz Machado, Coordenador**, em 23/08/2021, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **0304260** e o código CRC **BB4434AE**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à generosidade de todos os meus Professores, entre eles a minha mãe Marcia, o meu pai Saint-Clair e a minha esposa Aline.

Agradeço à Universidade Federal do Acre e ao ensino público, gratuito e de qualidade. Agradeço ao Ministério Público do Estado do Acre e, especialmente, à Dra. Kátia Rejane, ao Dr. Celso Gerônimo, à Dra. Patrícia Rêgo e ao Dr. Danilo Lovisaro, pelo inestimável apoio moral e material aos meus estudos. Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Charles Rossi pelo incentivo, colaboração, apoio e fé. Agradeço à coordenação e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela oportunidade e auxílio. Agradeço aos Professores da Banca Examinadora, Prof. Dr. Kleber Andolfato, Profa. Dra. Paula Antunes, Prof. Dr. Ewerton Machado e Profa. Dra. Gabriela Codinhoto pela gentileza, atenção e colaboração. Agradeço ao historiador cruzeirense Antonio Franciney, por ter me apresentado à Planta da Cidade e fornecido material bibliográfico e iconográfico inestimável. Agradeço à Profa. Dra. Célia e à Profa. Dra. Simone, pelo auxílio. Agradeço à Prof. Dra. Fabiana Carles e à Prof. Me. Sabrina Cassol pelo companheirismo, incentivo e apoio. Agradeço à gentileza do Prof. van Leeuwen. Agradeço à Profa. Dra. Andreia Martini e ao Prof. Dr. Marcelo Iglesias pelo compartilhamento de bibliografia e documentos especiais. Agradeço ao Emer pelo empenho na obtenção de bibliografia essencial ao trabalho. Agradeço ao Professor e Artista Sr. Matias, da Tipografia Matias, ao Ateliê Livre de Porto Alegre e à Professora e Artista Miriam Tolpolar pela colaboração incondicional com a pesquisa. Agradeço às colegas de trabalho Alaíne, Maria, Débora e ao Enisson e Orlando, pelo apoio e compreensão. Agradeço a colaboração das alunas do curso de Direito da UFAC – Campus Floresta, Rose e Nalídia. Agradeço à comunidade Software Livre, especialmente aos projetos GNU/Linux Trisquel, Ubuntu, LibreOffice, Firefox, Zotero, GIMP, Wikimedia Commons e tantos outros. Por fim, agradeço a todos aqueles que me receberam em Cruzeiro do Sul e que generosamente compartilharam suas histórias comigo, aumentando a densidade e o volume da minha experiência, em especial Mota e Rociney; Dona Edna; Dr. Alberto, Dr. Belchior, Dr. Heleno e Dr. Walter; Edem, Francisca, Augusto, Erni e Antonio; Seu Antônio de Paula e Ernilson; Isaac, Marcio, Chico Ginú, Domingos e Penúvio; Maqueson e Linda; amigos da União do Vegetal; Darci, João e Rosângela; Seu Manoel; Chico Véio e Kaku; Mesquita, Dilermano, Zé da Vovó, Arlindo, Guido, Dona Idavina e Chiquinho; amigos do Pólo Moveleiro; Dona Antônia, Alberdan, Jonas e Socorro. Não custa nada esclarecer que as pessoas aqui nominadas não possuem nenhuma responsabilidade sobre as minhas conclusões no presente trabalho.

RESUMO

Problemas socioambientais como a poluição, as mudanças climáticas ou a superexploração dos recursos naturais ganham cada vez mais relevância na medida em que passam a trazer consequências para os estilos de vida e de consumo usualmente rotulados de urbanos e não urbanos. Dentro da perspectiva teórica da semiótica social, a linguagem é considerada tanto uma ação humana que expressa a realidade, como também uma ação criadora e, ao mesmo tempo, constituinte dessa mesma realidade. Assim, a cidade compreendida como uma produção humana pode ser tomada como expressão e construção de uma versão da relação entre os seres humanos e a Natureza. Como essa relação toma forma no tempo e no espaço, a interpretação de seu sentido necessita de uma contextualização diacrônica. Dito isso, a urbanização do espaço é uma prática discursiva que também se materializa na Floresta Amazônica, um contexto peculiar para o estudo das relações entre os discursos sobre a cidade e a Natureza. Por sua vez, a cidade de Cruzeiro do Sul toma forma na atual região brasileira conhecida como Alto Juruá, integrante do Estado do Acre. A fundação dessa cidade aconteceu em um contexto belicoso consistente em um conflito armado, entre a Bolívia, o Peru e o Brasil, pela posse do espaço e exploração da borracha sob uma episteme industrial. Esse conflito também envolveu diversos povos indígenas que habitavam/habitam a floresta e que com ela se relacionavam/relacionam sob outras epistemes. Dentro desse contexto de disputas, a cidade de Cruzeiro do Sul é transformada em capital do Departamento do Alto Juruá e seu prefeito nomeado, coronel Thaumaturgo de Azevedo, determina a elaboração de uma planta no ano de 1906, um projeto, para guiar a prática discursiva da transformação da floresta em cidade. Tendo essa planta como objeto, a presente pesquisa procura responder como a relação entre os discursos a respeito da Natureza e da cidade convergem na semântica da articulação da Planta da Cidade de Cruzeiro do Sul. Logo, o seu objetivo geral é interpretar a convergência da relação dos discursos sobre a Natureza e a cidade na planta da cidade de Cruzeiro do Sul, sob a perspectiva teórica da semiótica social. Assim, tendo em mente a concepção de linguagem como expressão e criação da realidade, pode-se afirmar que a planta da cidade, tomada como um texto multimodal, possui essa dupla natureza de representação e construção da realidade e que, portanto, constrói ativamente a citada relação entre os discursos sobre a Natureza e a cidade. O estudo diacrônico da relação entre os citados discursos, no tempo e no espaço, permitiram a interpretação semântica do texto analisado, concluindo-se que a planta é constituída por um particular arranjo de diferentes discursos de ascendência religiosa, militar, científica e industrial, a respeito das concepções sobre a cidade e a Natureza, com diferentes origens espaciais e temporais, invocados para materializar relações sociais de poder e solidariedade como resposta a interesses específicos de seus articuladores, que transformam a floresta em civilização.

Palavras-chave: Análise multimodal do discurso. Semiótica Social. Meio Ambiente. Urbanismo. Amazônia.

ABSTRACT

Social and environmental problems such as pollution, climate change or the overexploitation of natural resources are gaining increasing relevance as they begin to bring consequences for lifestyles and consumption usually labeled as urban and non-urban. Within the theoretical perspective of social semiotics, language is considered both a human action that expresses reality, as well as a creative action and, at the same time, a constituent of that same reality. Thus, the city understood as a human production can be taken as an expression and construction of a version of the relationship between human beings and Nature. As this relationship takes shape in time and space, the interpretation of its meaning needs a diachronic contextualization. That said, the urbanization of space is a discursive practice that also materializes in the Amazon Forest, a peculiar context for the study of the relationship between discourses about the city and Nature. In turn, the city of Cruzeiro do Sul takes shape in the current Brazilian region known as Alto Juruá, part of the State of Acre. The foundation of this city took place in a bellicose context consisting of an armed conflict between Bolivia, Peru and Brazil, for the possession of space and the exploitation of rubber under an industrial episteme. This conflict also involved several indigenous peoples who inhabited/inhabits the forest and who related/relates to it under other epistemes. Within this context of disputes, the city of Cruzeiro do Sul is transformed into the capital of the Alto Juruá Department and its appointed Mayor, Colonel Thaumaturgo de Azevedo, determines the elaboration of a city plan, in the year of 1906, to guide the discursive practice of forest transformation into a town. Having this city plan as its object, this research seeks to answer how the relationship between discourses about Nature and the city converge in the semantics of the articulation of the Cruzeiro do Sul city plan. Therefore, its general objective is to interpret the convergence of the relationship of discourses about Nature and the city in the 1906's plan of the city of Cruzeiro do Sul, under the theoretical perspective of social semiotics. Thus, bearing in mind the concept of language as an expression and creation of reality, it can be said that the city plan, taken as a multimodal text, has this dual nature of representation and construction of reality and, therefore, actively builds the mentioned relationship between discourses about Nature and the city. The diachronic study of the relationship between the aforementioned discourses, in time and space, allowed the semantic interpretation of the analyzed text, concluding that the plan is constituted by a particular arrangement of different discourses of religious, military, scientific and industrial ancestry, in respect for the conceptions about the city and Nature, with different spatial and temporal origins, invoked to materialize social relations of power and solidarity as a response to the specific interests of its articulators, transforming the forest into civilization.

Keywords: Multimodal discourse analysis. Social Semiotics. Environment. Urbanism. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Nuvem de palavras.....	15
Figura 02 – Fluxograma.....	27
Figura 03 – Fotografia da cidade de Cruzeiro do Sul.....	38
Figura 04 – Anúncios do jornal “O Cruzeiro do Sul”.....	42
Figura 05 – Território do Acre.....	57
Figura 06 – Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes.....	57
Figura 07 – Prisão de jagunços pela cavalaria.....	67
Figura 08 – Foto de indígenas.....	68
Figura 09 – Planta Geral da Cidade de Minas.....	70
Figura 10 – Mapa do rio Juruá.....	76
Figura 11 – Planta da cidade do Cruzeiro do Sul.....	87
Figura 12 – Kouros equestre.....	94
Figura 13 – Plano de Timgad.....	97
Figura 14 – O mapa Psalter.....	101
Figura 15 – Sacra di San Michelle.....	103
Figura 16 – Roma.....	105
Figura 17 – Olissippo quae nunc Lisboa.....	108
Figura 18 – Opere di Galileu Galilei.....	111
Figura 19 – Fragmentariedade hierárquica.....	114
Figura 20 – Planta da Praça de N ^a S ^a dos Prazeres.....	116
Figura 21 – Planta topográfica da cidade de Lisboa.....	120
Figura 22 – Dolly’s Death Mask.....	122
Figura 23 – A Philosopher Lecturing on the Orrery.....	123
Figura 24 – Iron and Coal.....	126
Figura 25 – Manchester From Kersal Moor after William Wyld.....	128
Figura 26 – Sanitary & Topographical Map of the City and Island of New York.....	130
Figura 27 – Cortejo solene dos Tucuna.....	136
Figura 28 – Descrição dos Rios Para Curupa e Amazonas.....	140
Figura 29 – Plano projectico de um novo estabelecimento de Índios da Nação Caiapó.....	141
Figura 30 – Prospecto da Fortaleza de Rio Negro.....	143
Figura 31 – Templo Jesuíta em ruínas no Pará.....	144

Figura 32 – Planta geometrica da cidade de Belém do Gram Pará.....	147
Figura 33 – Planta de São José de Macapá, em 1761.....	148
Figura 34 – Família Imperial Brasileira.....	149
Figura 35 – Santa Maria de Belém do Grão Pará.....	150
Figura 36 – Ancoradouro. Rio Negro.....	151
Figura 37 – Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manaos.....	152
Figura 38 – Manaus, Rua do Thesouro.....	153
Figura 39 – L'intérieur du canot.....	156
Figura 40 – Seringaes á venda.....	160
Figura 41 – Barracão Triumpho.....	162
Figura 42 – Esboço da região litigiosa Perú-Boliviana.....	163
Figura 43 – Carta Geographica do Territorio do Acre.....	166
Figura 44 – Departamento do Alto Juruá.....	168
Figura 45 – Retrato do Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.....	170
Figura 46 – Limpeza das ruas.....	174
Figura 47 – Edital da Prefeitura do Alto Juruá.....	175
Figura 48 – Participantes representados da Planta.....	181
Figura 49 – Cabeçalho da Planta da cidade do Cruzeiro do Sul.....	182
Figura 50 – Moldura da Planta da cidade do Cruzeiro do Sul.....	187
Figura 51 – Projeto da planta da cidade do Cruzeiro do Sul.....	191
Figura 52 – O Metacruzeiro.....	201
Figura 53 – Zona Suburbana.....	203
Figura 54 – Zona Rural.....	204
Figura 55 – Levantamento dos rios Juruá e Môa.....	205
Figura 56 – Usina de Electricidade e Typographia d'O Cruzeiro.....	211
Figura 57 – Uma parte da cidade.....	212
Figura 58 – Igarapé do Cruzeiro.....	213
Figura 59 – Fórum e Biblioteca Escola e Depósito da Prefeitura.....	216
Figura 60 – A cobra do Remanso.....	226
Figura 61 – Moldura Galileana.....	233
Figura 62 – Portal da cidade.....	241
Figura 63 – Quadras e lotes.....	243
Figura 64 – O Cruzeiro moderno.....	246
Figura 65 – Granulação.....	258

Figura 66 – Arco e cornija.....	260
Figura 67 – Controle de qualidade.....	261

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A SEMIÓTICA SOCIAL E A NATUREZA.....	22
1.1 A natureza semântica da semiótica social.....	26
1.2 Contexto social e relações de poder e solidariedade.....	31
1.3 Modos e Multimodalidade.....	40
1.4 História, diacronia e transformação.....	44
2. A NATUREZA DA ANÁLISE MULTIMODAL DO DISCURSO.....	49
2.1 Discurso.....	52
2.2 Design.....	58
2.3 A gramática do design visual como um recurso semântico.....	62
2.3.1 Metafunção ideacional.....	64
2.3.2 Metafunção interpessoal.....	70
2.3.3 Metafunção textual.....	76
2.4 Produção.....	78
2.5 Distribuição.....	83
3. ANÁLISE DO DISCURSO DA PLANTA DA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL DO ANO DE 1906.....	86
3.1 O estrato do discurso.....	88
3.1.1 Discursos sobre a Natureza e a natureza da cidade.....	88
3.1.2 Discursos Amazônicos e a sua urbanização.....	134
3.1.3 Discursos da fundação da cidade do Cruzeiro do Sul.....	156
3.2 O estrato do design.....	178
3.2.1 A planta e a metafunção ideacional.....	179
3.2.2 A planta e a metafunção interpessoal.....	208
3.2.3 A planta e a metafunção textual.....	227
3.3 Os estratos da produção e distribuição.....	249
3.3.1 Mídias, substâncias e ferramentas.....	250
3.3.2 O recurso da proveniência e a semântica da distribuição.....	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	272

INTRODUÇÃO

No presente e já há algum tempo, o estilo de vida moderno e sua ação sobre a Natureza tem causado perda da biodiversidade, poluição, tensões sociais e intergeracionais, sentidos que podem ser abrangidos pela expressão “degradação ambiental” como sinônimo da diminuição da qualidade de vida para os seres da Natureza, aí incluídos o tipo humano. “Dentro de um microssegundo de um tempo histórico a raça humana passou de credor a devedor, tirando da terra mais do que coloca nela; e nós estamos esgotando esses recursos muito rapidamente.”¹ (HALLIDAY, 2001, p. 191). As megacidades modernas podem ser tomadas como ícones das ontologias que separam o homem e a Natureza, pois o meio ambiente urbano é frequentemente caracterizado como um produto exclusivamente cultural, desconectado do meio ambiente natural. Onde há cidade, não há floresta.

Entretanto, Natureza é uma palavra polissêmica e é frequentemente utilizada em diversos contextos aparentemente desconexos, o que exige um estudo criterioso a respeito dos diferentes sentidos atribuídos a ela, em diferentes tempos e espaços. Em síntese, essa palavra se refere tanto à Natureza como um conjunto de todos os seres, como à natureza que expressa a substância particular de um ser². O seu sentido particular como a substância de um ser tem uma origem animista e vitalista, eis que a palavra *natura* está conectada com a raiz *nasci*, que remete a ideia de fazer nascer, de originalidade. A Natureza como mãe ou organismo tem um sentido que deriva dessa ideia de nascimento. O nascimento do indivíduo, *natio*, é o evento que lhe confere a vida e, ao mesmo tempo, sua natureza individual e sua naturalidade espacial. Portanto, possuir uma natureza é estar vivo e daí decorre o animismo dos substantivos como rios, pedras e árvores. A palavra *nação* igualmente remete a esse sentido de nascimento, mas que inclui ao mesmo tempo sentidos ancestrais e coletivos, a terra dos pais, a *patria*. “E, como a *nação* é o conjunto dos humanos que dão à vida, também a Natureza é ainda esse grande ser vivo através de quem cada ser existe.” (LENOBLE,

1 *Within a microsecond of historical time the human race has turned from net creditor to net debtor, taking out of the earth more than we put in; and we are using up these resources very fast.*

2 Esta diferenciação ortográfica e semântica será utilizada durante todo o trabalho.

1990, p. 193). Desse modo, percebe-se que os conceitos de Mãe Natureza e Pátria possuem sentidos cosmológicos e sociais paralelos.

A Natureza como um coletivo de seres animados é, duplamente, um produto da consciência, pois se atribui consciência a todos os outros, que são vistos com a própria consciência. Na medida que perspectivas animistas concebem todos os elementos da Natureza como dotados de consciência, esses conceitos permitem a compreensão da Natureza como um grande organismo, uma Mãe. Entretanto, longe da sujeição ao acaso, a Natureza animista se sujeita às leis daquilo que se chama de magia, que governa tanto os seres como as coisas, e a má ou boa sorte se caracteriza como uma atualização da sua causalidade. Com Aristóteles, o interesse passou da contemplação do aspecto geral da Natureza para o singular, de modo que as coisas são por sua própria natureza, multiplicando-se os objetos de estudo. Entretanto, suas observações se restringiram ao mundo sublunar. O cristianismo foi a ontologia que colocou o homem fora e acima da Natureza, dentro de uma causalidade divina, mágica. Por sua vez, a divindade dos astros, cujo círculo se tornou o símbolo de sua perfeição, foi desafiada não só por Copérnico, mas especialmente por Galileu, que colocou a Terra e o Céu sob a mesma Natureza objetiva que é regida por leis matemáticas e que agora independem da vontade humana ou divina, da magia. A seu turno, a ideia de Natureza primitiva surge com a noção de uma racionalidade evolucionista que domina a Natureza objetiva e que se desenrola em um tempo linear, concebendo-a como um mecanismo. Quando o racionalismo científico inverte essa metafísica e passa a extrair as leis da Natureza a partir das quantificações objetivas sobre a natureza de objetos particulares, ganha ênfase a condição relacional da Natureza como um conjunto de causas e efeitos recíprocos (CASSIRER, 1992; LENOBLE, 1990).

Por outro lado, se é espinhoso falar em uma relação de precedência, é possível afirmar que esses discursos sobre as naturezas são indissociáveis das epistemologias a elas associadas, aqui incluídas o racionalismo, a afetividade, a moral, a ética, a estética, a política, a economia, as artes, a arquitetura, o urbanismo. Se, no presente, o primeiro sentido de lei que vem à memória é a de um comando que restringe a liberdade, a Natureza concebida como um conjunto regido por leis em

Aristóteles traz consigo a ideia de libertação das obras do acaso. Sob esta perspectiva, a organização da cidade sob leis traz a liberdade do cidadão quando o afasta do medo do acaso e permite que ela atinja a sua finalidade, tida como a realização do bem, ao mesmo tempo em que partilha de um destino comum com a Natureza. O discurso cristão a respeito da Natureza, como um conjunto de coisas e seres produto de uma obra divina, no qual a humanidade se localiza fora e acima, inicia a dualidade entre a cidade e a Natureza, na medida em que esta é criada para servir àquela, sem, no entanto, dividirem um destino comum. Posteriormente, o paralelismo entre lei e liberdade surge novamente com o Leviatã, agora apoiado sobre um racionalismo científico determinista que rege a Natureza e a natureza humana que dela volta a fazer parte, inaugurando o urbanismo absolutista, que adota uma forma hierárquica. Por sua vez, a revolta francesa contra esse mesmo absolutismo também se baseia na ideia de liberdade, mas que agora se associa a uma Natureza horizontal que é regida por leis de causas e efeitos recíprocos. Aqui, a cidade se constitui como um fato que toma a forma das epistemologias industriais decorrentes das ideias de liberdade, igualdade e do tecnicismo científico (CASSIRER, 1992; KOSTOF; TOBIAS, 2017; LENOBLE, 1990; MUMFORD, 1961).

Com exceção das ontologias animistas sobre a Natureza, pode-se afirmar que todos esses discursos de raiz ocidental têm como fundamento a distinção entre as materialidades que surgem de forma espontânea, naturalmente, daquelas que advém da ação humana consciente como produtos culturais. Portanto, mesmo entre as diferentes ontologias, é concebida uma única Natureza e uma multiplicidade de culturas que atuam sobre ela, atribuindo-lhe diferentes sentidos no tempo e no espaço. Desse modo, quando se inquire sobre a semântica que a forma da cidade assume como um produto cultural, faz-se necessário uma investigação que leve em consideração o contexto social/cultural que motivou a opção por uma forma em detrimento de outra. Nessa linha, não é possível afirmar que os chamados “planos orgânicos” de cidades, aos quais se atribui uma forma natural, a tenham adquirido independentemente da vontade humana consciente. Para complementar o raciocínio, cita-se como exemplo o plano ortogonal, que foi igualmente adotado pelos egípcios, gregos, romanos, cristãos,

monarquistas e republicanos com a mesma forma e diferentes propósitos e sentidos (HALLIDAY, 1978; KOSTOF; TOBIAS, 2017; KRESS; LEEUWEN, 2010; LENOBLE, 1990; VIVEIROS DE CASTRO, 2007).

A seu turno, a floresta amazônica e suas populações tradicionais são um ícone moderno do meio ambiente natural, prístino. A exuberância da floresta, sua biodiversidade e populações tradicionais integram um imaginário distante e separado dos grandes centros urbanos. Nessa conjuntura, urbe e floresta são substantivos frequentemente relacionados como antônimos dentro dessa dicotomia entre Natureza e cultura. Apesar da suposta dicotomia epistemológica, a convivência humana em cidades também é um fenômeno amazônico. Se para a metafísica ameríndia o significado de cidade pode ser o mesmo daquele ocidental, a diferença entre eles residirá no seu referente, na sua natureza. Portanto, a cidade ameríndia, para o ameríndio, não se estabelece como um substantivo, mas como um pronome, como uma relação entre diferentes Naturezas que guiam as epistemologias delas decorrentes. Por sua vez, a cidade como um substantivo surge na Amazônia quando ela mesma é substantivada, nomeada, no tempo das grandes navegações ibéricas. É a partir desse momento que acontece um confronto discursivo, ontológico, entre Naturezas, Natureza e naturezas (CARVAJAL; ROJAS; ACUÑA, 1941; DELSON, 1998; LENOBLE, 1990; SANTOS, 2019; SMITH, 1990; VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

A seu turno, o espaço, que hoje é conhecido como Estado do Acre, foi anexado ao Brasil após um conflito armado envolvendo os países do Brasil, Perú, Bolívia e populações indígenas. A atual cidade de Cruzeiro do Sul – AC foi fundada no ano de 1904, tornando-se sede do Departamento do Alto Juruá no território recém-integrado à pátria brasileira. Além de seu contexto histórico, outra característica peculiar dessa cidade é sua localização geográfica. Inserida no contexto amazônico, a cidade de Cruzeiro do Sul é um produto cultural que toma forma no tempo e no espaço amazônico por meio da ação humana. A sua fundação não foi obra do acaso, natural, mas uma ação humana consciente que se desenrolou dentro de um contexto específico de conflito que envolveu conquistas militares, comerciais e discursivas. Após a sua fundação, o prefeito nomeado pelo Governo Federal, o coronel Gregório Thaumaturgo

O primeiro objetivo específico, a explicação da planta objeto da pesquisa como um texto passível de análise sob a teoria da semiótica social, é abordado nas duas primeiras seções. Nelas são explicadas as premissas teóricas e metodológicas adotadas na dissertação para a análise dos objetos de pesquisa, elaboradas com uma integração das obras sobre a semiótica social, análise do discurso e gramáticas semânticas de Halliday (1978), Halliday e Matthiessen (2004), Hodge e Kress (1988), Kress e Leeuwen (2001) e Kress e Leeuwen (2010). A explicação da base ontológica da teoria sociosemiótica tem como ponto de partida a obra “Semiótica Social” de Hodge e Kress (1988). Ela, por sua vez, é inspirada na obra de Halliday, “Linguagem como semiótica social: a interpretação social da linguagem e do sentido” (1978), que também é utilizada na dissertação dentro desse objetivo específico. O percurso metodológico é fruto da destilação convergente das obras citadas.

O ponto chave é a concepção de linguagem adotada pela teoria, que se distingue daquela adotada pela perspectiva tradicional, com origens no estruturalismo Saussureano. A corrente social deriva da tradição etnográfica, que rejeita a distinção entre o real e o ideal e define a gramática e os modos como recursos para produção de sentido. Ela dá ênfase aos processos sociais, e não aos mentais, do ato comunicativo, pois o sistema semântico deriva do sistema cultural. Como consequência, outra distinção importante é a incorporação, pela teoria, do sistema social e suas relações de poder e solidariedade, bem como de sua dimensão diacrônica como pressupostos do sistema semântico (HALLIDAY, 1978; HODGE; KRESS, 1988).

Ao descrever os contornos de sua teoria, Halliday (1978) priorizou os modos escrita e oral. Hodge e Kress (1988), por sua vez, tomam essas ideias como ponto de partida, estendendo os pressupostos teóricos para todos os modos de signos semióticos, como gestos, imagens e arquitetura, trazendo então a noção de multimodalidade. A combinação do conteúdo e de sua materialização em um arranjo composto por diversos modos, pensados como recursos semióticos, dentro de uma prática comunicativa é denominado de texto. Dessa maneira, a “Planta da cidade de Cruzeiro do Sul” se caracteriza como um texto multimodal, pois além da escrita, o seu arranjo também é composto pelos modos desenho e fotografia. Igualmente, os teóricos

assumem que o sentido das práticas comunicacionais entre os atores deriva do ambiente natural e social. Por isso, acrescentam que as escolhas semióticas dos produtores dos textos decorrem de seus interesses, que são orientados por relações de poder e solidariedade decorrentes dos sistemas de organização social que os atores integram e dos recursos materiais disponíveis no momento da articulação. Como o ato comunicativo não ocorre somente do ponto de vista do produtor, a interpretação do texto também se constitui como uma ação humana consciente que leva em conta o conhecimento do intérprete a respeito do conteúdo e da expressão do texto, bem como das circunstâncias que cercam a comunicação. Aqui se justifica a adoção do verbo “interpretar” no objetivo geral, pois é esta a posição assumida pelo pesquisador em relação ao seu objeto dentro da moldura teórica adotada. Embora essa posição do intérprete possa sugerir a adoção de uma narrativa em primeira pessoa, a aparente impessoalidade do texto se caracteriza como um reconhecimento da existência dependente do autor (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Avançando na proposta teórica da semiótica social como uma abordagem semântica, Kress e Leeuwen (2001) acrescentam que o sentido de um texto não pode ser interpretado somente levando em conta a sua materialidade e sua relação com o contexto. Esse sentido surge dentro de uma prática comunicativa concreta que envolve os recursos semióticos disponíveis e pertinentes a uma determinada prática social específica. Portanto, propõe que a prática comunicativa possui quatro estratos semânticos não hierárquicos entre si: o discurso, o design, a produção e a distribuição, sendo que eles derivam de uma estratificação binária básica composta pelo conteúdo (abstrato) e a expressão (material).

O discurso se insere dentro da dimensão do conteúdo da prática comunicativa e é definido como o conjunto de “[...] conhecimentos socialmente construídos sobre (algum aspecto) da realidade.”³ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 4). No estrato do discurso, possui relevância para a pesquisa o conceito de ideologia proposto pelos autores, definida como um arranjo particular de discursos que compõe um texto.

3 [...] socially constructed knowledges of (some aspect of) reality.

Já o design “[...] se localiza entre o conteúdo e a expressão [...]”⁴ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 5) e se constitui como um meio para a materialização do discurso. Por sua vez, a produção e distribuição integram a dimensão da expressão da prática comunicativa. A produção é a materialização do texto em mídias específicas e a distribuição compreende a forma de mediação entre o articulador e o intérprete da mensagem. Todas elas adicionam uma camada semântica ao texto e contribuem para a construção do seu sentido (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Dentro da perspectiva sociosemiótica, as gramáticas são compreendidas não como prescrições, mas como um recurso para expressão da experiência e como forma de interação social. Elas se inserem dentro do estrato do design, que ganha complexidade a depender do modo articulado e de sua disponibilidade sintática (escrita, fala, dança, imagem). Como a presente pesquisa busca a interpretação do sentido da Planta da cidade de Cruzeiro do Sul, ela adota a “Gramática do Design Visual” de Kress e Leeuwen (2010) como ferramenta teórica para o estudo das imagens selecionadas porque aprofunda e especifica a análise do estrato do design, fornecendo criteriosa moldura de aferição das possibilidades semióticas da comunicação visual e *insights* fundamentais para a análise do discurso, para a interpretação semântica.

A análise da planta da cidade de Cruzeiro do Sul se inicia na terceira seção da dissertação e compreende o segundo e terceiro objetivos específicos. Como a teoria inclui a dimensão temporal como mais uma camada semântica, exige-se um estudo diacrônico em todos os estratos. Além disso, para uma caracterização do contexto, faz-se necessário a análise paradigmática, trazendo para a discussão aquilo que poderia ter sido dito e não foi. As dimensões diacrônica e paradigmática, tomadas como uma contextualização histórica transformacional, foram privilegiadas na análise do estrato do discurso, que é compreendido como a versão da realidade articulada no texto. Essas definições permitiram um estudo comparativo das ontologias sobre a relação entre a Natureza e a cidade no tempo. Sob a dimensão espacial, essa análise se inicia com o estudo dos discursos europeus, tomando por base essencialmente os trabalhos de Lenoble (1990), Cassirer (1992), Mumford (1961) e Kostof e Tobias (2017). Para a

4 [...] stands midway between content and expression.

relação entre os discursos de cidade e natureza no contexto amazônico utilizou-se a obra de Viveiros de Castro (2007) para as ontologias ameríndias como paradigma, bem como dos discursos urbanísticos na Amazônia evidenciados nas obras de Delson (1998), Araújo (1998), Vicentini (2004), Becker (2013) e Souza (2019), e também os relatos dos viajantes Carvajal, Roja e Acuña (1941) e La Condamine (2000). A história do processo de incorporação da região do Alto Juruá pelo Estado brasileiro fez uso do trabalho dos historiadores Castelo Branco (1947, 1950, 1959, 2005), Craveiro Costa (1940), Tocantins (1961a), dos relatórios da “Comissão de limites Brasil-Perú” elaborados por Euclides da Cunha (2000) e Belarmino Mendonça (1989), dos relatórios da expedição naturalista de Chandless (1869), das edições do ano de 1906 do jornal “O Cruzeiro do Sul”, do Decreto nº 24, de 28 de dezembro de 1905, que promulga o Código de Posturas da Capital do Departamento e dos relatórios semestrais dos anos de 1905 e 1906 do prefeito do Departamento do Alto Juruá, o coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, além da própria planta da cidade. Essa dimensão diacrônica é tratada dentro da perspectiva histórica transformacional proposta pelos teóricos, que procura incluir tanto as rupturas como as continuidades semânticas no tempo e no espaço.

A seu turno, a organização interna dos modos empregados, a relação entre eles dentro do arranjo e a relação entre o articulador e o intérprete são estudadas dentro do estrato do design. A análise da planta da cidade demonstra os diferentes modos eleitos para compor o seu arranjo, notando-se o emprego do modo escrita, do modo fotografia e do modo desenho na composição. Essas combinações realizam os discursos e suas combinações ideológicas guiadas pelas práticas sociais e pelos interesses dos produtores do texto por meio da eleição e arranjo desses modos. Para a análise do design da planta da cidade foram utilizadas as gramáticas do design visual de Kress e Leeuwen (2010) e a gramática funcional de Halliday e Matthiessen (2004), que permitem a integração com os demais estratos, juntamente à ênfase das relações de poder e solidariedade do texto, caracterizadas como outra dimensão do contexto social que integra a semântica. Tal análise foi organizada de maneira a atender as três metafunções da linguagem estabelecidas dentro da proposta teórica. A diacronia do

estrato do design, especificamente, teve inspiração nas obras de Kostof e Tobias (2017), Mumford (1961), Delson (1998), e Araújo (1998).

Tendo o design como guia, nos estratos da produção e da distribuição são analisadas a materialidade dos processos tecnológicos de produção, as mídias empregadas nesse processo, as ferramentas e as substâncias de gravação e os instrumentos de mediação entre o articulador e o intérprete da planta da cidade. A história das mídias, substâncias e ferramentas de produção teve por base os trabalhos Basbanes (2014), Hunter (1978), Ferreira (1994), Cardoso (2008), Andrade (2005), Rosenblum (1997), Rezende (2005) e McLuhan e Fiore (1967). Sobre a planta da cidade especificamente, foram consultados os professores e artistas Matias de Almeida (2021) e Miriam Tolpolar (2021) e os trabalhos de Gascoine (2004) e Faria (2020). O que se busca nessa subseção são os dados históricos e técnicos que permitem o estudo das disponibilidades semióticas das mídias que, por sua vez, agregam mais uma camada de sentido à planta da cidade.

Como não há hierarquia entre os estratos do discurso, design, produção e distribuição, é importante ressaltar que a sua semântica emana unificada da materialização do texto. A sua separação da análise no texto da dissertação tem a finalidade de guiar o leitor pela moldura teórica adotada, sem deixar de transparecer a permeabilidade que existe entre eles. Nessa linha, sempre que possível, buscou-se a ruptura da lógica sequencial do modo escrita, que dispõe seus elementos no tempo, para incluir imagens que obedecem a uma lógica espacial. Embora as imagens surjam entre o texto escrito, procurou-se exceder a natureza tradicional de mera ilustração, aproveitando-se de suas potencialidades espaciais como parte da composição do sentido da dissertação.

Outras pesquisas já abordaram a temática da relação entre a cidade e a Natureza, sob diversas perspectivas teóricas. A cidade inserida no contexto amazônico também é temática recorrente. Fazendo justiça à imensidão amazônica, a autora Ana Pizarro (2012) levanta no tempo a pluralidade discursiva dos diversos atores do espaço em questão, em oposição ao discurso da modernidade. Sob uma perspectiva teórica antropológica, Hoelle (2015) retrata a cultura da criação do gado na região de Rio

Branco – Acre, fornecendo outra perspectiva à dicotomia entre a floresta e a modernidade.

Sobre a temática da cidade em seu contexto amazônico, existem os trabalhos de Vicentini (2004), sob uma perspectiva urbanística, e de Becker (2013), sob uma perspectiva econômica, que retratam o processo histórico de constituição das cidades na Amazônia brasileira e as relações delas com a floresta. Sob uma perspectiva sociológica, Castro (2009) aborda a cidade na floresta amazônica de maneira diacrônica e transfronteiriça. Sob um enfoque econômico e sociológico, Nunes (2009) explora a dicotomia do urbano e do rural nessa mesma região.

Dentro do contexto da Amazônia acriana, sob a perspectiva histórica pós-estruturalista de Foucault, Souza (2002) analisa a política urbanista modernista implementada na cidade de Rio Branco – Acre, em 1920. Sob a lente teórica da história social, Albuquerque (2015) lança o olhar sobre a história do urbanismo da cidade de Rio Branco, sua literatura e suas ontologias e sua relação com os rios e igarapés. Em outra análise sobre a dinâmica urbana da cidade de Rio Branco e suas ontologias, Albuquerque (2016a) toma o prédio do Mercado Público como objeto de análise e ressalta as dicotomias entre o moderno e o não moderno. Por sua vez, Brugnara (2018) aborda a dicotomia cidade e floresta na região da cidade de Rio Branco.

Especificamente sobre a cidade de Cruzeiro do Sul – AC, encontram-se obras de enfoque histórico factual, geográfico, econômico e iconográfico (ARAUJO, 2016; CRUZEIRO DO SUL; UFAC, 1994; LIMA, 2015). Pensando nos diferentes trabalhos sobre a temática, vê-se que nenhum deles adota como objeto de pesquisa as circunstâncias históricas e sociais específicas da cidade de Cruzeiro do Sul. Em especial, a planta da cidade, que, embora citada em alguns trabalhos (ALBUQUERQUE, 2016b; COSTA; AMORIM, 2007; LIMA, 2015), não foi objeto de análise minuciosa. Ainda, a perspectiva teórica adotada na presente pesquisa, a semiótica social, também não foi utilizada para analisar os discursos da relação entre a cidade e a Natureza, tampouco a planta objeto da pesquisa.

Sobre a dissertação, portanto, pode-se afirmar que ela segue o discurso da teoria sociossemiótica. Seu design obedece às regras do Programa de Pós-graduação

em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre (UFAC) – Campus Floresta e da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em integração com a moldura teórico-metodológica. A sua produção digital fez uso do Sistema Operacional Livre Trisquel GNU/Linux e dos Softwares Livres LibreOffice, Zotero, GIMP e Firefox, essencialmente. A distribuição digitalizada pela internet de uma grande parte das fontes utilizadas foi indispensável para a produção do trabalho. Como consequência, a sua própria distribuição também se dá de maneira digital, mas há também versões impressas.

Por fim, o intérprete interessado nos aspectos analíticos da planta da cidade pode iniciar a leitura do trabalho diretamente pela terceira seção em razão da sucinta retomada dos aspectos teóricos. Entretanto, as minúcias traduzem com honestidade o caminho teórico e metodológico percorrido para se chegar às conclusões do presente texto. Espera-se que este texto seja benéfico a todas as *Nnaturezas*.

1. A SEMIÓTICA SOCIAL E A NATUREZA

O processo de construção cosmológica humana faz uso de um sistema chamado genericamente de linguagem, por meio do qual cada integrante desse grupo pensa, age e interage com pessoas e coisas que constituem essa microrrealidade. A expressão “linguagem natural” é apta para designá-la não como uma criação tecnológica humana, mas como algo que constitui a natureza do ser humano. Ela é natural no sentido da concepção de Sapir e Whorf, a qual afirma que não é possível o conhecimento sem linguagem, de maneira que as ontologias e epistemologias, as práticas discursivas que permeiam as relações sociais não surgem antes de sua expressão semiótica, no contato entre o material e o simbólico. Dessa maneira, essa atividade semiótica constrói “as duas ordens macrocósmicas da qual fazemos parte: a ordem social e a ordem natural.”⁵ (HALLIDAY; MARTIN, 2005, p. 117). Como exemplo, a comunicação maternal não se preocupa em conhecer ou pensar a Natureza, mas com o propósito da maternidade. Mesmo assim, ela constrói ativamente o sistema social no qual o infante ingressa a partir de seu nascimento, sem fazer nenhuma menção ao sistema referencial da linguagem, os valores, papéis e legitimações sociais. Dentro da

5 [...] *the two macrocosmic orders of which we ourselves are a part: the social order, and the natural order.*

moldura do exemplo, a mãe desempenha esse papel com mudanças no nível gramatical e não na superfície abrangida pelo léxico. Como paradigma à ordem social, a linguagem como criação da ordem natural, tida como um conjunto de eventos e coisas, traz à evidência sua função referencial. Contudo, “a nossa realidade não é algo pronto e aguardando para ser significado – ela tem que ser ativamente construída; e a linguagem evoluiu no processo de, e como agente de, sua construção.”⁶ (HALLIDAY, 2001, p. 179).

Desse modo, na medida em que as concepções sobre a Natureza sofrem transformações drásticas, o sistema linguístico é forçado ao limite sem, no entanto, ser substituído por outro. O ponto é que essa transformação do sistema linguístico como resposta à mudança não é uma característica incidental reativa, mas uma condição de existência da linguagem como um sistema pois, do contrário, a comunicação seria impossível. Segue que a constatação da variação estatística da linguagem não permite prever o que será dito se todas as variáveis forem conhecidas, pois “a variação na linguagem não é uma limitação do observador; ela é uma característica do sistema, e portanto o comportamento estatisticamente definido das micropartículas da linguagem [...] pode induzir o sistema à mudança.”⁷ (HALLIDAY; MARTIN, 2005, p. 120).

Assim, é possível definir os sistemas sociossemióticos como “sistemas dinâmicos abertos”, no sentido de que

[...] possuem a propriedade de serem metaestáveis: isto é, eles persistem somente por meio da mudança constante; e essa mudança toma forma por meio de intercâmbios interacionais com o seu ambiente. No curso de tal interação, o sistema exporta desordem. E no processo de exportar desordem, e portanto aumentando a entropia de seu ambiente, o sistema renova a ele mesmo, ganha informação, importa, ou melhor, cria ordem e desse modo continua a funcionar. O sistema existe somente porque é aberto. Mas já não é

6 [...] our 'reality' is not something readymade and waiting to be meant - it has to be actively construed; and that language evolved in the process of, and as the agency of, its construal.

7 [...] variability in language is not a limitation of the observer; it is a feature of the system, and hence the statistically defined behaviour of the micro particles of language [...] can induce the system to change.

mais ele mesmo; pois em tal sistema, o estado de ser é de um constante devir.⁸
(HALLIDAY; MARTIN, 2005, p. 121)

Por isso, o processo de criação semântica, “semogênese”, deve ser compreendido dentro de seu contexto histórico, mas não como uma simples relação causal derivativa. Dentro dessa perspectiva teórica, a ‘representação’ é definida tanto como uma ação, como uma apresentação refeita de uma natureza que existe (que foi criada) previamente no tempo e também como parte da própria Natureza. A mudança que decorre da relação entre o sistema semiótico e sua instanciação é uma função das condições materiais e sociais nas quais o ato comunicativo se insere. Por sua vez, essa propriedade metaestável permite a identificação de gramáticas como recursos semânticos em contraposição à sua natureza normativa (HALLIDAY; MARTIN, 2005). É a partir desse ponto de vista que se define esse ato comunicativo, o discurso genericamente considerado, como possuidor de duas dimensões, o seu conteúdo como parte ideal, e a expressão como parte material. A recursividade entre os estratos do discurso, design, produção e distribuição propostos por Kress e Leeuwen (2001) tem como fundamento as duas dimensões citadas e constituem aquilo que Halliday chama de metarredundância. Os estratos do discurso e do design derivam da dimensão do conteúdo e os estratos da produção e distribuição derivam da dimensão da expressão. As versões da realidade invocadas no estrato do discurso redundam no estrato do design, que por sua vez redundam nos estratos da produção e distribuição.

Em outras palavras, a linguagem faz parte da natureza humana, mas o sistema linguístico surge no indivíduo por meio de uma constante troca semântica com outros seres significantes. Ao mesmo tempo em que se aprende a linguagem, se aprende sobre o mundo material à sua volta. “A construção da realidade é inseparável da construção do sistema semântico na qual a realidade é codificada. Nesse sentido, a

8 [...] have the property that they are metastable: that is, they persist only through constant change; and this change takes place through interactive exchanges with their environment. In the course of such interaction, the system exports disorder; and in the process of exporting disorder, and so increasing the entropy of its environment, the system renews itself, gains information, imports or rather creates order and in this way continues to function. The system exists only because it is open. But it is now no longer itself; for such a system, the state of being is one of constant becoming.

linguagem é um compartilhamento de potenciais semânticos [...]”⁹ (HALLIDAY, 1978, p. 2), onde os signos se entrelaçam com o contexto social específico. Ela não somente expressa a estrutura social, mas simboliza dinamicamente o sistema social e suas transformações representadas pela cultura. As funções de expressar e a de simbolizar atuam na relação entre a linguagem e o contexto social, onde ela facilita a troca semântica e também auxilia a constituir ela mesma um ambiente próprio, uma maneira de organizar o mundo, ideacional. A “[...] linguagem é ao mesmo tempo parte da realidade, uma modeladora da realidade, e uma metáfora para a realidade.”¹⁰ (HALLIDAY, 2001, p. 180). O contexto, por sua vez, auxilia na determinação do que será comunicado, ao mesmo tempo em que o que é comunicado interfere no contexto (HALLIDAY, 1978).

A proposta dessa abordagem teórica é o estudo da linguagem como um instrumento que é utilizado para um fim e não seu estudo como um sistema autocontido. Ela aborda a linguagem pelo seu exterior, do ponto de vista da ordem social. Quanto mais específico o contexto, maior o “efeito moderador” de uma única ação semiótica do articulador, pensando nas probabilidades possíveis dentro de um sistema dinâmico aberto. De outro modo, quanto mais específico o contexto, maior é a sua influência sobre a constituição da Natureza desse contexto, transformando um efeito quantitativo em qualitativo (HALLIDAY; MARTIN, 2005).

O que é necessário ressaltar é que a linguagem, como um sistema dinâmico aberto, é um sistema humano onde o indivíduo é compreendido em uma perspectiva social, por meio do papel que a linguagem exerce em seu desenvolvimento. O indivíduo biológico está fadado a se tornar um ser social e atinge este *status*, principalmente, por meio da linguagem. É ela que transforma esse indivíduo biológico em um ser que, por sua vez, também é parte de um grupo social. E aquele que é parte de um grupo tem o seu papel definido por meio da linguagem, transformando-se de indivíduo em pessoa social. Portanto, em vez de olhar para o grupo como uma derivação dos indivíduos

9 [...] *the construal of reality is inseparable from the construal of the semantic system in which the reality is encoded.*

10 [...] *language is at the same time a part of reality, a shaper of reality, and a metaphor for reality.*

biológicos, esta perspectiva explica a natureza do indivíduo como uma derivação de sua participação no grupo. Ela olha de fora para dentro (HALLIDAY, 1978).

Por isso, a teoria não busca contrapor o individual e o social, mas se distinguir das perspectivas psicofisiológicas. O estudo da linguagem como comportamento parte da definição do indivíduo como um todo uno (e não composto por partes) e lança o olhar para a sua relação com o meio ambiente natural e social. A linguagem é considerada uma função desse indivíduo (HALLIDAY, 1978).

Nesse ponto, é possível afirmar duas premissas básicas que integram a teoria sociosemiótica. A primeira é a primazia da dimensão social para a compreensão das estruturas e processos da linguagem. Invés de se partir da análise gramatical da linguagem, utiliza-se a dimensão social como base para a compreensão dos sistemas semânticos. A segunda é o reconhecimento da limitação dos modos verbal e escrita e que nenhum código pode ser compreendido de forma isolada. Portanto, a teoria procura abranger todos os signos do sistema semântico como socialmente constituídos e tratados como práticas sociais. Ela tem como foco os participantes da atividade semiótica como conectados e interagindo de várias formas em contextos sociais concretos. Por isso, ela é uma ferramenta de análise para as diferentes disciplinas que tratam de diferentes problemas sociais onde exista a necessidade de explicação de processos e estruturas por meio das quais o sentido é construído (HODGE; KRESS, 1988).

Desse modo, as relações entre a cidade e a Natureza, tomadas como práticas sociais, permitem o emprego da teoria para análise dessas relações em que a linguagem é utilizada como instrumento de mediação e criação. Portanto, nesse ponto, já é possível afirmar que o objeto da pesquisa, a planta da cidade de Cruzeiro do Sul, se constitui em uma representação (re-apresentação) de práticas sociais, passíveis de interpretação por meio da perspectiva teórica da semiótica social.

1.1 A natureza semântica da semiótica social

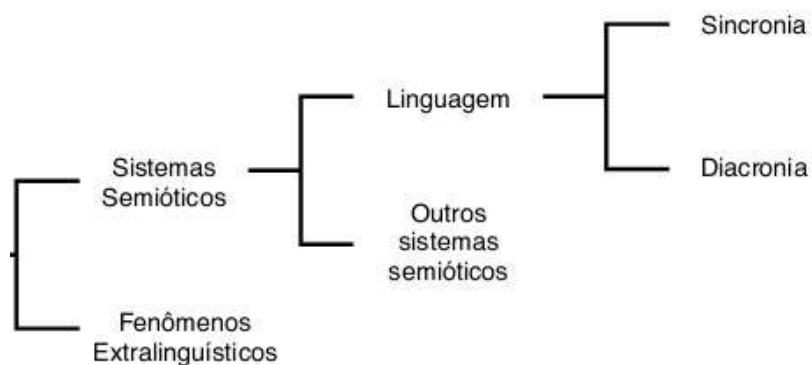
Como qualquer ato social, a teoria semiótica possui um passado que traz reflexos no presente e no futuro, e que foi construída como representação das

contingências do seu tempo. Entre as grandes correntes semióticas, podem ser citados como seus expoentes Ferdinand de Saussure (1857-1913), Charles Sanders Peirce (1839-1914) e Valentin Voloshinov (1895-1936) como semioticistas explícitos. Saussure deu origem a semiologia continental europeia, racionalista e estruturalista. Peirce é considerado o fundador da semiótica americana, behaviorista e positivista. Voloshinov era integrante do grupo conhecido como Escola de Bakhtin e faz uma leitura semiótica desenhada a partir do Marxismo (HODGE; KRESS, 1988).

Diante de sua forte influência, a escola estruturalista, com base nos estudos de Saussure e seu “Curso de linguística geral” (2007), pode ser tomada como ponto de referência paradigmático para a explicação dos pressupostos da teoria sociosemiótica. Ele desenhou uma disciplina com um objeto amplo e, por outro lado, restringiu a análise do fenômeno semiótico. Sua base é da tradição erudita da filologia comparativa e construiu seu raciocínio identificando dicotomias conceituais, passando a eliminar uma das metades, debruçando-se sobre a outra, afinando para a categoria seguinte (HODGE; KRESS, 1988).

É importante notar que seus pares de categorias devem ser compreendidos dentro da estrutura proposta por ele e não de forma isolada.

Figura 02 – Fluxograma



Fonte: adaptado de HODGE; KRESS (1988, p. 17).

O esquema mostra que aquilo que foi deixado de lado em sua teoria foi a dinâmica social materializada pela mudança. O teórico concentrou seu estudo na palavra e no indivíduo, em uma versão estática da ordem social. Todo o contexto extralinguístico como a cultura, a sociedade e a política são desconsiderados. Após,

concentra seus estudos na linguagem falada e escrita, denominada apenas de “linguagem”, deixando de fora todos os outros modos semióticos. A *parole*, a linguagem e suas variações do cotidiano social e seus processos dão lugar à especificação da estrutura abstrata da *langue* (HODGE; KRESS, 1988).

É comum atribuir a Saussure o rompimento com a clássica escola filológica e seus métodos histórico-comparativos e a adoção do estudo da língua nela mesma considerada. É fato que o autor fez grande distinção entre as abordagens sincrônica e diacrônica. O estudo sincrônico considera a análise do objeto em um determinado tempo, como uma fotografia. Na linguística, a sincronia representa um estado de língua, sua descrição em um determinado momento. O estudo evolutivo é realizado pela diacronia. Em sua obra seminal, Saussure privilegiou o estudo sincrônico, caracterizado pelo sistema da língua e suas relações internas (HODGE; KRESS, 1988).

A palavra foi tomada por Saussure como o elemento linguístico a ser estudado. Para esse objeto, a análise sincrônica é eficaz. Entretanto, para a análise de textos maiores e multissemióticos, a diacronia se revela necessária, pois o texto é articulado no espaço e no tempo e somente é possível interpretar o seu sentido dentro de um contexto temporal, analisando-se também aquilo que o antecedeu. O estudo diacrônico é o estudo das transformações, do movimento. A semiótica social se ocupa em estabelecer uma moldura para tais transformações, que têm sua origem no contexto social. Tais transformações podem ser sintagmáticas (aquilo que foi dito) ou paradigmáticas (aquilo que poderia ter sido dito e não foi), mas sua causa é sempre a mudança social no tempo (HODGE; KRESS, 1988).

A afirmação de Saussure de que os signos são arbitrários quer dizer que não existe uma relação necessária ou natural entre o significante (forma) e seu significado (conteúdo). Saussure separa a substância material do signo e sua imagem mental. Então, de sua imagem mental, faz uma nova divisão entre significantes e significados, e entre conceitos e realidade. Ele estabeleceu a intrínseca relação entre a imagem mental e o conceito mental como dois lados da mesma moeda. Com isso, deixou de lado a relação entre o signo e a realidade (HODGE; KRESS, 1988).

De outro modo, para a semiótica social, a representação operada pelo signo é

[...] um processo no qual o produtor do signo [...] procura produzir a representação de algum objeto ou entidade, seja ela física ou semiótica, e na qual o seu interesse no objeto, no momento de produzir a representação, é algo complexo, surgindo da história cultural, social e psicológica desse produtor, e focada por um contexto específico no qual o produtor produz o signo.¹¹ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 7)

A escolha dos elementos característicos do objeto representado que farão parte da representação advém desses interesses. E os elementos característicos são considerados como representativos do objeto em determinado contexto. Por isso, nunca o objeto é representado em sua totalidade, mas apenas seus elementos característicos (KRESS; LEEUWEN, 2010).

O modo escolhido para a representação é aquele considerado pelo produtor como o mais apto para realizá-la. Há uma ideia que o produtor deseja representar (significado) e que é então expressado por modos semióticos considerados subjetivamente como os mais plausíveis, os mais aptos significantes. Disso advém que para a semiótica social, o signo não é a preexistente junção de significante e significado, que já está disponível e pronta para a escolha do produtor em um sistema prévio e abstrato. A teoria foca no processo de produção do signo, no qual a forma (significante) e a ideia (significado) são relativamente independentes, unidos pelo produtor no momento da criação daquele novo signo/metáfora. Desse modo, a produção do signo se dá por um processo de analogia que toma os elementos característicos do objeto como significantes e respectivos significados para formar um signo, que é motivado e não arbitrário. A analogia é um processo de classificação. Os signos/metáforas e as classificações por trás deles que passam à 'naturalidade convencional' são determinados por relações sociais de poder. A semiologia estruturalista trata a motivação como algo intrínseco à relação entre o significante e o significado. Para a semiótica social, a união entre significante e significado é um ato

11 [...] a process in which the makers of signs, whether child or adult, seek to make a representation of some object or entity, whether physical or semiotic, and in which their interest in the object, at the point of making the representation, is a complex one, arising out of the cultural, social and psychological history of the sign-maker, and focused by the specific context in which the sign-maker produces the sign.

motivado. Essa motivação é formulada tendo em vista o produtor do signo e o contexto no qual o signo é produzido, por meio de um processo de criação de analogias e classificações. Enfatiza-se que os recursos de representação não são adquiridos pelo sujeito, mas criados por ele (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Segue que o potencial semiótico disponível ao articulador não é limitado pelo arranjo prévio de significantes e significados, mas de recursos semióticos disponíveis para um sujeito específico em determinado contexto. As transformações na representação de metáforas empregadas por um sujeito ao longo de sua vida decorrem de transformações em sua subjetividade. E esse processo transformacional reside no interesse dos produtores, em uma complexa e condensada história cultural e social, bem como na consciência das contingências materiais presentes (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Os signos são, portanto, transformações de recursos semióticos disponíveis para aquele sujeito e, por isso, são, de certa forma, uma produção inédita proveniente da conjunção motivada entre significante (forma) e significado (ideia). Esse ineditismo do signo decorre da concepção de que a linguagem se caracteriza como um recurso semiótico com o qual a própria Natureza é construída. A convenção (tradição) é um produto da história de determinada cultura e age sobre o produtor do signo de modo a influir sobre a referida conjunção, bem como nas transformações de sua subjetividade (HALLIDAY; MARTIN, 2005; KRESS; LEEUWEN, 2010).

A conclusão é que onde a semiologia estruturalista apontou que o signo é arbitrário e convencional, a semiótica social afirma que o signo é motivado e convencional. Ao mesmo tempo em que ela afirma a participação fundamental dos indivíduos como agentes de transformação, a presença do componente social é também constante “[...] na modelação histórica dos recursos, na história social do indivíduo, no reconhecimento das convenções presentes, no efeito do ambiente onde a comunicação ocorre.”¹² (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 13).

12 [...] in the historical shaping of the resources, in the individual agent's social history, in the recognition of present conventions, in the effect of the environment in which representation and communication happen.

As teorias sociais da linguagem abordam o fenômeno da variação em relação ao contexto social dentro do espectro que vai da correlação até a determinação. A semiótica social adota o argumento da determinação, em que o signo produzido depende diretamente do sujeito social ou do contexto social. Dado determinado contexto, o produtor escolherá os recursos mais aptos para tornar a mensagem o mais transparente possível para o receptor. No entanto, se a comunicação se desenvolve em um contexto de relação de poder, essa noção de máxima transparência pode se modificar e produzir mensagens que exijam um maior esforço interpretativo. A prática comunicativa exige dos produtores a escolha das formas consideradas mais aptas dado um determinado contexto. O interesse dos produtores do signo no momento da produção é que os leva a escolher um ou outro aspecto do objeto a ser representado como um critério para a sua representação (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A comparação entre as duas molduras teóricas permite concluir que os elementos extralinguísticos deixados de lado pela teoria estruturalista são o ponto de partida da análise semântica da semiótica social. Nesta, os signos somente são capazes de sentido em razão de sua conexão com práticas sociais concretas. E aqui é que se justifica a natureza transdisciplinar dessa teoria, que exige em sua análise a integração do contexto histórico, político, filosófico, artístico, etc.

Tendo em mente a aplicação prática da teoria, ela pode ser utilizada para análise visual cotidiana, como na leitura de mapas, propagandas, imagens e objetos tridimensionais. No aspecto crítico, os signos sempre integram a ideologia em sua realização ou instanciação. As relações de poder continuam presentes e a análise crítica do discurso procura demonstrar como a linguagem é utilizada para instanciar o poder e o estado das relações sociais contemporâneas, sem descuidar de que não se reconhece um sentido prévio e absoluto anterior ao ato interpretativo (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Pensando nos objetivos da presente pesquisa, a interpretação da planta da cidade como expressão da relação entre a cidade e a Natureza necessita de elementos extralinguísticos para a compreensão de seu sentido. Por isso, além da análise

intrínseca do objeto de pesquisa, os contextos que orbitam a produção desse texto são integrados no estudo, buscando uma interpretação da citada relação.

As subseções seguintes estão organizadas de modo a refletir o fluxograma da figura 02, evidenciando e aprofundando a consideração sobre os elementos extralinguísticos na proposta de análise semântica da perspectiva teórica da semiótica social e sua abordagem diacrônica.

1.2 Contexto social e relações de poder e solidariedade

No início dos estudos dos dialetos rurais de pequenas comunidades, pensava-se que eles eram fixos em sua estrutura e que, quanto mais tempo passava, mais distante o dialeto se tornava da linguagem padrão em razão de sua estabilidade. Originou-se o conceito de comunidades falantes, as quais, em um sentido idealizado, se constituem em um grupo de pessoas que são ligadas por uma forma de organização social, falam uns com os outros, e falam de modo semelhante. Entretanto, percebeu-se que a fala dos jovens dessa comunidade se afastava de seu dialeto padrão. Desse modo, verificou-se o fenômeno da variação dentro do próprio dialeto, que se considerava estável (HALLIDAY, 1978).

Da mesma forma, percebeu-se o fenômeno da variação também em comunidades urbanas. O padrão internalizado pelos sujeitos é extremamente heterogêneo, mudando de acordo com o contexto de situação. A uniformidade se estabelece na forma de um consenso a respeito dos valores eleitos para elaboração do texto dentro de determinado contexto. Em uma sociedade estratificada, a variação representa valores sociais de um grupo específico. E, mesmo assim, a forma tomada pelo texto pode ter diferentes interpretações em diferentes grupos. A forma que para um grupo é privilegiada, para outro pode ser desprezada. Tais variações podem ser tomadas como “índices sociais” (HALLIDAY, 1978, p. 157).

O dialeto é definido tendo como referência o sujeito, como aquilo que ele fala. Um sujeito pode ter mais de um dialeto e a escolha de um deles simboliza uma mudança na situação social específica. O dialeto padrão é aquele que atingiu um status diferenciado em diversos grupos em razão da sua função social, observada na forma de

um consenso. Um exemplo é a forma escrita do texto. Se um sujeito domina duas ou mais formas, ele escolherá uma delas valorando o contexto específico da relação social em que se encontra (HALLIDAY, 1978).

Todo o sistema linguístico é carregado de valor. As diferenças entre dialetos não tem a ver com a linguagem como um sistema, mas com a linguagem como uma instituição. A língua padrão é um conceito institucional e se refere a um dialeto particular que procura difundir as funções as quais ela serve. O preconceito linguístico, por exemplo, embora esteja aparentemente vinculado às diferenças gramaticais e fonológicas empregadas pelos falantes, possui raízes mais profundas, ligadas a diferentes sistemas de valor. O dialeto, como símbolo linguístico, possui uma função como índice da estrutura social e outra como parte da realização semântica pela qual o sujeito performa sua identidade subcultural (HALLIDAY, 1978).

A linguagem é, portanto, um dos meios pelos quais esse sujeito expressa os significados inerentes à estrutura social. Os sentidos são expressos tanto de maneiras multimodais (fala, roupa, etc.), como pela forma com a qual as coisas são classificadas. E isso ocorre em razão das funções exercidas pelo sistema semântico, por expressar tanto a experiência do sujeito em relação a linguagem, como as relações interpessoais. A linguagem é que faz a mediação entre a individualidade do sujeito, a Natureza e a sociedade (HALLIDAY, 1978).

A ação dos sujeitos sobre eles próprios e sobre o ambiente é que constitui a base do conceito de consciência. Essas relações refletem a estrutura da organização social e suas desigualdades de distribuição de poder. Para a semiótica social, todo o conjunto de relações semióticas entre os sujeitos, objetos e forças derivam do mundo material e social (HODGE; KRESS, 1988). A estrutura social, por sua vez, não é pensada em termos de um particular índice de classes sociais, mas como uma estrutura de natureza hierárquica que distingue o gênero, a geração ou os recursos materiais dos atores, por exemplo. E a variação linguística em contextos específicos é uma forma de expressão dessa hierarquia (HALLIDAY, 1978).

Para manter tais estruturas, os grupos sociais procuram representar o mundo de forma a refletir seus próprios interesses e, ao mesmo tempo, manter os laços de

solidariedade que as sustentam [as estruturas]. Dessa oposição ambígua entre os grupos sociais é que surge a categoria do discurso, visto como uma versão da realidade do ponto de vista de determinado grupo componente da estrutura social. A ideologia, por sua vez, é um arranjo particular de discursos invocados em contextos sociais específicos. A função das ideologias é manter as relações hierárquicas de poder e solidariedade, representadas pela ordem social. Com isso, procura restringir comportamentos por meio da estruturação de versões da realidade na qual a ação social se funda (HODGE; KRESS, 1988; KRESS; LEEUWEN, 2001).

A utilização dos termos “poder” e “solidariedade” é emprestada da análise de Brown e Gilman (1960) que, por sua vez, deriva da teorização de Durkheim, que afirmou serem estas as duas dimensões fundamentais de qualquer forma de organização social. As relações de solidariedade dizem respeito à coesão ou desacordo, aliança e antagonismo, laços e barreiras. As relações de poder implicam ordem, controle e hierarquia. O interesse do articulador leva em conta as relações de poder e solidariedade e pode ser inferido a partir da maneira pela qual essas relações são instanciadas no texto articulado (HODGE; KRESS, 1988).

Existem textos que podem ser ambíguos e carregar possíveis sentidos de poder e solidariedade ao mesmo tempo. Ainda, o sentido do texto depende da resposta que é esperada pelo articulador, que advém do conhecimento compartilhado da organização social e da aceitação desses termos pelos participantes. A compreensão do sentido requer o conhecimento da direcionalidade do texto (quem fala para quem) e do sistema social (a posição social dos participantes). Como exemplo, aquilo que é compreendido como uma piada em um contexto, pode constituir uma ofensa em outro (HODGE; KRESS, 1988).

Assim, para se compreender o significado social de determinado texto, é necessário compreender como tais relações sociais de poder e solidariedade se materializam no texto:

Significantes transparentes de solidariedade são baseados em princípios que incluem analogias de igualdade, reciprocidade, autorreferência, simplicidade e ausência de modificação transformacional. [...] Significantes transparentes de

poder são baseados em princípios que incluem analogias de assimetria, supressão do outro, magnitude e elaboração.¹³ (HODGE; KRESS, 1988, p. 46)

O ponto chave é que o sistema trabalha com significantes transparentes de poder e solidariedade. Brown e Gilman (1960) trazem como exemplos os pronomes de tratamento 'tu' e 'vós' em uso em alguns países da Europa e esclarecem como eles estabelecem a posição social dos integrantes do ato comunicativo. Na língua portuguesa, pode-se tomar como paralelo à análise dos pesquisadores os pronomes 'você' e 'senhor'. As combinações do emprego desses pronomes em uma troca de mensagens é capaz de apontar para relações de poder e solidariedade entre os comunicantes. Para tanto, analisam-se a presença ou ausência desses pronomes, bem como a reciprocidade ou não no tratamento e suas combinações. Formas assimétricas de tratamento indicam relações de poder e distância entre os participantes. (HODGE; KRESS, 1988).

Processos transformacionais desses pronomes também são um significante transparente relacionado à distância ou a não solidariedade e ao reconhecimento de poder. Transformações envolvendo a forma plural ou a magnitude são comumente relacionadas ao poder. A supressão de referências ao outro e a saliência a referências próprias significa poder. Da mesma forma, o inverso. A própria inferioridade é assinalada pela supressão ou diminuição às suas referências. Tais formas supressivas ou de saliência, aliadas ao componente da reciprocidade, demonstram situações sociais de intimidade, conflito, distância, respeito ou deferência. Junto com esses significantes, outros significantes redundantes operam como forma de desambiguação, como a arquitetura que, tomada como contexto, define quais os tipos de relações que prevalecerão naquele espaço (HODGE; KRESS, 1988).

As prescrições das relações sociais de poder e solidariedade reforçam uma visão da sociedade, uma ideologia que é tão intrincada com o processo de articulação e interpretação de sentidos que ela surge aos desavisados como um pré-requisito para a troca comunicativa. Entretanto, como a variação sempre é uma possibilidade contra a

¹³ *Transparent signifiers of solidarity are based of principles, includign analogies with equality, reciprocity, self-reference, and simplicity or lack of transformational modification. [...]. Transparent signifiers of power are based on a number of principles, including analogies with assimetry, self-supression, magnitude and elaboration.*

ideia de uma ideologia cristalizada, o que está em jogo é um complexo de relações envolvendo poder e solidariedade por meio de significantes ambíguos que retiram o sentido do contexto social (HODGE; KRESS, 1988).

Sobre a ambiguidade dos significantes, esclarece-se que as relações de poder necessitam de uma contraparte solidária, pois sem ela o poder se torna impotente. Portanto, é de se esperar na análise de textos uma dupla face da ideologia, onde um grupo dominante, com o propósito de manter o próprio poder, cria uma ideologia que expressa essas relações de modo saliente. Entretanto, o exercício de poder absoluto leva a uma ineficiência que corrói a sua própria base. Os laços de solidariedade devem existir para a manutenção do projeto ideológico (HODGE; KRESS, 1988).

Extrapolando a fala e a escrita, o estudo do sentido das relações espaciais de proximidade ou distância entre os participantes do ato comunicativo, bem como dos signos que integram a composição também trazem indícios das relações de poder e solidariedade e são chamados de códigos espaciais (HODGE; KRESS, 1988).

As relações espaciais dos participantes é a mais fundamental das dimensões da situação semiótica e é um relevante significante de signos sociais transparentes. A ordem dos corpos no espaço, como um código espacial, é a equação que expressa a relação entre as pessoas no espaço social. A organização espacial forma a base para um sistema de signos transparentes que expressam os reflexos das relações sociais. É possível traçar um paralelo para uma base biológica que empresta sentido para a dimensão espacial. Entretanto, somente ela não explica a vasta gama semântica existente e que tem sua origem nas relações sociais. Mais especificamente, nas relações de poder e solidariedade (HODGE; KRESS, 1988).

Embora a citada relação espacial pareça simples à primeira vista, ela é extremamente complexa, ambígua e aberta. No eixo horizontal, a distância entre os interlocutores traz o sentido de fraqueza, indiferença ou alienação em uma relação. Em outra direção, a proximidade traz a ideia de uma relação forte. Ambas podem ser relações positivas (intimidade) quanto negativas (agressão), dependendo da reciprocidade. Outro eixo a ser observado encontra-se na dimensão vertical, no

posicionamento acima-abaxo entre os interlocutores. Por sua vez, a desnecessidade de um dos interlocutores de se movimentar no espaço indica uma posição de poder (estática ou movimento). Ainda, porque a distância relaciona ao menos dois participantes, ela porta uma carga semântica de ambos, como aquele que está no controle da distância (HODGE; KRESS, 1988).

É importante notar que os eixos horizontal e vertical da distância agem em conjunto na criação do sentido e a desambiguação do texto se dará pela análise integrada de outros significantes. Portanto, o início da análise do sintagma relacional se dá pela interpretação da distância e pela categoria de pessoas, como gênero, idade, posição social, etc. Também há a necessidade de se analisar qual a ação social que se desenrola naquele momento a fim de se elucidar a semântica das relações sociais de poder e solidariedade presentes (HODGE; KRESS, 1988).

Um outro exemplo de código espacial como significante de relação de poder e solidariedade é o emoldramento. Sua presença restringe o movimento de corpos no espaço e se vincula a relações de poder. Pode servir também para aproximar ou afastar os sujeitos, estratificando-os e classificando-os, bem como estimular o envolvimento do espectador com o texto cujo autor é ausente. Uma mesa, por exemplo, funciona como uma moldura que determina o modo como os participantes ocuparão o espaço, carregando mensagens ideológicas de poder e solidariedade. Os pontos de atenção são podem ser a distância dos sujeitos que sentam frente a frente e lado a lado ou a anulação da pequena distância daqueles sentados lado a lado, em razão da orientação paralela de seus olhares. É possível encontrar substitutos para o eixo vertical (acima, abaixo), como a cabeceira da mesa com sentido de poder. Outro significante transparente que possui efeito semelhante é a relação radial centro-periferia (HODGE; KRESS, 1988).

A imagem abaixo exemplifica como os códigos espaciais podem ser utilizados como significantes de relações de poder e solidariedade:

Figura 03 – Fotografia da cidade de Cruzeiro do Sul



Fonte: acervo pessoal de Evandro Nogueira, sem data.

Trata-se de uma fotografia da região central da cidade de Cruzeiro do Sul – AC que traz um momento de enchente do Rio Juruá, com as ruas cobertas pela água. O arranjo permite notar relações de proximidade e distanciamento, saliência, supressão, centralidade e emolduramento, que trazem com eles sentidos de relações de poder e solidariedade entre os elementos da composição, entre estes e o intérprete, e entre o articulador e o intérprete.

Esta base de códigos espaciais deve, então, ser integrada com outros signos transparentes, como a reciprocidade no tratamento, e que afirmarão as relações de poder e solidariedade como reflexos de determinada ideologia. O conjunto da leitura dos signos é que permite o desvelamento dos discursos e suas ambiguidades de poder e solidariedade (HODGE; KRESS, 1988).

O sintagma de poder pode ser generalizado na fórmula X controla Y do qual decorrem outros possíveis sintagmas, tais como X tem algo : Y não tem; X faz algo : Y não faz. Para operar, tais sintagmas de poder necessitam que a realidade seja categorizada em termos de poder como pessoas, lugares, coisas e tempos. Com

relação aos sujeitos, uma classificação comum às sociedades é em idade, gênero e status social. A consequência é uma separação social dos sujeitos em lugares, objetos e tempos, delimitada pelas relações de poder que derivam dos complexos ideológicos. A essas categorias são atribuídos valores culturais, como idade escolar, idade laboral, idade de aposentadoria, etc., ou tal qual a diferença de status se estabelece em uma escala de poder (HODGE; KRESS, 1988).

Entretanto, tais categorizações mascaram a complexa realidade dos fenômenos, que possuem uma natureza contínua no tempo, impermanente, inexata e interdependente, da qual emanam as contradições sintagmáticas. E nessas próprias contradições onde os sintagmas dominantes não se aplicam na integralidade, ao mesmo tempo em que servem de válvula de escape que evitam a ruptura e permitem a continuação do complexo ideológico, servem também como o local fértil para a ocorrência da transformação. Tais transformações semânticas somente são compreendidas como tal quando comparadas com as estruturas dominantes, as quais são transformadas por elas. As representações tradicionais das relações de poder são comumente identificadas por uma relação binária de dominantes e dominados que excluem esses desvios de suas equações. Entretanto, tais transformações que, quando identificadas, surgem aparentemente com sentido ambíguo são, na verdade, parte necessária dos complexos ideológicos (HODGE; KRESS, 1988).

As relações de poder e solidariedade que existem entre grupos sociais podem ser extrapoladas para as relações entre a cidade e a Natureza. Do mesmo modo, elas são expressas por meio de significantes transparentes de inversão ou deslocamento de sentidos, valores e ideologias. Tais inversões ocorrem em espaços e tempos sociais específicos, materializadas nos textos tomados como produto da ação humana.

O design da planta da cidade tomada como um texto articulado por atores que integram um corpo social permeado por ideologias é determinado pelas relações sociais de poder e solidariedade inferidos pelos discursos que contemplam as legitimações, valorações ou interesses de seus articuladores. As transformações

diacrônicas dos discursos da relação entre a sociedade daquele tempo e a Natureza se materializam na referida planta.

1.3 Modos e Multimodalidade

Segundo Kress, o “Modo é um dado recurso semiótico socialmente e culturalmente modelado para a produção de sentido.”¹⁴ (KRESS, 2010, p. 79). A escrita, a fala, a música ou a imagem podem ser conceituadas como modos aptos para a representação e comunicação porque são produtos da ação humana em um ambiente social modelado pela cultura e pelas suas disponibilidades materiais. Como disponibilidades materiais de um modo, pode-se exemplificar a vinculação da escrita ao sentido da visão e da fala ao sentido da audição. Essa diferença material entre os modos aliada às práticas culturais acaba por influenciar o seu potencial semântico como um recurso semiótico (KRESS, 2010).

Para Kress e Leeuwen, “Os materiais que determinada cultura elege como um recurso para criar representações, em um modo, estão relacionados com as contingências daquela cultura e de sua história [...]”¹⁵ (2010, p. 226). A cultura ocidental deu preferência à monomodalidade em suas formas de expressão. A escrita era somente escrita, a pintura somente pintura ou a arquitetura somente arquitetura e cada modo ficava a cargo de seus especialistas. Entretanto, percebe-se que, para além das diversidades de modos entre si, os textos são eles mesmos compostos por diversos modos simultaneamente. Isso não quer dizer que os modos são iguais entre si. Eles possuem diferentes potencialidades semióticas decorrentes da cultura e de sua materialidade (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Esclarecida a abordagem social do modo, Kress (2010) aponta que, formalmente, para que um recurso semiótico seja considerado um modo, ele deve preencher simultaneamente as funções necessárias para que um ato seja considerado uma forma de comunicação, de acordo com a proposta de Halliday (1978). Elas são

14 *Mode is a socially and culturally given semiotic resource for making meaning.*

15 *What material a culture chooses to fashion into a resource for making representations, into a mode, is a matter of the contingencies of that culture and of its history [...].*

chamadas de metafunções da comunicação e, quando presentes simultaneamente, determinam um modo.

A metafunção ideacional trata da capacidade de representação de ações, estados e eventos do mundo material. Ela representa o potencial semântico do sujeito como um observador. É nela que a linguagem codifica a experiência cultural e o sujeito codifica a experiência individual, como membro dessa cultura (HALLIDAY, 1978; KRESS, 2010).

A metafunção interpessoal “[...] representa sentidos sobre as relações sociais daqueles envolvidos na comunicação [...]”¹⁶ (KRESS, 2010, p. 87). É o potencial semântico do sujeito como interveniente, que expressa suas ações ou sua tentativa de influenciar os outros, dentro de um contexto específico de uma prática social (HALLIDAY, 1978).

Por sua vez, a metafunção textual é a capacidade potencial de formar textos, “[...] entidades semióticas complexas que podem projetar um mundo (social) completo, que pode funcionar como uma mensagem-entidade completa, com coerência interna e com o seu ambiente [...]”¹⁷ (KRESS, 2010, p. 87). A função textual representa o potencial de formação do texto pelo sujeito. Esse é o componente material do sistema semântico e expressa a relação da linguagem com o seu ambiente. A função textual é que habilita as duas outras funções, pois somente em combinação com esta é que a função ideacional e interpessoal são materializadas (HALLIDAY, 1978).

A palavra texto, por sua vez, deriva do latim *textus*, que significa ‘algo tecido junto’. Nessa linha, **texto** é definido como uma estrutura de mensagens que possui uma unidade social prescrita. Ele é a materialização do sistema de signos (HODGE; KRESS, 1988). Decorre dessa unidade social que um texto pode ser constituído de diversos modos, cada qual colaborando para a construção do sentido dentro da montagem, de acordo com suas disponibilidades.

A implicação dessas afirmações é que as teorias semióticas, baseadas em princípios aplicados essencialmente para o modo fala ou escrita, acabam por deixar de

16 [...] represent meanings about the social relations of those engaged in communication [...]

17 [...] complex semiotic entities which can project a complete (social) world, which can function as complete message entities which cohere internally and with their environment [...].

lado circunstâncias essenciais para a compreensão do sentido nos diversos modos disponíveis. Isso porque os outros modos disponíveis não são apenas ancoragens ou ilustrações para os modos fala ou escrita. Mais ainda, quando se assume que um texto é composto por diferentes modos simultaneamente, a necessidade de compreensão de como esses modos interagem entre si e entre os atores do ato comunicativo é requisito essencial para a compreensão semântica (KRESS, 2010).

Em outras palavras,

Em uma abordagem multimodal, todos os modos são emoldurados como um campo, como um domínio. Juntos, eles são tratados como um recurso cultural conectado para (a representação como) construção de significado por membros de um grupo social em um determinado momento. Todos são vistos como iguais, potencialmente, em sua capacidade de contribuição semântica para uma entidade semiótica complexa, um texto, e cada um é tratado como distinto em seu potencial material e configuração social. Cada um, portanto, precisa ser tratado como exigindo categorias descritivas aptas que surgem dessa diferença.¹⁸ (KRESS, 2012, p. 38)

Para exemplificar, traz-se três anúncios da mesma edição do jornal “O Cruzeiro do Sul”:

Figura 04 – Anúncios do jornal “O Cruzeiro do Sul”



Fonte: ARMAZENS ROSAS (1916); CASA SYRIA (1916); LOJA SAMARITANA (1916).

18 *In a multimodal approach, all modes are framed as one field, as one domain. Jointly they are treated as one connected cultural resource for (representation as) meaning-making by members of a social group at a particular moment. All are seen as equal, potentially, in their capacity to contribute meaning to a complex semiotic entity, a text, and each is treated as distinct in its material potential and social shaping. Each therefore needs to be dealt with as requiring apt descriptive categories which arise from that difference.*

Nota-se que o modo prevalente nos três anúncios é a escrita. Considerando apenas ela, os anúncios são semelhantes entre si, onde se impõe a ordem direcional e linear característica desse modo. Ele permite uma análise gramatical, envolvendo a morfologia, o léxico, a sintaxe, etc. Entretanto, esses anúncios também fazem uso de diferentes recursos de distribuição espacial dos enunciados, do emprego de fontes tipográficas de tamanho e formas diferentes e do uso de imagens.

O *layout*, as imagens e as fontes tipográficas podem, portanto, ser consideradas um modo, em razão do cumprimento das três metafunções da linguagem, nas circunstâncias concretas do exemplo.

Por isso, em um texto, os diferentes modos podem reforçar um ao outro, exercer funções complementares ou obedecerem a uma ordem hierárquica. Cada modo possui as suas especificidades advindas de sua materialidade e história dentro de uma cultura. Contudo, é possível enumerar diversos princípios comuns a todos esses modos, diluindo as fronteiras monomodais (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Ainda, a questão dos 'sentidos implícitos' não é compatível com a abordagem multimodal. Isso porque todos os modos constituem o sentido do texto. Com a afirmação de que todos os sentidos são explícitos, busca-se evidenciar a transparência da comunicação. A escolha pela articulação em um modo em vez de outro aponta os interesses do articulador do texto, relacionadas às relações sociais de poder e solidariedade. Aquilo que se chama de sentidos implícitos evidenciam relações de maior poder ou menor solidariedade (HODGE; KRESS, 1988; KRESS, 2012).

É importante frisar, contudo, que a multimodalidade é aqui analisada sob a perspectiva teórica da semiótica social. Portanto, o arranjo dos diferentes modos tem o seu sentido determinado pelas relações sociais concretas para o qual ele se destina. No caso do exemplo dos anúncios, pode-se afirmar singelamente que o sentido do arranjo deve levar em conta uma relação entre os comerciantes e os leitores, mediada pelo jornal, na cidade de Cruzeiro do Sul, no ano de 1917.

Retomando os objetos de análise da presente pesquisa, a planta da cidade é um texto multimodal, pois nota-se claramente o emprego de diversos modos em sua composição, como a escrita, o desenho e a fotografia. Com isso, a compreensão de

seu sentido e sua expressão como reflexo da relação entre a cidade e a Natureza necessita da aplicação de uma teoria que encampe os diversos modos em questão, bem como os processos sociais envolvidos em sua articulação.

1.4 História, diacronia e transformação

A dicotomia que existe entre as propostas sincrônicas e diacrônicas tem como resultado uma desconexão que deixa a semântica do passado forte (tradição), mas distante no tempo. Do mesmo modo, a semântica do presente é posicionada como próxima, mas contraditoriamente com menor impacto. Entretanto, os textos não surgem do nada, mas são construídos tendo como referência outros textos preexistentes. E, na maioria das vezes, os textos que serviram de base não estão presentes e o receptor tem que inferir a história que formou determinado texto. Como consequência possível, o autor pode construir uma história para guiar o receptor na interpretação do texto e o receptor pode resistir e contrapor uma história própria. Esses processos de transformações e projeções fazem parte do processo de construção semântica e podem ser encontrados no objeto de análise. E a semiótica social toma tais transformações textuais e projeções como processos sociais performados por agentes socialmente e historicamente situados. “Uma leitura diacrônica de determinada tradição liberta o leitor daquele senso opressivo de que ela é monolítica, imutável e sem inconsistências.”¹⁹ (HODGE; KRESS, 1988, p. 36).

A respeito das concepções para a análise histórica, a perspectiva do materialismo histórico é de que a ação dos sujeitos do presente se dá dentro das constrições construídas pelas gerações passadas. “O Marxismo procura compreender o passado precisamente para romper o seu nexos com o presente, ao mesmo tempo em que verifica ser isso impossível.”²⁰ (HODGE; KRESS, 1988, p. 162). Pode-se observar contradição semelhante quando Saussure tenta romper com a diacronia. A diacronia também está presente no estudo de Peirce (1985), quando trata a semiose como um

19 *A diachronic account of a tradition frees the reader from the oppressive sense that it is monolithic, unchanging, without inconsistencies.*

20 *Marxism attempts to understand the past precisely in order to break its nexus with the present, while realizing that that is impossible.*

processo no tempo e espaço e define a história da cultura como uma sucessão de hábitos. Nessa toada, o conceito de hábito de Peirce é semelhante ao de Foucault (1982), que o tratou como uma sucessão de epistemes (HODGE; KRESS, 1988).

A semiótica social também incorpora o tempo e a história em sua moldura teórica como uma parte essencial para a compreensão do sentido. A resposta da teoria é eliminar a dicotomia que existe entre a sincronia e a diacronia e integrá-las em um campo unitário, eis que todo e qualquer texto, bem como os processos semióticos, existem no espaço e no tempo. As distorções provocadas pela desconexão entre os estudos sincrônicos e diacrônicos são substituídas pela compreensão de que as relações semióticas e suas transformações são um processo que se desenrola no espaço e no tempo, pensados como sistemas dinâmicos abertos (HALLIDAY; MARTIN, 2005). A história oferece para estudo estruturas e transformações em várias escalas e que podem ser explicadas em suas menores estruturas de semiose. “O tempo na semiose é sempre história.”²¹ (HODGE; KRESS, 1988, p. 163).

A complexidade dos processos transformacionais materialmente considerados não permite uma descrição estrutural de toda a cadeia transformacional. Entretanto, são constantemente implementados pelos atores sociais por meio dos processos semióticos. Tal sequência

[...] nem sempre está presente, e necessita ser implícita pelos produtores e reconstruída pelos receptores. Tais sequências implícitas ou reconstruídas são parcialmente um efeito inerente do texto, mas também são fortemente afetadas pelos propósitos e conhecimentos semióticos dos participantes.²² (HODGE, KRESS; 1988, p. 34).

Como exemplo, a expressão ‘nenhum’ implica uma série de transformações passadas, todas negadas pelo texto atual que a utiliza. A palavra ‘todos’, por sua vez, implica uma série de transformações afirmadas. Mais ainda, a materialidade do texto tomada como “[...] um momento em um processo de transformações [...]”²³ (HODGE; KRESS, 1988, p. 35), aponta para o fato de que as suas interpretações têm reflexo no

21 *Time in semiosis is always history.*

22 *[...] this sequence is frequently not present, and has to be implied by producers and reconstructed by receivers. These implied or reconstructed sequences are partly an effect of textual qualities but are also strongly affected by the purposes and knowledge of semiotic participants.*

23 *[...] a moment in a process of transformations [...].*

futuro. A leitura transformacional de um texto implica a assunção de hipóteses, não de fatos. E mesmo se aproximando de um palpite, existem algumas hipóteses mais críveis que outras e não há motivo para que se deixe de fazê-lo (HODGE; KRESS, 1988).

Por sua vez, as transformações que ligam um texto a outros anteriores acontecem no desenrolar irreversível do tempo. Da mesma forma, os atos semióticos (relações entre os participantes e a série de mensagens) também se desenrolam no tempo e podem ser compreendidos como uma série de transformações, tendo por referência a conformidade ou não com as práticas sociais de um determinado grupo ou cultura (HODGE; KRESS, 1988).

A consideração de um diálogo como uma simples troca de mensagens leva a impossibilidade de explicação da sua ordem no tempo, bem como o sentido dessa ordem. Entretanto, a questão toma um rumo analítico quando se considera as relações semióticas que envolvem o texto. Tais relações semióticas (as relações sociais entre os participantes mediadas pelo texto) são aquelas consideradas tanto naquele momento da troca de mensagens, em uma escala curta e rápida, como também em escalas de tempo maiores e mais lentas. Mesmo assim, todas essas relações, em qualquer escala temporal, se desenrolam no tempo e são, portanto, parte da história, parte de um todo diacrônico. Os textos, por sua vez, trazem traços dessas transformações temporais que se desenrolam cumulativamente para formar a história (HODGE; KRESS, 1988).

No estudo da diacronia, Saussure afirma que as alternativas semânticas dos textos coexistem por um período, ao nível da *parole*, o que ele chamou de estado sincrônico. Entretanto, não é possível deixar de lado a tendência das transformações de longo prazo, que podem ser identificadas quando do perecimento de algumas transformações identificadas no começo ou no final de um período de transformação. Essas forças que bloqueiam algumas transformações tomam formas ambíguas em uma curta troca de mensagens, mas são facilmente identificadas em um período mais longo (HODGE; KRESS, 1988).

Dentro da proposta transformacional, a diacronia acontece em muitos níveis, de segundos a eras. Alguns eventos acontecem tão rápido que parecem instantâneos.

Outros, tão devagar que parecem imóveis. E essas diferenças de grau afetam a articulação e a interpretação dos textos. Desse modo, a abordagem histórica do texto pode ser realizada por meio da análise das **continuidades** e **descontinuidades** da história. As descontinuidades referem-se às rupturas, crises e revoluções no sistema de pensamento e modos de produção do sentido onde se costuma categorizar o tempo e as epistemes em antes e depois do evento. Entretanto, de acordo com Foucault (1982), existem continuidades que permanecem mesmo após tais rupturas abruptas, lançando dúvidas a respeito da natureza absoluta (não interdependente) da revolução (HODGE; KRESS, 1988).

O início do desenvolvimento de uma teoria semiótica da história remete aos estudos da filologia comparativa do século XIX, que abordou o problema das descontinuidades e continuidades de duas maneiras. A descontinuidade foi abordada no estudo das grandes variações na pronúncia da fala que ocorriam de maneira massiva e rápida entre diferentes comunidades. A continuidade foi abordada no estudo da lexicografia histórica, onde se buscava a origem histórica de palavras individuais. Essa abordagem demonstrou uma tendência oposta à primeira, onde a presença de continuidades e lentas transformações foram o padrão encontrado (HODGE; KRESS, 1988).

Em qualquer caso, a motivação das mudanças tem sua fonte em forças sociais e tal é o objeto de estudo da sociosemiótica. O marco da abordagem da descontinuidade ou ruptura foram os estudos de Labov, que relacionou as variações linguísticas às condições sociais e que retomou a premissa da escola dos Neogramáticos, contemporâneos de Saussure, de que os princípios responsáveis pelas mudanças em pequena escala também seriam responsáveis pelas mudanças em larga escala. Essa abordagem demonstra que as rupturas parecem explosivas e dramáticas, mas seu processo é lento e gradual. A percepção da ruptura é importante, mas por trás dela há uma transformação maior de práticas sociais. A concepção de períodos artísticos ou culturais como blocos separados por grandes fissuras repete o ato hegemônico de apagamento dos grupos dominados pelos grupos dominantes, que

tentam obscurecer a oposição que completa seu próprio sistema semântico (HODGE; KRESS, 1988).

Dentro do aspecto das continuidades, tem-se as abordagens de tradição etimológica. Um exemplo é o trabalho de Raymond Williams (1976), que observou que o vocabulário da sua comunidade científica apresentava descontinuidades cujas origens podiam ser rastreadas no tempo e em relações sociais e que o sentido de uma palavra no dicionário era composto como um conjunto de sentidos e não de um único. Ainda, tais conjuntos podiam ser integrados em um padrão histórico. Essas transformações estavam, portanto, vinculadas a eventos sociais dos quais derivam ou constituem na forma de saltos e não de rupturas. Isso porque o emprego dos sentidos prévios ainda persistiam, dando conta de sua formação histórica (HODGE; KRESS, 1988).

Portanto, um signo ou um texto não corresponde simplesmente a um único pedaço da realidade, mas representa um processo de transformações, com um adicional conjunto valorativo, afetivo, que forma um sistema semântico complexo e dinâmico (HODGE; KRESS, 1988).

Em síntese, a diacronia é o estudo de um objeto como parte de um complexo de transformações semânticas que se desenrola irreversivelmente no tempo. Essas transformações são constituídas por eventos semióticos que permitem a análise das continuidades e descontinuidades das práticas semióticas que, por sua vez, lança mão da história para a sua análise. E, para a semiótica social, tais transformações são determinadas pelas práticas sociais, que envolvem os interesses dos articuladores e intérpretes, dentro das relações de poder e solidariedade existentes entre eles.

Portanto, o objeto da pesquisa, a semântica da relação entre a Natureza e a cidade materializada na planta da cidade de Cruzeiro do Sul, deve ser interpretado dentro de um modelo de investigação histórica que traga a compreensão da história como indispensável para a compreensão semântica do presente. Esse modelo também assume que as causas das transformações semióticas são as forças sociais, baseadas nos interesses advindos das relações de poder e solidariedade. Para atender a essa postura ontológica, o presente trabalho incluirá a história de citada relação como um

elemento extralinguístico necessário para a interpretação semântica do objeto, evidenciando a relação entre as continuidades e descontinuidades dos processos sociais, materializadas em suas transformações semióticas.

2. A NATUREZA DA ANÁLISE MULTIMODAL DO DISCURSO

Segundo Kieling e Silva-Antunes (2020), a palavra análise

provém do grego *àvakvoiq*, utilizado no latim como *análisis*, e pode ser traduzido como “soltar, liberar/perceber, quebrar algo em seus elementos, solução de um problema”. Formado pelos morfemas *ana-* + *-lyein*, o étimo *anályein* designa as ideias de “desfazer, desatar, dissolver...”. Nos campos filosófico e científico, esse termo, de modo geral, se refere ao método de estudo que se propõe a uma pesquisa minuciosa sobre determina do problema, porém essa maneira de estudo diferencia-se conforme a área do conhecimento, o objeto que se investiga, os pressupostos teóricos e os procedimentos/instrumentos utilizados. (p. 9)

As autoras prosseguem, esclarecendo que a palavra discurso

Do latim “*discursus*”, composto pelos morfemas *dis-* + *-currere*, o étimo do termo “discurso” expressa “uma corrida de um lugar para outro”. Alguns dos significados apresentados para esse termo são: “trecho contínuo de linguagem contendo mais de uma frase...”; “intercâmbio verbal de ideias...; expressão formal e ordenada, comumente extensa sobre um assunto” e, “fala proferida para o público, falação”. (KIELING; SILVA-ANTUNES, 2020, p. 12)

Por sua vez, o termo ‘análise do discurso’ possui vários sentidos que transitam entre os extremos de “[...] fornecer relatos de trechos conectados de linguagem em uso e revelar características sociais, políticas e psicológicas salientes em entidades semelhantes ao texto.”²⁴ (KRESS, 2012, p. 35).

A semiótica social define a comunicação como um “[...] processo no qual o produto ou evento semiótico é tanto articulado ou produzido e interpretado ou utilizado. Segue dessa definição que consideramos a produção e uso do objeto e ambientes desenhados como uma forma de comunicação [...]”²⁵ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 20). Ela pode ser dividida em uma estratificação binária básica composta pelo

24 [...] ‘providing accounts of connected stretches of language in use’ and ‘uncovering salient social, political, psychological features in text-like entities’.

25 [...] a process in which a semiotic product or event is both articulated or produced and interpreted or used. It follows from this definition that we consider the production and use of designed objects and environments as a form of communication [...]

conteúdo, a sua porção imaterial, e a **expressão**, a materialização do ato comunicativo (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Retomando o conceito de comunicação adotado acima, Kress e Leeuwen (2001) propõe quatro domínios **não hierárquicos** entre si chamados de **estratos** derivados da estratificação binária básica da prática comunicativa composta pelo **conteúdo** e **expressão**, sem as quais o ato comunicativo não acontece. São eles: o discurso, o design, a produção e a distribuição. O **discurso** e o **design** procedem do estrato do conteúdo e puderam ser desenvolvidos a partir do advento da escrita. A **produção** e **distribuição** são formas de expressão e estão conectadas com as disponibilidades das tecnologias da comunicação.

Dentro dessa moldura analítica, pode-se afirmar que a ideologia que fundamenta as relações sociais de poder e solidariedade encontra-se na esfera do conteúdo e, o texto, na esfera da expressão (KRESS, 2012). A definição do estrato do discurso como as versões da realidade invocadas pelo articulador posiciona esse estrato como integrante da porção imaterial do conceito de comunicação. A consequência é que o referido estrato, sozinho, não é capaz de fornecer uma moldura interpretativa da semântica que deriva das relações sociais contidas no ato comunicativo. Isso porque, além da porção do conteúdo, existe a porção material do ato comunicativo que, por sua vez, também agrega camadas semânticas ao texto. Na análise multimodal do discurso, “[...] a compreensão de qualquer texto implica uma compreensão da seleção dos discursos, dos seus ‘arranjos’ [...]. Outros sentidos estão presentes, e eles são emoldurados pelos discursos presentes no texto, em um arranjo ideológico.”²⁶ (KRESS, 2012, p. 37). O discurso tomado como moldura implica o reconhecimento de outros estratos que também conferem sentido à prática comunicativa. Desse modo, a tarefa da análise multimodal do discurso é fornecer ferramentas que permitam sua interpretação (KRESS, 2012).

Importante ressaltar que a comunicação só ocorre quando há tanto a **articulação** pelo produtor quanto a **interpretação** pelo receptor. Ainda, essas ações

26 [...] an understanding of any text assumes understanding the selection of discourses, of their ‘arrangements’ [...]. Other meanings are present, and they are framed by the discourses present in the text, in an ideological arrangement.

comunicativas mediadas pela linguagem devem ser compreendidas dentro de uma Natureza compreendida como um “sistema dinâmico aberto”, onde tanto a articulação como a interpretação constituem a realidade ao mesmo tempo em que a representam. Portanto, a “[...] comunicação depende de uma ‘comunidade interpretativa’ que decidiu que algum aspecto do mundo foi articulado para ser interpretado.”²⁷ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 8). Ela se dá nos quatro estratos citados acima. Sob o aspecto da distribuição, por exemplo, o intérprete deve saber se está observando uma réplica ou um original. Sob o aspecto da produção, se foi feito por um homem ou uma máquina. Sob o aspecto do design, algo produzido para ser confortável pode se materializar no oposto. Por fim, um discurso pode ser compreendido como uma piada ou uma ofensa, dependendo da posição social do intérprete. Logo, “O grau de correspondência entre a intenção e a interpretação dependerá do contexto.”²⁸ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 8).

Desse modo, os princípios de coerência que regem um texto

“[...] são sociais em suas origens e, sendo sociais, eles apontam para significados sobre a ‘ordem social’. A coerência de um texto deriva da coerência do meio social em que é produzido, ou que projeta; ele é realizado por meios semióticos. Não obstante, a decisão de selecionar aspectos particulares da coerência, de moldar a coerência, de atribuir coerência a uma entidade textual/semiótica ou de negar-lhe o status de coerência é sempre o ato de um produtor e re-produtor de um texto socialmente localizado. O poder está envolvido na construção, reconhecimento e atribuição de coerência em um texto.”²⁹ (Kress, 2012, p. 36)

Por sua vez, os estratos do discurso, do design, da produção e da distribuição podem estar intimamente ligados, como em uma conversa trivial. Contudo, é importante notar que os estratos, embora conectados por sua unificação no texto, são distintos entre si e isso é facilmente observado quando há um descasamento entre eles. Do mesmo modo, os estratos podem ainda estar evidentemente separados, como em

27 [...] communication depends on some ‘interpretive community’ having deduced that some aspect of the world has been articulated in order to be interpreted.

28 The degree to which intention and interpretation will match depends on context.

29 [...] are social in their origins and, being social, they point to meanings about ‘social order’. The coherence of a text derives from the coherence of the social environment in which it is produced, or which it projects; it is realized by semiotic means. Nevertheless, the decision to select particular aspects of coherence, to shape coherence, to attribute coherence to a textual/semiotic entity or to deny it the status of coherence is always the act of a socially located maker and re-maker of a text. Power is involved in the making, recognition and attribution of coherence in a text.

um texto audiovisual com divisões de trabalho. Mesmo assim, a divisão não é absoluta, pois há a necessidade de integração no texto (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Nas sociedades orais há uma forte união entre os estratos e o conhecimento está intimamente ligado à sua produção, onde articular é conhecer. A invenção da escrita desconectou o discurso da produção e oralidade se transformou em escrita. Por meio da sintaxe (do grego, 'formação de batalha', 'organização'), a escrita se desvincula do momento de sua produção material e "[...] pode ser usada para criar ordem, e governar a ação humana, fazê-la previsível, reproduzível [...], internalizada como um conjunto de regras gramaticais, ou externalizada como [...] um programa [...]"³⁰ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 10). Segue que em locais sociais marginais ou menos gramaticalizados, ocorre uma conexão mais intensa entre os estratos do discurso e da produção, dando espaço aos princípios da **proveniência** e do **potencial semântico experiencial**, abordados adiante.

Portanto, pode-se sintetizar que a proposta de análise multimodal do discurso dos teóricos adotados como base da pesquisa enfatiza os interesses, as afetividades, dos participantes do ato comunicativo decorrentes das relações sociais de poder e solidariedade como determinantes dos textos materializados. A diacronia localiza a articulação e a interpretação do texto e de seu contexto no tempo. Por sua vez, a multimodalidade é uma concepção das práticas comunicativas e a semiótica social é a teoria com a qual ela é abordada (HALLIDAY, 1978; HODGE; KRESS, 1988; KRESS; LEEUWEN, 2001, 2010).

As subseções a seguir abordam os quatro estratos da prática comunicativa em profundidade, a fim de subsidiar a construção da moldura analítica que será utilizada para a interpretação do texto objeto da pesquisa.

2.1 Discurso

Kress e Leeuwen definem o discurso como os "conhecimentos socialmente construídos sobre algum aspecto da realidade."³¹ (2001, p. 4) em razão de seu

30 [...] can be used to create order, and to govern human action, and make it predictable, repeatable, [...], whether this is internalised as a set of grammatical rules, or externalised as [...] a programme [...].

31 [...] socially constructed knowledges of (some aspect of) reality.

surgimento se dar em contextos sociais específicos, de acordo com o interesse desses atores sociais.

“Isso inclui conhecimento tanto dos eventos que constituem aquela realidade (quem está envolvido, o que, quando e onde acontece) bem como um conjunto de valorações relacionadas, como os propósitos, interpretações e legitimações.”³² (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 20-21).

Em outras palavras, o discurso que se apresenta em um texto é uma versão da realidade socialmente construída, somada à posição social dos atores da prática comunicativa, às suas circunstâncias de tempo e lugar, e à sua carga valorativa e afetiva. Os discursos invocados em determinado contexto social pelo articulador serão motivados pelos seus interesses advindos das relações de poder e solidariedade. O estrato do discurso evidencia aquele que articula, para quem, quando, com quais propósitos e de que maneira. Ele pode ser realizado por qualquer gênero, modo e design que sejam aptos para materializá-los.

Ainda, diferentes discursos podem incidir sobre um mesmo aspecto da realidade e o indivíduo elegerá aquele mais apropriado para os propósitos comunicacionais de determinado contexto. A aptidão levanta a ideia de coerência, que deve existir no texto como uma característica sua. Os princípios da coerência advém da coerência das relações sociais onde ele é articulado e, por isso, variam entre os diferentes grupos sociais. Mais ainda, a atribuição de coerência ou não a um discurso materializado em um texto reflete as relações sociais de poder (KRESS, 2012; KRESS; LEEUWEN, 2001).

A definição adotada de discurso não se afasta das duas ideias principais das teorias de análise do discurso. Uma delas afirma que o discurso está conectado à linguagem. A outra, que ele existe independente de sua materialização. A abordagem sociosemiótica engloba as duas definições para afirmar que o discurso imaterial possui uma existência separada de seu modo de realização e que eles são materializados pelos diversos modos disponíveis para a produção dos textos (KRESS; LEEUWEN, 2001).

³² *This includes knowledge of the events constituting that reality (who is involved, what takes place, where and when it takes place, and so on) as well as a set of related evaluations, purposes, interpretations and legitimations.*

Os discursos tomam forma tanto em modos especialmente utilizados para este fim (revistas, jornais), como na comunicação cotidiana, de tal sorte que a “[...] ação discursiva acontece e é articulada em uma multiplicidade de práticas e de modos, nos quais a ação social humana vivenciada é uma delas.”³³ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 25). Os modos, portanto, são utilizados para articular discursos carregados de valores, estruturando-os e dando sentido a eles, e são

“[...] mais do que um problema de ‘estética’ ou de ‘estilo’, onde estes são concebidos como relativamente tangenciais ao sentido, como ‘ornamentais’ - retóricos no sentido negativo e trivial. Discursos, realizados por meio de modos [...], expressam e articulam porque um específico domínio da realidade social é organizado como é, como a vida é vivida [...], como eles devem ser ensinados e quais valores – no sentido amplo – estão conectados a esta maneira de viver.”³⁴ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 25).

E cada modo, a depender de sua articulação, oferecerá possibilidades semióticas distintas, relacionadas à fisiologia e à experiência cultural humana. Isso porque, embora a categoria do discurso seja abstrata, a experiência é sempre material. Por exemplo, o som possui recursos semióticos diferentes da cor e necessitam de diferentes órgãos do sentido para sua interpretação (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Por sua vez, a experiência é “[...] culturalmente mediada por meio de sistemas culturais de valoração.”³⁵ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 28). A perspectiva de que o discurso e os modos são entidades puramente abstratas e não relacionadas à experiência humana estão ligadas ao Iluminismo e à sua racionalidade que separa o corpo da mente. Uma abordagem mais ampla, que procura compreender o sentido dos textos, requer, simultaneamente, a análise dos modos relacionados à fisiologia humana (aos sentidos utilizados em sua percepção), dos potenciais semânticos dos materiais fornecidos pela cultura e utilizados na semiose, e dos seres humanos considerados como atores sociais (KRESS; LEEUWEN, 2001).

33 [...] discursive action takes place in, and is articulated in, a mutiplicity of practices and a multiplicity of modes, of which lived human social action is one.

34 [...] more than a matter of ‘aesthetics’ or of ‘style’, where these are conceived of as relatively tangential to meaning, as ‘ornamental’ - rhetorical in the negative and trivial sense. Discourse, realised through the mode [...], expresses and articulates knowledge of why a specific domain of social reality is organised the way it is, how human lives are lived [...], how they are to be thought about, and of what values – in the widest sense – attach to these ways of living.

35 [...] culturally mediated through culturally given systems of evaluation.

Portanto, a análise semântica deve levar em conta o modo, a mídia e os órgãos dos sentidos que estão envolvidos na percepção do texto. A “[...] prática discursiva em um ambiente multimodal consiste na habilidade de selecionar os discursos que devem estar em cena em uma ocasião particular, em um texto particular.”³⁶ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 30).

Além da seleção dos discursos, há também a escolha pelos modos e mídias que serão empregados na produção do texto e tidos como aptos em determinados contextos sociais específicos. Assim, a análise do discurso não trata somente da organização abstrata do discurso, mas também da organização material dos modos (design) e suas mídias (produção e distribuição), levando em consideração o interesse do articulador e a expectativa do intérprete (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Retomando o conceito das transformações como continuidades e descontinuidades, a prática discursiva sempre reproduz discursos existentes em determinada cultura. Por outro lado,

“[...] a prática discursiva é sempre produtiva e transformativa, de modo que uma configuração particular de discursos e sua articulação modal inevitavelmente produz um novo, modificado, transformado arranjo, com efeitos em cada um dos discursos tributários, e em cada modo realizado.”³⁷ (KRESS; LEEUWEN, p. 32).

Dessa forma, a compreensão do discurso como transformação, necessita de sua integração com a dimensão diacrônica, em consonância a uma Natureza dinâmica e aberta.

Por sua vez, uma configuração particular de discursos em um texto é definida como **ideologia**, e a sua identificação pode ser utilizada tanto para verificar a continuidade de tais arranjos, bem como suas transformações e, ainda, a relação existente entre a articulação (discurso, design e modos) e as práticas sociais. Isso porque são as transformações que permitem a distinção entre um e outro discurso. O conceito de semiose como ação humana, a seu turno, permite a constatação das

36 [...] *discursive practice in a multimodal environment consists in the ability to select the discourses which are to be in play on a particular occasion, in a particular text.*

37 [...] *discursive practice is always also productive and transformative, in that the particular configuration of discourses and their modal articulation inevitably produces a new, changed, transformed arrangement, with effects on each of the contributing discourses, and on each realisational mode.*

mudanças dos discursos e das práticas a ele vinculadas por meio da análise das ações de sujeitos socialmente inseridos nessas relações semiósicas. Transformações que ocorrem em níveis macro podem ser verificadas nos discursos e elas permitem a identificação das transformações nas práticas discursivas do cotidiano (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Olhando o estrato do discurso pelo ponto de vista da materialidade, os textos multimodais articulam diferentes discursos de forma integrada, projetando valores e, também, práticas sociais específicas. Desse modo, a ação semiótica é vista como uma ação social que “[...] transforma tanto o ator como o ambiente sobre o qual e com o qual ele ou ela age.”³⁸ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 36). Se toda a ação social é semiótica, o contrário também é verdadeiro e, por isso, é possível tratar toda a produção cultural e social como uma produção semiótica. Embora o ambiente semiótico seja organizado em modos que possuem signos portadores de regularidades e cujo sentido é conhecido, ainda assim, a ação semiótica é naturalmente transformativa no momento de sua articulação pelo indivíduo, pois não são simplesmente uma cópia do original, mas um texto novo. Toda a ação é transformativa. O choque social da transformação pode decorrer de sua velocidade, do seu tamanho ou daquilo que afirma (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Portanto, o texto definido como o produto da articulação de um ou mais modos semióticos de um número de discursos é tido como a materialização das práticas discursivas, que se tornam aparentes por meio da ação, a sua articulação em modos semióticos.

Os dois mapas a seguir exemplificam como um mesmo gênero pode invocar diferentes concepções da realidade:

38 [...] changes both the actor and the environment in which and with which she or he acts.

invocados pelos articuladores mostram-se distintos, determinando o arranjo dos recursos semióticos.

Tendo em mente o objeto da pesquisa, a planta da cidade de Cruzeiro do Sul, tomada como um texto multimodal, materializa os discursos selecionados pelos seus articuladores. As concepções de cidade e de Natureza, como versões da realidade, são indicadas pelos discursos invocados. Seus arranjos específicos evidenciam a ideologia que emoldura os demais estratos. Os propósitos, interpretações e legitimações das representações da cidade também são analisados nesse estrato, cuja coerência intrínseca deriva da coerência atribuída pelas relações sociais de poder e solidariedade.

Entretanto, como afirmado anteriormente, os discursos que integram um texto não são suficientes para a compreensão semântica da mensagem. O estrato do discurso é apenas o primeiro estrato da articulação do texto e que, embora não possua uma hierarquia superior, age como uma moldura para a ação do design. Por isso, necessita ser integrado com os demais estratos para que a prática comunicativa se concretize.

2.2 Design

Segundo Kress e Leeuwen, “O design se localiza entre o conteúdo (concepção) e a expressão.”³⁹ (2001, p. 5). Ele é o **meio** para a realização do discurso. **Nesse aspecto particular, é ele quem transforma o conhecimento socialmente construído como versões da realidade (discurso) em interação social.** A título de exemplo, o design da planta de uma casa realiza o discurso daquilo que se entende por casa e um particular modo de interação, cujo propósito é estabelecer a maneira pela qual essa casa deve ser construída. Do mesmo modo que os discursos podem ser reproduzidos ou inovados, o design também pode manifestar a tradição ou a inovação (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Entretanto, o design ainda está separado da produção material do texto. “Os recursos nos quais o design se fundamenta, os modos semióticos, são ainda abstratos,

³⁹ *Design stands midway between content and expression.*

capazes de serem realizados em diferentes materialidades.”⁴⁰ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 6), como a pedra ou o papel. O mesmo design pode ganhar materialidade sob diferentes mídias e cada uma dessas camadas possui uma semântica própria necessária à compreensão da mensagem (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Portanto, o design realiza simultaneamente o discurso e suas combinações, uma interação social particular compreendida nesse discurso e uma particular combinação de modos. Ele é aquilo que será articulado como um modelo do texto a ser produzido. O papel do designer é arquitetônico e se dá por meio “[...] da modelagem dos recursos disponíveis em uma moldura que pode agir como um diagrama para a produção do objeto, entidade ou evento.”⁴¹ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 50). A ação do design envolve a decisão sobre quais modos utilizar para qual parte do conteúdo, sobre o recorte do conteúdo e o arranjo dos modos nessa montagem, bem como sobre o seu ponto de partida ontológico e epistemológico. As escolhas do designer levarão em conta as práticas sociais e as práticas semióticas daquele tempo, bem como os seus interesses (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Essas escolhas, que derivam dos interesses assumidos, por sua vez, têm sua fonte nos discursos sociais. Tal origem acaba por delimitar as fronteiras do design e sua produção. Um ponto de partida de determinada epistemologia guia as escolhas para que sejam aptas a transmitir a mensagem da melhor maneira. Ela é denominada de fronteira retórica e está ligada às escolhas ontológicas e epistemológicas do articulador (KRESS; LEEUWEN, 2001).

A outra fronteira do design está ligada aos recursos semióticos disponíveis no momento da produção do texto. Somente os recursos semióticos reconhecidos como tal podem ser submetidos à ação do design. O reconhecimento desses recursos, abstratos como o discurso ou concretos como as mídias, por sua vez, traz como consequência uma maior vigilância (uma gramática) do corpo social sobre eles. Aqueles recursos semióticos que não estão em evidência não ingressam no design, mesmo

40 *The resources on which design draws, the semiotic modes, are still abstract, capable of being realised in different materialities.*

41 *[...] the shaping of available resources into a framework which can act as the 'blueprint' for the production of the object or entity or event.*

fazendo parte da execução do texto (os gestos em uma fala, por exemplo). Importante ressaltar que determinado recurso semiótico pode ser evidente em uma determinada prática semiótica e não em outra (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Portanto, o design “[...] deve ser discutido em relação a um domínio específico de prática; em relação a quais recursos estão disponíveis para o design; e em relação às regularidades que o cercam, tanto em termos dos modos envolvidos, como em termos de prática de design.”⁴² (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 56). Ainda, ele é sempre contingente, de modo que o modelo desenhado pode não ser exatamente aquele materializado no momento da produção, tornando-se o produtor, ele mesmo um designer em um aspecto do texto (KRESS; LEEUWEN, 2001).

A separação entre o designer e o produtor pode limitar a ação deste, retirando os espaços para criação. Entretanto, ao produtor é reservada grande margem de articulação no design em razão do princípio semiótico de que todo o ato de produção envolve um processo de transformação, pois há “[...] uma mudança de tipo modal, de um esquema geral (realizado em um modo) para a sua instanciação em outro modo ou modos.”⁴³ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 51).

Contudo, a assertiva de que o design opera dentro das fronteiras impostas pelos recursos semióticos disponíveis no ambiente de discursos já formatados, traz a ideia vigente no período estruturalista, onde o produtor apenas reproduz signos já existentes. Entretanto, a perspectiva da semiótica social estabelece que o design “[...] ocorre no campo da ação social, e com a força agentiva de interesses individuais (mesmo que moldados socialmente/historicamente).”⁴⁴ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 63). Isso quer dizer que novas situações demandam novas configurações de design e a eleição de novos modos que, por sua vez, atuam nos discursos envolvidos de modo dialógico, transformando-os. Algumas mudanças sociais são mais rápidas que outras,

42 [...] has to be discussed in relation to a specific domain of practice; in relation to what the resources available for design are; and in relation to the regularities which surround this, both in terms of the modes involved, and in terms of design practice.

43 [...] a shift of a modal kind, from a general schema (realised in one mode) to its instantiation in another mode or modes.

44 [...] takes place in the field of social action, and with the agentive force of individual (even if socially/historically shaped) interests.

mas a lentidão afirma somente uma estabilidade relativa. Essa possibilidade de transformação do design pelo produtor faz surgir mecanismos de controle de sua execução interessantes de serem observados. Esse mecanismo de 'controle de qualidade' pode ser identificado na educação, no direito, na religião, na ciência, etc. (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Um mesmo design, por sua vez, pode articular vários discursos, cada qual formando uma espécie de moldura na qual o design deve se inserir. A coerência entre os discursos aventados é conferida pelo design que, por sua vez, delinea os modos empregados na montagem. O recurso semiótico ganha o status de 'modo' quando conquista sua regularidade histórica, em razão de seu emprego em práticas de design. Essa regularidade se substancia na forma de policiamento gramático (controle de qualidade), que reforça a regularidade de práticas de design e dos modos empregados. E uma maneira de verificar se um recurso possui regularidade é evidenciar se pode ser verificada irregularidade em seu emprego, como a utilização de um modo não tradicional no arranjo do design (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Um modo não é assim considerado porque o discurso atribui sentido a ele, mas porque o modo é capaz de realizar esse discurso. Portanto, os recursos semióticos devem ser tratados como significantes, tendo o seu significado atribuído pelo produtor dentro do contexto de discursos específicos. Entretanto, esse potencial semântico não é simplesmente aberto para qualquer atribuição de sentido, mas retira seu potencial de sua interação com a fisiologia humana e em razão de sua história cultural. A maneira pela qual ele será realizado pelo produtor dependerá dos seus interesses somados à história cultural do significante, aos potenciais da mídia e aos discursos que articulará. Mais uma vez, a sujeição de um modo a uma gramática dependerá da prática social na qual será articulado (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Em resposta à estabilidade dos discursos ao longo do tempo, o design ganha regularidade tanto no design nele mesmo considerado, como em relação aos modos empregados. Por sua vez, os discursos são eles mesmos produtos de práticas de design socialmente modeladas. Isso implica que a rigidez gramatical em recursos semióticos é socialmente atribuída. Portanto, embora o ato do design seja ativo e

inovador, ele deve lidar com as duas fronteiras nas quais ele se realiza: a relativa estabilidade proveniente da história cultural dos modos a serem articulados (gramática) e as molduras estabelecidas pelos discursos. Isso porque o design agentivo deve articular dentro de determinadas ontologias discursivas, ao mesmo tempo em que negocia com as restrições impostas pela gramática dos modos (KRESS; LEEUWEN, 2001).

2.3 A gramática do design visual como um recurso semântico

A história convencional relata que a linguagem verbal é algo natural, comum a todos os seres humanos. A escrita, por sua vez, foi desenvolvida apenas em algumas culturas, que em algum momento desenvolveram a necessidade do registro. A princípio, os signos eram altamente icônicos ao fazer uso de uma representação mimética transparente. O alfabeto teria se desenvolvido a partir dessa escrita icônica em razão do fenômeno da variação linguística e por processos de gradual abstração (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Entretanto, tal concepção histórica classifica todas as culturas com representações visuais diferentes da escrita como iletradas. Kress e Leeuwen propõe que, a princípio, havia dois modos de comunicação, o verbal e o visual, e que cumpriam diferentes propósitos. Com o tempo, em determinadas culturas, um prevaleceu sobre o outro, de modo que a representação visual da fala se especializou na forma da escrita. As culturas que mantiveram a utilização do modo visual possuem um rico espectro de variedades representacionais que são subestimadas pelas culturas letradas. Mesmo estas, a despeito da valorização da forma escrita, possuem em seu repertório o modo visual como meio de comunicação, independente da escrita (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Pensando sobre a semântica da multimodalidade, o sentido de um texto não é absolutamente monoglóssico (somente um sentido) ou heteroglóssico (vários sentidos). Ao contrário, há uma distribuição de papéis entre os diferentes modos, na qual a uns é dado grande poder e, em contrapartida, grande controle semântico, enquanto outros possuem relativa liberdade com conseqüente menor poder. O fato é

que cada modo possui suas limitações e possibilidades e seus potenciais semânticos podem ser próximos, mas não totalmente opostos ou sobrepostos. Por isso, uma gramática do design visual possui aplicações descritivas e críticas. A moldura descritiva pode ser utilizada para análise visual cotidiana, como na leitura de mapas, propagandas e imagens. O viés crítico auxilia na inferência dos interesses dos articuladores dentro do contexto específico (KRESS; LEEUWEN, 2010).

O arranjo dos modos articulados na planta da cidade de Cruzeiro do Sul que é analisada na presente pesquisa, possui uma organização espacial que justifica a sua interpretação com a utilização dos princípios semióticos do design visual. Tal organização espacial permite tanto uma análise descritiva quanto crítica, com o propósito de interpretar os discursos e seus arranjos ideológicos invocados na relação entre a cidade e a Natureza e materializado no texto. Nesta subseção é aprofundada a relação sociossemântica da seleção e disposição espacial dos modos semióticos em uma representação visual, dentro do estrato do design.

Retomando o desenvolvimento do estrato do design, o termo gramática sugere a ideia de regra, de competência. Nesse sentido, as imagens são tomadas como palavras, aquilo que, na linguística tradicional, se chama de léxico. Entretanto, a teoria busca compreender, além das 'palavras', a sua sintaxe, o modo e a regularidade com que os elementos se combinam para formar um todo coerente. O foco é semântico (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Sob esse aspecto, **a gramática se torna um recurso para a construção de sentidos, para a codificação de interpretações da experiência e formas de interação social.** Um exemplo é a utilização de substantivos para a nomeação do tempo, algo que indica a possibilidade de apropriação. Outro é a utilização do verbo, que indica a presença de um sujeito que pratica uma ação em um determinado tempo e espaço. Mais do que regras, a gramática é um meio de expressão da experiência do sujeito sobre a realidade. Da mesma forma que a linguagem tradicional, as estruturas visuais também indicam as interpretações particulares dos sujeitos a respeito da realidade e as respectivas formas de interação social. Os sentidos pertencem à cultura e é ela quem indica quais os modos de veiculação da mensagem, isso porque a

escolha dos modos afeta a semântica. E seu mau uso implica sanções sociais (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A gramática pode ser compreendida como um “inventário de elementos e regras subjacentes a formas culturais específicas de comunicação verbal.”⁴⁵ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 3). A subjacência a formas culturais remete ao compartilhamento de versões da realidade mais ou menos comuns a determinado grupo, que a transformam em uma questão social de conhecimento e práticas (ontologias e epistemologias) compartilhadas por esse grupo. A descrição gramática de uma linguagem visual não passa de uma enumeração dos recursos semióticos de um determinado grupo social, delineadas por aquele que descreve. Tendo isso em mente, a gramática visual descreve um recurso social de um grupo, o conhecimento que esse grupo tem sobre o recurso e o modo como ele o utiliza (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A adoção de uma descrição que parte de uma concepção social define os limites de aplicação da teoria à cultura ocidental como o grupo pelo qual o recurso é utilizado. Em razão da amplitude no tempo e espaço das formas culturais que se convencionou chamar de ‘ocidentais’, a gramática da linguagem visual é opaca, não transparente. Determinados elementos terão valores e sentidos diversos em diferentes culturas e há que se levar em conta as simbioses culturais (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Para se comportar como um sistema de comunicação, todos os modos semióticos, incluindo o visual/espacial, devem preencher requisitos representacionais e comunicativos. Para tanto, adota-se a noção de **metafunção**, conceituada como os propósitos relacionados aos usos dos signos, tomadas como unidades temáticas para o estudo do estrato do design. As três metafunções teorizadas por Halliday, a **ideacional**, a **interpessoal** e a **textual**, são desenvolvidas nas subseções seguintes (HALLIDAY, 1978; KRESS; LEEUWEN, 2010).

2.3.1 Metafunção ideacional

A metafunção ideacional é definida como a representação dos objetos e sua relação com o mundo material, os sistemas semióticos de uma cultura. Diferentes

45 [...] *an inventory of elements and rules underlying culture-specific forms of verbal communication.*

padrões de design podem produzir diferentes representações do mesmo aspecto da realidade. Entretanto, invés de utilizar a expressão 'objetos' ou 'elementos' para os integrantes do arranjo, utiliza-se a expressão **participantes representados**, em razão do termo apontar para uma característica relacional (participação em algo) e também por chamar a atenção para a existência de dois tipos de participantes envolvidos no ato semiótico: os **participantes interativos**, aqueles que integram o ato comunicacional e os **participantes representados**, aqueles que constituem o assunto da mensagem, isto é, pessoas, lugares ou coisas representadas (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Segundo Halliday, a metafunção ideacional se relaciona com o campo e com o sistema de transitividade. O campo é a ação social na qual está inserida a temática, onde a metafunção ideacional também faz parte (HALLIDAY, 1978). No modo escrita ou fala, o sistema de transitividade é um meio de descrição da oração (signos/visual/espacial) e está diretamente relacionado com o campo e a metafunção ideacional. Ele é composto por três categorias: o processo, os participantes e as circunstâncias. O processo descreve o desenrolar da experiência no tempo (ação, verbos). Os participantes são os atores envolvidos (quem) e a circunstância indica o modo, o tempo, o lugar e a causa do desdobramento do processo (como, quando, onde e porquê). O processo, somado aos participantes e, eventualmente, às circunstâncias, constituem o centro experiencial da oração (FUZER; CABRAL, 2014; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Dentro desse sistema transitivo, existem três tipos principais de processos pelos quais o ser humano representa suas experiências: o **material**, o **relacional** e o **mental**. No primeiro, o participante pratica uma ação no tempo que altera a realidade inicial. No segundo, se estabelece uma relação entre os participantes do texto, usualmente em termos de suas características ou identidade. No terceiro, há a representação subjetiva da experiência da realidade (afeição, cognição, percepção, desejo) (FUZER; CABRAL, 2014; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Na linguagem escrita ou oral, os participantes representados podem tomar a forma de substantivos e, a relação entre eles, a forma de verbo. Essa analogia serve para a imagem de um diagrama, por exemplo. Entretanto, tal analogia com a linguagem

escrita não é crível em uma imagem naturalística, pois não é possível descrever cada elemento dela (KRESS; LEEUWEN, 2010). Mesmo assim, esse sistema pode ser aplicado para o estudo de outros modos semióticos em razão de seu foco semântico. Os participantes representados são referidos como 'ator', 'meta' ou 'beneficiário' e não como massa ou volume, expressões da teoria formal da arte. A relação entre os participantes ator e meta se dá por meio de uma 'transação', algo que é praticado pelo ator sobre a meta (processo). Essa configuração é chamada de estrutura transacional que, em uma imagem, é chamada de **processo narrativo** e sua principal característica é a presença de **vetores** representados na imagem, que indicam "[...] ações ou eventos, processos de mudança ou arranjos espaciais transitórios [...]"⁴⁶ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 79).

Quando a representação da ação possui somente um ator, o processo é chamado de não-transacional. Nela, a meta não está presente, permitindo uma analogia com os verbos intransitivos (chover) (KRESS; LEEUWEN, 2010). Por outro lado, quando a representação da ação possui somente uma meta, ela é chamada de evento. É algo que acontece com alguém, mas não é possível identificar o sujeito da ação. Essa ocultação do sujeito pode ser modulada, representando apenas uma parte dele, como uma mão, por exemplo. É possível afirmar que esse processo narrativo é análogo à voz passiva da linguagem verbal (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A imagem abaixo exemplifica um processo narrativo transacional:

46 [...] actions and events, processes of change, transitory spatial arrangements [...]

Figura 07 – Prisão de jagunços pela cavalaria



Fonte: Barros (1897)

Esta fotografia traz o discurso da vitória do exército republicano brasileiro (que há pouco era ele mesmo revolucionário) sobre os insurgentes conselheiristas, e é um ótimo exemplo, inspirado em Kress e Leeuwen (2010, p. 45), de processos narrativos mediados por vetores. Os atores são os soldados do exército republicano e as metas são os ‘jagunços’. Os vetores são as armas de fogo e espadas apontadas pelos soldados em direção aos jagunços, representando a ação de subjugação.

Em uma **estrutura conceitual**, por sua vez, os participantes representados são nomeados de ‘portador’ e ‘atributo’. Não há uma ação praticada por um ator sobre uma meta e, por isso, não há a presença de vetores. Ocorre a representação de uma **relação entre os participantes**, nomeados de **portador** e **atributo**. Essa estrutura trata de como os atributos se relacionam entre si para formar um todo maior, os atributos possessivos do portador. Nela, os participantes podem ser representados em estruturas visuais mas com conceitos mais gerais, com uma “essência atemporal, em termos de **classe, estrutura** ou **sentido**.”⁴⁷ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 79).

A representação em termos de classe é chamada de **processos classificatórios**, que relacionam os participantes em uma espécie de taxonomia. Um

47 [...] *timeless essence, in terms of class, or structure or meaning.*

conjunto de participantes será designado como 'subordinados' em relação ao superordenado (um tipo de) (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Figura 08 – Foto de indígenas



Fonte: acervo pessoal de Evandro Nogueira, sem data.

A fotografia acima foi produzida na região do Juruá e os indivíduos nela representados são exemplos de participantes subordinados à classificação de indígenas, embora o participante superordenado esteja implicitamente presente. A maneira pela qual o articulador elege classificar os participantes representados evidencia o ponto de partida ontológico escolhido. Nesse caso, fica evidente o pressuposto de uma única Natureza que se desenrola dentro de uma temporalidade linear, do primitivo à civilização, um discurso que será abordado durante toda a análise do objeto da pesquisa. A generalização da diversidade indígena é uma interpretação que decorre da maneira pela qual o articulador classifica a sua experiência dentro da metafunção ideacional no texto em questão.

Os **processos analíticos** “relacionam os participantes em termos de uma estrutura de parte-todo.”⁴⁸ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 87). Os participantes são então chamados de ‘portador’ e ‘atributos possessivos’ relativos ao portador. Exemplos possíveis são fotos de moda e mapas, que permitem diferentes análises de diferentes

48 [...] relate participants in terms of a part-whole structure.

partes do mesmo atributo, como atributos geográficos, políticos ou sociais (uma parte do) (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A figura 10 é um exemplo de processo analítico. Trata-se da “Planta da cidade de Minas”, confeccionada no ano de 1895. Nota-se a relação minuciosa dos atributos possessivos como partes da cidade de Minas.

Por fim, existem dois participantes em **processos simbólicos** quando um deles é o portador e o outro o atributo simbólico. Estes dizem respeito àquilo que o participante ‘significa’ ou ‘é’ (KRESS; LEEUWEN, 2010). Um exemplo também é encontrado na figura 10, no brasão que remete à oficialidade da planta.

Figura 09 – Planta Geral da Cidade de Minas



Fonte: MINAS GERAIS (1895)

Estabelecidas sinteticamente as premissas da metafunção ideacional como a ordenação da Natureza segundo a experiência do articulador, passa-se à metafunção interpessoal, como a expressão da relação entre os participantes, interativos e representados, da prática semiótica.

2.3.2 Metafunção interpessoal

Referindo-se à linguagem escrita ou falada, Halliday e Matthiessen definem a oração como um evento interativo que envolve um falante ou escritor e uma audiência

(2004). Nela, a metafunção interpessoal representa o potencial semântico do articulador como interveniente, expressando suas ações ou tentando influenciar os outros, dentro de um contexto social específico (HALLIDAY, 1978).

Sobre as imagens, Kress e Leeuwen afirmam que elas possuem dois tipos de participantes: os **participantes representados** dentro delas e os **participantes interativos**, os interlocutores que se comunicam por meio da imagem. Desse modo, são possíveis três tipos de relações: entre os participantes representados; entre os participantes representados e os participantes interativos; e entre os participantes interativos (2010).

Tais imagens são produzidas pelos participantes interativos dentro de “[...] contextos de instituições sociais que regulam, em diferentes graus e modos, aquilo que deveria ser dito por meio de imagens, como deveria ser dito e como deveria ser interpretado.”⁴⁹ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 114). Os participantes interativos podem estar presentes no momento da produção da mensagem. Entretanto, na maioria das vezes, o articulador é ausente para o intérprete. Tudo o que se tem é a imagem como ela se apresenta. Ocorre uma disjunção entre o contexto de produção e o contexto de recepção, com a consequência do apagamento da possibilidade de interação entre os participantes (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Entretanto, nessa disjunção, o produtor ausente faz escolhas no momento da produção da mensagem e elege um modelo específico de receptor por meio dos códigos escolhidos. E tais escolhas são evidentes no texto. Deve-se ter em mente que a dita disjunção entre os participantes interativos não afasta o fato de que as mensagens são produzidas em contextos sociais com o propósito de “[...] comunicar atitudes em direção a aspectos da vida social e em direção às pessoas que neles participam [...]”⁵⁰ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 115). Ainda, a mensagem deve se aproximar das regras e valores da instituição social onde ela é veiculada para que os

49 [...] context of social institutions which, to different degrees and in different ways, regulate what may be 'said' with images, how it should be said, and how it should be interpreted.

50 [...] to communicate attitudes towards aspects of social life and towards people who participate in them [...].

receptores possam compreender suas intenções comunicativas, mesmo que não concordem com elas (KRESS; LEEUWEN, 2010).

O que há em comum entre os participantes interativos ausentes é o texto materializado, o conhecimento dos recursos comunicativos e o modo como as relações e interações sociais podem ser codificadas em imagens. “A articulação e compreensão dos sentidos sociais nas imagens derivam da articulação visual de sentidos sociais em interações cara a cara, a posição espacial designada para os diferentes tipos de atores em interação.”⁵¹ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 116). Na linguagem oral, é aquilo que se chama de comunicação não verbal.

O efeito da disjunção é que as relações sociais são representadas por meio da imagem invés de performadas em ações concretas. O participante interativo comunica a interação social eleita por meio das representações da imagem. E o receptor é então representado nessa posição social eleita pelo produtor. A concordância ou não do receptor com a posição eleita pelo produtor dependerá das posições concretas do contexto social de recepção. De qualquer maneira, a concordância ou não advém do modo como se compreende as imagens como representação de interações e relações sociais (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Dentro da metafunção interpessoal, Halliday e Matthiessen propõe a categoria dos atos de fala que, dentro do aspecto interacional, o falante adota para ele mesmo um papel específico. Na classificação dos autores, os atos de fala podem oferecer informação, onde a resposta esperada é a concordância com ela e a discricionária a contradição. Também podem oferecer bens e serviços (aceitação/recusa); demandar informação, onde a forma é a pergunta (resposta/negação da resposta); e demandar bens e serviços, onde a forma empregada é o imperativo (fazer/não fazer). Na linguagem oral ou escrita, as ofertas são realizadas por orações declarativas e interrogativas. As demandas, por orações imperativas e interrogativas. (FUZER; CABRAL, 2014; 2004).

51 *The articulation and understanding of social meanings in images derives from the visual articulation of social meanings in face-to-face interaction, the spatial positions allocated to different kinds of social actors in interaction [...].*

Estendendo o conceito de atos de fala para as imagens, Kress e Leeuwen adotam a categoria de “atos de imagem”. Embora eles não possuam sintaxe equivalente à linguagem escrita, também derivam dos conceitos gerais de oferta e demanda. Uma imagem de um convite, uma convocação ou um aviso é representada por meio de diferentes recursos visuais, mas todos eles são realizados dentro da categoria genérica de demanda, por exemplo. Importante ressaltar que os atos de imagem se aplicam apenas a representação de figuras humanas ou semelhantes. A escolha do produtor em representar o olhar ou não, em demandar ou oferecer advém da sua intenção com aquela determinada interação social (2010).

Tendo em mente o conceito de que os sentidos das interações interpessoais representadas na imagem derivam das práticas culturais de relacionamento, pode-se afirmar que a representação do distanciamento social entre as interações de participantes representados e participantes interativos diz respeito à distância entre o intérprete e o sujeito/objeto representado. Para a interpretação semântica, o cotidiano oferece o sentido da distância entre os participantes interativos ao tomar situações sociais específicas como guia. Elas derivam do estudo da proxêmica, que trata da distância que as pessoas guardam entre si em situações sociais específicas, expressando aspectos de poder e solidariedade, como em relações sociais de trabalho ou afeto (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A relação entre os participantes representados e os intérpretes da mensagem, além de se dar por meio da escolha entre ‘oferta’ e ‘demanda’ e da distância do enquadramento, também ocorre durante a escolha da perspectiva, do ângulo de visão. Ela possibilita a expressão de atitudes subjetivas de poder e solidariedade, socialmente determinadas, em relação aos participantes representados. O uso da perspectiva em uma imagem, por exemplo, estabelece uma relação direta com o intérprete, determinando seu ponto de vista de acordo com os ângulos vertical e horizontal (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Por sua vez, imagens objetivas que não possuem seres humanos como participantes representados não possuem o sistema de ato de imagem e, por isso, não podem estabelecer uma interação de oferta e demanda. Entretanto, os sistemas de

enquadramento (proximidade / distância social), ângulo horizontal e ângulo vertical podem ser utilizados nessa categoria de imagens como expressões de relações de poder e solidariedade (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A figura 08, que retrata a prisão de 'jagunços' pela cavalaria republicana, traz novamente ótimos exemplos das relações interpessoais. O ângulo horizontal frontal da câmera indica uma relação de envolvimento direto de grande solidariedade entre a narrativa e o intérprete. É uma imagem de oferta de informação, pois os participantes representados não demandam a participação do intérprete com o seu olhar. Tendo em conta o contexto de violência, a distância do enquadramento somada a um ângulo vertical neutro sugere comprometimento e igualdade social do intérprete com os participantes representados. A pequena distância entre eles aponta para uma relação hostil e não para solidariedade em virtude da não reciprocidade. Por fim, o ângulo vertical entre os participantes representados sugere relações de poder entre os soldados republicanos e os insurgentes.

Ainda dentro das relações interpessoais de uma imagem, pode-se afirmar que toda mensagem possui indicativos embutidos que remetem à aderência dela com a realidade que representa. Nesse ponto, é importante resgatar que uma teoria sociosemiótica não trata de uma verdade ou falsidade absolutas da representação em si mesma considerada. "Ela apenas mostra se uma dada proposição (visual, verbal ou qualquer outra) é representada como verdade ou não."⁵² (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 154).

Esses indicadores são chamados de **marcadores de modalidade** e dizem respeito àquilo que, na mensagem, pode ser tratado como verdade ou com desconfiança. Eles são um grupo de signos específicos dentro do amplo espectro de signos disponíveis na produção comunicativa e que, segundo Halliday e Matthiessen, retratam "[...] o julgamento do falante, ou demanda de julgamento do ouvinte, sobre o estado daquilo que está sendo dito [...]."⁵³ (2004, p. 143).

52 *It can only show whether a given 'proposition' (visual, verbal or otherwise) is represented as true or not.*

53 *[...] the speaker's judgement, or request of the judgement of the listener, on the status of what is being said [...].*

Com isso, percebe-se que alguns modos possuem mais credibilidade que outros como, por exemplo, a visão sobre a audição. Na linguagem falada ou escrita, a modalidade é expressa por meio de verbos como 'é', 'pode', 'deve', 'deveria' ou adjetivos a eles relacionados, como 'possível', 'provável', 'certo'. Também pode ser expressa por meio dos modos oracionais declarativo, imperativo e interrogativo bem como pelo tempo verbal (passado – foi, presente – é, futuro – será). Um outro exemplo de marcadores de baixa modalidade dentro da cultura ocidental são substantivos como estória, sonho, crença, em comparação com substantivos de alta modalidade como realidade, fato, verdade. Por fim, o modo eleito para a representação (escrita, imagem, escultura) também carregará diferentes modalidades, dependendo do contexto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; KRESS; LEEUWEN, 2010).

Portanto, a moldura sociossemiótica, unida à estrutura funcional de Halliday e Matthiessen (2004), permite afirmar que:

[...] a modalidade é 'interpessoal' invés de 'ideacional'. Ela não expressa verdades ou falsidades absolutas; ela *produz* verdades compartilhadas alinhando leitores ou ouvintes com algumas afirmações e distanciando-os de outras. Ela serve para criar um 'nós' imaginário. Ela afirma, por assim dizer, isso é aquilo que 'nós' consideramos verdade, e isso é aquilo que 'nós' nos distanciamos [...].⁵⁴ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 155)

Conclui-se que a teoria semântica sociossemiótica assume um conceito subjetivo de realidade a qual, por sua vez, está ligada à definição de realidade construída de valores e interesses de um determinado grupo social. Portanto, a modalidade na imagem é definida pela conjunção complexa de vários elementos e será valorada pelo intérprete dentro do contexto de articulação e interpretação. Isso porque, mesmo dentro de uma mesma cultura, a representação que é tomada como possuidora de alta modalidade em um determinado contexto, poderá vê-la rebaixada em outro.

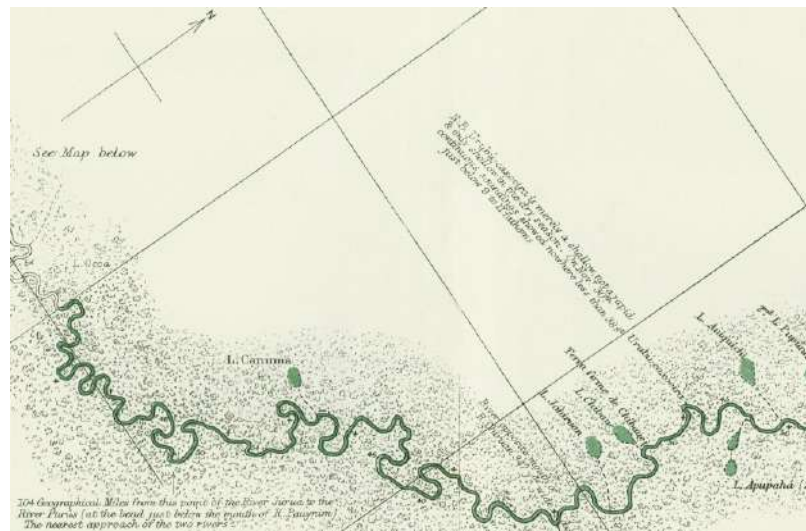
Esses diferentes realismos são chamados de **orientações de codificação** e são definidos como “[...] um conjunto de princípios abstratos que orientam o modo pelo

54 [...] modality is 'interpersonal' rather than 'ideational'. It does not express absolute truths or falsehoods; it produces shared truths aligning readers or listeners with some statements and distancing them from others. It serves to create an imaginary 'we'. It says, as it were, these are the things 'we' consider true, and these are the things 'we' distance ourselves from [...]

qual os textos são codificados por grupos sociais específicos [...]”⁵⁵ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 165). A orientação de codificação é que será tomada como parâmetro para a valoração da modalidade da representação.

O mapa abaixo foi elaborado na expedição de William Chandless, que subiu o Rio Juruá em 1869:

Figura 10 – Mapa do rio Juruá



Fonte: Excerto de CHANDLESS (1869)

Tendo em mente que a expedição buscava, dentre outras finalidades, cartografar o rio Juruá, a precisão topográfica demonstra a intenção de retratar seu traçado com precisão, denotando alto grau de modalidade e solidariedade dirigidas ao intérprete, dentro de uma orientação de codificação científica.

2.3.3 Metafunção textual

Pode-se sintetizar que a metafunção ideacional trata da relação entre os participantes representados na imagem. A metafunção interacional descreve a relação entre os participantes representados e o observador. Por sua vez, a metafunção textual se refere à “composição como um todo, o modo pelo qual os elementos representacionais e interativos são produzidos para se relacionar um com o outro, o 55 [...] sets of abstract principles which inform the way in which texts are coded by specific social groups [...].”

modo como eles se integram em um todo coerente.”⁵⁶ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 176).

A escolha da posição dos elementos dentro da composição pelo produtor confere a eles **valores de informação** relativos, tanto entre os participantes representados, como entre esses e o observador. Tais valores estão ligados às configurações entre esquerda e direita, topo e base, e centro e margem (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Os elementos pictóricos como o foco, o tamanho, a luz, as cores são **itens de informação** que podem receber maior ou menor **saliência**, refletindo em sua importância na composição. Da mesma forma, a saliência engloba tanto os sintagmas ideacionais como os interativos (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A conexão ou desconexão entre os participantes representados na composição é realizada pelo instrumento do **emolduramento**, que faz com que eles sejam percebidos como unidos ou separados (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Mais uma vez, tendo como exemplo a figura 08, percebe-se que o valor da informação se dá em uma relação radial entre os participantes representados, onde os ‘jagunços’ se localizam ao centro, cercados pelos soldados republicanos. No item de informação, a saliência está nos soldados republicanos ao centro da composição, com roupas claras que se destacam no primeiro plano. A seu turno, o emolduramento é definido pelos uniformes republicanos e, talvez, pela cor da pele.

Entendendo-se os textos multimodais como aqueles cujo sentido é formado por mais de um modo semiótico, a proposta é que esse sentido é compreendido pela maneira como os participantes da composição interagem entre si e não como a simples soma das semânticas individuais dos elementos representados. Por sua vez, as relações de poder e solidariedade também podem ser identificadas dentro da metafunção textual na análise das categorias do valor de informação, do item de informação e do emolduramento. Portanto, o sentido de uma imagem que utiliza diferentes modos semióticos como a escrita e imagens deve ser compreendido como um texto integrado (HODGE; KRESS, 1988; KRESS; LEEUWEN, 2010).

⁵⁶ [...] *the composition of the whole, the way in which the representational and interactive elements are made to relate to each other, the way they are integrated into a meaningful whole.*

Assim, ao se aplicar as categorias do estrato do design à planta da cidade de Cruzeiro do Sul-AC, objeto da presente pesquisa, são analisadas as maneiras pelas quais os recursos semióticos eleitos pelo articulador para a realização dos discursos interagem entre si e entre o intérprete para constituição do sentido.

Em síntese, dentro da metafunção ideacional, se analisa a maneira pela qual a experiência do sujeito socialmente posicionado representa os objetos materiais da versão da realidade eleita e, ainda, como eles se relacionam entre si, dando origem a representações narrativas ou conceituais.

A seu turno, na metafunção interpessoal, se analisa as relações sociais expressas pelas representações da cidade entre os participantes representados e o intérprete e entre os participantes interativos (articulador e intérprete). Nesse ponto, são analisados os ângulos nos eixos vertical e horizontal, bem como a modalidade das concepções da realidade, como expressões de relações de poder e solidariedade.

Ao fim, na metafunção textual, é analisada a maneira pela qual os participantes representados se relacionam entre si e a coerência atribuída a eles dentro do arranjo. Aqui ganham atenção as configurações entre os participantes representados que envolvem sua posição espacial de esquerda e direita, acima e abaixo, centro e margem, dentro da composição. Junto com a saliência e o emolduramento, as configurações do valor de informação possibilitam a interpretação da semântica atribuída a cada um deles, permitindo a análise das relações sociais de poder e solidariedade.

É possível retirar do extrato do design grande carga semântica das representações, em especial, as relações entre a cidade e a Natureza. Contudo, somente os estratos do discurso e do design não são capazes de fornecer todo o sentido da representação. Há que se analisar também os estratos que compõe a expressão material dos textos, a produção e a distribuição.

2.4 Produção

As metafunções ideacional, interpessoal e uma parte da textual são aplicadas a textos que possuem materialidades bastante diversas entre si, como a

pintura, o desenho, a escrita, a fotografia, a arquitetura, etc. Entretanto, por vezes, é difícil separar composição e performance, pois certas escolhas estão limitadas à materialidade eleita. Isso porque a própria materialidade do texto, dentro de suas limitações culturais, faz parte da construção semântica da mensagem. O processo de materialização do texto é chamado de **produção** (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A linguística tradicional trata a produção como a expressão do design, sem que esse estrato adicione sentido ao texto. Disso decorre que o mesmo enunciado, escrito à mão ou impresso, possui a mesma carga semântica, pois a matéria está separada do sentido. Essa ontologia está ligada à ênfase dada ao trabalho mental do design sobre a produção, considerada como mera consequência daquele. Contudo, é possível observar uma diferença semântica em signos produzidos em diferentes materialidades, como o ferro ou a madeira (KRESS; LEEUWEN, 2001).

A produção é a articulação do evento semiótico (no tempo) ou a produção material do artefato. As habilidades relacionadas à produção dizem respeito à mídia, à substância material eleita pelo designer. Ela “[...] não somente dá uma forma perceptível ao design mas também adiciona sentidos que fluem diretamente do processo físico de articulação e das qualidades físicas dos materiais utilizados [...]”⁵⁷ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 21).

Segue que

Textos são objetos materiais que resultam de uma variedade de práticas representacionais e de produção que fazem uso de uma variedade de recursos de significantes organizados como um sistema de significantes (aquilo de que chamamos de ‘modo’), e uma variedade de ‘mídias’, de ‘materiais significantes’ - as superfícies de produção (papel, pedra, plástico, têxtil, madeira, etc.), as substâncias de produção (tinta, ouro, aquarela, luz, etc.) e as ferramentas de produção (cinzel, caneta, pincel, lápis, estilete, etc.).⁵⁸ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 216)

57 [...] not only gives perceivable form to designs but adds meanings which flow directly from the physical process of articulation and the physical qualities of the materials used [...].

58 Texts are material objects which result from a variety of representational and production practices that make use of a variety of signifier resources organized as signifying systems (we have called these ‘modes’), and a variety of ‘media’, of ‘signifier materials’ – the surfaces of production (paper, rock, plastic, textile, wood, etc.), the substances of production (ink, gold, paint, light, etc.) and the tools of production (chisel, pen, brush, pencils, stylus, etc.).

Por isso, a produção é um estrato semântico independente no processo semiótico. Não se trata de uma mera realização do design, pois existem elementos que não são previstos por ele e que surgem no momento da execução como mais uma camada que agrega sentido ao texto, redundando com a semântica do discurso, do design e da distribuição. Importante atentar que o processo de produção está na fronteira entre a matéria semiótica e não semiótica, bem como da expressão individual e o processo semiótico. Portanto, dentro de uma determinada cultura, as escolhas pelos signos e sua materialidade são motivadas dentro do interesse do indivíduo e do grupo em um determinado momento. Ainda, os mesmos materiais podem possuir diferentes valores semióticos em culturas distintas, como o ouro ou a borracha (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Por vezes, é difícil separar o design da produção, como em um improviso musical. Entretanto, quando são separados, o design guia a produção e serve como meio de controle da ação do produtor. Como consequência, “o potencial de uma unidade entre o discurso, o design e a produção diminui e não há mais espaço para os produtores realizarem o seu próprio design, para acrescentar o seu próprio sotaque.”⁵⁹ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 7).

A produção é sempre algo material e que, por consequência, pode ser percebido pelos órgãos dos sentidos. Desse modo, as **mídias** estão associadas aos órgãos do sentido e suas características específicas são percebidas por sentidos específicos. O cheiro somente pode ser percebido pelo olfato, a cor pela visão e o peso pelo tato. Entretanto, há mídias que podem ser percebidas simultaneamente por mais de um sentido, como a textura, que se relaciona com o tato, a visão ou a audição. Essa correlação traz uma possibilidade de correspondência entre as qualidades materiais das mídias com a consequente adição de mais uma camada semântica proveniente de seu emprego no texto (KRESS; LEEUWEN, 2001).

A expressão multimídia se refere, portanto, à capacidade de um texto sensibilizar diferentes órgãos do sentido. A multimodalidade, por sua vez, se refere a presença de diferentes modos no texto. Um texto monomídia pode ser multimodal, por 59 [...] *the potential for a unity between discourse, design and production diminishes, and there is no longer room for the 'producers' to make the design 'their own', to add their own accent.*

exemplo. Mais ainda, um determinado modo pode ser realizado em diferentes mídias. Portanto, pode-se observar a independência relativa do design e de sua produção. A junção rígida entre esses dois estratos decorre de relações sociais rígidas (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Por sua vez, a interpretação da produção não é um ato passivo. A percepção é tida como uma ação humana, que passa pelo filtro das contingências sociais. Tome-se como exemplo a prevalência de um órgão do sentido sobre outro em determinados contextos. O tato, por exemplo, pode ser socialmente encorajado em determinadas circunstâncias em vez de outras (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Portanto, a ação semiótica

“[...] resulta da interação humana com o mundo, e os recursos que nós utilizamos na articulação e interpretação semântica abrangem tanto os modos semióticos quanto as mídias semióticas. Ela é o efeito de um tipo particular de ação semiótica/cognitiva/afetiva: a integração por um indivíduo de um elemento semiótico (ou muitos) em seus preexistentes – e constantemente transformados – sistemas de classificação.”⁶⁰ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 68).

Desse modo, as mídias são construídas socialmente, mesmo que limitadas por suas características naturais. Uma rua, por exemplo, pode ser constituída por diferentes mídias, de barro, de asfalto ou de tijolos, e o emprego de uma característica ou outra pode ser decidida em diferentes fases do processo de produção.

A pergunta que se coloca, então, é quem possui o poder de decisão sobre este aspecto particular do texto. E esse poder de decisão resulta em um controle sobre o sentido do texto e sobre valores sociais. Ressalte-se, ainda, que é dessa forma que o estrato da produção adiciona sentido ao discurso e ao design (a escolha socialmente motivada das mídias) (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Portanto, tal qual os demais elementos componentes do texto, a escolha do material utilizado em sua produção é motivada pelas circunstâncias sociais e limitada pelas circunstâncias materiais. O produtor pode evidenciar a materialidade dos meios

60 [...] results from human engagement with the world, and the resources we use in articulating and interpreting meaning comprise both semiotic modes and semiotic media. It is the effect of a particular kind of semiotic/cognitive/affective work: the integration by an individual of a semiotic element (or complex of semiotic elements) into their already existing – and constantly transformed – systems of classification.

de produção, ou a representação em si mesma considerada. Assim, pode-se afirmar que a produção material do texto

“[...] engloba os recursos semióticos inter-relacionados da superfície, substância e ferramentas de produção. Cada uma possui o seu próprio efeito semiótico, e na sua interação eles produzem complexos efeitos semânticos. A produção existe em muitos planos; isto é, existem uma série de relações entre as superfícies. Tal qual a noção de signo de Barthes, os signos de um nível se tornam disponíveis como significantes em outro nível superior.”⁶¹ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 225)

Essa combinação de mídias que envolve a superfície da representação e as substâncias e ferramentas empregadas para gravar tal superfície permitem uma infinidade de combinações a serem selecionadas pelo produtor no momento da materialização do design.

Diante da relativa independência do estrato da produção e do design em determinados contextos, é possível afirmar o cumprimento das três metafunções da linguagem por esse estrato. Essa circunstância é facilmente identificada em locais sociais marginais ou menos gramaticalizados, onde ocorre uma conexão mais forte entre o discurso e a produção, que diminui o papel semântico do design, e dá lugar aos princípios da **proveniência** e do **potencial semântico experiencial**. A proveniência trata da origem dos signos trazidos de outros contextos para a confecção de um novo signo, “[...] com o objetivo de significar ideias e valores que são associados ao outro contexto por aqueles que importaram o signo.”⁶² (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 10).

Por sua vez, o potencial semântico experiencial está relacionado com aquilo que se faz quando o signo é produzido. Um exemplo é uma música onde o cantor imita um sussurro, remetendo a intimidade ou sensualidade. É a “[...] habilidade de transformar ação em conhecimento, de estender a nossa experiência prática

61 [...] comprises the interrelated semiotic resources of surface, substance and tools of production. Each has its own semiotic effects, and in their interaction they produce complex effects of meaning. Production exists on many planes; that is, there are serial relations between surfaces. As with Barthes' notion of the sign, signs at one level become available as signifiers at a higher level.

62 [...] in order to signify ideas and values which are associated with that other context by those who import the sign.

metaforicamente, e de compreender extensões similares realizadas por outros.”⁶³ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 10).

Em síntese, conclui-se que signos produzidos em diferentes materiais invocam diferentes sentidos, como a impressão de um documento em um papel branco ou em um papel reciclado. Todos os recursos de sua produção, como as superfícies, substâncias e as ferramentas, também possuem valor semântico e, nos signos onde os estratos do discurso e da produção estão intimamente ligados, os princípios da proveniência e do potencial semântico experiencial guiam o intérprete na reconstrução dos discursos do texto.

Portanto, as mídias empregadas na produção da planta da cidade de Cruzeiro do Sul-AC também agregam sentido ao texto objeto da pesquisa. O papel, a tinta, a fotografia e as técnicas de impressão são as mídias utilizadas na sua produção e que serão analisadas para compreensão da relação entre os discursos de cidade e a Natureza no processo de sua semiotização.

2.5 Distribuição

Os estratos do discurso, do design e da produção são realizados no texto, bem como na organização das práticas sociais onde este se insere. Com o estrato da distribuição não é diferente e ela media a interação entre o articulador e o intérprete por meio de uma codificação ou transmissão, sempre com o emprego de um aparato tecnológico. Ela é uma “[...] recodificação técnica de eventos ou produtos semióticos, para o propósito de gravação [...] e/ou distribuição [...]”⁶⁴ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 87).

A transmissão e a preservação (que se apresenta como uma recodificação) são, portanto, os dois aspectos abrangidos pelo estrato semântico da distribuição. Um telefone ou um microfone são apenas transmissores. A gravação pode ocorrer em um CD, um filme, ou uma mídia digital. Por sua vez, um computador pode gravar e

63 [...] ability to turn action into knowledge, to extend our practical experience metaphorically, and to grasp similar extensions made by others.

64 [...] the technical 're-coding' of semiotic products and events, for purposes of recording [...] and/or distribution [...].

transmitir simultaneamente. A preservação está associada à área da representação. A transmissão, à área da interpessoalidade (KRESS; LEEUWEN, 2001).

A gravação era comumente confundida com o estrato da produção. Entretanto, a transmissão por meio da internet permitiu a comunicação em rede, fomentando a “[...] produção de sentidos interativos em diversos contextos.”⁶⁵ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 88). Essa foi uma mudança cultural de relevo que permitiu um novo olhar para o estrato da distribuição.

Socialmente, o designer possui maior prestígio que o produtor. Basta pensar nos papéis sociais do compositor, do maestro e dos músicos em uma performance de uma orquestra. Os músicos devem performar exatamente como escrito na partitura sob o comando do maestro. Na arquitetura, os construtores devem seguir o projeto. O mesmo acontece na relação entre os estratos da produção e da distribuição. A finalidade da gravação é a recodificação do original da maneira mais fiel possível. E essa fidelidade acompanha o desenvolvimento tecnológico, onde os ruídos do processo só são notados com o advento de uma tecnologia superior, como a fotografia em preto e branco e a colorida (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Desde o advento da escrita, as tecnologias de distribuição fomentaram o acesso dos indivíduos aos textos produzidos. Entretanto, a perda ou o ruído provocado pela recodificação também foi objeto de críticas ao longo do tempo, como em Platão ou em Walter Benjamin (BENJAMIN, 2008; KRESS; LEEUWEN, 2001; PLATÃO, 2016).

A recodificação retira o texto de seu ambiente espacial e temporal e

Como consequência dessa perda, o objeto semiótico é descontextualizado [...]. Ele necessita agora dar sentido a ele mesmo, em um novo contexto, e é, portanto, aberto a múltiplas interpretações, restringidas apenas em diferentes graus pela proliferação contemporânea de regimes hermenêuticos que nos chegam em muitos formatos diferentes e por meio de muitos canais diferentes [...].⁶⁶ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 89)

65 [...] production of interactive meanings in many contexts.

66 As a result of this loss, the semiotic object no longer means-in-context, [...]. It must now mean-of-itself, in a new context, and is thus open to multiple interpretation, only reined in, to different degrees, by the contemporary proliferation of hermeneutic regimes that reach us in many different formats and through many different channels [...].

Além disso, a recodificação implica uma perda da própria multimodalidade. A recodificação sempre embute uma redução dos modos empregados, a exemplo de uma peça teatral ao vivo e sua gravação em vídeo (KRESS; LEEUWEN, 2001).

O emprego de novas mídias se inicia com a recodificação das mídias antigas, o que gera esse sentimento de perda. Entretanto, a razão da criação de novas mídias é atender a novas necessidades. A descontextualização encontrada na escrita ou na fotografia, por exemplo, faz parte do sentido da mídia, permitindo uma ruptura no tempo e no espaço de sua produção. A escrita como a descontextualização da fala e a fotografia como descontextualização da imagem permitiram novos usos sociais dessas mídias, agregando uma nova carga semântica própria ao texto (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Quando novas mídias se encontram no estágio de recodificação/preservação ou transmissão de textos, busca-se imaginar quais os potenciais das novas tecnologias e seus efeitos na vida dos indivíduos e da sociedade. Entretanto, quando elas transcendem as finalidades de recodificação/preservação e transmissão, assumem uma semântica própria e os estratos de produção e distribuição se fundem novamente. O livro, por exemplo, deixou de ser apenas uma recodificação da oralidade para existir com um sentido próprio em contextos específicos (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Portanto, além da função de recodificação e transmissão, as tecnologias podem ser utilizadas para a criação de novas representações e interações, em uma escala que vai da transcrição (gravação fiel, cópia, imitação), passando pela adaptação (de uma mídia para outra), montagem ou edição, chegando a síntese (originação). No primeiro ponto da escala, os estratos da produção e da distribuição são facilmente distinguidos. No último, produção e distribuição se fundem novamente e a mídia de recodificação torna-se uma mídia de originação (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Pode-se afirmar, portanto, que a semântica do estrato da distribuição “[...] soletra o fim de uma forma de consciência e o começo de outra, e depende de seu interesse, em quem você é e o que você faz, aquilo que mais pesará na balança, as

coisas que foram ou que ainda serão, as perdas e ganhos.”⁶⁷ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 92).

A análise das tecnologias de distribuição da planta da cidade de Cruzeiro do Sul adiciona mais uma camada de sentido, contribuindo com a interpretação das relações entre a cidade e a Natureza no processo de semiotização do espaço urbano. A tecnologia é, sem dúvida, um aspecto que se deve levar em conta para a observação da agregação ou estratificação de práticas semióticas. Contudo, ela não é o único, pois diferentes práticas podem ser agregadas e outras estratificadas em um mesmo tempo e espaço. Por isso, o contexto histórico-social também deve ser levado em conta na análise (KRESS; LEEUWEN, 2001). Assim, passa-se à análise multimodal do discurso da relação entre as concepções de Natureza e cidade na planta da capital do Departamento do Alto Juruá, levando-se em conta os pressupostos teóricos da semiótica social, que considera aspectos extralinguísticos como determinantes do sentido dos textos analisados.

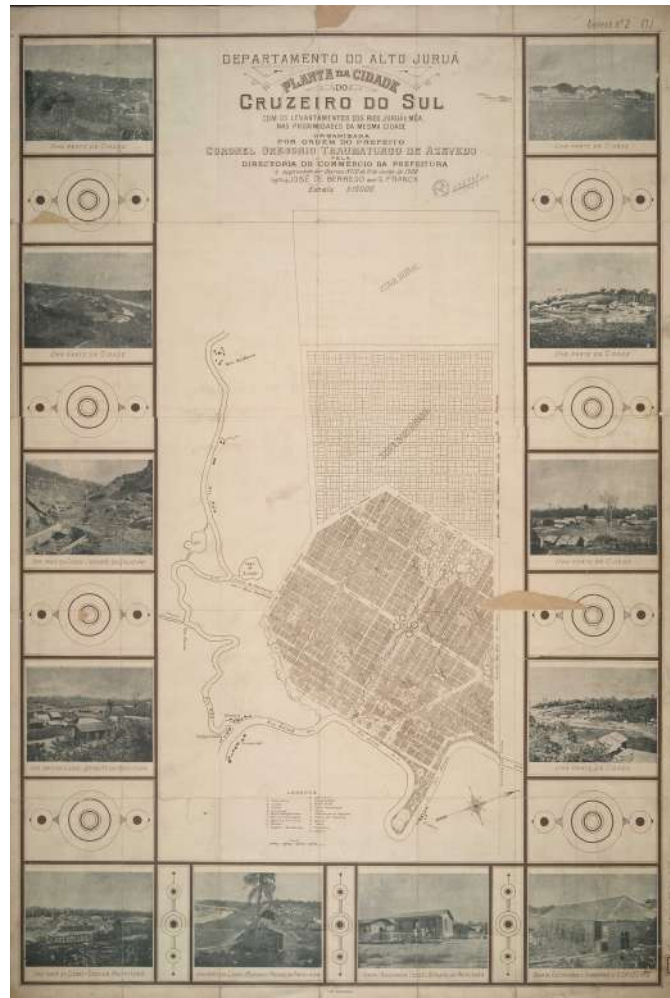
3. ANÁLISE DO DISCURSO DA PLANTA DA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL DO ANO DE 1906

Conforme discutido nas seções anteriores, a análise multimodal do discurso que possui como ponto de partida as bases ontológicas da semiótica social exige a inclusão de elementos contextuais extralinguísticos na análise, bem como a inclusão de todos os modos que compõe o texto, e não somente da fala ou escrita e, ainda, deve abranger as continuidades e descontinuidades diacrônicas transformadas nesse texto.

Portanto, na presente seção, será realizada a análise do discurso da planta da cidade de Cruzeiro do Sul – AC, elaborada na administração do então prefeito, Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, no ano de 1906:

67 [...] *spells the end of one form of consciousness and the beginning of another, and it depends on your interest, on who you are and what you do, what will put most weight in the scale, the things that were or the things that will be, the losses or the gains.*

Figura 11 – Planta da cidade do Cruzeiro do Sul



Fonte: DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

A análise da relação entre a cidade e a natureza, materializada na planta referida, é discutida dentro dos quatro estratos propostos pelos teóricos: o discurso, o design, a produção e a distribuição. A contextualização diacrônica está presente em todos esses estratos. Isso porque, mesmo diante da estruturação teórica que separa os estratos entre si e os elementos extralinguísticos, deve-se ressaltar que eles surgem indissociáveis no texto materializado e dentro de cada estrato que o compõe. Entretanto, o estudo minucioso da diacronia será realizado dentro do estrato do discurso, com o qual os demais estratos travarão constante diálogo.

3.1 O estrato do discurso

Conforme conceituado anteriormente, os discursos são as concepções sobre a realidade que se materializam no texto. Portanto, a definição das concepções ontológicas sobre a Natureza no tempo são um passo necessário para se identificar no texto as suas transformações, bem como a delimitação de seu contexto.

Da mesma forma, a planta da cidade, tomada como uma ação humana, necessita da explicitação dos discursos que envolvem a natureza da cidade no tempo, para que seja possível a identificação de suas transformações no objeto de estudo.

A seu turno, a dinâmica histórica da conquista da região amazônica pelos portugueses e a dinâmica de seu processo de urbanização é essencial para a compreensão da relação entre os discursos sobre a cidade e a Natureza invocados pelos articuladores na planta objeto do estudo, e será tratada com mais detalhe dentro desse estrato.

Ao final dessa subseção, é abordada a história e os discursos particulares da região do Alto Juruá, com a finalidade de aprofundar o contexto e observar de que modo os diferentes discursos sobre as concepções de Natureza e cidade se materializam na planta da cidade de Cruzeiro do Sul.

Sobre a diacronia e suas transformações, é importante ressaltar que, embora a linearidade imposta pela escrita traga a impressão de um tempo histórico linear, as transformações nas ontologias predominantes não significam a extinção de ontologias predecessoras. Por isso buscou-se não prender o texto em datas ou eventos específicos, a não ser para situar o leitor, bem como evidenciar a coexistência das correntes ontológicas no espaço e no tempo. Ainda, tendo em mente a dependência entre os estratos para a construção semântica, são feitas incursões que levam em conta o design, a produção e a distribuição que permitirão o foco e aprofundamento da análise da planta da cidade respectivamente em cada estrato.

3.1.1 Discursos sobre a Natureza e a natureza da cidade

Embora seja comum a contraposição das concepções entre o universo natural como aquilo que acontece por si mesmo, do cultural ou convencional, que

possui a intervenção humana, é possível identificar que os discursos sobre eles derivam de representações de mundo que predominam em um tempo e espaço específicos. Já nas representações mais antigas sobre a Natureza, os animais eram retratados cercados por seres humanos armados, caçando-os. Entretanto, a concepção mágica daquele tempo a respeito da Natureza não a coloca como objeto externo à humanidade. Ao contrário, ela faz parte da relação humana. (LENOBLE, 1990).

Nessa concepção mágica, a causalidade das adversidades impostas pelo mundo natural advém de castigos pelo mau comportamento humano ou por mero capricho dos Deuses, invés de leis naturais prévias e independentes ao fato. “O nosso determinismo científico, limitado às coisas regidas pelo princípio da inércia, não sucedeu ao indeterminismo, entendido como o reinado do acaso, mas ao sobredeterminismo mágico que ligava, num mesmo destino, homens e coisas.” (LENOBLE, 1990, p. 43). Dessa maneira, a Natureza não é concebida como um sistema fechado dedutível a partir de leis estritas, mas um sistema aberto e animista onde seres e coisas se conectam em uma vasta rede, onde os fenômenos são uma atualização da intenção dos seres. Da forma se induz a intenção. Sob essa ideia, de cunho subjetivo, advém uma grande comunhão entre a humanidade e as coisas, de modo que o seu destino está atrelado ao da Natureza, não sob as regras do acaso, mas sob uma intercausalidade. O fato é provado pela associação à intenção. Daí a posterior prevalência do estudo da forma sobre a estrutura nas ciências objetivas (LENOBLE, 1990).

A seu turno, a cidade se revela no presente já em sua forma madura, de modo que a investigação arqueológica do passado deixa de lado as manifestações culturais imateriais que permitiram e fomentaram a convivência humana sedentária. Desse modo, não é possível traçar com precisão as origens da cidade, tampouco encontrar uma definição que se aplique a todas as suas manifestações e transformações (MUMFORD, 1961).

Mesmo assim, pode-se identificar as concepções daquilo que se entende por cidade por meio dos objetos dessas investigações históricas. Somente uma abordagem biofisiológica não exaure a complexidade emocional humana. Investigações

arqueológicas demonstram que os primeiros grupamentos humanos tinham como núcleo a preocupação com a morte, evidenciada no funeral de seus mortos. Os ancestrais foram os primeiros a possuírem uma morada fixa, de modo que “A cidade dos mortos antedata a cidade dos vivos.”⁶⁸ (MUMFORD, 1961, p. 7).

A arqueologia também revela que as cavernas foram um ponto para o qual se retornava com frequência. Com o tempo, além da função de abrigo, as cavernas performaram um importante papel nas artes e rituais humanos, cujos contornos podem ser vistos no presente (MUMFORD, 1961). Portanto,

“[...] há uma razão ainda melhor para acreditar que os rituais de impulso sociais e religiosos da caverna conspiraram para finalmente atrair o homem para as cidades, onde todos os sentimentos originais de medo, reverência, orgulho e alegria seriam ampliados pela arte, e multiplicados pelo número de participantes responsivos.”⁶⁹ (MUMFORD, 1961, p. 8).

Mais do que comida e abrigo, o centro cerimonial da caverna proporciona um incremento da convivência social por meio do compartilhamento de interesses comuns, e a sua perpetuação no tempo representa a sucessão de instituições sociais. As invenções da vila neolítica são o embrião da cidade moderna e suas estruturas e, justamente por isso, é difícil discernir fisicamente entre uma grande vila e uma pequena cidade. Logo, a diferenciação entre a cidade e a vila vem de suas instituições sociais (MUMFORD, 1961).

Desse modo, o advento da vila neolítica traz consigo novas tecnologias ligadas às atividades femininas, como ferramentas e vasos ou recipientes de armazenagem, como cerâmicas, cisternas, cilos e habitações, diferenciando-se das ferramentas das comunidades nômades paleolíticas ligadas à força e ao movimento, como a lança, o machado ou o arco. Isso porque o sedentarismo necessita de tecnologias de estocagem e preservação do excedente (MUMFORD, 1961).

Outra invenção da vila neolítica digna de nota é o conselho de anciãos, que detinha pela tradição oral o conhecimento acumulado pela comunidade no tempo e que, supõe-se, antedatar seu primeiro registro, em 4.000 AC. Tais conselhos não tinham a

68 *The city of the dead antedates the city of the living.*

69 *[...] there is even a better reason for finding in the rites of the cave the social and religious impulses that conspired to draw men finally into cities, where all the original feelings of awe, reverence, pride, and joy would be further magnified by art, and multiplied by the number of responsive participants.*

função de governar propriamente, mas de aplicar os costumes imemoriais à dinâmica da comunidade (MUMFORD, 1961).

O processo de transformação da vila em cidade vem com o emprego de tecnologias do movimento utilizadas anteriormente na caça nômade para a agricultura da vila, como os arados e a irrigação. A contribuição paleolítica expressa “[...] um desejo de domar e controlar a natureza, de dominar e controlar animais, jumentos, camelos, elefantes e, sobretudo, exercitar, em parte pelo comando das armas, um poder predatório sobre outros grupos humanos.”⁷⁰ (MUMFORD, 1961, p. 21).

Mas não é somente o incremento populacional de uma vila que consegue mudar o seu foco nas necessidades alimentares e reprodutivas. A vila necessitava de um impulso que transformasse essas relações sociais neolíticas em novos arranjos sociais que atualmente são reconhecidos em uma cidade. Nesse processo, a cultura da vila não é apagada ou substituída, mas incorporada e reconstituída com uma complexidade incrementada. Embora as comunidades na forma de vilas não tivessem deixado de existir, os registros arqueológicos apontam que as cidades surgiram por volta do ano 3.000 AC, marcadas por uma expansão tecnológica sem paralelos. Por sua vez, o advento da escrita como uma tecnologia comunicativa adota a forma de uma gramática nominal, onde as coisas podem ser listadas e ordenadas, marcando uma mudança do foco interpessoal da linguagem que prevalecia nas comunidades pré-sedentárias, para o ideacional, onde as abstrações “são transformações de processos em coisas.”⁷¹ (HALLIDAY, 2001, p. 181; MUMFORD, 1961).

As transformações reconhecidas são a intensificação da comunicação à longa distância, no espaço e no tempo, as invenções e engenharia civil, bem como um incremento na produtividade agrícola. O culto familiar realizado em torno da fogueira é modificado pelo culto aos astros celestiais e aos elementos em um templo específico para este fim. Sob o aspecto social, os aldeões que antes se viam como iguais, agora se transformam em súditos, com funções especializadas e, o chefe da vila, transforma-

70 [...] a desire to tame and control nature, to dominate and master strong or mettlesome animal, ass, horse, camel, elephant, above all, to exercise, partly by command of weapons, a predatory power over other human groups.

71 [...] are transformations of processes into things.

se em rei, que passa a acumular também as funções religiosas e seculares, substituindo o conselho de anciãos na forma de uma cidadela murada no centro da cidade, composta pelo palácio e pelo templo (MUMFORD, 1961).

Das suas origens em diante, de fato, a cidade pode ser descrita como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir as benesses da civilização, suficientemente condensada a permitir a máxima quantidade de instalações no menor espaço, mas também capaz de crescimento estrutural apto a encontrar lugar para as necessidades cambiantes e formas mais complexas de uma sociedade em crescimento e sua herança social cumulativa. A invenção de formas como o registro escrito, a biblioteca, o arquivo, a escola e a universidade é uma das mais antigas e mais características realizações da cidade.⁷² (MUMFORD, 1961, p. 30)

Portanto, a transformação da vila em cidade, tomada como um processo, organizou e concentrou no espaço atividades antes dispersas, bem como promoveu uma diferenciação estrutural e arquitetônica das instituições que passou a abrigar. Ao contrário de uma expansão territorial, a cidade promove uma aglutinação cultural em um espaço concentrado, com conseqüente incremento das interações sociais. Essas condições acabam por catalisar a agência humana sobre a natureza e, também, sobre outros seres humanos (MUMFORD, 1961).

Entretanto, a concepção mágica sobre a Natureza não a coloca em oposição à natureza da cidade, como se pode observar nos cultos a deuses antropozoomórficos ou aos astros celestiais, bem como na concepção de um tempo cíclico. A Natureza possui um sentido de conjunto e “Exprime uma racionalização desse sentimento fundamental de comunhão e de ‘intercausalidade’.” (LENOBLE, 1990, p. 46), onde a ligação entre as causas e os efeitos não é arbitrária, mas subjetiva, introvertida, moral.

Embora não seja possível falar em superação, esta concepção mágica e subjetiva de Natureza tem uma adição em seu sentido com a filosofia grega do século V AC. Junto à noção de conjunto, é acrescida a noção de lei, em que “A multiplicidade de coisas ordena-se num conjunto, o Cosmos, e este conjunto é regido por leis [...]” (LENOBLE, 1990, p. 185). Nessa concepção, a lei assume a ideia de regularidade e se

⁷² *From its origins onward, indeed, the city may be described as a structure specially equipped to store and transmit the goods of civilization, sufficiently condensed to afford the maximum amount of facilities in a minimum space, but also capable of structural enlargement to enable it to find a place for the changing needs and the more complex forms of a growing society and its cumulative social heritage. The invention of such forms as the written record, the library, the archive, the school, and the university is one of the earliest and most characteristic achievements of the city.*

opõe ao acaso. Aqui, os sentidos de lei e liberdade caminham juntos, pois o conhecimento das leis livra o ser humano do acaso e precisa o seu lugar nesse cosmos, em relação aos demais constituintes. “Na própria época em que aparece esta concepção nova da Natureza, a Grécia concebe-se a ela mesma como uma terra de cidades organizadas que se opõe à anarquia bárbara [...] (LENOBLE, 1990, p. 185). Mais ainda, a Natureza existe para uma finalidade: do mesmo modo que o fogo queima para esquentar, a cidade tem por finalidade a felicidade do homem.

Dentro da concepção mágica de Natureza, a liberdade de ação se materializa na figura do Rei, pois ele mesmo possui uma origem divina. O discurso de Natureza como um conjunto ordenado por leis transborda a liberdade de ação para todos aqueles que conhecem as leis desse Cosmos e

Um a um, os privilégios e prerrogativas da realeza foram transferidos para a cidade e a seus cidadãos. Milhares de anos foram necessários para efetivar essa mudança; e quando ela foi consumada os homens se esqueceram quando e como ela começou. [...] Ao final, a própria cidade tornou-se o carro-chefe da transformação do ser humano, o órgão para plena expressão da personalidade.⁷³ (MUMFORD, 1961, P. 110)

Tais quais outros centros urbanos da antiguidade, as cidades gregas eram também a morada de um deus. Entretanto, a partir do século VI AC, o pensamento grego se afasta da mística mitológica e volta sua atenção para a vida terrena. A liberdade de escolha e pensamento ultrapassa a figura do governante, incluindo toda a congregação da *polis*. As representações humanas dos deuses que miram o espectador com faces sorridentes, em edificações em escala humana, se transformam em um culto às próprias realizações gregas. A cidade, mais uma vez, assume a forma da cosmologia construída por sua cultura, de modo que “Então o eu olha admirado para o eu que olha para o eu: um estado de narcisismo estasiado.”⁷⁴ (MUMFORD, 1961, p. 146).

73 One by one, the privileges and prerogatives of kingship were transferred to the city, and its citizens. Thousands of years were needed to effect this change; and by the time it was consummated men had forgotten where and how it had begun. [...] In the end, the city itself became the chief agent of man's transformation, the organ for the fullest expression of personality.

74 So the self looked admiringly upon the self that looked upon the self: a state of enraptured narcissism.

Figura 12 – Kouros equestre



Fonte: FRANTZ, (2006)

Embora uma consequência dessa nova episteme seja o afastamento da ideia de um governante divino, a democracia grega não foi plenamente implantada, pois oligarquias e aristocracias continuaram existindo e influenciando os rumos da cidade por meio da segregação e monopólio. O maior exemplo é a adoção da instituição da escravatura e a consequente exclusão de estrangeiros e escravos da liberdade de manifestação política (MUMFORD, 1961). Isso porque “as relações entre os humanos não são reguladas por uma lei própria ao homem, mas por condições gerais do Cosmos.” (LENOBLE, 1990, p. 190), que acabam por justificar a hierarquização social. A natureza finalística do escravo é servir a seu mestre.

Para se compreender a ascensão da *polis* grega, é necessário voltar-se para os seres que a construíram. Sem esquecer a alavancagem escravocrata, o intercâmbio cultural promovido dentro da própria cidade por meio da rotação das funções exercidas por seus cidadãos, bem como o intercâmbio cultural entre as próprias cidades

promovido pelos eventos sazonais, podem ter sido os grandes propulsores da cultura grega do período clássico (MUMFORD, 1961).

Como consequência, a personalidade do cidadão não era fragmentada, mas capaz de adaptar-se a todas as situações que a *polis* oferecia. Essa episteme grega multifuncional que abraçava a diversidade criou as condições para a efervescência do pensamento clássico e foi refletida na simplicidade da *agora* e de seu entorno residencial, bem como na escala humana das edificações. O cidadão grego “[...] longe de ser confinado em um escritório ou um espaço limitado, era levado do templo para a *Pnyx*, da *agora* para o teatro, do ginásio para o porto de Pireus, [...]”⁷⁵ (MUMFORD, 1961, p. 168).

Esse período durou menos de cem anos, entre os governos de Solon e Péricles. A partir desse momento, por volta de 450 AC, as edificações passaram a adotar a perspectiva monumental, com unidade estética, ordenada e sanitizada, tendo como marco a construção do Partenon. Cresce então a racionalização lógica e estratificada da cidade e dos cidadãos, que deixam de participar plenamente das decisões da *polis*, limitando-se a uma atividade principal (MUMFORD, 1961).

Concomitantemente, a concepção de Natureza em Aristóteles faz uso do sentido que guarda relação com a constituição das coisas nelas mesmas consideradas. “O Cosmos apresenta-se finalmente como um todo, se não ainda de fenômenos, pelo menos de qualidades originais ligadas entre si (e não por nós) num todo coerente.” (LENOBLE, 1990, p. 71). Portanto, o sentido coletivo de Natureza tem a ele acrescido um novo sentido, o de substância, a natureza individual do ser, do substantivo.

Procurando discutir a natureza da cidade, Aristóteles refuta as muralhas como uma definição física, afirmando que o muro, por si só, não a define, pois era possível murar-se todo um país. Portanto, ele afirma que a cidade é definida por sua finalidade comum de justiça e bem-estar compartilhados pelos seus cidadãos (MUMFORD, 1961). Entretanto, deve-se notar que ele exclui do status de ‘cidadão’ as pessoas que executam trabalhos manuais, bem como comerciantes, artistas e escravos:

⁷⁵ [...] so far from confining him to an office or a limited quarter, took him from the temple to the *Pnyx*, from the *agora* to the theater, from the gymnasium to the harbor of Pireus, [...].

“É ele próprio que legitima a escravatura através da física da matéria e da forma: o escravo é a matéria que o senhor dirige enquanto forma, para o único fim concebível para ele. E a Natureza inteira é desta forma hierarquizada como a cidade grega, da qual torna o modelo e a justificação.” (LENOBLE, 1990, p. 67).

Hippodamos pode ser considerado o ícone desse novo momento grego ao adotar o plano ortogonal e deslocar a *agora* para um espaço formal e fechado. Contudo, a

Sua verdadeira inovação consistiu em compreender que a forma da cidade tomava a forma de sua ordem social, e que para remodelar uma é necessário introduzir mudanças apropriadas na outra. Ele parece também, ter compreendido que o planejamento urbano não deve possuir somente um objetivo prático e imediato, mas um objetivo ideal de dimensões maiores [...].⁷⁶ (MUMFORD, 1961, p. 172).

A seu turno, percebe-se nas utopias de Platão o racionalismo especializante e a promoção de uma interdependência social, com divisão de trabalho e de papéis sociais equivalentes àquelas encontradas em comunidades de insetos, como a causa do sucesso de uma cidade (MUMFORD, 1961).

Essa nova ideia de planejamento ganhou evidência com Tales de Mileto, que redesenhou o plano dessa cidade mercante, adotando o que já não era novidade na antiguidade egípcia e mesopotâmica: ruas retas, largas e sem desvios que davam origem a quadras uniformes. Essa ordem geométrica influenciou também as edificações, como a forma retangular da *agora*. Ainda, nas cidades portuárias, os edifícios públicos eram dispostos próximos do mar, para facilitar o seu acesso e o transporte e armazenagem das mercadorias (MUMFORD, 1961).

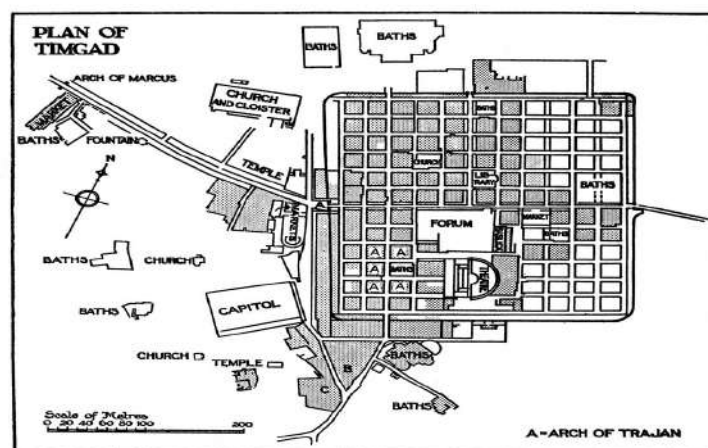
É no período Helenístico que se pode identificar composições urbanísticas coordenadas para criação de experiências visuais e de movimento. A criação de novos prédios públicos aliada a evolução nas técnicas de construção permitiram a construção de grandes massas visualmente imponentes e em diálogo com os demais elementos urbanísticos (KOSTOF; TOBIAS, 2017). O planejamento urbano, com isso, se transforma em um instrumento para a conformação de comportamentos sociais por

⁷⁶ *His true innovation consisted in realizing that the form of the city was the form of its social order, and that to remold one it is necessary to introduce appropriate changes in the other. He seems, too, to have realized that town planning should have not merely an immediate practical aim, but an ideal goal of larger dimensions; [...].*

meio da repetição de uma ordem estática, com a finalidade de manutenção automatizada da própria cidade, que se torna um fim nela mesma. Essa concepção recupera à democracia o governo pelo controle utilizado pela realeza, potencializando as instituições da cidadela (MUMFORD, 1961).

Por sua vez, como beneficiários da herança cultural dos etruscos e dos helênicos, o Império Romano é sempre lembrado pelo seu monumentalismo e capacidade de arregimentação de grandes massas. Foi um produto expansionista de um único centro urbano, sendo “[...] ele mesmo uma vasta empreitada de construção de cidades.”⁷⁷ (MUMFORD, 1961, p. 205), tendo sido documentadas um número total de 5.627 ao final do Império. Diferentemente dos gregos, em que a muralha não era uma preocupação primordial, a cidade romana se iniciava por ela, dentro de um rito religioso de origem etrusca que dava à cidade uma forma retangular, orientada pelos pontos cardeais, tais quais seus acampamentos militares. Nela, duas ruas principais a cortavam perpendicularmente de modo simétrico, chamadas de *cardo*, no eixo norte-sul, e *decumannus*, no eixo leste-oeste. De ascendência grega, o *forum* romano cumpria as funções da *agora* e da *acropolis* grega ao mesmo tempo e era construído na interseção central dessas ruas principais, dentro de um espaço fechado especialmente delimitado e destinado para esse fim. Nele se encontravam o mercado, o templo, a administração da justiça e matadouros (MUMFORD, 1961).

Figura 13 – Plano de Timgad



Fonte: HAVERFIELD, (1913)

⁷⁷ [...] was itself a vast city-building enterprise [...].

Os Romanos transformaram o modelo urbano ortogonal axial, de modo a flexibilizá-lo para a inclusão de espaços públicos amplos em sintonia com a topografia e as cidades em seu entorno. Os prédios públicos eram distribuídos pelas diversas vizinhanças, de modo que todas elas possuíssem sua referência pública monumental (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

Trazendo o foco para Roma, estima-se que a cidade chegou a abrigar mais de um milhão de habitantes, provenientes de diferentes partes do Império. E esse grande número de pessoas, inclusive para parâmetros do presente, demanda a inquirição sobre os métodos de solução de problemas comuns a grandes centros. A mais antiga obra de engenharia romana é a *Cloaca Maxima*, um grande esgoto construído no ano 600 AC, com seções ainda em uso no presente. A pavimentação das ruas que abrigavam o tráfego de carroças em uma grande escala também foi uma nota romana, além do congestionamento provocado pela concentração do trânsito na interseção central. O seu emprego data de 312 AC e também foi possível encontrar calçadas elevadas para a distinção do tráfego de pedestres (MUMFORD, 1961).

Todos os aspectos do monumentalismo de Roma remetem à maneira pela qual essa cidade construiu sua voluptuosidade. Suas intenções expansionistas alargaram sua influência por todo o mediterrâneo, abastecendo e suportando a seu grandiosismo. Ao mesmo tempo em que as novas cidades do Império também recebiam a urbanização romana junto com seu sistema político, elas serviram como fontes de matéria-prima, alimentos e recursos humanos que protegiam e abasteciam a monumentalidade das edificações de Roma e dos hábitos de seus habitantes, da República ao Império (MUMFORD, 1961).

Dessa maneira, a cidade romana catalisa a ideia de Natureza como um conjunto hierárquico herdado dos gregos, de maneira que

[...] nunca o par carne-natureza tomará, na Antiguidade greco-latina, o sentido do mal absoluto, como virá a tomar mais tarde no maniqueísmo e na gnose. Mas também nunca deixará o homem livre para se elevar acima de um certo nível, para aceder a uma vida espiritual inteiramente modelada pela graça. (LENOBLE, 1990, p. 189).

Portanto, até certo ponto do Império Romano, tem-se que a Natureza existe por si mesma, sem a necessidade de um Deus criador e, dentro desse conjunto eterno, incriado, cíclico e regido por leis, a sociedade humana empresta a sua forma hierarquizada para atingir a finalidade do bem. A Natureza não é tida como um objeto a ser submetido pelo ser humano cujo “[...] destino está ligado ao desenvolvimento do Cosmos como uma parte a um todo; [...]” (LENOBLE, 1990, p. 190).

Essa concepção pode ser notada mesmo durante o início da Roma cristã:

Quando, em 410, Roma foi saqueada pelos gôdos, os pagãos, não de maneira ilógica, atribuíram o desastre ao abandono dos deuses antigos. Enquanto Júpiter foi adorado, diziam, Roma permaneceu poderosa; agora que os imperadores se afastaram dele, não mais protege os romanos. (RUSSEL, 1957, p. 317)

O cristianismo, por sua vez, era considerado subversivo por Roma, mas tornou-se sua religião oficial no ano 313 DC. A queda do Império Romano foi um processo longo, e as constantes invasões minaram a capacidade de defesa das cidades, diminuindo o tamanho de sua população, transformando as cidades, antes efervescentes, em uma “casca quebrada”⁷⁸ (MUMFORD, 1961, p. 245). As pessoas buscaram refúgio no interior e, ao passo em que os prédios eram reconstruídos, buscava-se a proteção de posições elevadas e fortificadas, evidenciando a tendência da Idade Média (MUMFORD, 1961).

A instituição que inspirou a reconstrução das cidades na Europa foi o monastério. Antes um refúgio para a alma do que para o corpo, o retiro coletivo surgiu como “[...] um novo tipo de polis: uma associação, ou melhor, uma irmandade fechada de pessoas com um pensamento comum [...], em permanente coabitação, [...]”⁷⁹ (MUMFORD, 1961, p. 246). O monastério era uma antítese dos objetivos da cultura romana, desprestigiando as posses e o poder seculares.

Também o discurso sobre a Natureza era diverso dentro da cosmologia cristã. Nela, o ser humano deixa de ser um elemento dentro de um conjunto para se situar fora e sobre ela. Ele não é uma criação da Natureza, mas é “feito para nela

⁷⁸ *broken shell.*

⁷⁹ *A new kind of polis: an association, or rather, a close brotherhood of likeminded people, [...] for permanent cohabitation [...].*

permanecer” (LENOBLE, 1990, p. 187). Essa oposição entre conceitos já havia sido lançada na Grécia antiga, quando os sofistas iniciaram a distinção entre o natural e o convencional, bem como a separação entre a alma e corpo pelo idealismo platônico. Entretanto, no cristianismo, “a natureza torna-se simultaneamente o mundo e a carne.” (LENOBLE, 1990, p. 187). É a partir desse momento que aquilo que é natural, criado pela Natureza, passa a se distinguir agudamente do cultural, criado pelo homem.

Na cosmologia cristã, Deus é uma entidade incriada e eterna, na medida em que se situa fora do tempo. Diferentemente dos gregos, que afirmam que a matéria existia amorfa e toma sua forma com a vontade de Deus, para os cristãos, a Natureza é criada por esse Deus, do nada. Ela não possuía existência prévia e, junto com sua criação, inicia-se o tempo. A Natureza e o tempo têm, pois, um início, e um fim, claros para o cristianismo. O tempo deixa de ser cíclico e passa a ser linear porque, do contrário, Cristo morreria mais de uma vez, e a eternidade não seria, portanto, eterna (LENOBLE, 1990; RUSSELL, 1957).

Uma consequência dessa concepção é que é o tempo, e não a matéria, que separam o mundo divino do mundo natural. “A doutrina judaica e cristã, por outro lado, concebem o Outro Mundo não como metafisicamente diferente deste mundo, mas colocado no futuro, quando o virtuoso gozará de eterna bem-aventurança e o mau sofrerá eterno tormento.” (RUSSELL, 1957, p. 280).

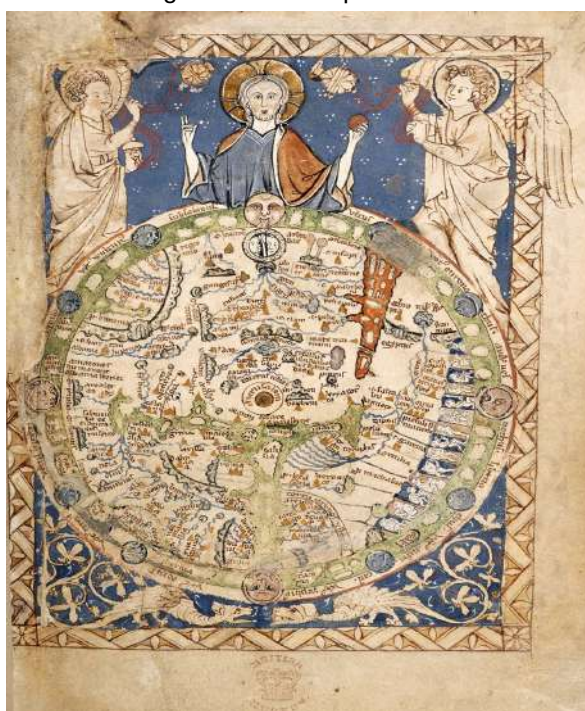
No princípio do cristianismo, a Natureza como uma criação divina é um caminho para Deus. A ideia de mortalidade do corpo necessita de uma alma imortal para que o estado divino de graça seja atingido no futuro, em um tempo onde “a natureza já não existirá, mas em que Deus continuará a existir, tal como as almas.” (LENOBLE, 1990, p. 189). Os animais, por não possuírem alma, não serão salvos, portanto. Mesmo que no platonismo exista a separação entre corpo e alma, a sua Natureza é eterna e o ser humano está inserido nela. A separação entre corpo e alma no cristianismo confere ao ser humano um destino autônomo da Natureza, fora e acima dela (LENOBLE, 1990):

“De tal maneira que na Bíblia, se Deus traz a Adão, para que lhes ponha nomes, os animais e a companheira forma da sua costela, é para que tenha

poder sobre eles – e sobre ela: só Deus dá nome ao Céu, à Terra, às águas, ao dia e à noite, porque só ele tem poder sobre eles.” (LENOBLE, 1990, p. 197).

Nota-se também que o geocentrismo de Ptolomeu se adéqua à cosmologia cristã e é por ela incorporado, de modo que a abóbada celeste é ordenada e movida por Deus e os astros celestes que a compõe possuem uma natureza divina, independente da ação humana. Aqui, o centro do universo é a Terra que, por sua vez, tem seu centro em Jerusalém (LENOBLE, 1990).

Figura 14 – O mapa Psalter



Fonte: ANÔNIMO (1262)

Desse modo, foi dentro das muralhas do monastério que valores como a ordem, a disciplina e a regularidade do trabalho foram cultivadas e passadas à cidade medieval e ao comércio na forma do relógio, da contabilidade e do dia ordenado. Contraditoriamente, eles também foram os responsáveis por restabelecer a ligação entre a cidade clássica e a cidade medieval, não pela herança arquitetônica, mas por meio da preservação da literatura antiga e da continuidade das línguas grega e latina. Os princípios monásticos, portanto, estavam em sintonia com a pobreza e decadência do Império Romano e a austeridade que seguiu o seu desaparecimento. O processo de

restabelecimento da população compreendeu o intervalo entre os séculos VI e XI, onde as antigas estruturas foram transformadas com a finalidade de “[...] clausura, proteção, segurança, durabilidade e continuidade.”⁸⁰ (MUMFORD, 1961, p. 249) contra as invasões sarracenas e vikings.

As estruturas da cidade antiga, que tinham a cidadela e o templo fortificados como o centro de uma união de vilas reaparecem nesse período, onde os esforços estavam concentrados na subsistência. A muralha e o fosso, deixados de lado pelo Império durante a *Pax Romana* voltam a ser um elemento urbanístico evidente, definindo os limites daquilo que se entendia por cidade (MUMFORD, 1961).

O recinto murado não somente deu proteção das invasões externas: ela tinha uma nova função política, pois ela provou possuir uma dupla finalidade. Revertendo o precedente da cidade antiga, a muralha pode ser utilizada para manter a liberdade em seu interior. Por meio da muralha, uma pequena cidade, antes sem chance alguma contra mesmo uma pequena força armada, torna-se uma fortificação.⁸¹ (MUMFORD, 1961, p. 251).

Os prédios medievais mais imponentes eram o castelo e a prefeitura, com a dominância das catedrais e seus pináculos. As vias estreitas e sinuosas das cidades medievais não possibilitavam as vistas monumentais do subsequente estilo barroco. Por esse motivo, a dimensão vertical da cidade medieval ganha destaque, pois o observador não tinha uma aproximação gradual em uma perspectiva pré-determinada do prédio, mas uma súbita aparição que podia se dar em diferentes pontos de vista, cuja proximidade favorecia o movimento ascendente da mirada (MUMFORD, 1961).

80 [...] enclosure, protection, security, durability, and continuity.

81 The walled enclosure not merely gave protection from outside invasion: it had a new political function, for it proved a double-edged instrument. Reversing the ancient city's precedent, the wall could be used to maintain freedom within. By means of the wall, a little town, once helpless before even a small armed force, would become a stronghold.

Figura 15 – Sacra di San Michelle



Fonte: DIDERO (2015)

Em paralelo, a arte medieval, antes de trazer à mente um sentido de desordem, demonstra a saliência dada ao conjunto e a autossuficiência que a cidade devia atingir para sobreviver dentro da muralha:

“Aliás, a ausência de perspectiva indica que a percepção visual não é ainda *abstracta*: Vê-se tudo porque tudo interessa, fica-se no espírito com cada pormenor da cena. Além disso, pretende-se incluir tudo, porque tudo se refere ao tema. [...] Desta forma, os campos são cheios, as cidades buliçosas, cheias de animais e de plantas visando cada uma ser o centro ‘desta arte’ da obra: efervescentes de homens, de mulheres e crianças, parecendo cada um ser um todo, independente do resto e vivendo a sua própria vida por ele mesmo. E o mundo sobrenatural também lá se encontra: os anjos, os demônios, os santos do Paraíso e, finalmente, o mundo fantástico que herdou das primeiras idades: os unicórnios, os dragões, os basiliscos, tão reais, tão bem ‘vistos’ como o resto.” (LENOBLE, 1990, p. 204)

Diferentemente da modernidade, onde as edificações seguem o padrão do arruamento, prédios de instituições ou de negócios afins juntam-se para formar a sua própria quadra, onde a disposição das construções não segue o padrão de seu entorno. As ruas principais, por sua vez, eram largas o bastante para suportar o tráfego de carroças. As secundárias tinham a largura adequada para apenas um animal com sua carga. De qualquer modo, o trânsito de pedestres constituía seu fluxo principal (MUMFORD, 1961).

A partir da cosmologia cristã, alguns prédios romanos passaram a ser obsoletos, como os banhos, as arenas e o teatro. Com isso, as basílicas e os templos é que possuíam uma estrutura apta à conversão epistêmica. Contrário ao culto à riqueza e aos excessos e dos sacrifícios aos deuses, o cristianismo pregava a renúncia e a humildade em respeito ao seu Deus, que havia se sacrificado no lugar deles (MUMFORD, 1961).

A generosidade e a caridade que estabelecem “A filantropia prática, como elemento da concepção cristã de virtude [...]” (RUSSELL, 1957, p. 279), também encontram seu espaço na cidade:

Fazendo de bom grado aquilo que os pagãos diligentemente evitavam, ele tanto neutralizou e de certo modo superou as forças que o ameaçavam. Ele visitou os doentes; confortou a viúva e os órfãos; [...]. Invés de se apegar à segurança e ao conforto na presença de grandes multidões, ele aceitou a sua dispersão e buscou consolo em uma união mais íntima quando apenas dois ou três estiverem reunidos em nome de Cristo [...].⁸² (MUMFORD, 1961, p. 244)

O dízimo cobrado dos fiéis, além de subsidiar a construção de templos, também trouxe para dentro dos muros das cidades os albergues para os pobres, os hospitais para os doentes e hospícios para os viajantes, tornando-os pontos de referência urbana (MUMFORD, 1961).

A seu turno, as muralhas, além da função de defesa, delimitavam aquilo que fazia parte da cidade daquilo que não. Os próprios prédios e classes sociais que compunham a cidade também possuíam suas divisões bem demarcadas e de difícil transposição. Os portões, por sua vez, são uma permeabilidade dessa muralha onde diferentes mundos se encontram. A parada forçada nesse portão o transforma em ponto de encontro de mercadores e forasteiros, o que fomenta a edificação de estalagens, depósitos de mercadorias, comércios e fábricas em suas adjacências. Além disso, a muralha também se oferecia como uma amenidade quando se transformava em passeio público para os habitantes (MUMFORD, 1961).

82 *By doing willingly what pagans sedulously avoided, he both neutralized and in some measure overcame the forces that threatened him. He visited the sick; he comforted the widow and the orphan; [...] Instead of clinging for security and comfort to the presence of large crowds, he accepted their dispersal and looked for solace in a more intimate union when only two or three were gathered together in the name of Christ [...].*

Figura 16 – Roma



Fonte: BRAMBILLA (1493)

A criação de cidades era tida como uma obrigação dos reis cristãos e a religião também teve um papel importante na expansão urbana medieval, como se pode notar na exaltação da vida urbana sobre outros estilos de vida, feita por Tomás de Aquino. Ele enaltecia a possibilidade do incremento da solidariedade social, bem como a virtude divina do conhecimento de Deus que a convivência em cidades proporcionava. Como os reis cristãos tinham como obrigação a evangelização, a obrigação de fundação de novas cidades era justificada também pela religiosidade:

O processo de fundação de uma nova cidade é o equivalente real da criação do mundo, e portanto o príncipe deve tomar todas as decisões importantes: escolher o local, designar lugares para a igreja, os tribunais, e indústria, e arregimentar habitantes para a sua ocupação.⁸³ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 110)

A prerrogativa real sobre a exclusividade de construções de muralhas são estendidas para as cidades que, quando fortificadas, se transformam em um atrativo para a população rural e passa a competir com os monastérios e com os senhores de terras pelos recursos humanos, impulsionando o comércio local. Os novos assentamentos eram chamados de *bastides* e, em ambos os casos, a motivação é o restabelecimento da população, expansão territorial das cidades-estado cristãs e o comércio (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

⁸³ *The process of founding a town is the royal equivalent of the creation of the world, and só the prince must make all the important decisions: choose the site, assign places to the church, the tribunals, and industry, and group inhabitants by occupation.*

Os mercados eram instalados nas cidades sob a proteção e tributação do bispo ou do senhor feudal proprietário das terras. Os comerciantes, como uma nova classe, instalaram-se, a princípio, fora dos limites da muralha. Entretanto, a sua nova condição de cidadãos livres pode ser observada pela fagocitose desses subúrbios mercantis pelas cidades, quando envolvidos com a construção de novos muros (KOSTOF; TOBIAS, 2017; MUMFORD, 1961).

O ressurgimento dos mercados, além de impulsionar a riqueza dos próprios mercadores, também ajudou o clero e os senhores feudais com sua tributação que, em contrapartida, criaram instituições para garantir o sucesso comercial. As primeiras manifestações da retomada do comércio internacional tomaram a forma de festivais religiosos que atraíam peregrinos e mercadores a determinado templo sagrado. E foi a partir dessa prosperidade local que as antigas rotas comerciais internacionais foram reabertas (MUMFORD, 1961).

A seu turno, a mecanização da produção urbana deve a manutenção do seu desenvolvimento aos monastérios, que abrigaram e melhoraram as técnicas de aproveitamento da energia hidráulica. Do lado da alimentação, houve a conversão do ambiente em terras agricultáveis, com incremento da produção proporcionada pela transformação da matéria orgânica das cidades em adubo (MUMFORD, 1961).

Na medida em que há um retorno da prosperidade econômica em torno da cidade, a procura por espaço dentro dela aumenta e, com a oferta escassa, os aluguéis e taxas senhoriais tornam-se um negócio lucrativo. Fomentada pela inalienabilidade das terras feudais, a fundação de novas cidades se afasta da finalidade primeira de proteção e converte-se em uma empreitada em busca de retorno financeiro, de prerrogativa exclusiva dos governantes, seculares ou eclesiásticos, fundada nos direitos de posse sobre a terra. Nesse período, o número de cidades existentes foi duplicado (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

Esse capitalismo precoce anuncia a troca de uma economia protetiva e altamente regulamentada por concessões liberais da parte dos governantes aos novos habitantes das cidades recém-fundadas, como incentivo à colonização e ao empreendimento, em troca de maiores lucros e poder financeiro:

O mito do século XVIII do qual o contrato social foi uma racionalização da base política das cidades medievais [...]. Pois a cidade corporativa era com frequência baseada sobre um contrato entre o proprietário da terra e os colonizadores ou habitantes: ela surge do resultado de uma barganha, por valor dado e recebido de ambos os lados, não primariamente o resultado de conquistas militares, como nos exemplos mais antigos.⁸⁴ (MUMFORD, 1961, p. 261).

A promoção da cidade corporativa se dava na forma de incentivos fiscais e legais, conferindo autonomia e segurança jurídica às relações comerciais que eram travadas dentro dela. Os antigos laços hereditários entre o senhor feudal e o servo transformam-se em laços entre as diferentes classes trabalhadoras e as respectivas corporações de ofício. Dirigidos pela finalidade do lucro, muitas cidades do período medieval foram fundadas sem nenhum vínculo com o crescimento orgânico de um povoado que a precedesse, de modo que muitas delas simplesmente não prosperaram (MUMFORD, 1961).

A seu turno, o relevante papel das associações de mercadores e artesãos, chamadas guildas, também desempenharam um papel relevante na constituição da cidade medieval, pois foram as responsáveis pela organização das respectivas atividades, contribuindo para a transformação econômica medieval com a valorização do trabalho manual. Elas são, acima de tudo, organizações políticas que atuavam na organização da cidade. Simultaneamente, ocorre uma interessante inversão da lógica de regimes escravocratas quando se valoriza o trabalho manual dos artesãos. As guildas, como associações, “tornaram-se, por meio da autoajuda, uma sociedade seguradora da saúde e velhice, um grupo dramático, e uma fundação educacional.”⁸⁵ (MUMFORD, 1961, p. 272).

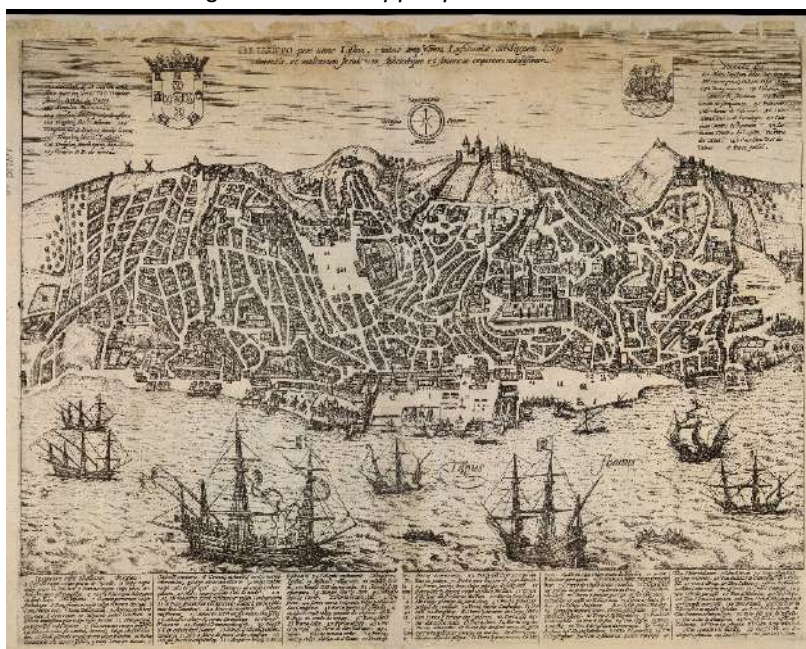
A partir do século XIII a cidade medieval é marcada por um afastamento dos ideais de segurança e isolamento do monastério para a liberdade, envolvimento e aventura do comércio. Essa mudança tem como símbolo a abertura das paredes da igreja medieval em direção ao estilo gótico, iluminado e colorido (MUMFORD, 1961).

⁸⁴ *The eighteenth-century myth of the social contract was a rationalization of the political basis of the medieval town [...]. For the corporate town was often in fact based upon a social contract between the landed proprietor and the settlers or inhabitants: it came as a result of a bargain, for value given and received on both sides, not primarily as the result of military conquest, as in the most ancient examples.*

⁸⁵ *[...] became, through self-help, a health and old-age insurance society, a dramatic group, and an educational foundation.*

O período que intermediou a transição entre a Idade Média e o Barroco é aquele conhecido como a Renascença. Dentro do contexto Europeu, o período renascentista, compreendido entre os anos de 1500 e 1700, não é marcado pela criação de novas cidades, mas pelo encapsulamento do plano ortogonal por muralhas, como resposta às novas tecnologias de artilharia. Não há um modelo de cidade renascentista, mas uma montagem sobre o esqueleto medieval, sem uma mudança urbana radical. Essa transição é marcada pelo alargamento das ruas estreitas e emprego de uma lógica geométrica no *layout* da cidade (KOSTOF; TOBIAS, 2017; MUMFORD, 1961).

Figura 17 – *Olissippo quae nunc Lisboa*



Fonte: BRAUN; HOGENBERG (1598)

Essa nova ordem estética das edificações traz como característica “a rua retilínea, uma linha horizontal intermitente nos telhados, o arco redondo, e a repetição uniforme de elementos, cornijas, linteis, janelas e colunas, nas fachadas.”⁸⁶ (MUMFORD, 1961, p. 348). O uso das formas clássicas expressavam essa nova ordem

86 [...] *the straight street, the unbroken horizontal roof line, the round arch, and the repetition of uniform elements, cornice, lintel, window, and column, on the facade.*

formal, sem, no entanto, a inflexibilidade da legislação uniformizante do período barroco (MUMFORD, 1961).

As mudanças econômicas, políticas e científicas são ladeadas por uma mudança nos valores cristãos de compaixão e humildade, que são substituídos pelo orgulho e pelo lucro. A universalidade e o localismo medieval são transformados em uniformidade e centralismo barroco. “O trabalho de Maquiavel em ‘O Príncipe’ fornece mais de uma pista sobre a política e o plano para a nova cidade, e Descartes, posteriormente, vai reinterpretar o mundo da ciência nos termos da ordem unificada da cidade barroca.”⁸⁷ (MUMFORD, 1961, p. 347).

Esse início de mudança epistemológica pode ser notado nas obras de Dante e de Santo Agostinho, que trazem uma Natureza “[...] batizada e cristã [...], cuja estrutura agora é independente do drama humano [...]” e em que os perigos do mundo “não são já atribuídos à ‘Natureza’, mas unicamente ao mal [...]” (LENOBLE, 1990, p. 219). Em uma análise multimodal da “Divina Comédia” de Dante (1305), Lenoble evidencia a referência à constelação do Cruzeiro do Sul como um momento de transição renascentista:

Tal como a Terra é o centro do mundo, da mesma forma Jerusalém, a cidade da Redenção, está no centro das terras habitadas. Mas quando, no canto I do *Purgatório*, Dante deixa o nosso lugar de provação e de pecado para penetrar na Jerusalém nova, situa a sua entrada ainda no nosso globo, exactamente nos antípodas de Jerusalém. Região misteriosa, ainda desconhecida dos homens, onde temos de nos virar para o Norte para ver o Sol, que então se desloca da direita para a esquerda e onde ele pôde contemplar as “quatro estrelas” (e *vedi quatro stelle*), sem dúvida primeiro eco das narrativas desses intrépidos viajantes que acabavam de descobrir o Cruzeiro do Sul. (LENOBLE, 1990, p. 215)

Nesse ponto da história é retomado o atomismo de Demócrito e Epicuro que foi, posteriormente, desenvolvido por Lucrecio (95-52 AC), propondo que a Natureza não possui um caráter finalista e moralizante que dá voz à vontade dos Deuses, mas fenômenos que são obra do acaso. A sua compreensão é obtida por uma observação despreocupada com a moral ou a religião, puramente objetiva. Segue que a alma

⁸⁷ *Machiavelli's work on 'The Prince' provides more than one clue to both the politics and the plan of the new city, and Descartes, coming later, will re-interpret the world of science in terms of the unified order of the baroque city.*

desaparece com o corpo na morte, de modo que os fatos são observados pelo que são, efeito de uma causa (LENOBLE, 1990).

Para Lucrécio, os corpos celestiais, por sua vez, perdem a sua divindade, e retornam a essa Natureza objetiva para encontrar um fim no esgotamento de sua luz, tal qual a chama de uma vela. “Tornando-se fenômenos como os outros, os astros deixam de limitar o mundo ao interior da sua esfera; [...]” (LENOBLE, 1990, p. 228), de modo que o universo perde os seus limites, definindo um espaço infinito, sem extremidades. Segue que um espaço infinito e sem extremidades não pode ter um centro, como a Terra ou Jerusalém.

A cidade também se dissolve em uma “justaposição de acasos múltiplos” (LENOBLE, 1990, p. 230) e perde a sua finalidade de felicidade, pois toda a Natureza é boa, porque é objetiva, desprovida de moral. Lucrécio reconstrói “um sistema que une num mesmo destino o homem, a Natureza e os deuses, mas a senhora é agora a Natureza [...]” (LENOBLE, 1990, p. 230).

A mudança ontológica e epistemológica do período que se convencionou chamar de Renascença, que retoma em parte essas concepções de Lucrécio, atingiu primeiro as artes antes de ressoar na ciência. A pintura volta a sua atenção para um retrato objetivo das naturezas, o naturalismo, onde as representações humanas são marcadas pelo avanço do estudo da anatomia. O desenvolvimento da perspectiva dá a essas representações regras geométricas que condicionam o ponto de vista do observador. A arquitetura, por sua vez, abre as paredes das catedrais para um mundo muito maior do que se concebia, incrementado pelo comércio e pelas grandes navegações. A música altera sua harmonia incorporando os estudos físicos em acústica. O cisma protestante, a seu turno, rompe a unidade da fé cristã, fragmentando e subvertendo a hierarquia da [...] “*Nação cristã e a Natureza que conhece apenas um chefe [...]*” (LENOBLE, 1990, p. 240).

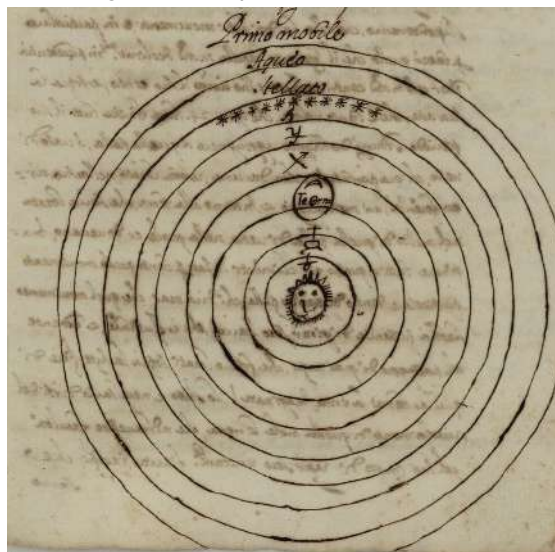
Desse modo, no Renascimento,

“A uma concepção ‘vertical’ da Natureza [...] sucede uma explicação ‘horizontal’; à unidade de uma construção que se eleva a Deus, a diversidade de formas imprevisíveis; à satisfação de uma ordem compreendida, a curiosidade de espantos indefinidos que não estavam previstos nessa ordem.” (LENOBLE, 1990, p. 238)

Importante ressaltar que no início desse período, a ausência de um método científico objetivo estabelecido para a contemplação da Natureza, faz com que seja retomada da antiguidade uma ideia animista de sua constituição, resgatando-se uma concepção materna, finalista. Mesmo os minerais possuíam vida e, portanto, os elementos manipulados pelos alquimistas criavam vida (LENOBLE, 1990).

Como comentado acima, na Antiguidade, os trabalhos manuais de construção de artifícios eram desprestigiados socialmente como reflexo da estrutura social que valorava positivamente apenas a filosofia, a ciência. A grande mudança ontológica é marcada pelos estudos do engenheiro Galileu com a publicação da sua cosmologia científica e matemática, no ano de 1632, que aperfeiçoou as descobertas de Copérnico subversivas à ordem celestial, e trouxe uma mudança epistemológica que deixa de separar a arte da ciência (LENOBLE, 1990).

Figura 18 – *Opere di Galileu Galilei*



Fonte: GALILEI (1632)

Nesse novo discurso, chamado de mecanicismo, a natureza é concebida como um mecanismo, o qual o ser humano pode controlar de acordo com sua inventividade científica:

“[...] é ultrapassado esse velho *tabu do natural* que pressupõe uma diferença essencial entre a experiência de laboratório e os fenômenos ‘naturais’, isto é, considerados até aí, sagrados. [...] Descartes, Galileu, Gassendi, todos os seus discípulos menores, têm doravante por evidente que *conhecer é fabricar* e que a Natureza nada mais faz do que realizar em ponto grande o que nós podemos

obter por pormenores e à nossa escala, graças ao nosso engenho de técnicos. [...] Não só se deixa de temer a cólera divina por esta violação da Natureza como se crê que Deus nos deu a missão de trabalhar à sua imagem, de construir o mundo no nosso pensamento como ele o criou no seu, fornecendo as suas leis. O físico da Idade Média elevava-se a Deus descobrindo as intenções, as finalidades da Natureza, o físico mecanicista eleva-se a Deus, penetrando o próprio segredo do Engenheiro divino, colocando-se no seu lugar para compreender com ele a forma como o mundo foi criado.” (LENOBLE, 1990, p. 260)

A matemática se torna a ciência pela qual a Natureza opera e, na medida em que ela é dominada, o ser humano também domina a Natureza. Essa concepção altera a relação de causalidade da Natureza finalista, em que o fogo queima para esquentar, de modo que no mecanicismo, o fogo é quente porque queima. É essa nova lógica que abre o caminho para a concepção da Natureza máquina controlada pelo ser humano por meio da ciência e seus artifícios, e que patrocinará, posteriormente, a revolução industrial.

Essa ideia é evidente no pensamento de Descartes, que concebe tanto o corpo humano como o dos animais como um mecanismo, diferenciando-os apenas pela presença da alma:

O que não parecerá de modo algum estranho aos que, sabendo quantos autômatos, ou máquinas moventes, a indústria dos homens pode criar, utilizando poucas peças em comparação com a grande quantidade de ossos, músculos, nervos; artérias, veias e todas as outras partes existentes no corpo de cada animal, hão de considerar esse corpo como uma máquina, a qual, tendo sido feita pelas mãos de Deus, é incomparavelmente melhor ordenada e possui em si movimentos mais admiráveis do que nenhuma das que podem ser inventadas pelos homens. E nesse ponto me detive particularmente para mostrar que, se houvesse máquinas que tivessem os órgãos e a figura exterior de um macaco ou de algum outro animal sem razão, não teríamos nenhum meio de reconhecer que elas não seriam em tudo da mesma natureza que esses animais; ao passo que, se houvesse algumas que tivessem a semelhança de nossos corpos e imitassem nossas ações tão moralmente quanto possível, teríamos sempre dois meios muito seguros de reconhecer que elas nem por isso seriam verdadeiros homens. (DESCARTES, 2008, p. 95)

Mesmo com todas as transformações ontológicas, afastando-se de Lucrecio e Epícuro, Descartes mantém a concepção antropocêntrica do cristianismo e coloca o ser humano como senhor da Natureza pela presença da alma pensante:

O corpo é descrito como um aparato hidráulico de funcionamento mecânico que obedece às leis da física e cuja propriedade é a forma, o volume no espaço. Os animais, por sua vez, dada a ausência de mente, seriam apenas corpos sem alma, comparados a um mecanismo hidráulico autômato. O mundo natural é

visto como um grande mecanismo insensível. É possível afirmar que o reducionismo empregado como método separa o corpo da mente, atribuindo independência e superioridade a esta. Dado que somente o ser humano é que é dotado de razão, é o único ser que possui o poder de agir sobre a natureza conscientemente, com propósito. (SANTOS; SANTOS, 2020)

Como consequência, Deus deixa de habitar a Natureza e habita somente a alma. A ciência, por sua vez,

“[...] não é uma *descrição* da Natureza, mas uma *transposição*, em função dos nossos sentidos e dos nossos princípios. [...] a metafísica cartesiana não se encontra já no ‘extremo’ da física, como uma conclusão a tirar do espetáculo da Natureza, está ‘no princípio’ da física, como o preâmbulo necessário que justifica a nossa fé na ciência.” (LENOBLE, 1990, p. 270)

Por sua vez, a matemática e a literatura renascentista foram empregadas com sucesso pelos comerciantes, auxiliando na contabilidade e nas transações à longa distância. De fato, como no presente, os mercadores eram grandes financiadores das ciências que atendiam aos seus propósitos. Esse êxito da prática científica foi transferido para o Estado absolutista quando da organização do seu exército e na arrecadação tributária das atividades econômicas (MUMFORD, 1961).

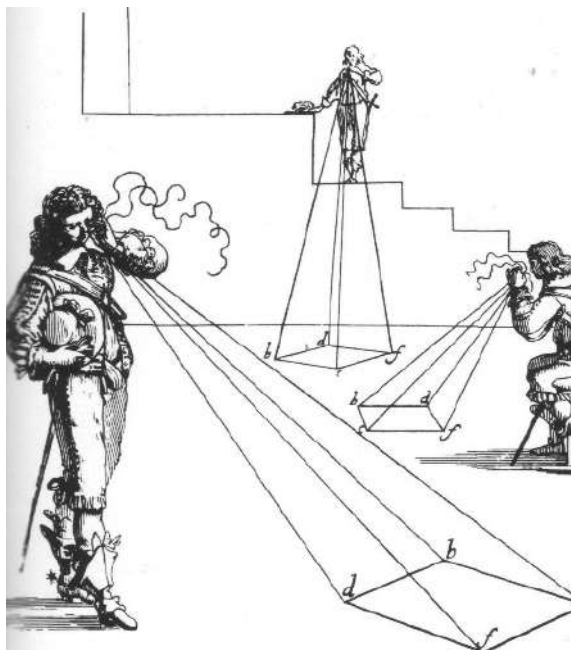
Da mesma maneira, a ordem urbana mecanicista, representada pela unidade de pensamento, é também contemplada na perspectiva de Descartes:

[...] geralmente não há tanta perfeição nas obras compostas de várias peças, e feitas pela mão de diversos mestres, quanto naquelas em que um só trabalhou. Assim vemos que os prédios que um único arquiteto projetou e realizou costumam ser mais belos e melhor ordenados do que aqueles que vários procuraram reformar, utilizando velhas paredes construídas para outros fins. Assim os núcleos das cidades, que, tendo sido no começo apenas aldeolas, tornaram-se com o passar do tempo grandes centros, são geralmente mal compassados, em comparação com as praças regulares que um engenheiro traça a seu capricho numa planície, ainda que, considerando seus prédios isoladamente, neles se observe tanta ou mais arte do que nos das outras; contudo, vendo-se o modo como estão dispostos, aqui um grande, ali um pequeno, e como tornam as ruas curvas e desiguais, dir-se-ia que foi antes o acaso e não a vontade de alguns homens dotados de razão que assim os dispôs. E, se for considerado que em todo tempo houve funcionários encarregados de fiscalizar as construções dos particulares para fazê-las servir ao ornamento público, compreender-se-á que é difícil, trabalhando apenas a partir das obras de outrem, fazer coisas bem acabadas. (DESCARTES, 2008, p. 47-48).

Nessa toada unilateral, a representação do espaço pela perspectiva da pintura renascentista, seu enquadramento retangular e seu único ponto de vista

serviram também para representar na cidade a consolidação política do território e a única ideologia permitida, a do governante. Do mesmo modo, o tempo também foi domesticado quando passou a ser expresso em medidas e não como uma continuidade (MUMFORD, 1961).

Figura 19 – Fragmentariedade hierárquica



Fonte: MCLUHAN; FIORE (1967, p. 38)

A “[...] simetria axial, a repetição formalística, as proporções fixas, [...]”⁸⁸ (MUMFORD, 1961, p. 366), emprestaram para o planejamento urbano barroco as suas formas geométricas. No que diz respeito às relações sociais, esse pensamento abstrato também influenciou a concepção sobre o indivíduo, que “Livre do seu senso de dependência sobre as corporações e a vizinhança, o ‘indivíduo emancipado’ foi dissociado e deslocalizado: um átomo de poder, buscando implacavelmente qualquer poder que possa comandar.”⁸⁹ (MUMFORD, 1961, p. 366).

É possível notar, portanto, a apropriação da estética da Igreja Católica por outras instituições com sua derrocada no final da Idade Média. Os protestantes capturaram o oratório, a aristocracia capturou a arquitetura e as artes e os

88 [...] axial symmetry, formalistic repetition, the fixed proportions [...].

89 Freed from his sense of dependence upon corporation and neighborhood, the ‘emancipated individual’ was dissociated and delocalized: an atom of power, ruthlessly seeking whatever power can command.

comerciantes capturaram os encontros da nave. O papel do Deus católico, a seu turno, foi incorporado pelo governante absoluto (MUMFORD, 1961). Assim, o urbanismo Barroco, que sucedeu o tempo renascentista, transforma as formas urbanas, de modo que:

Por trás dos interesses desse novo capitalismo, com seu amor abstrato pelo dinheiro e pelo poder, uma mudança completa ocorreu na moldura conceitual. Primeiro: uma nova concepção do espaço. Organizar o espaço foi um dos grandes triunfos da mente barroca, torná-lo contínuo, reduzi-lo à medida e ordem, e estender seus limites de magnitude, abarcando o extremamente distante e o extremamente diminuto; por fim, associar o espaço com o movimento e com o tempo.⁹⁰ (MUMFORD, 1961, p. 364)

Nessa dinâmica, o poder passou para aqueles que controlavam os exércitos, rotas comerciais e que possuíam capital acumulado para bancar as empreitadas conquistadoras e, de imediato, limitaram a liberdade associativa e do pensamento, ajustando-as para os interesses desses governantes. A cosmologia medieval tratava o espaço como um reflexo externo estático de uma ordem interna imutável. A mudança de perspectiva com Copérnico traz o espaço como algo infinito e dinâmico, onde a Terra orbita o Sol. Diante desse contexto, o estilo barroco foi um fenômeno que se deu principalmente nas cidades que abrigavam a capital de Estados absolutistas (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

As transformações ontológicas e epistemológicas do final da Idade Média, entre os séculos XV e XVIII acontecem gradualmente e pode-se sintetizar que

O novo padrão de existência brotou de uma nova economia, o mercantilismo capitalista; uma nova moldura política, essencialmente o despotismo centralizado ou oligárquico, frequentemente na forma de um estado nacional; e de uma nova forma ideológica derivada da física mecânica, cujas bases dos postulados foram lançadas previamente, no exército e no monastério.⁹¹ (MUMFORD, 1961, p. 345).

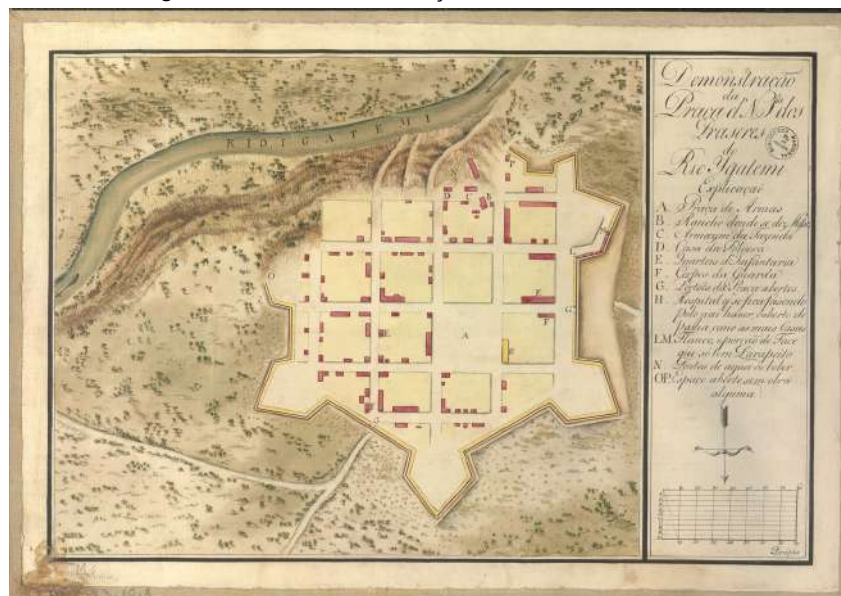
90 *Behind the immediate interests of the new capitalism, with its abstract love of money and power, a change in the entire conceptual framework took place. And first: a new conception of space. It was one of the great triumphs of the baroque mind to organize space, make it continuous, reduce it to measure and order, and to extend the limits of magnitude, embracing the extremely distant and the extremely minute; finally, to associate space with motion and time.*

91 *The new pattern of existence sprang out of a new economy, that of mercantilist capitalism; a new political framework, mainly that of a centralized despotism or oligarchy, usually embodied in a national state; and a new ideological form, that derived from mechanistic physics, whose underlying postulates had been laid down, long before, in the army and the monastery.*

Esse processo centralizador que traz com ele a necessidade de delegação de poder oferece o contexto para a criação das capitais desses reinos absolutistas. Ela desempenha tanto um papel social como político, na medida em que dissolve as diferenças regionais e as transformam em uma unidade nacional, submetendo essas diferenças a um governo absoluto (MUMFORD, 1961).

Tanto o surgimento de uma economia baseada na moeda quanto no poder militar contribuíram, cada um a seu modo, para a ascensão dos governos absolutos. Quanto ao poder militar, a defesa das cidades medievais era baseada em um único elemento, a muralha. A introdução da pólvora e das balas de canhão fabricadas com ferro retiraram a vantagem defensiva das cidades muradas que, por sua vez, não podiam fazer uso do mesmo equipamento com a mesma eficiência contra os atacantes. Essa dinâmica teve grande influência no design das cidades, que passaram a construir muralhas massivas na forma de estrelas, de modo que as pontas que se projetavam adiante, os bastiões, aumentavam o alcance de sua artilharia, ao mesmo tempo em que defendiam os muros à retaguarda. Essas fortalezas eram chamadas de bastilhas (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

Figura 20 – Planta da Praça de N^a S^a dos Prazeres



Fonte: DELSON (1998); FARIA (1774)

A vantagem das muralhas de pedras ou tijolos é que elas permitiam a expansão horizontal da cidade, pois eram mais baratas e de fácil construção. As bastilhas, ao contrário, eram dispendiosas e não permitiam esse avanço pelo território e cristalizavam o espaço da cidade. O efeito foi a verticalização das edificações, a diminuição da qualidade de vida dos habitantes e a ruptura com o estilo de vida medieval. A partir do século XVII, as cidades adotam um discurso militar e passam a ser projetadas para desempenhar essa função (MUMFORD, 1961).

Portanto, o estilo barroco está intimamente ligado ao Renascimento, com a redescoberta das fórmulas matemáticas e da perspectiva no planejamento consciente de superfícies, entre elas, a cidade. A rua deixa de ser apenas um “[...] espaço deixado entre os prédios, mas um elemento espacial com sua própria identidade.”⁹² (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 215). Nesse período, entretanto, a rua e os prédios ainda são vistos como entidades independentes. A inovação do barroco é a compreensão da rua e da fachada como elementos contínuos. O design de praças e a convergência radial de três ruas sobre elas também é um elemento renascentista chamado de *trivium* ou tríptico (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

Dessa maneira, a cidade barroca era organizada na esteira de seu arruamento e, como consequência, as demais estruturas urbanas, como praças, mercados e mesmo residências, tinham que ceder espaço para o fluxo do tráfego e conformar-se por ele. Desse modo, “[...] a rua, não a vizinhança ou o quarteirão, se tornou a unidade do planejamento.”⁹³ (MUMFORD, 1961, p. 391). Ao contrário de uma integração com o relevo e o entorno, são prezados sua dominação e a artificialidade da linha reta e das edificações. Um efeito do estilo barroco sobre as cidades já existentes foi a demolição massiva de edificações antigas, que deveriam ceder espaço para as largas avenidas e praças. “A demolição da propriedade de um indivíduo, nas cidades-estado da Itália durante a Idade Média e a Renascença, era uma punição comumente

92 [...] space left over between buildings, but as a spatial element with its own integrity.

93 [...] the street, not the neighborhood or quarter, became the unit of planning.

reservada a traidores. Agora essa punição é aplicada onde não existe crime.”⁹⁴ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 220).

Há uma inversão de determinação, pois invés do corpo social definir o conteúdo e a forma da cidade, o governante é quem tenta definir os limites do conteúdo social ao buscar a conformidade das instituições urbanas. Sob a ideologia barroca, planos de forma geométrica ganham evidência e, além do domínio do espaço, buscam também superar o tempo, demolindo formas do passado e impondo apenas o presente, cuja monumentalidade procura determinar o futuro (MUMFORD, 1961).

É um fato amplamente reconhecido que o planejamento urbano na Europa setecentista apresentava uma correspondência notável com a filosofia da época. Praças rigorosamente quadradas e alturas e fachadas das edificações uniformes eram as contrapartes físicas das preferências daquela época pela regulamentação e racionalidade do comportamento. Em vez de deixar o crescimento da cidade seguir um curso aleatório e sem controle, o urbanista do século XVIII confiava em planos diretores previamente elaborados que se caracterizavam por um cumprimento rigoroso da fórmula da regularidade tanto na aparência como nas medidas. (DELSON, 1998, p. 95)

A geometrização do espaço e o alargamento das ruas e avenidas promovido pela episteme barroca também vem junto com a funcionalidade de facilitação do tráfego de veículos sobre rodas, carroças e carruagens. De certo modo, a monotonia das ruas retilíneas e das fachadas repetitivas é uma compensação à velocidade das carruagens e seu ponto de vista móvel (MUMFORD, 1961). O tríptico e a coluna uniforme de árvores também são duas grandes contribuições do estilo monumental francês que podem encontrar variantes em outras cidades. Entretanto, o traço distintivo do estilo é que o uso de diagonais trípticas são utilizadas para conectar diferentes elementos dentro do arranjo urbano, criando uma constelação geométrica entre ruas e edificações (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

Entretanto, antes ainda dos problemas com o tráfego de veículos, as ruas largas foram pensadas para o deslocamento de tropas militares, pois a sua largura e a orientação permitiam uma condução ordenada da marcha dentro dos muros da cidade. O alargamento de ruas estreitas e becos, por sua vez, permitiam que os soldados

⁹⁴ *The demolition of one's property, in the city states of Italy during the Middle Ages and the Renaissance, was commonly a punishment reserved for traitors. Now this punishment is meted out where there is no crime.*

pudessem manobrar por toda a cidade nos casos de convulsões sociais (MUMFORD, 1961).

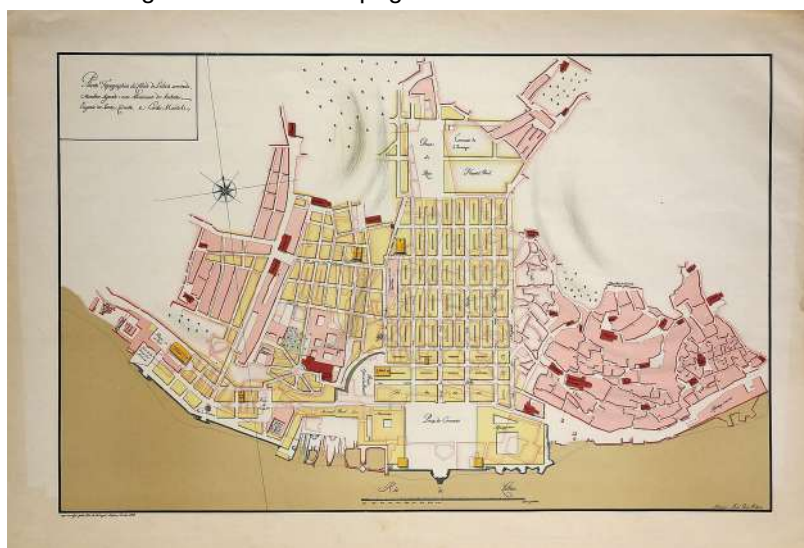
O estilo monumental é frequentemente associado a existência de um poder central, pois “O alto custo que ela demanda, e a abstração de seus padrões, pressupõe um processo de decisão desobstruído bem como os recursos para concluir aquilo que foi planejado.”⁹⁵ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 217). A ausência dessas condições não permite a execução desses projetos grandiosos. O palácio barroco ocupava uma posição central e tinha em sua forma a representação do poder absoluto do governante. A sua monumentalidade se alargava horizontalmente, ocupando grandes espaços e se difundia para os subúrbios, por meio das largas avenidas. Por sua vez, elementos palacianos se expandiram para a cidade por meio de uma concessão permeável, fazendo surgir estruturas que se mantêm até o presente (MUMFORD, 1961).

Portanto, é possível distinguir algumas características do estilo barroco: um arranjo urbano amplo e ancorado em pontos de saliência distribuídos pelo plano; as saliências são ajustadas à topografia e são conectadas umas as outras de modo a realçar o efeito; emprego do paisagismo em grandes avenidas; a criação de vistas e espaços públicos como cenários para monumentos; edificações com efeitos dramáticos (ver figura 10). Todas essas características são superimpostas sobre um plano ortogonal simples que acolhe o cotidiano (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

Além da cidade como encarnação do poder, ela importava do palácio elementos que a definiam como prazer. Salões de dança, parques e jardins com jogos abraçavam as amenidades buscadas pela corte real para os demais habitantes das cidades. Mesmo na esfera das amenidades, o domínio do tempo e do espaço se manifesta nos hábitos da aristocracia e burguesia barroca: “A vida de salão criou nas cidades hábitos artificiais: vive-se de noite e dorme-se de dia.” (LENOBLE, 1990, p. 300).

⁹⁵ *The very expansiveness it calls for, and the abstraction of its patterns, presuppose an untangled decision-making process and the wherewithal to accomplish what has been laid out.*

Figura 21 – Planta topográfica da cidade de Lisboa



Fonte: RIBEIRO (1949), inspirada na planta de Eugênio dos Santos, do ano de 1756, após o grande terremoto de 1755.

Largas avenidas e a separação entre o tráfego de pedestres e de veículos são também características essenciais do período. Esse arruamento retilíneo e de geometria matemática demandava um terreno plano e, por isso, a dominação da paisagem com o corte de montanhas e preenchimento de depressões foram soluções perseguidas pelo urbanismo barroco. Onde o espaço já estava ocupado, as paisagens a serem transformadas eram habitações, mercados, comunidades e, em sua base, as relações sociais que as constituíam. Por isso, o urbanismo barroco era melhor executado em novas cidades, ou em suas extensões, do que em cidades já constituídas (MUMFORD, 1961).

A própria história deve ser encenada e atualizada. Os grandes monumentos do passado deviam ser retirados de seus decrépitos pedestais, novos monumentos celebrando a personalidade e a mensagem política dos governantes atuais tinha que ser erguida dentro desta mesma reverenciada moldura da história, e conexões representacionais feitas no local entre as memórias antigas e os triunfos modernos. Para isso se necessita de espaço.⁹⁶ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 220)

⁹⁶ *The great monuments of the past were to be disencumbered of their ramshackle hangers-on, new monuments celebrating the personality and political message of the current ruler had to be erected within this same hallowed frame of history, and representational connections made on location between ancient memories and modern triumphs. For this one needed room.*

A adoção do monumentalismo em cidades já consolidadas enfrenta a resistência daqueles já estabelecidos no local. Por isso, esse estilo encontrou vez e voz nas Américas, em razão da conquista de espaços não urbanizados, consequência da suplantação da resistência indígena local, que será aprofundada na seção subsequente (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

Contudo, a ontologia e a epistemologia mecanicista que fundamentaram o urbanismo barroco sofrem uma nova transformação a partir de Newton e dos pensadores Iluministas. A compreensão sobre a natureza se afasta da dedução cartesiana, sistêmica e abstrata que se encerra em si mesma, e inverte o ponto de partida para a experiência e a observação. O método analítico retira seus princípios a partir do fato, da realidade empírica que se apresenta perfeitamente ordenada, mas que, para ser compreendida, deve ser desmembrada e abordada do fenômeno particular para o geral (CASSIRER, 1992).

Entretanto, essa legalidade significa que os fatos, como tais, não são um material *simples*, uma incoerente massa de detalhes, mas que se pode demonstrar, nos fatos e pelos fatos, a existência de uma *forma* que os penetra e os une. Essa forma apresenta-se como *matematicamente* determinada, estruturada e articulada segundo o número e a medida. Mas é justamente essa articulação que não pode ser objeto de uma antecipação conceptual; [...] A lógica que todo o mundo busca e que todo o mundo está persuadido de encontrar, em todo o caso, no caminho da ciência, não é a lógica escolástica nem uma lógica da concepção puramente matemática: é a 'lógica dos fatos'. (CASSIRER, 1992 p. 26-27)

As primeiras considerações do empirismo do século XVIII, embora não neguem a diferença que existe entre o tangível e o intangível (corpo e mente), admitem que o cálculo matemático se presta apenas para o estudo da grandeza de objetos constituídos de partes. Entretanto, isso não quer dizer que o intangível não possa ser também reduzido em partes para estudo: o empirista John Locke propôs a decomposição da mente em unidades intangíveis, cuja compreensão lógica leva a uma 'mente geral' (CASSIRER, 1992).

Do mesmo modo, o empirismo busca compreender a natureza não como uma classificação de seres agrupados em um conjunto pelas suas semelhanças e diferenças, mas como um conjunto sistêmico que leva em conta as suas relações recíprocas, no tempo. Particularmente, no pensamento de Buffon há uma inovação que

admite a individualidade dos seres e não sua classificação em gêneros e espécies, bem como a constatação da transformação desses seres no tempo (CASSIRER, 1992).

O método das ciências da natureza deixa de receber sua lei unicamente das matemáticas; ela encontra um segundo foco, se assim podemos dizer, na forma fundamental do conhecimento histórico. [...] Quando, pelo contrário, o centro de gravidade do pensamento desloca-se da definição para a descrição, do gênero para o indivíduo o mecanismo deixa de poder ser considerado o único e suficiente princípio de toda a explicação; prepara-se uma passagem para uma visão da natureza que, em vez de deduzir o devir do ser, deduz o ser do devir e explica-o por ele. (CASSIRER, 1992, p. 116-117)

Na medida em que a Natureza é concebida como uma sucessão de relações causais interligadas, os artifícios construídos pelo homem com base na física matemática que descreve as leis dessas relações causais são tidos, também, como Natureza. Desse modo, nesse discurso, o ser humano não está acima da Natureza: ele cria a Natureza. Neste ponto, é impossível não recordar “O Prometeu Moderno”, de Mary Shelley, publicado em 1818.

Figura 22 – *Dolly's Death Mask*



Fonte: TSUI (2009)

Na medida em que o discurso sobre a Natureza se afasta da religião e inclui o ser humano como um produto de causas e efeitos, a política e a moral passam a ser extraídas dessa mesma Natureza:

Apoiado, sem sequer disso se dar conta, de tal forma é evidente que o ‘gênero humano reproduz as características do céu’, nesta física que também não dá origem a dúvidas, o Antigo Regime acreditava no seu destino: pela sua estrutura, prolongava entre os homens esta ordem que Deus inscrevera em toda a parte na Natureza. Mas, nas vésperas da Revolução, já há mais de cem anos que a Natureza não é a mesma: já não há valores, já não há subordinação

das formas; todos os fenômenos são equivalentes, cada um deles é simultaneamente causa e efeito e o segundo possui tanta dignidade como a primeira. A lei matemática, isto é, a lei do número, substitui a antiga organização dos tipos. Da mesma forma, a Natureza não quis 'desigualdades entre os homens', criou-os a todos 'livres e iguais em direito', com o mesmo fundo de bondade original que só o artifício social, a tirania do rei ou o sacerdote, são capazes de perverter. (LENOBLE, 1990, p. 306-307).

Na perspectiva iluminista, os princípios da relação entre o ser humano e a Natureza e entre os próprios seres humanos são então retirados da própria Natureza e se afastam das concepções teocráticas e absolutistas, dando origem às teorias do 'direito natural'. As conclusões éticas dos conceitos religiosos e estatais derivam de uma dedução metafísica que tem como ponto de partida a autoridade divina ou real absolutas. A ferramenta iluminista utilizada para contrapor tais conclusões era a razão lógica associada a uma metodologia analítica, que retira da diversidade dos dados uma unidade de princípios, que tem em sua base a ontologia a respeito da Natureza como equivalência de fatos. "A gradual mudança de sentido da ideia de 'natureza' que acompanhamos passo a passo no pensamento do século XVIII faz-se sentir cada vez mais: o centro de gravidade passa do apriorismo ao empirismo, do lado da razão para o da experiência." (CASSIRER, 1992, p. 330).

Figura 23 – *A Philosopher Lecturing on the Orrery*



Fonte: WRIGHT (1766)

No que diz respeito à relação entre os seres humanos, os pensadores iluministas chegam à conclusão que a liberdade de movimento e de expressão, bem como a propriedade, são direitos naturais de todos, oponíveis contra o governante e contra o clero. O contrato social de Hobbes, que possui origem na sua imposição por um governante absoluto que se opõe a um estado de natureza violenta, é transformado em um contrato social que retira os seus termos do conceito iluminista do direito natural tomado como um princípio geral em que o Estado, criado por meio desse acordo de vontades, tem a finalidade de protegê-lo, não de constituí-lo (CASSIRER, 1992). Mais ainda, se ancora na ideia de um poder político com uma origem histórica e evolucionária, afastando-se da ideia cristã de espécies fixas provenientes de uma vontade divina (HECKENBERGER, 2005).

Desse modo, o absolutismo provou-se apenas um estágio transitório para o que vinha se desenhando na ascensão do comércio medieval. O mercantilismo, a expansão territorial e o comércio internacional que se libertavam das restrições municipais para fomentar suas empreitadas corporativas antecipavam a ascensão do modelo econômico que ganhou o nome de capitalismo. A partir do século XVII, as forças que impulsionaram a expansão urbana foram “[...] os comerciantes, seus financiadores, e a aristocracia que servia aos interesses daqueles.”⁹⁷ (MUMFORD, 1961, p. 410).

As regulações e restrições ao livre comércio impostas pelas corporações de ofício, bem como a moral cristã que pregava o preço justo e a taxaço para o financiamento de hospitais e asilos eram um empecilho a essa nova episteme. A abstração racionalista desse período refletiu-se no comércio com o desenvolvimento da contabilidade e o método de partilhas dobradas, bem como com a estatística. A própria concepção de riqueza se transformou em uma abstração monetária e as empreitadas comerciais em um risco calculado (BERNSTEIN, 1996).

Entre os séculos XIII e XVIII, as inovações do capitalismo se consolidaram com um corpo doutrinário e uma regra prática: hábitos abstêmicos, abnegação, ordem sistemática, a prática de adiar prazeres presentes para atingir maiores

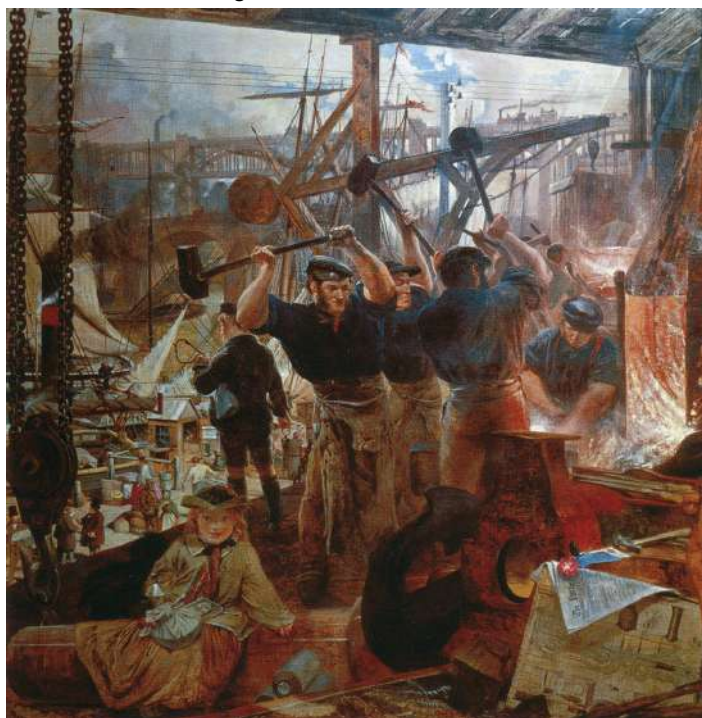
97 [...] *the merchants, the financiers, and the landlords who served their needs.*

recompensas futuras, foram transferidos da religião para os negócios, onde eles produziram imensos ganhos visíveis.⁹⁸ (MUMFORD, 1961, p. 414)

O tempo deixou de ser guiado pelos ciclos naturais e passou a ser regido pelos relógios, que foram introduzidos nas cidades a partir do século XIII. Os ganhos promovidos pelos empreendimentos eram promessa de superação das limitações impostas pelo crescimento populacional e alternativa à decadência religiosa. Essa busca pelo lucro fomentou a adoção de novas técnicas nos meios de produção, substituindo os monopólios municipais das guildas. A libertação do controle do senhor feudal buscada pelas municipalidades, representadas pelas corporações de ofício e pela Igreja Católica, agora se convertia em liberdade buscada pelos comerciantes contra o monopólio municipal (MUMFORD, 1961).

Essa abolição do sistema de guildas retirou os trabalhadores de sua proteção corporativa e fomentou a livre concorrência nos mercados urbanos. A revolução industrial capitalista tinha como base econômica a exploração do carvão mineral, a produção do ferro e o emprego do motor a vapor. Junto com as fábricas, surgiram novos modelos de organização corporativa dirigidos para a eficiência produtiva, com seu centro na organização mecânica (MUMFORD, 1961).

98 *Between the thirteenth and the eighteenth centuries, the innovations of body of doctrine and a rule of practice: capitalism consolidated as a habits of abstemiousness, abnegation, systematic order, the practice of postponing present pleasures for much grater future rewards, were transferred from religion to business, where they produced immense visible gains.*

Figura 24 – *Iron and Coal*

Fonte: SCOTT (1855)

“A nova concepção do destino humano, tal qual os utilitaristas o projetaram, tinha pouco espaço até para prazeres sensoriais: ela se fundava em uma doutrina do empenho produtivo, consumo avarento, e negação fisiológica [...]”⁹⁹ (MUMFORD, 1961, p. 447). O individualismo propagado pelo ‘*laissez-faire*’ pode ser então compreendido como uma “[...] democratização do príncipe despótico: agora todo homem de negócios buscava ser um déspota à sua própria maneira [...]”¹⁰⁰ (MUMFORD, 1961, p. 448). A liberdade do controle empreendedor pelo Estado absoluto como ideal burguês da Revolução Francesa também se fez presente na ausência de regras municipais de planejamento urbano do período. A localização dos comércios, das fábricas e das zonas residenciais deveria ser decidido pela iniciativa privada. “Os lucros e os aluguéis eram limitados somente por aquilo que o tráfego poderia suportar [...]”¹⁰¹ (MUMFORD, 1961, p. 453).

99 *The new conception of human destiny, as the utilitarians projected it, had little place for even sensual delights: it rested on a doctrine of productive exertion, consumptive avarice, and physiological denial;*

100 *[...] the democratization of the baroque conception of the despotic Prince: now every enterprising man sought to be a despot in his own right [...].*

101 *Profits and rents were to be limited only by what the traffic would bear [...].*

Os grandes centros industriais, geradores de riqueza financeira da Europa, canalizaram todos os recursos naturais das respectivas zonas rurais e das novas terras coloniais das Américas, África e Austrália, com isso possibilitando o aumento populacional que alavancou o trabalho industrial nas fábricas. Por outro lado, a cidade fabril, tomada como uma unidade social, não teve grandes avanços comunitários, a não ser pelo emprego do gás e equipamentos sanitários, com frequência, mal distribuídos (MUMFORD, 1961).

Com a finalidade de evitar as taxas devidas à municipalidade, os empreendimentos industriais do século XVII eram instalados nos subúrbios e na zona rural para uso da força da água em moinhos, dando início às jornadas de trabalho extenuantes e repetitivas, emprego de mão de obra com baixos salários e a infantil. Entretanto, esse início não é marcado pela alteração da paisagem natural e urbana. A responsabilidade por essa transformação decorre da mudança de escala proporcionada pelo uso do motor a vapor e pelo liberalismo econômico que, juntos, permitiram a instalação das fábricas e seus motores próximos de grandes concentrações humanas, agora pensadas como mão de obra (MUMFORD, 1961).

Junto com o aumento em escala do comércio e das fábricas aconteceu também uma especialização dessas atividades que se espalhou para o corpo social e para as cidades. Esse atomismo social justificado pelo individualismo criou uma cidade especializada dentro dessas cadeias de produção e consumo (MUMFORD, 1961).

Os elementos que ganham destaque nas cidades industriais são as fábricas, as estradas de ferro e as favelas. “A fábrica se tornou o núcleo do novo organismo urbano.”¹⁰² (MUMFORD, 1961, p. 458). O arruamento e o transporte, os sistemas de abastecimento de água, a distribuição de equipamentos públicos e moradias eram definidos em razão da fábrica. As fábricas e as estradas de ferro tinham como preferência a instalação nos leitos dos rios. As primeiras, pelo fácil acesso à água. As últimas, em razão do relevo plano dos vales (MUMFORD, 1961).

Além do carvão, a água era um recurso natural essencial para o processo de produção industrial do período pois, além da sua utilização nos motores a vapor, era

102 *The factory became the nucleus of the new urban organism.*

utilizada no resfriamento de equipamentos e também para o descarte dos resíduos do processo produtivo. A fumaça da queima do carvão em grande escala e os fortes odores dos processos químicos empregados pela indústria também eram responsáveis pela poluição atmosférica. Aquilo que atualmente recebe o nome de 'externalidades' do processo produtivo, eram, como ainda são, suportados por toda a comunidade (MUMFORD, 1961).

Figura 25 – *Manchester From Kersal Moor after William Wyld*



Fonte: GOODALL (1852)

Nas áreas residenciais, as habitações dos trabalhadores eram pequenas e insalubres, pois o adensamento das edificações foi atingido às custas da insolação e do saneamento. A água potável era escassa para o consumo e para o asseio, pois os corpos d'água se transformaram em esgotos. A exploração mercantilista da população mundial e a alteração ambiental promovida por ela teve início no território dos próprios países sede dessas fábricas (MUMFORD, 1961).

O pensamento no retorno imediato do investimento atingiu a forma das cidades na medida em que a construção de novos prédios era tida como custo, de modo que as edificações se materializavam dentro da moldura do maior retorno no menor tempo possível. A mobilidade do capital também auxilia nesse processo, onde prédios caros e pesados e estruturas permanentes vão contra a necessidade de movimentação imposta pelo novo modelo econômico. Na medida em que o livre

comércio trouxe maiores lucros para os governantes na forma de taxas e aluguéis, essa economia foi abraçada pelos Estados absolutistas, que foram descartados quando a ostentação da realeza não foi mais necessária para os negócios (MUMFORD, 1961).

Para as cidades, o efeito é visível quando as terras se transformam em abstração monetária, deixam de pertencer à aristocracia hereditária e passam a integrar o patrimônio privado da burguesia empreendedora, de modo que podem ser alienadas indefinidamente. Os quintais aos fundos das habitações medievais e os espaços públicos foram substituídos por uma diminuição na fachada do lote junto com seu adensamento vertical. A derrubada dos muros das cidades permitiu a expansão territorial sobre terras ainda não ocupadas e, somada à edificação de prédios baratos, promoveu a 'favelização' dos centros urbanos por proporcionar o melhor retorno sobre o investimento por metro quadrado. Soluções improvisadas e de baixo custo de infraestrutura urbana nessas cidades para atender as necessidades mercantis são a causa da diminuição da qualidade de vida de seus habitantes. (MUMFORD, 1961).

Na medida em que as terras se tornam commodities, as expansões urbanas passam a ser objeto de negociação destinada a ganhos financeiros. O racionalismo que marcou esse período dá início a um modelo de planejamento urbano adequado à episteme corporativa:

“O padrão era antigo e familiar. Mas o capitalismo ressurgente do século XVII tratava o lote individual e a quadra, a rua e a avenida, como unidades abstratas para a compra e venda, sem o respeito aos seus usos históricos, pelas condições topográficas, ou pelas necessidades sociais.”¹⁰³ (MUMFORD, 1961, p. 421).

Embora a visualização dessa prática seja evidente nos Estados Unidos, as expansões urbanas europeias em suas cidades preexistentes também seguiam esse modelo. Esse *layout* tinha como unidade básica o lote individual, com uma fachada estreita e fundo alongado, que fornecia o acesso à rua para todos os lotes dentro da divisão da quadra. A forma retangular é padronizada, de modo a facilitar a divisão da parcela e a sua mensuração, atribuindo-se um valor monetário, também padronizado.

103 *The pattern was an ancient and familiar one. But the resurgent capitalism of the seventeenth century treated the individual lot and the block, the street and the avenue, as abstract units for buying and selling, without respect for historic uses, for topographic conditions, or for social needs.*

Desse modo, além de acelerar o processo de loteamento, a contabilização do retorno sobre o investimento também é facilitado. Tendo o lucro como propósito, a adaptação ao relevo e às necessidades humanas eram desconsideradas (MUMFORD, 1961).

Figura 26 – *Sanitary & Topographical Map of the City and Island of New York*



Fonte: Excerto de VIELE (1865)

A padronização da largura das ruas imposta pelo plano ortogonal especulativo não faz diferenciação entre ruas com muito ou pouco tráfego, nem quanto ao uso, comercial, industrial ou residencial, de modo que as necessidades sociais são desatendidas, ao mesmo tempo em que onera os próprios habitantes com os custos de uma pavimentação inadequada à finalidade. Igualmente, o despreço pela topografia adiciona custos ao deslocamento da população quando impõe o fluxo do trânsito por locais íngremes (MUMFORD, 1961).

O sistema de transporte, por sua vez, é a estrutura dominante que dá a forma ao plano ortogonal corporativo. As carruagens foram seguidas pelas ferrovias, embarcações a vapor, pontes, automóveis e eletrificação. A partir do século XIX, portanto, a cidade não é vista como uma instituição pública, mas como uma empreitada comercial privada. A economia de mercado que vinha se desenvolvendo desde século XIII ganhou um novo impulso com o incremento das técnicas de mineração, da fábrica e da estrada de ferro. Os sistemas municipais de organização por guildas, bem como a cultura rural com eles conectados foram substituídos pelo industrialismo como meio para atingir o sucesso financeiro (MUMFORD, 1961).

O escritor inglês Charles Dickens sintetiza os discursos da relação entre a cidade industrial e suas epistemologias e a Natureza, com a descrição de sua cidade 'imaginária' chamada de Coketown, na obra intitulada "Tempos difíceis", de 1854:

Era uma cidade de tijolos vermelhos, ou de tijolos que seriam vermelhos caso as cinzas e a fumaça permitissem; mas, no estado de coisas de então, era uma cidade de vermelhos e negros antinaturais, como o rosto pintado de um selvagem. Era uma cidade de máquinas e chaminés altas, pelas quais se arrastavam perenes e intermináveis serpentes de fumaça que nunca se desenrolavam de todo. Havia um canal negro e um rio que corria púrpura por causa da tintura malcheirosa, e grandes pilhas de edifícios cheios de janelas, onde se ouviam ruídos e tremores o dia inteiro, e onde o pistão das máquinas a vapor trabalhava monótono, para cima e para baixo, como a cabeça de um elefante em estado de loucura melancólica. Havia ruas largas, todas muito semelhantes umas às outras, e ruelas ainda mais semelhantes umas às outras, onde moravam pessoas também semelhantes umas às outras, que saíam e entravam nos mesmos horários, produzindo os mesmos sons nas mesmas calçadas, para fazer o mesmo trabalho, e para quem cada dia era o mesmo de ontem e de amanhã, e cada ano o equivalente do próximo e do anterior. [...]

Não se via nada em Coketown que não fosse rigorosamente funcional. Se os seguidores de uma doutrina religiosa construíssem uma capela ali – como fizeram os seguidores de dezoito doutrinas religiosas –, seria um pio armazém de tijolos vermelhos, às vezes com um sino dentro de uma gaiola no topo (mas apenas em exemplares altamente ornamentais). A única exceção era a Igreja Nova; um edifício revestido de estuque, com um campanário quadrado em cima da porta, terminando em quatro pináculos baixos, como pernas de pau floridas. Todos os letreiros públicos da cidade eram pintados da mesma maneira: letras severas em preto e branco. A prisão poderia ser a enfermaria, a enfermaria poderia ser a prisão, a sede da prefeitura poderia ser qualquer uma das duas, ou ambas, ou outra coisa qualquer, em que pesem as poucas diferenças estéticas de sua construção. Fatos, fatos, fatos, por todo o aspecto material da cidade; fatos, fatos, fatos, por todo o imaterial também. A escola de Choakumchild era toda fatos, e a escola técnica era toda fatos, e as relações entre mestre e servo eram todas fatos, e tudo era fatos entre a maternidade e o cemitério, e aquilo que não se podia expressar em números, ou demonstrar que era comprável no mercado mais barato e vendável no mais caro, não existia, e não deveria existir, pelos séculos dos séculos, amém. (DICKENS, 2014, p. 58-59)

É comum tratar a cidade como um espaço civilizado, desenvolvido, e a área rural como algo retrógrado, estagnado. Mesmo assim, a prática de se retirar da cidade para áreas interioranas, em busca de saúde, liberdade e independência vem desde a antiguidade. É possível encontrar registros das vilas suburbanas na antiguidade babilônica, egípcia e romana. Entretanto, esse hábito é incrementado com a queda das muralhas durante a expansão da cidade industrial e se evidencia em razão do contraste entre os dois ambientes (MUMFORD, 1961).

Uma primeira reação ontológica contra a natureza insalubre e tecnicista criada pela modernidade foi o movimento romântico que desabrochou na Alemanha, na França e na Inglaterra, fomentado pelas desigualdades sociais provocadas pelo industrialismo capitalista mecanicista, bem como pelos relatos dos viajantes que davam conta de grupos sociais 'primitivos' que habitavam espaços distantes da Europa (LOWY; SAYRE, 2001; MCKUSICK, 2005).

Considerado como um dos precursores desse pensamento, Rousseau retoma a ideia do estado de natureza de Hobbes, afirmando, contudo, que no estado de natureza primitivo prevalece um individualismo passivo que não leva necessariamente a uma guerra de todos contra todos (CASSIRER, 1992). Esse estado ideal de natureza “[...] oferece uma visão de uma existência humana ideal em harmonia com o mundo natural.”¹⁰⁴ (MCKUSICK, 2005, p. 415), onde ele vive em um estado de felicidade maior que daquele do homem civilizado. “O homem vive em perfeito equilíbrio com o seu ambiente: ele é parte do mundo e o mundo é parte dele.”¹⁰⁵ (STAROBINSKI, 1988, p. 293). A razão surge como o pecado original, a causa de um individualismo ativo que leva ao confronto que nasce dentro da sociedade, em razão de seus valores que desequilibram a necessidade e o desejo do ser humano (CASSIRER, 1992; STAROBINSKI, 1988).

Desse modo, o movimento romântico é a ideologia que representa essa busca por um estado natural de felicidade em contraste com o espaço urbano industrial. Essa fuga dos domínios da cidade pode ser notada já na antiguidade, quando essas residências suburbanas eram de propriedade da aristocracia. O que as caracterizam desde sempre é sua demanda por espaço, jardins e áreas verdes e que, no século XIX, estavam à disposição daqueles que podiam pagar por elas (MUMFORD, 1961).

Ao mesmo tempo em que a distância da cidade afasta a habitação suburbana dos malefícios urbanos, também a afasta daquilo que a cidade tem de positivo, como os equipamentos públicos de educação e saúde, bem como da

104 [...] offers a vision of an ideal human existence in harmony with the natural world.

105 Man lives in perfect equilibrium with his environment: he is part of the world and the world is part of him.

convivência com a diversidade de ideias. A solução para esse impasse vem com a mudança do sistema de transporte. A maior disponibilidade de carruagens e, posteriormente, de veículos automotores, vem junto com a ampliação dessa modalidade de habitação, que fomentou a necessidade da posse de meios privados de transporte e expansão viária (MUMFORD, 1961).

“Ao final, assim que o crescimento suburbano ficou desimpedido, o plano aberto fez da locomoção rápida e do sistema viário extravagante uma necessidade, às custas da maioria das qualidades que fizeram o subúrbio originalmente atrativo.”¹⁰⁶ (MUMFORD, 1961, p. 490). Por isso, o subúrbio além de se caracterizar por uma separação espacial da cidade, distinguia-se também como uma separação de classes econômicas. Com o tempo, o subúrbio deixa de ser uma expressão do descontentamento com a vida urbana e é integrado ao sistema de consumo quando sua universalização é buscada (MUMFORD, 1961).

A exposição da presente subseção buscou trazer as transformações dos discursos a respeito da Natureza e da cidade e a relação entre eles, relevantes para a análise da planta da cidade de Cruzeiro do Sul. A abrangente moldura temporal procurou discutir as transformações dos discursos necessários para a análise do objeto de pesquisa dentro de seu contexto. Conclui-se que, desde a Antiguidade, as concepções socialmente construídas de Natureza e cidade influenciam de modo recíproco a relação entre esses dois recursos semióticos e servem como moldura para as respectivas práticas semióticas de cada tempo. O resgate dos discursos europeus que influenciaram o contexto social da planta é necessário diante do processo colonizatório das Américas, que teve início com o advento das grandes navegações, performado dentro das epistemes renascentistas do século XVI. Passa-se então para a análise das continuidades e rupturas das práticas discursivas que envolvem as concepções de cidade e Natureza na região amazônica.

106 *In the end, once suburban growth became untrammelled, the open plan made rapid locomotion and an extravagant road system a necessity, at the expense of most of the other qualities that had made the suburb originally attractive.*

3.1.2 Discursos Amazônicos e a sua urbanização

Com as navegações do século XVI, a Amazônia surge para o mundo Europeu como um espaço de natureza prístina, intocada, povoada por um “outro primitivo”¹⁰⁷ (HECKENBERGER, 2005, p. 52). O relato de Carvajal que invoca o mito das amazonas e empresta o nome à região dá o tom da perspectiva que guiará o sentimento de descoberta e posterior redescoberta da humanidade do europeu pela existência desse outro (HECKENBERGER, 2005).

O pressuposto ontológico ocidental de que existe apenas uma Natureza e múltiplas culturas (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2004, 2007), aliada à noção da temporalidade linear cristã e mecanicista, transforma uma diferença espacial entre a Europa e a América em um deslocamento temporal. Em um primeiro momento, discute-se a respeito da existência da alma dos indígenas (VIVEIROS DE CASTRO, 2004). Posteriormente, tanto Hobbes como Rousseau se arvoram nesses relatos do outro primitivo para a elaboração de suas teorias políticas, tendo ambos como base comum o ponto de vista europeu que trata a sociedade ameríndia contemporânea como situada em um tempo natural primitivo já superado pelo europeu (HECKENBERGER, 2005).

Esse primitivismo ameríndio foi (é) justificado pelo europeu em função da diferença cultural e conseqüente relação desses povos com a Natureza, com o colonizador e entre eles próprios. Entretanto, não é possível tratar da população ameríndia de maneira homogênea. A pluralidade linguística e sua distribuição espacial registradas no mapa de Nimuendaju (1943, fig. 06) evidenciam a diversidade existente entre as etnias que ocupavam, e ainda ocupam, o espaço hoje chamado de território brasileiro. As duas primeiras expedições europeias do século XVI a cruzar a bacia do rio Amazonas, conduzidas por Orellana, no ano de 1542, e Pedro Teixeira, no ano de 1637, relatam uma grande população indígena em suas margens e que, somados aos estudos atuais, apontam para aquele período o número de 718 línguas diferentes somente no espaço correspondente à Amazônia brasileira (FREIRE, 2011).

Mesmo assim, dentro de toda essa diversidade cultural ameríndia, sob os termos ocidentais, observa-se um ponto comum entre as cosmologias desses povos e a

107 [...] *primitive other* [...].

sua relação entre cultura e Natureza advinda da análise de seus mitos. Diferentemente das teorias evolucionistas ocidentais, em que o ser humano era, a princípio, um animal selvagem que se torna humano com o passar do tempo, a humanidade é que é a base da cosmologia ameríndia e são os humanos que se transformam em animais, plantas ou espíritos.

A grande divisão mítica mostra menos a cultura se distinguindo da natureza que a natureza se afastando da cultura: os mitos contam como os animais perderam os atributos herdados ou mantidos pelos humanos. Os humanos são aqueles que continuaram iguais a si mesmos: os animais são ex-humanos, e não os humanos ex-animais. (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 230)

Trata-se de um 'animismo' universal, em que todos os seres compartilham a mesma humanidade. A diferença está na corporalidade: seres humanos possuem corpos diferentes dos animais e de outras subjetividades (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, 2007).

O que se chama de 'perspectivismo ameríndio', portanto, não se trata de um relativismo, pois todos os seres enxergam a si mesmos como humanos e, os outros, como diferentes. A adoção de um relativismo implicaria que os seres enxergariam aos outros como a si mesmos, embora parecessem diferentes: a onça conceberia os humanos como onças. Dentro da ontologia perspectivista, a onça enxerga a ela mesma como humana e, os humanos, como presa, tal qual os humanos veem a si próprios e os porcos do mato. Segue que o sangue está para a onça tal qual a cerveja está para os humanos (VIVEIROS DE CASTRO, 2007).

O problema da dualidade entre o ser humano e a Natureza não se coloca dentro da cosmologia ameríndia. Isso porque, enquanto a ontologia ocidental se apoia

[...] na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas – a primeira garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância, a segunda gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e do significado –, a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 226)

De modo conciso, pode-se então afirmar que o perspectivismo ameríndio parte de uma multiplicidade de Naturezas materializada na diversidade de corpos, e uma unicidade cultural, caracterizada pela capacidade de cognição e volição comum presente na alma desses seres. "É sujeito quem tem alma, e tem alma quem é capaz

de um ponto de vista. As 'almas' [...], são assim categorias perspectivas, deíticos cosmológicos cuja análise pede menos uma psicologia substancialista que uma pragmática do signo.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 236). Portanto, o multinaturalismo é compreendido como a pluralidade de pontos de vista proporcionados pela diferença de corpos e não de espírito. “Assim, se a Cultura é a perspectiva reflexiva do agente objetivada no conceito de alma, pode-se dizer que a Natureza é o ponto de vista do agente sobre os outros corpos-afecções [...]” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 241).

Figura 27 – Cortejo solene dos Tucuna



Fonte: SPIX; MARTIUS (1817, p. 38)

Sem nenhuma pretensão de aqui se produzir uma tradução antropológica perspectivista dos conceitos ameríndios de cidade e Natureza, as observações feitas anteriormente sobre as ontologias ocidentais e o modo como elas influenciam a relação com o espaço e com os outros seres cabem também dentro do animismo multinaturalista ameríndio, vez que evidenciam as diferenças ontológicas e práticas ameríndias, sob o ponto de vista ocidental.

Por sua vez, as imagens de uma floresta amazônica selvagem, primitiva e intocada têm origem em descrições proporcionadas por naturalistas ocidentais dos séculos XVIII e XIX, que já se depararam com uma população indígena dizimada. A hipótese desses cientistas para a pequena população encontrada habitando na floresta

naqueles períodos é que as condições ambientais e uma suposta ausência de práticas agrícolas intensivas seriam fatores limitantes do desenvolvimento de comunidades densamente povoadas. Entretanto, contrapondo a ideia de que a Amazônia era um vazio demográfico, descobertas arqueológicas recentes, além de trazerem à superfície vilas, praças, muros e estradas, também encontraram evidências compatíveis com a existência de populações indígenas pré-colombianas numerosas, hoje estimadas entre 8 e 10 milhões de habitantes somente na bacia amazônica, antes do encontro com o europeu (CLEMENT et al., 2015; LEVIS et al., 2018).

Esses estudos arqueológicos expõe a domesticação de plantas nativas e introduzidas, onde o maior adensamento encontrado era próximo das aldeias indígenas às margens dos rios, diminuindo a sua frequência na direção da terra firme. As pesquisas apontam que essa domesticação teve início há 4000 anos, e inclui tanto plantas de ciclo curto, a exemplo do milho, como as raízes de ciclo médio, e as árvores de ciclo longo, como as palmeiras e a castanheira. Essa domesticação alterou a composição da floresta no longo prazo, favorecendo as espécies utilizadas pelos indígenas que, por sua vez, criaram biomas antropogênicos em uma grande extensão da floresta amazônica. O estudo da distribuição das plantas utilizadas por populações indígenas na Amazônia revelou uma hiperdominância dessas espécies sobre as demais, cobrindo grandes áreas da floresta próxima a espaços anteriormente ocupados pelas populações ameríndias, e que decresce na medida em que se distancia deles (CLEMENT et al., 2015; LEVIS et al., 2018). Essa construção da paisagem se deu na forma de um mosaico que abriga “[...] jardins, campos cultivados, pomares, florestas domesticadas, solos antropogênicos e terraplanagens.”¹⁰⁸ (CLEMENT et al., 2015, p. 6).

Desse modo, supera-se a visão eurocêntrica que tem as comunidades ameríndias como povos primitivos de práticas caçadoras-coletoras em uma floresta prístina, situadas em um tempo primitivo já ultrapassado pelo europeu. Ao contrário, junto com sua ontologia animista multinaturalista, as populações indígenas desenvolveram técnicas de manejo florestal capazes de sustentar uma vasta população

108 [...] gardens, cultivated fields, orchards, domesticated forests, associated anthropogenic soils and earthworks.

distribuída por todo o continente americano, sem exaurir os recursos naturais disponíveis, em uma economia que promovia a abundância e não a escassez.

E é contra essas práticas discursivas ameríndias que os europeus e, em especial os portugueses, vão se chocar ao dar velas às suas empreitadas ultramarinas nos espaços que nomearam de Maranhão e Grão-Pará e Brasil. Mesmo que navegar seja preciso, os discursos medievais religiosos mantinham grande influência sobre as práticas lusitanas que, dentro de um Estado já politicamente unificado, tem no absolutismo o suporte que unifica os interesses aristocráticos, militares, religiosos e burgueses do século XV. Sua posição geográfica serviu como entreposto entre o comércio do mediterrâneo e o norte da Europa e a concentração das atividades comerciais pelo Estado português criaram a estrutura organizada que as cidades italianas independentes não dispunham. Mesmo assim, o Estado português condena a prática da usura e do comércio do dinheiro, controlando sob a ideologia cristã a atividade da burguesia, em uma contraditória expansão ultramarina (FAORO, 2001).

Dentro da concepção cristã de uma única Natureza criada por um único Deus que coloca o homem fora e acima dela, surge uma estrutura expansionista de cunho militar, comercial e religioso que formou o modelo mercantilista, onde a monarquia portuguesa detinha o monopólio e direção de toda a atividade econômica, sustentada pela conquista e manutenção belicosa de portos estratégicos, conversão religiosa das populações indígenas e alavancagem de mão de obra por meio da escravidão. Aqui, a aparente contradição entre a expansão comercial e a condenação prática da usura, somada à concepção de Natureza cristã explicam o modelo predatório empregado por Portugal em sua atividade mercantilista. A extração e comércio de recursos naturais não são considerados como usura e, com isso, justifica-se a exploração das 'riquezas' coloniais. Mais ainda, se indígenas e negros não possuem alma e são considerados como selvagens, a escravidão materializa a fronteira retórica de seu ponto de partida ontológico.

A justificativa da posse portuguesa sobre as terras descobertas vinha de um regime jurídico que, igualmente, separava a Natureza dos habitantes daqueles espaços. Eles não eram considerados súditos do Rei de Portugal que, por isso, sobre

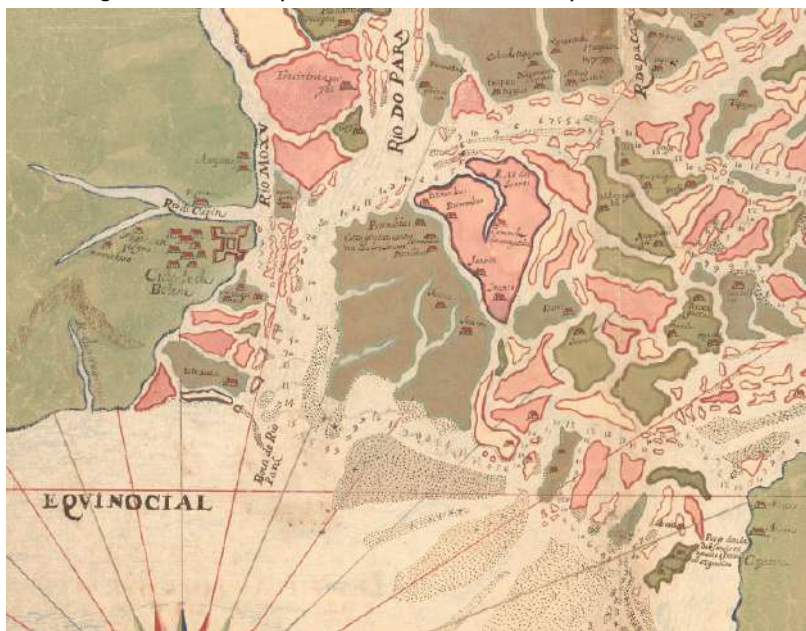
eles não tinha 'Regência'. Entretanto, o Rei era considerado o 'Senhor' dessas terras descobertas, e podia, por isso, realizar a concessão do espaço para a exploração. Essas concessões se davam sob o instituto jurídico das sesmarias, onde o colono era obrigado a cultivar a terra, sob pena de perder a concessão (FAORO, 2001).

Nesse contexto, a cidade colonial assume a forma dos discursos de conquista e consolidação territorial onde a empreitada mercantilista controlada pelo Estado tem um suporte militar, religioso e burguês. "As vilas se criavam antes da povoação, a organização administrativa precedia ao afluxo das populações." (FAORO, 2001, p. 320). Sob este ponto específico, se nota uma diferença na estratégia de ocupação do espaço entre Portugal e Espanha, pois esta tinha como política a interiorização da conquista do território. A seu turno, os lusitanos privilegiavam a ocupação da costa, proibindo incursões para o interior (HOLANDA, 1992). Tendo em mente o espaço amazônico, essa estratégia pode ser notada no contraste semiótico da viagem do espanhol Orellana, em 1542, e do português Pedro Teixeira, em 1637. O primeiro deixou Quito rumo às cabeceiras do Amazonas e, mesmo que por um infortúnio, desceu o rio de oeste para leste até a sua foz. Do outro lado, a expedição portuguesa, quase um século depois, se inicia pela foz e sobe o rio no sentido oeste (CARVAJAL; ROJAS; ACUÑA, 1941; SMITH, 1990).

A fim de delimitar o espaço de ação, "[...] como se algum dia os dois oponentes não tivessem fatalmente de colidir-se na redondeza do mundo [...]" (TOCANTIS, 1961a, p. 51), o Tratado de Tordesilhas estabeleceu as posses entre as nações católicas de Portugal e Espanha e contou com o reconhecimento da Igreja romana. Embora o acordo tivesse demarcado as áreas a oeste da foz do Amazonas como de propriedade espanhola, as incursões de outras nações europeias, como França, Inglaterra e Holanda, estas duas últimas, protestantes, forçaram uma colaboração luso-castelhana que, mesmo durante a União Ibérica, não era exatamente uma unidade (SMITH, 1990). A construção do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém no ano de 1615, na margem direita da foz do Amazonas, seguida do Forte de São José de Macapá em 1688, na margem esquerda, evidenciam as pretensões expansionistas portuguesas, sendo eles um instrumento de posse do território e de

controle da navegação amazônica (ARAÚJO, 1998; BECKER, 2013; DELSON, 1998; VICENTINI, 2004).

Figura 28 – Descrição dos Rios Para Curupa e Amazonas



Fonte: excerto de COCHADO (1623)

Por sua vez, a aliança com a Igreja Católica vem no embalo da contrarreforma como uma resposta às perdas infligidas pelo protestantismo e o apoio a essa empreitada expansionista toma a forma de ordens religiosas incumbidas da conversão dos indígenas em suas 'reduções'. As demais fortificações/cidades da bacia amazônica seguem esta mesma ideologia, sempre situadas em pontos estratégicos, em especial na confluência entre rios (ARAÚJO, 1998; BECKER, 2013; VICENTINI, 2004).

A consolidação da posse da bacia amazônica pelos portugueses e espanhóis se dá pela expulsão das outras nacionalidades desse espaço, o que motivou a criação do Estado do Maranhão e do Grão-Pará como unidades administrativas separadas do Brasil, ainda sob a União Ibérica, em 1624 (SOUZA, 2019). Nesse contexto, a expedição de Pedro Teixeira de 1637, idealizada pelo governador do Maranhão, o português Jácome Raimundo de Noronha, vem como uma afronta ao Tratado de Tordesilhas e demonstra as intenções expansionistas de Portugal. "A Amazônia era uma outra província do Império [...] e sua ocupação seguia a lógica Imperial: sendo

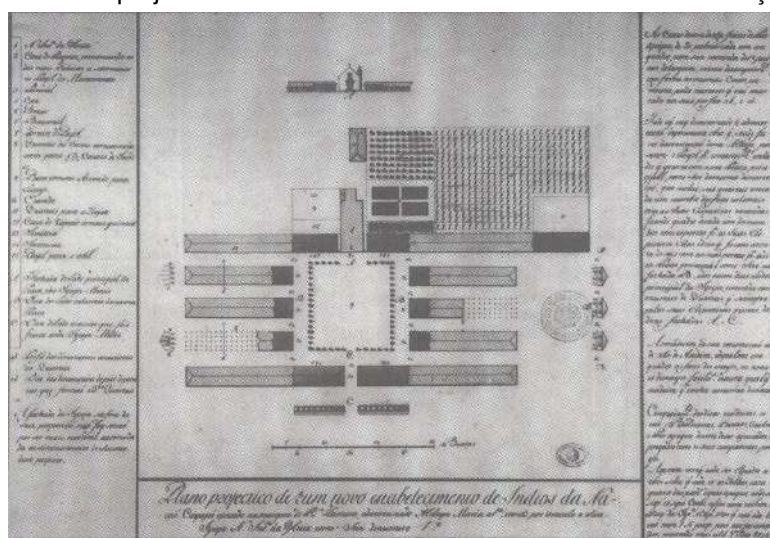
área de disputa, era preciso primeiro garantir que outros não a tomassem e assegurar sua exploração futura.” (BECKER, 2013, p. 41). A seu turno, expulsas da bacia do Amazonas, França, Inglaterra e Holanda disputaram o espaço entre a foz dos rios Amazonas e Orenoco, uma Amazônia caribenha que nem Espanha ou Portugal conseguiram conquistar para si (BECKER, 2013; SOUZA, 2019; VICENTINI, 2004).

O conhecimento indígena da floresta e a sua mão de obra foram indispensáveis para que a pequena população europeia se estabelecesse na Amazônia, auxiliando na identificação das espécies valiosas para o comércio, as ‘drogas do sertão’, e daquelas indispensáveis para a sobrevivência (BECKER, 2013).

As concentrações de população, desde as proto-urbes (lugarejos, aldeamentos), foram sempre o local que aglutinou a *expertise* existente à época para lidar com os índios e os recursos naturais. Elas funcionavam como uma pequena rede, não só rudimentar mas sobretudo experimental, pois quando bem sucedida se replicava em outros lugares, criando um padrão de povoamento. (BECKER, 2013, p. 36).

Por sua vez, as ordens religiosas possuíam em seus quadros membros com uma robusta formação religiosa e intelectual, com requinte em articulação política e habilidades administrativas e financeiras. Elas cumpriram o seu papel na política expansionista portuguesa com a ‘conversão’ dos indígenas ao catolicismo e sua consequente submissão.

Figura 29 – Plano projectivo de um novo estabelecimento de Índios da Nação Caiapó



FONTE: DELSON (1998, p. 82.)

Assumindo que os indígenas possuíam uma alma, o método de conversão consistia na sua captura e isolamento em missões religiosas, onde eram então submetidos à catequização civilizatória. Ao mesmo tempo, essas missões se beneficiavam com o comércio dos produtos, fruto do trabalho escravo (VICENTINI, 2004).

Os índios, agora parcialmente agrupados em aldeamentos missionários, eram colocados na condição de pupilos dos jesuítas ou outras ordens religiosas, como a Carmelita. Possuíam uma liberdade relativa, sendo permitido partirem, durante parte do ano, para longe das aldeias. Seu trabalho de cultivo e coleta coletiva era pago com artigos ou peças para vestuário. Sob esta tutela religiosa, impedia-se a caçada para trabalhos forçados, ao mesmo tempo que as missões religiosas enriqueciam com o trabalho indígena. (VICENTINI, 2004, p. 67)

Aos indígenas restavam poucas escolhas, pois aqueles que não se convertiam e não se submetiam ao trabalho nas reduções eram mortos ou escravizados pelos colonizadores. Entretanto, essa disputa ontológica entre o poder secular e a igreja Católica a respeito da existência da alma do indígena gerou controvérsias que terminaram com a expulsão das ordens religiosas das colônias portuguesas, pois interferiam nas práticas escravagistas dos colonizadores.

Na região amazônica, o comércio das 'drogas do sertão', por sua vez, consistia na identificação e extrativismo dos recursos já empregados dentro do conhecimento tradicional indígena e demandados pela Europa, sem alteração no modo pelos quais tais recursos eram utilizados. A diferença consistiu em um aumento na escala de exploração em que tanto a igreja Católica como o Império Português lucraram com a extração e comércio desses recursos naturais (SOUZA, 2019).

Desse modo, durante o início do período colonizatório, o discurso da conquista do espaço materializado pela cidade amazônica tem na sua base a concepção cristã de uma Natureza criada para o domínio do homem cristão, que o exerce sob a forma da extração dos recursos naturais para a finalidade de comércio com a Europa, com o emprego de mão de obra escrava indígena. Todo esse esforço se consolida com a celebração do Tratado de Madrid, em 1750 que, mesmo anulado pouco tempo depois, delineou a maioria das fronteiras da pátria brasileira atual.

Figura 30 – Prospecto da Fortaleza de Rio Negro



Fonte: SCHWEBEL (1756)

Em resposta às transformações políticas, econômicas e científicas da Europa que foram colocadas em marcha pelo pensamento Iluminista, pela Revolução Industrial, pela Independência Norte-Americana e pelo avanço do capitalismo, na década de 1750, a Coroa portuguesa, sob a administração do Marquês de Pombal, procura alterar a dinâmica da colônia do Grão-Pará (SOUZA, 2019). Com ele, a ideologia mercantilista assume uma nova configuração que se afasta da ontologia cristã de uma Natureza criada do nada e organizada em tipos para o usufruto do homem e se aproxima da Natureza matemática ordenada pelo homem. Por outro lado, o princípio do *uti possidetis* invocado no Tratado de Madrid de 1750 como justificativa das posses de Portugal sobre o espaço evidencia uma diferença no ponto de partida para a solução do conflito, que parte da situação fática, daquilo que é, em detrimento daquilo que deveria ser.

Em compasso com a política econômica centralizadora, a Companhia de Jesus é dissolvida e a Igreja é afastada do controle das aldeias missionárias. Aquelas que possuíam nomes indígenas são rebatizadas com nomes portugueses e, transformadas em vilas, ganham uma gerência estatal alinhada com o projeto político e econômico da Coroa, dentro da fronteira retórica barroca. As línguas indígenas incorporadas pelos colonos e missionários são proibidas e somente o idioma português

passa a ser aceito. A fé cristã foi limitada a instrumento de unificação cultural vinculada às cidades (SOUZA, 2019).

Figura 31 – Templo Jesuíta em ruínas no Pará



FONTE: IBGE, sem data

Por sua vez, a base econômica do extrativismo das drogas do sertão similares às especiarias demandadas pela Europa é reforçada com a implementação da agricultura e pecuária intensivas, com a finalidade de exportação, iniciando-se a exploração da mão de obra escrava negra. Para o controle dessas atividades, foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará que

[...] promoveu a criação ou reativação de numerosos fortes que, além dos já existentes nas embocaduras dos principais rios da Bacia Amazônica, se estenderam para os limites das terras em disputa com a Espanha, [...]. Os efeitos da Companhia podem ser expressos também pela diferenciação que as novas atividades econômicas introduziram no desenvolvimento dos núcleos de povoamento. Por meio das funções comerciais e da implantação de funções urbanas de natureza político-administrativa, verificou-se uma expansão das atividades de comercialização [...]. A cidade de Belém, por sua posição de capital econômica é a mais privilegiada na expansão do comércio regional. (VICENTINI, 2004, p. 73)

Considerando o aspecto urbano, o avanço para o interior demandava o estabelecimento de estruturas que garantissem a execução de toda essa empreitada mercantil colocada em marcha pela coroa. O estabelecimento de uma vila não significava exatamente o crescimento demográfico de uma comunidade, mas sua

vinculação com responsabilidades administrativas de apoio ao projeto português (DELSON, 1998). Mais ainda,

[...] a construção de arraiais e vilas planejados no interior do Brasil no século XVIII representava o compromisso de Portugal com o absolutismo e com o Iluminismo. O xadrez da malha urbana não era apenas um requinte artístico, mas sim uma clara representação da imagem "civilizada" e "europeizada" que Portugal esperava projetar no interior da colônia. Para o administrador barroco, a regularidade equivalia a beleza, sofisticação, civilização e progresso (DELSON, 1998, p. 2)

Nota-se nesse período que a fundamentação da conquista do espaço pela metafísica cristã é afastada e substituída pela concepção de uma Natureza ordenada matematicamente. Conceitos de civilização e progresso também se afastam da Natureza cristã estática que alberga o conceito do '**selvagem**' e se aproximam da concepção de uma Natureza racionalista que se modifica no tempo segundo leis universais, onde a humanidade parte de um estado '**primitivo**' para a civilização.

Dentre outros relatos (AGASSIZ, 1872; SPIX; MARTIUS, 1817), encontram-se exemplos desse discurso racionalista a respeito da Natureza na viagem de La Condamine, que se iniciou no ano de 1735 em direção ao Equador e que tinha por objetivo "[...] medir na linha equinocial a longitude do arco de um grau do meridiano." (CONDAMINE, 2000, p. 22), a 'linha do Equador' e, após completar a tarefa, acabou por refazer a rota de Orellana, implementando um levantamento topográfico da bacia Amazônica. A concepção de uma única Natureza, comum a todas às culturas, regida por princípios matemáticos universais pode ser identificada no excerto do relato do cientista, onde três medições realizadas em diferentes lugares do globo chegam ao mesmo resultado:

Das três viagens que tiveram por objeto, nestes últimos tempos, a medida dos graus terrestres, a primeira projetada e a última realizada é a que fizemos ao Equador em 1735, MM. Godin, Bouguer e eu. O público foi informado, há vários anos, do sucesso dos trabalhos dos acadêmicos que operaram no círculo polar e nos nossos climas; e M. Bouguer, chegado primeiro que eu à França, prestou contas na Assembléia Pública da Academia, aos 14 de novembro de 1744, do resultado de nossas observações na linha equinocial, e do acordo que se observa entre este resultado e os do norte e de França. Cada um comparado com outro dos dois resultados prova o achatamento da Terra nos pólos. (CONDAMINE, 2000)

Sobre o evolucionismo social, mesmo reconhecendo a diversidade cultural entre os ameríndios, La Condamine traça, dentro da moldura científica, um princípio geral a respeito da concepção de uma Natureza social primitiva, fruto de suas observações:

[...] tanto quanto é permitido a um viajante que não registra as coisas senão de passagem, suponho reconhecer em todos eles um mesmo fundo de caráter. A insensibilidade é o fundamental. Fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe devemos dar o apodo de estupidez. Ela nasce indubitavelmente do número limitado de suas idéias, que não vai além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quanto têm de que saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de previdência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris, que manifestam por saltos e gargalhadas sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados. Se estes reproches não dissessem respeito senão aos índios do Peru, aos quais não falta senão o nome de escravos, poder-se-ia crer que essa espécie de embrutecimento nasce da servilidade em que vivem; o exemplo dos gregos modernos prova muito bem quanto a escravidão é própria para degradar o homem. Mas os índios das missões e os selvagens que gozam de liberdade são tão limitados por não dizer tão estúpidos quanto os outros, e não se pode ver sem humilhação o quanto o homem abandonado à natureza, privado de educação e sociedade, pouco difere das bestas. (CONDAMINE, 2000, p. 60)

A seu turno, o ordenamento barroco retilíneo da cidade está em consonância com essa perspectiva matemática civilizatória e a materialização dessa fronteira retórica pode ser observada no afastamento entre o Estado português e a Igreja, quando a religião deixa de ser uma justificativa e passa a ser mais um dos instrumentos de uniformidade cultural que, junto com a ordem urbana, seus habitantes devem se adequar. “Tal era a abordagem racional do desenvolvimento urbano; ela demonstrava esmagadoramente a capacidade do homem de submeter a natureza e a sociedade às suas próprias exigências.” (DELSON, 1998, p. 95). Mais ainda, a planificação ortogonal com ruas largas respondem à sua finalidade militar e ao armamento da época, pois facilitava o uso da artilharia.

Figura 32 – Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará



Fonte: FURTADO (1753)

Desse modo,

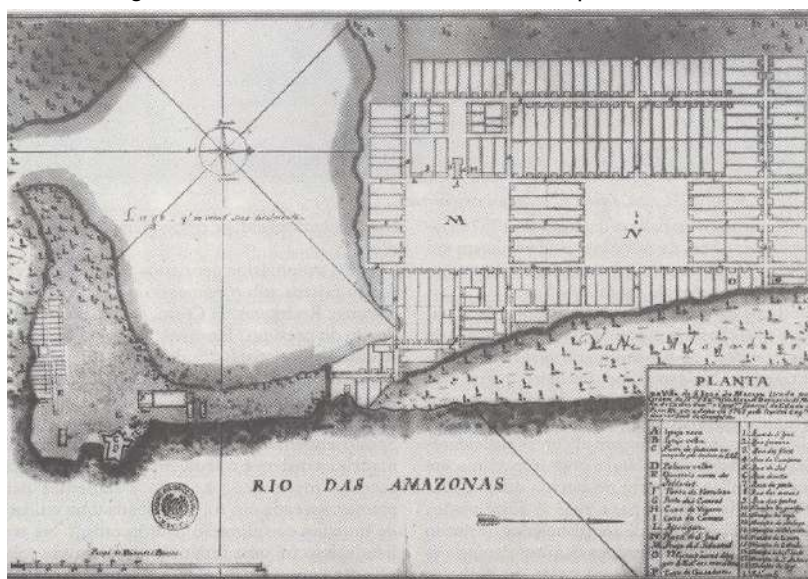
O planejamento urbano no Brasil chegou a equivaler à política de controle e absolutismo: a configuração urbana caprichosamente regulamentada que orientou a construção interiorana no século XVIII desenvolveu-se como uma representação simbólica de “bom governo”, uma indicação de que a sociedade estava funcionando dentro de limites predeterminados e disciplinados. Essa fórmula imbuíu o pensamento dos administradores coloniais em toda a década de 1780, e na realidade as preferências estilísticas pela simetria barroca predominaram até uma época bem avançada no século seguinte. (DELSON, 1998, p. 12)

Os colonos destinados a essas novas cidades eram tanto de ascendência portuguesa como indígena, que recebiam lotes previamente determinados e, em situações específicas, a própria Coroa portuguesa financiava as habitações, de modo a imprimir uma regularidade arquitetônica. Em qualquer caso, entretanto, o planejamento urbano e a arquitetura das edificações deveriam obedecer às regras uniformizadoras de Portugal (DELSON, 1998).

Dentre as regulamentações da Coroa portuguesa ao planejamento urbano colonial se encontravam o arruamento retilíneo, a uniformidade de fachada, o afastamento do matadouro em relação à vila, uma praça central cercada de prédios públicos e um amplo terreno para uso comunitário. Os responsáveis pela implementação dessas prescrições de planejamento urbano eram engenheiros

militares, instruídos em suas academias (ARAÚJO, 1998; DELSON, 1998). “Essa abordagem normativa aplicava-se não apenas às colônias de açorianos, mas igualmente às comunidades indígenas; tratava-se de um ‘plano diretor’ no sentido mais lato do termo.” (DELSON, 1998, p. 95).

Figura 33 – Planta de São José de Macapá, em 1761



FONTE: DELSON (1998, p. 57)

De acordo com o modelo monopolista do mercantilismo, outro método aplicado por Portugal para assegurar a posse do território amazônico foi o controle sobre a navegação dos seus rios, situação que obrigava os viajantes a obterem autorizações especiais, particularmente os estrangeiros. Mesmo assim, as expedições realizadas pela Amazônia por naturalistas iluministas dos séculos XVIII e XIX reformularam a imagem da floresta por meio de uma catalogação racional, levando para a Europa tanto a ideia do exótico como o inventário daquilo que existia e poderia ser utilizado. “Depois desses homens, a Amazônia não mais será uma paisagem sem nome, ela será agora um complexo a serviço das deduções empíricas.” (SOUZA, 2019, p. 362).

De outro lado, com a mudança ontológica iluminista que tem a Natureza como um universo de relações causais interligadas, a concepção de seres humanos como um conjunto relacional de fatos equivalentes atinge também as colônias

amazônicas e, no ano de 1823, elas aderem à proclamação da independência das colônias de Portugal e passam a integrar o Império do Brasil. Ao mesmo tempo, os movimentos abolicionistas começam a ganhar força e que, junto com outros descontentamentos, se materializaram na revolta dos Cabanos. Ainda, essa nova condição de independência também fomentou a abertura dos rios à navegação privada e estrangeira (SOUZA, 2019).

Figura 34 – Família Imperial Brasileira



Fonte: SISSON; FROND (1860)

Em paralelo, o projeto iluminista ganhou massa na Europa com a revolução tecnológica de larga escala fomentada pela industrialização. Ligado a esse discurso, a expansão capitalista procura substituir as relações coloniais mercantilistas e, no comércio, a moeda toma o lugar da matemática e se torna o princípio geral de objetificação da Natureza e das relações sociais.

Distante dos grandes centros até meados do século XIX, o tráfego fluvial amazônico se dava por meio de embarcações com propulsão à vela e a remo.

Figura 35 – Santa Maria de Belém do Grão Pará



Fonte: SPIX; MARTIUS (1817, p. 90)

Entretanto, essa revolução industrial e comercial trouxe para as águas amazônicas as embarcações a vapor, que ampliaram o alcance espacial e reduziram o tempo das viagens. Nessa toada, em 1853, é fundada a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que iniciou suas atividades com três vapores, chegando a vinte no ano de 1875. E, mesmo com a abertura da navegação amazônica às ‘nações amigas’ em 1867, o tráfego fluvial era predominantemente de companhias nacionais (SANTOS, 2019; VICENTINI, 2004).

Todo esse investimento em novas tecnologias de navegação só foi possível em razão da demanda dos países industrializados pela borracha extraída na floresta. Esta, por sua vez, já era conhecida na Europa desde Cristóvão Colombo. Contudo, La Condamine é tido como aquele que a difundiu no velho continente (AZEVEDO, 1906a; SOUZA, 2019; VICENTINI, 2004):

A resina chamada “caucho” nos países da província de Quito vizinhos do mar é também comuníssima nas margens do Maranhão, e tem a mesma utilidade. Quando ela está fresca, dá-se-lhe com moldes a forma que se quer; ela é impenetrável à chuva, mas o que a torna digna de nota é a sua grande elasticidade. Fazem-se com elas garrafas que não são friáveis, e botas, e bolas ocas, que se achatam quando se apertam, mas que retornam a sua primitiva forma desde que livres. (CONDAMINE, 2000, p. 72)

Fruto do conhecimento tradicional indígena, as aplicações da resina passaram a ser estudadas desde meados do século XVIII pelos europeus. Entretanto, é no século XIX que a demanda pela borracha no exterior foi incrementada. A princípio, ela atendeu a necessidade de impermeabilização de tecidos e soluções industriais específicas. Contudo, da aliança entre o método científico moderno e a indústria, a descoberta do processo de vulcanização por Goodyear no ano de 1839, possibilitou a

manufatura em massa da *hevea* e provocou o aumento da demanda, e do preço, dessa matéria-prima (AZEVEDO, 1906a; SANTOS, 2019; TOCANTIS, 1961a).

A grande valorização do preço internacional da borracha, aliada à navegação a vapor, promoveu um avanço populacional rumo às cabeceiras dos rios da bacia amazônica, em busca da fortuna prometida pelo garimpo do ouro branco. Além disso, iniciou a substituição do modelo econômico que se baseava predominantemente na troca substantiva entre produtos, pela troca objetiva da moeda, fomentada pelo crédito estrangeiro. Soma-se a este cenário a alteração do regime de aquisição da propriedade pela posse, vigente desde 1822, pela abstração monetária implementada a partir do Estatuto de Terras de 1850, que extingue o regime de concessões de terras públicas, admitindo a aquisição da propriedade somente por meio da sucessão ou em acordo de compra e venda (FAORO, 2001; VICENTINI, 2004).

Figura 36 – Ancoradouro. Rio Negro



Fonte: FIDANZA (1903, p. 63)

Dentro desse contexto, surge o sistema econômico do aviamento, que

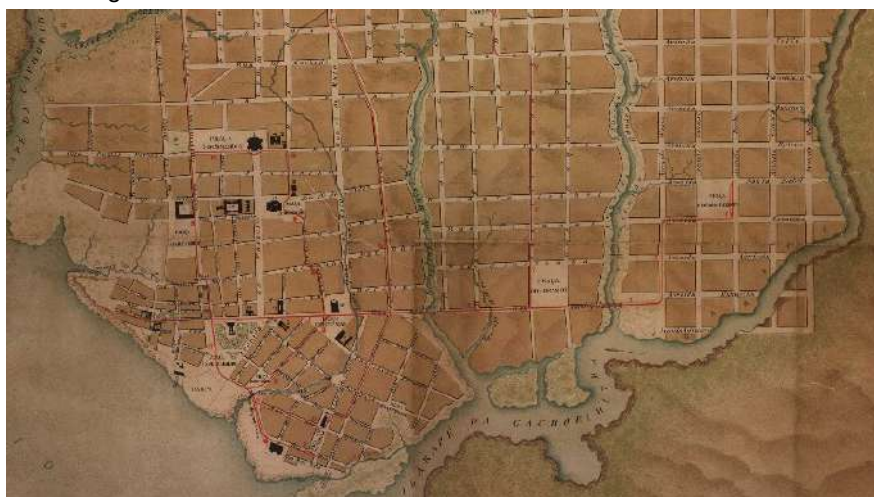
[...] se consolidou a partir do contato da economia amazônica com um sistema altamente monetarizado, o emergente capitalismo industrial europeu. Fundem-se em especificidades históricas, considerando a base de recursos naturais – especialmente ampla e de difícil acesso – o atraso nas técnicas de produção, a ausência de um sistema monetário no circuito do trabalho e a presença de lideranças mercantis locais, que fornecessem créditos ao sistema extrativista. Até meados do século XVIII, não se utilizava a moeda metálica no Pará, e um regime de crédito informal se configurava. Já em meados do século XIX, avançou-se para um sistema de crédito internacional para as lideranças locais, encorajando as expedições à floresta. (VICENTINI, 2004, p. 99)

A seu turno, a mão de obra escrava disponível na Amazônia para a extração do látex não era suficiente para dar conta da demanda. Mais uma vez, socorreu-se da escravização do indígena, que dessa vez ganhou um reforço de imigrantes brasileiros e estrangeiros (SANTOS, 2019). Diferente da riqueza esbanjada nas capitais amazônicas, a ‘ausência de um sistema monetário no circuito do trabalho’ é o outro lado da moeda de um esforço para a continuidade da base das relações mercantilistas, com a diferença de que agora se permite a participação da iniciativa privada, cabendo ao Governo a arrecadação de impostos. Dessa vez, a escravidão do trabalho braçal foi justificada com base na objetificação monetária, materializada nas dívidas dos seringueiros com os seringalistas. Aqui, o fato era o reconhecimento do débito no caderno do patrão:

É que, realmente, nas paragens exuberantes das héveas e castiloas, o aguarda a mais criminoso organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo. De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se. (CUNHA, 2000, p. 127)

Desse modo, o tempo linear e o trabalho mecânico permearam a Amazônia no compasso da métrica extrativista, transformando a rotina da floresta em uma engrenagem do mecanismo industrial, que tinha como casco a urbanização das capitais de Belém e Manaus.

Figura 37 – Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manaos



Fonte: Excerto de RIBAS (1896)

As conexões levadas a efeito pela navegação intercontinental a vapor e a prosperidade monetária do comércio da borracha alavancaram a ‘modernização’ das capitais amazônicas que, capitalizadas e conectadas à Europa pelos vapores, consumiam produtos importados e tratavam de dar sequência ao movimento urbanizador iniciado pelo Marquês de Pombal (DAOU, 2000).

Um ditado comumente repetido pelos representantes da elite amazonense dizia que os seus interesses econômicos estavam na Bolsa de Londres, seus interesses culturais na França e para o Brasil ficavam os respeitos de patriota. (SOUZA, 2019, p. 459).

As novidades da modernidade se faziam presentes no traçado urbano com as ruas largas adaptadas à velocidade do transporte de massa realizado pelas carruagens, bondes, trens e, posteriormente, automóveis. A eletrificação e a iluminação artificial, por sua vez, juntam-se à uniformidade das fachadas aderentes ao arruamento do plano ortogonal e ao monumentalismo dos prédios públicos (DAOU, 2000).

Figura 38 – Manaus, Rua do Tesouro



Fonte: FIDANZA (1903, p. 76)

O compasso acelerado da modernidade urbana de Manaus é assim descrito por Tocantins (1961a):

Tal o ritmo de progresso, que faltavam operários para atender ao culto das construções. A Municipalidade determinara a todos os proprietários de terrenos baldios que edificassem num prazo de seis meses, e essa exigência obrigava-

os a lançar mão de um expediente curioso: como era notória a insuficiência dos trabalhadores, preparavam só a fachada do prédio, ficando o resto para ser feito depois. E assim Manaus se edificava, e a Lei municipal era cumprida. (p. 124)

Essa nova episteme urbana determina um crescimento das capitais na direção oposta à margem do rio, promovendo a terraplanagem e canalização de rios e igarapés para acomodar a nova burguesia da borracha. Residências afastadas do comércio ribeirinho e com jardins e terrenos amplos eram sinal de ascensão social (DAOU, 2000). Desse modo, se a floresta era tida como um conjunto de fatos e relações primitivas sujeitas a leis matemáticas conhecidas ou conhecíveis pela humanidade,

“A cidade conquistada enunciava a efetiva viabilidade de civilização em tão remota paragem: homens ‘civilizados’ vivendo numa cidade subtraída à selva circundante, embelezada e favorecida pelas benesses do consumo e da engenharia urbana desenvolvida por europeus e norte-americanos.” (DAOU, 2000, p. 38)

De outro lado, a referida uniformidade das fachadas na cidade como resposta à velocidade do tráfego encontra o seu oposto na floresta, onde o tempo do relógio não apreende o detalhe do espaço. Mais uma vez, Euclides da Cunha (2000) testemunha essa diferença, mesmo que sob um discurso que se situa dentro da ideologia moderna:

A terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se em si mesmo. Anula-a a própria amplidão, a extinguir-se, decaindo por todos os lados, adscrita à fatalidade geométrica da curvatura terrestre, ou iludindo as vistas curiosas com o uniforme traiçoeiro de seus aspectos imutáveis. Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la. Tem-se que a reduzir, subdividindo-a, estreitando e especializando, ao mesmo passo, os campos das observações, consoante a norma de W. Bates, seguida por Frederico Hartt, e pelos atuais naturalistas do Museu Paraense. Estes abalançam-se, hoje, ali, a uma tarefa predestinada a conquistas parciais tão longas que todas as pesquisas anteriores constituem um simples reconhecimento de três séculos. É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios. Mas então não haverá segredos na própria natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural... (p. 344)

Desse modo, as estreitas e sinuosas estradas de seringa iluminadas pela poronga do seringueiro, que as percorria a pé, estavam longe das amplas vistas retilíneas das capitais, escondidas na floresta.

O discurso da modernidade trouxe ainda mais uma transformação relevante para o período em estudo, baseada nessa concepção evolucionista de uma única natureza materializada em fatos equivalentes e recíprocos, no tempo. Tal qual na Europa Iluminista, o período barroco brasileiro serviu de transição na adequação da política à ideologia moderna, que culminou na revolução republicana. O positivismo e seus adeptos, que visavam

[...] a nada menos que a regeneração da Humanidade pela Ciência [...] não se cansaram [...] de proclamar ao Imperador a urgência de transformar-se em um ditador republicano, libertando-se da roupagem teológico-metafísica de que o encobriria o regime decaído. (HOLANDA, 2012, p. 340)

A concentração do poder pelo Império e o conseqüente afastamento político de fazendeiros do interior, junto com os descontentes da classe militar fez crescer os ideais republicanos, que tinham na federação e no cidadão de farda a possibilidade de participação política:

Introduziu-se no nosso exercito, ha annos, a theoria do soldado-cidadão. A Constituição Federal, com o seu art; 70, n. 3 do § 1º, dando direitos eleitoraes aos alumnos das escolas militares de ensino superior, legalisou essa theoria, que converteu aquellas escolas em assembléas politicas. (AZEVEDO, 1906, p. 122)

A ordem e o progresso positivistas, bem como a valorização da classe militar pela referida doutrina aderem à situação fática brasileira e encontram grande eco na caserna (HOLANDA, 2012).

Os temores eram que com a implantação de um federalismo republicano, os Estados buscariam sua independência e acabariam com a unidade brasileira. O exército como parte na revolução de 1889 busca legitimar o golpe militar em nome de toda a nação, com o discurso de guardião da unidade nacional e tutor do povo. Entretanto, o novo governo republicano não franqueou a participação popular, mantendo-se como uma oligarquia militar que terá influência direta nas disputas internacionais sobre o Território do Acre e na fundação da cidade de Cruzeiro do Sul (HOLANDA, 2012; TOCANTIS, 1961a).

3.1.3 Discursos da fundação da cidade do Cruzeiro do Sul

Acentuando o foco em direção às cabeceiras dos rios da Amazônia sul ocidental, o espaço que era ocupado de fato pelos indígenas continua a ser disputado pelo Brasil, Bolívia e Peru, que iniciam expedições, a fim de forçar limites. Um exemplo é a viagem exploratória do rio Purus, realizada em 1852, por Serafim da Silva Salgado, que tinha por objetivo subi-lo até encontrar a primeira vila boliviana, o que o fez a remo, até onde rio foi navegável, encontrando apenas indígenas da etnia Cucama (SALGADO, 1853).

Figura 39 – *L'intérieur du canot*



Fonte: BIARD (1862, p. 477)

Subindo para o rio Juruá, embora o relato de Acuña da viagem de Pedro Teixeira, no ano de 1637, mencione o rio Yuruá (CARVAJAL; ROJAS; ACUÑA, 1941, p. 234), bem como o relato de uma curta subida desse rio por alguns integrantes dessa expedição,

[...] foram os 'regatões' os seus primeiros exploradores: pessoas quem procurando trocar mercadorias com os indígenas, iam penetrando pouco a pouco nos seus meandros, abrindo caminho para maiores cometimentos que mais tarde se infiltrariam nas ribas, fundando pontos de apoio ao seu comércio ou se internando na selva a procura da árvore provedora do precioso líquido produtor da goma elástica. (CASTELO BRANCO, 1952, p. 162)

Já no século XVIII, há relatos de incursões no rio Juruá para captura e escravização de indígenas e comércio de drogas do sertão e, posteriormente, de

expedições de regatões a partir da vila de Ega, atual Tefé, antiga missão situada no rio Solimões, pouco abaixo da foz do rio Juruá. Os registros historiográficos apontam que as investidas mais agudas em direção à sua cabeceira tiveram início somente no século XIX, em razão da resistência indígena, com destaque para aquelas empreendidas pelo Diretor de Índios João da Cunha Corrêa (CASTELO BRANCO, 1947, 2005; CUNHA, 2000, 2009).

Desse modo, antes da subida dos preços da borracha, as incursões no rio Juruá acompanhavam a prática extrativista das 'drogas do sertão', como o cacau, a salsaparrilha e os ovos de tartaruga, bem como a escravização da mão de obra indígena pelas práticas conhecidas como 'agarramento' (CASTELO BRANCO, 1947). Essa fase inicial da produção extrativa da primeira metade do século XVIII pode ser caracterizada como

[...] uma produção realizada em bases familiares, a coexistência da produção de borracha com a agricultura de subsistência e a extração de outros produtos florestais, uma participação substancial da mão-de-obra indígena e mestiça, relações de aviamento engendradas por regatões, em muitos casos, atrelados a comerciantes sediados em núcleos urbanos dispersos pela floresta e uma acentuada despreocupação com a validade legal dos terrenos. (IGLESIAS, 2010, p. 49)

O General Belarmino Mendonça (1989), que chefiou a 'Comissão mista de reconhecimento do rio Juruá', em 1905, descreve a navegação no médio e alto Juruá no período de estiagem e que pode ser estendida para seus afluentes de menor volume de água, dando uma ideia do esforço empregado nessas empreitadas:

Apenas pequenos batelões e canoas podem subir e descer o Medio-Juruá acima do Gregorio, impulsionados a varejões, puxados a sirga, empurrados e arrastados em longos e extenuantes intervallos, sendo muitas vezes preciso descarrega-los em algumas passagens. (p. 58-59).

Na medida em que a demanda pela borracha se intensifica e os comerciantes de Belém e Manaus passam a contar com o financiamento de bancos estrangeiros e nacionais, bem como com a navegação a vapor, as fronteiras da atividade extrativa são ampliadas e se inicia a apropriação e exploração de espaços de floresta dentro do sistema do aviamento, chamados de seringais. Com a monetarização da propriedade, se inicia um movimento de especulação imobiliária das posses desses

seringais, que consistia na venda dessa primeira posse e reinvestimento do ganho para aquisição de nova posse rio acima (CASTELO BRANCO, 1947, 2005):

Diminuto era o valor desses tratos de terra, pois numa extensão de 10 ou 15 praias cerca de 10 milhas de frente eram vendidas por menos de 500\$ e até por uma frasqueira de aguardente, como aludem algumas pessoas ao narrar cenas dos tempos do desbravamento. Mas, um ano após, à proporção que as estradas iam sendo abertas, o seu valor duplicava, chegando no ano de 1904 um trecho do rio Juruá, que contava pouco mais de uma praia, a ser vendido por 65:000\$000. Três lustros antes, não se encontrariam quem oferecesse 50\$ por igual terreno. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 28)

Encontra-se outro exemplo dessa dinâmica no espaço hoje ocupado pela cidade de Cruzeiro do Sul:

No local em que demora a cidade do Cruzeiro do Sul ex-capital do Departamento do Alto-jurá, hoje sede do município de Cruzeiro do Sul, não havia em 1890, uma só barraca. Antônio Marques de Menezes, por alcunha Antônio Pernambuco, explorou as terras conhecidas por Boca do Mõa, em 1883, vendendo-as em 1889, a Rodolfo Artur Braga, e como este desistisse da compra, Pernambuco transferiu dias após, a margem direita a Galdino Lopes da Silva e a esquerda a Eduardo Joaquim de Galdo. Pernambuco foi residir no estirão dos Nauas, onde trabalhou dois anos adquirindo no fim de 1891, de Galdo a margem esquerda, vendendo, em 1893, a parte a montante da foz do Mõa a Vicente Carioca e Cia., que lhes puzeram o nome de Nova Independência, hoje Florianópolis, ficando com a de jusante, da qual, em 1894, cedeu o trecho que fica entre o igarapé S. Salvador e o dito rio, a Lima e Loureiro, que lhes deram o nome de Harmonia, vendendo o restante, em 1904, ao Governo Federal, para o estabelecimento da sede da administração municipal. Só em 1894, Pernambuco fundou o 'Centro Brasileiro', fixando-se na terra-firme em que, um decênio após, o então coronel de engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento, lançava os fundamentos da cidade referida. (CASTELO BRANCO, 1947, p. 179)

Essas relações fundiárias tornam-se a essência do conflito com as populações indígenas, materializado pelas 'correrias', modalização de um processo substantivado de genocídio. As diferenças entre as práticas discursivas na ocupação do espaço entre os povos indígenas e aquela decorrente da exploração da borracha que tomou parte na Bolívia, no Peru e no Brasil foi resolvida com extrema violência:

Elas estão, evidentemente, nos últimos redutos para onde refluíram no desfecho de uma campanha secular, que vem do apostolado das mainas às expedições modernas e cujos episódios culminantes se perderam para a História. [...] A civilização, barbaramente armada de rifles fulminantes, assedia completamente ali a barbaria encontrada; os peruanos pelo ocidente e pelo sul; os brasileiros em todo o quadrante de NE; no de SE, trancando o vale do Madre-de-Dios, os bolivianos. (CUNHA, 2000, p. 150)

Especificamente sobre a violência desse período no rio Juruá, Castelo Branco relata que:

Nas margens do Juruá, os abridores de seringais tiveram que lançar mão dos mesmos recursos para afugentá-los ou dominá-los, restando ainda dessas rumorosas façanhas, nomes como “Triunfo”, “Vitória”, “Novo Triunfo”, assinalando os êxitos dos conquistadores, nos barrancos do Juruá, como do Tarauacá, Acre e Purus. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 13)

Um exemplo da reação indígena no rio Juruá vem do relato de Chandless (1869), onde o narrado confronto com a etnia dos Náuas pode ser compreendido como estratégia de resistência. A riqueza de detalhes da crueldade colonizadora pode ser consultada em Martini (2019), Cunha (2009) e Iglesias (2010) para o rio Juruá e Hardenburg (1912) para o rio Putumayo. A Natureza evolucionista exigiu do indígena a sua integração à civilização industrial ou a morte:

O que é evidente é que de certo modo, a população indígena da região, principalmente dos vales do Juruá, Tarauacá e Iaco, era considerável, porém, escoraçados a bala pelos civilizados: brasileiros (seringueiros) e peruanos (caucheiros), além das lutas internas entre as próprias tribos, o seu número foi decrescendo de tal modo que na época em que o governo brasileiro estabeleceu o Território do Acre, já os seus grupos estavam mui dizimados. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 13)

Nesse ponto, é importante ressaltar a continuidade do discurso a respeito da existência ou não da alma dos indígenas, dentro da ontologia cristã, aliada à linearidade temporal da civilização moderna, pois também neste período elas se tornaram justificativas de padrões e seringueiros

[...] de uma diferenciação dos ‘civilizados’, ‘cristãos’ face aos indígenas, concebidos como não humanos, ‘feras selvagens’, ‘irracionais’, ‘perigosas’ e ‘traíçoeiras’, estabelecendo condições de possibilidade, nessa conjuntura, para diferentes modalidades de violência contra os indígenas. (IGLESIAS, 2010, p. 88)

Tinha-se o índio como um animal prejudicial e maléfico, incapaz de ser civilizado, pensamento, aliás, de pessoas influentes que dirigiram a colonização, porém, ignorantes, incapazes de tomar no momento outra direção, principalmente, por encontrarem alguma resistência na ocupação da terra, o qual só poderia dar o resultado verificado, a quase extermínio dessa gente. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 13)

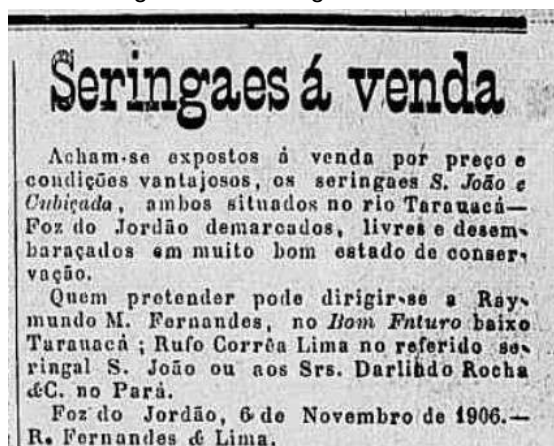
Dentro desse contexto conflituoso, a exploração de novas áreas necessitava de um grande investimento monetário inicial para construção de infraestrutura, aquisição de equipamentos, arregimentação de mão de obra e transporte. Por ser uma

empreitada de risco elevado, houve um movimento para a demarcação oficial dessas posses, onde o governo do Amazonas concedia títulos definitivos de propriedade que, por sua vez, serviam como garantia para a obtenção de crédito junto às instituições financeiras da época (DAOU, 2000; IGLESIAS, 2010). O governo, por sua vez, se beneficiava com a operação quando da arrecadação dos impostos de exportação da borracha (DAOU, 2000; IGLESIAS, 2010):

Conheço engenheiros e pretensos agrimensores com autorização de governadores do Amazonas que, residindo em Manaus, publicavam editaes, marcando logar, dia e hora para se acharem reunidos os hereus confinantes, afim de verem demarcar certo seringal e no dia designado, não obstante acharem-se a um mez de distancia em vapor, corre em Manaus o processo de demarcação, fingindo-se uma planta, onde vem o trecho do rio que banha o local, inventando lagos e paranás e desenhando mattas e campos onde nunca existiram. Desta sorte comprehende V. Ex. quanta luta á mão armada tem havido por causa de terras e de rumos por dentro de propriedades alheias, ficando tudo sem solução. Os demarcadores e os intermediários, entretanto, vão enricando a custa do trabalho alheio e sobretudo da moralidade da administração. (AZEVEDO, 1906, p.2)

A imagem abaixo é mais um anúncio do jornal 'O Cruzeiro do Sul' e dá um relance sobre a especulação fundiária na região do Juruá:

Figura 40 – Seringaes á venda



Fonte: LIMA (1906, p. 4)

Uma vez garantida a posse do espaço e diante da resistência indígena à concepção civilizatória de Natureza, o problema da escassez de mão de obra da indústria da borracha foi contornado pelo recrutamento dos migrantes, especialmente nordestinos, processo que se iniciou em 1877 (CASTELO BRANCO, 2005). Os migrantes nordestinos, que naquele tempo não eram assim denominados

(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012), são inseridos nesse contexto de trabalho escravo, em um ambiente disputado pela força e inóspito aos propósitos industriais. Expressões como “inferno verde” (RANGEL, 2001) ou “deserto ocidental” (COSTA, 1940), por mais que remetam à mitologia cristã, derivam da citada concepção evolucionista que vincula a floresta a um estado primitivo de sofrimento que se opõe à concepção de civilização, ordem e progresso:

O homem da economia agrícola e pastoril, em vez de cair na condição superior que seria a economia industrial da máquina, regredia de golpe para uma condição inferior: a economia florestal. (COSTA, 1940, p. 30)

Seria na madrugada seguinte o começo do serviço. Mesmo defronte da barraca, sombriamente decorada das algas do pântano, foi abatida a estaca inicial. Nenhuma solenidade. Três palmas do galho, apanhado ali perto, no qual se abria entalhe característico, morderam o chão, cravando-se como um dente, gigantesco e venenoso de imponderável veneno borgiesco, que daria síncope mortal à terra esfalfada na futura exploração. (RANGEL, 2001, p. 154)

Desse modo, as relações entre os seres humanos e a floresta constituíram uma organização peculiar do espaço dentro desse sistema econômico e social, onde

Os seringais são divididos por estradas que ligam entre si 50 a 200 seringueiras distanciadas de 10 a 100 metros. Cada freguez ou trabalhador toma conta de duas estradas. Depende da densidade dos seringaes e da area que abrangem as propriedades o numero das estradas e consequentemente dos trabalhadores. Um seringal regular deve ter 200 estradas. A extração da borracha faz-se no verão e renova-se com igual proveito todos os annos sem sacrificio das arvores, salvo accidentes imprevistos. (MENDONÇA, 1989, p. 56).

Por sua vez, cada seringal possuía o seu ‘barracão’, os núcleos senhoriais dos seringueiros, “[...] são em muitos pontos verdadeiros povoados e ostentam casarões extensos, sobrados e outros edifícios cobertos de telha, casas em geral confortáveis e erguidas do solo em altura que as preserve das enchentes.” (MENDONÇA, 1989, p. 196).



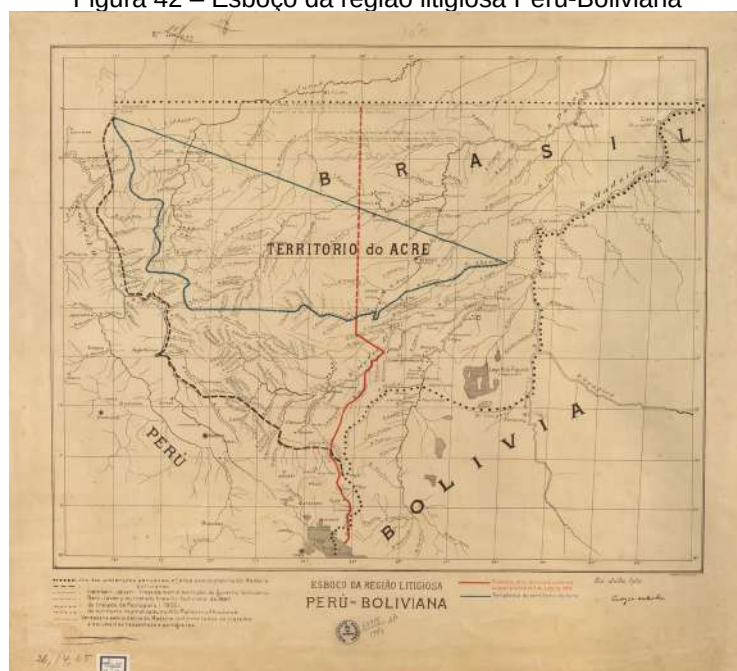
Fonte: MENDONÇA (1989, p. 306)

Em curiosa análise arquitetônica, a diferenciação entre as edificações de patrões e seringueiros feita por Tocantins (1961a) evidencia o vínculo estabelecido entre eles. Ao mesmo tempo, a comparação entre estas e as edificações do mundo civilizado não esconde o discurso primitivista que se mantinha em relação à floresta, ainda no tempo do próprio autor:

[...] dono do seringal, morador do barracão, casa que é uma cópia bisonha, em madeira e telha, ou madeira e zinco, ou madeira e palha, e ainda madeira e cavaco, das casas-grandes de pedra e cal dos engenhos de açúcar. Barracão, aumentativo para ilustrar a condição social do proprietário, na perspectiva da arquitetura ampliada, na posição de destaque à beira do rio, diferenciando-se da barraca, uma espécie de senzala onde se abriga o seringueiro propriamente dito, o extrator, casebre, paupérrimo, sustendo-se no rústico arcabouço das paxiúbas. (p. 135)

Ainda assim, se já não bastasse que todo esse particular sistema colonial da região do Juruá, que agora se desenvolvia dentro de uma episteme industrial, tenha sido levado a cabo sem o ajuste prévio com os povos indígenas, ele ainda não contou com o assentimento dos bolivianos e peruanos que, igualmente, disputavam o espaço. O mapa de Euclides da Cunha sintetiza espacialmente a contenda territorial entre o Brasil, o Perú e a Bolívia:

Figura 42 – Esboço da região litigiosa Perú-Boliviana



Fonte: Cunha (1909)

Os limites entre o Brasil e a Bolívia foram acordados no Tratado de Ayacucho, em 1867, que estabeleceu como fronteira a linha da foz do rio Beni até a incerta nascente do rio Javari, o que colocava o Acre como parte do território boliviano. Entretanto, a incerteza fronteiriça e a facilidade do acesso fluvial pelo lado brasileiro, somados à motivação dos retornos financeiros da exploração da borracha favoreceram a ocupação do espaço pelos brasileiros, que não se acanharam em lançar mão do consagrado *uti possidetis* sobre aquele espaço (RIO BRANCO, 2012; TOCANTIS, 1961a).

Por sua vez, o governo boliviano iniciou sua tentativa de tomar posse do Acre no ano 1898, fundando no rio Acre o *pueblo* de Puerto Alonso, que contava com uma sede administrativa e um posto fiscal para recolher os tributos provenientes da exportação da borracha. Esse ato contou com a aquiescência do governo republicano brasileiro, que reconhecia os direitos bolivianos sobre aquele território, decorrentes do referido Tratado. O temor da indústria brasileira da seringa, na qual se incluía o Estado do Amazonas, de perder as rendas dos investimentos gerou um descontentamento que descambou para a luta armada contra o governo boliviano. A falta do apoio da União à

revolução levou à proclamação da República do Acre, em 1899, por Luiz Galvez, que esboçou “[...] um plano urbanístico da Cidade do Acre, contratando a abertura de ruas e praças, a edificação de vários prédios destinados a servir de sede às repartições governamentais.” (TOCANTIS, 1961a, p. 244).

O conflito armado entre os insurretos acreanos e o exército boliviano passou a contar com o apoio Federal quando o Governo da Bolívia buscou a criação de uma *chartered company* que tinha por objeto a exploração do território em disputa e se constituía em uma ameaça à soberania nacional. Nomeada de *Bolivian Syndicate*, a empresa moderna seria formada por um consórcio de potências internacionais que, além da exploração econômica do espaço, teria poderes de polícia sobre seus habitantes, tal qual as experiências imperialistas prévias na África e na Ásia (TOCANTIS, 1961b).

Nas palavras do Barão de Rio Branco:

Desde muito se conheciam as riquezas do Acre, que eram os nossos compatriotas os únicos a explorar; entretanto, o governo persistiu sempre em considerar boliviano aquele território e dar à Bolívia as possíveis facilidades para utilizá-lo. Foi preciso que a própria segurança deste continente fosse ameaçada pela tentativa de introdução do sistema perturbador das Chartered Companies e que nos convencêssemos da impossibilidade de conservar as boas relações, que tanto prezamos, com a nação boliviana enquanto existisse sob a sua soberania um território exclusivamente habitado por brasileiros que lhe eram hostis, para que se produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos. (2012, p. 56).

Ao final, os governos do Brasil e da Bolívia concordaram que a honra militar não foi manchada pela covardia diante do sangue derramado em combate por ambos os lados, cujos detalhes da violência podem ser aprofundados em Castro (2005) e Tocantis (1961a), desde que afastada a narrativa heróica. Portanto, como nações civilizadas, deveriam solucionar o desacordo em bases diplomáticas. Firmou-se então o Tratado de Petrópolis no ano de 1903, onde o governo brasileiro incorporava o Acre ao seu território, permutava com a Bolívia o triângulo do Abunã, comprometia-se com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e com o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas, em duas vezes (TOCANTIS, 1961c).

O desacordo entre o Brasil e a Bolívia foi desse modo civilizadamente solucionado, objetivando-se a Natureza e o sofrimento, passado e futuro, em

estimativas de fluxo de caixa, monetizando-se os custos e retornos do desenvolvimento da região. Em cálculos do próprio Barão do Rio Branco, o *payback* do investimento diplomático para o governo brasileiro se deu em quatro anos, mediante a arrecadação de impostos pelo Tesouro (TOCANTIS, 1961c, p. 669).

Ao passo que os embates com a Bolívia tomaram lugar no vale do rio Acre, nos rios Juruá e Purus eram os peruanos que reclamavam o espaço. Entretanto, ao contrário da relação com a Bolívia, em que o governo brasileiro reconhecia o direito dela ao território contestado em razão do Tratado de Ayacucho, as pretensões peruanas não contavam com o reconhecimento do Brasil. A tese peruana se fundava nos limites do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, considerado há muito revogado pelos brasileiros (CASTELO BRANCO, 1959; RIO BRANCO, 2012; TOCANTIS, 1961b).

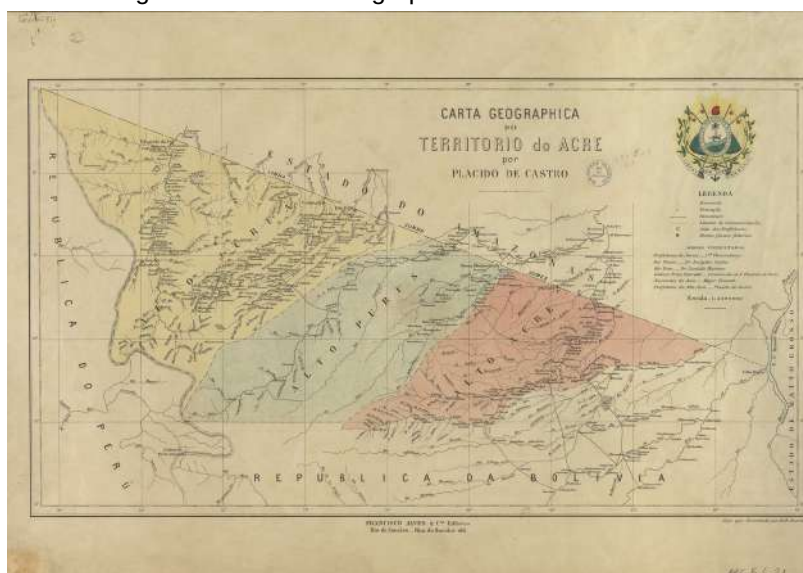
O fundamento da ocupação do Acre pelos peruanos era a exploração do caucho, árvore que era abatida para a coleta da goma elástica. Na medida em que os cauchais escassearam, os peruanos avançaram sobre o divisor de águas de onde partiam as nascentes dos rios Purus e Juruá. A mesma estratégia de estabelecimento de postos fiscais aduaneiros para a cobrança de impostos foi adotada pelo Peru para firmar a sua soberania. O rio Purus foi acessado a partir do Urubamba no ano de 1900 e, nesse mesmo ano, tentou-se a criação de um posto fiscal, repellido pelos brasileiros. No rio Juruá, há relatos de exploração do caucho por peruanos vindos do Ucayali nas localidades denominadas Puerto Alberto, em 1886, e Centro Peruano, em 1897. A primeira é a atual cidade de Porto Walter. A segunda adveio do arrendamento do seringal anteriormente denominado de Centro Brasileiro, situado na foz do rio Môa, espaço futuramente ocupado pela cidade de Cruzeiro do Sul (CASTELO BRANCO, 1959; RIO BRANCO, 2012).

No ano de 1902, o governo do Peru instalou na foz do rio Amônia, em sua confluência com o rio Juruá, um posto fiscal, nomeado de Nuevo Iquitos. A partir daí os confrontos entre brasileiros e peruanos se intensificaram, provocando reações locais diretas e manifestações junto ao governo federal para intervenção armada na defesa da soberania do território. Os apelos da indústria da borracha foram atendidos pela União,

que acabou despachando tropas para a região depois da conclusão das tratativas com o governo boliviano (CASTELO BRANCO, 1959).

Consciente das intenções peruanas, após a formalização do Tratado de Petrópolis com a Bolívia em novembro de 1903, o Governo Federal publica o Decreto 1.181 de 25 de fevereiro de 1904, que coloca o Acre sob a administração da União e afasta o Congresso do debate (BRASIL, 1904a). Na sequência, em abril do mesmo ano, promulga-se o Decreto nº 5.188 que estabelece os limites do território do Acre e trata de sua organização administrativa (BRASIL, 1904b). Ele dividiu o Acre em três Departamentos administrativos, o Alto Acre, o Alto Purus e o Alto Juruá.

Figura 43 – Carta Geographica do Territorio do Acre



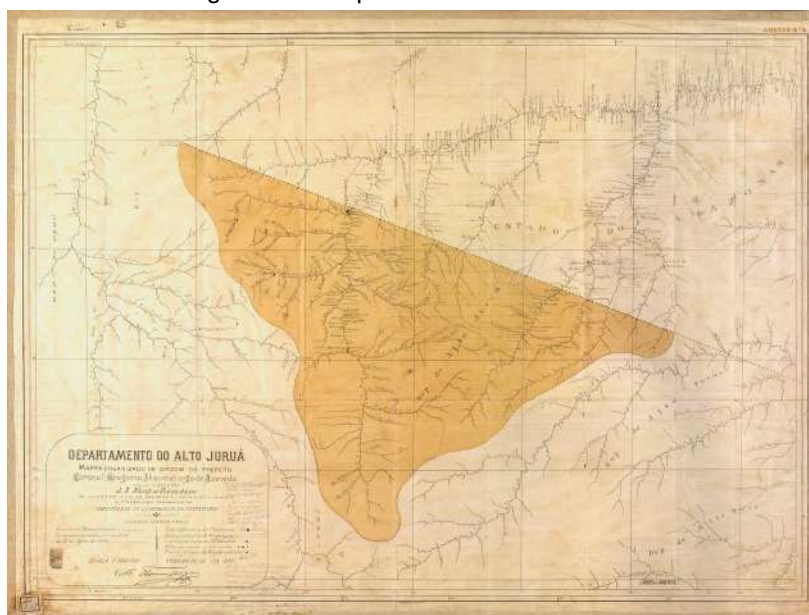
Fonte: CASTRO (1907)

O mesmo decreto também estabeleceu que os Departamentos seriam administrados por prefeitos nomeados pelo Presidente da República. Destaca-se entre as competências do prefeito a nomeação de funcionários, organização do poder de polícia, fiscalizar a arrecadação de impostos, estabelecer a divisão administrativa, conservar e desenvolver estradas e, por fim “[...] fazer, em geral, tudo quanto estiver ao seu alcance, nos limites da Constituição e das leis federaes, para a segurança, prosperidade e progresso do departamento, subordinando sempre a sua acção ao Governo Federal.” (BRASIL, 1904b).

Embora Brasil e Peru tenham entrado em ajustes diplomáticos para a solução do litígio, acordando com a neutralização militar e administrativa do território contestado, em julho de 1904, o Peru persistiu na manutenção do posto fiscal de Puerto Iquitos, no rio Amônia, afirmando a sua soberania com a presença militar e a cobrança de tributos. Nesse mesmo mês, foi nomeado prefeito do Departamento do Alto Juruá o Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, que funda a sede provisória da Prefeitura em 12 de setembro, na margem direita do rio Juruá, próximo à foz do rio Moa, no seringal Invencível. Entretanto, em 28 de setembro, a sede da Prefeitura é transferida para a margem esquerda do rio Juruá, a jusante da foz do Moa, no barracão do antigo seringal Centro Peruano, agora novamente Centro Brasileiro (AZEVEDO, 1906b; CASTELO BRANCO, 1959).

Com ordem de estabelecer um posto fiscal na foz do rio Amônia, o prefeito Coronel Thaumaturgo determina uma ação militar armada para expulsar os peruanos e tomar posse do espaço. O exército brasileiro subjuga as forças peruanas no dia 5 de novembro de 1904 e ali instala o dito posto fiscal e, posteriormente, funda a Vila Thaumaturgo. Os detalhes da violência dos combates entre brasileiros e peruanos podem ser aprofundados em Castelo Branco (1959, 2005) e Tocantins (1961c). Na sequência, “O coronel Thaumaturgo, nesta presciente orientação, antes que se nomeassem as comissões mistas de administração e demarcação, collocou um Juizado de Paz na margem direita do Breu.” (PAXECO, 1906, p. 2). O mapa abaixo detalha os limites do Departamento do Alto Juruá, bem como os seringais, barracões, vilas e os disruptivos postos fiscais:

Figura 44 – Departamento do Alto Juruá



Fonte: FIGUEIREDO (1905)

Após o confronto armado, os governos do Brasil e Peru acordaram por termo ao litígio pelo arbitramento, que teria por base, mais uma vez, o método empírico de solução de conflitos fornecido pelo *uti possidetis*. Para tanto, os países formaram comissões mistas, lideradas por Euclides da Cunha no rio Purus e pelo General Belarmino Mendonça, no rio Juruá, que deveriam verificar *in loco* quais terras eram de fato possuídas por quem. Elas percorreram os citados rios durante os anos de 1905 e 1906, produzindo os relatórios citados no presente trabalho (CASTELO BRANCO, 1959; CUNHA, 2000; MENDONÇA, 1989; TOCANTIS, 1961c).

Mesmo diante da diversidade de estilos, os dois relatórios produzidos salientam a diferença entre a natureza da atividade de produção da borracha realizada pelos brasileiros e a extração do caucho pelos peruanos. A ênfase da narrativa brasileira para fundamentar o *uti possidetis* era de que a atividade de extração da borracha tinha uma natureza industrial que fixava os trabalhadores na colocação, pois a seringueira não era abatida no processo e produzia novamente no próximo ano. Por outro lado, a atividade de extração do caucho fazia uso de técnicas primitivas, pois a árvore era abatida para a extração da goma, o que implicava um nomadismo do trabalhador peruano, que não se fixava à terra, diminuindo a força das pretensões

peruanas (CUNHA, 2000; MENDONÇA, 1989). Mesmo dentro dessa contenda internacional, o discurso de uma Natureza primitiva que deve ser domada pela civilização é incorporado nas discussões possessórias:

Porque os sítios peruanos, mesmo os maiores, como Curanja ou Cocama, são simples abarrancamentos. Não há em toda a extensão que vai de Santa Rosa às últimas cabeceiras do Purus uma única casa de telhas. As vivendas de palha, construídas em dez dias, denunciam a existência instável da sociedade nômade que despoja a terra e vai-se embora. Caracteriza-a a inconstância irrequieta dos *infiéis* predominantes em maioria esmagadora. [...] A família não existe: não se aponta um casal unido legalmente na maioria dos sítios, senão em todos; e pressente-se em tudo o desensofrido e uma perpétua véspera de viagem naquelas escalas provisórias em que o homem predetermina ficar, um, dois, três anos no máximo, para enriquecer e partir, e não voltar. (CUNHA, 2000, p. 314)

Nesse contexto de disputas, a cidade do Cruzeiro do Sul foi fundada na fronteira da linha Cunha Gomes, que demarcava os limites ao norte do território do Acre, com o Estado do Amazonas. E, se no ano de 1890 ainda não havia edificações no espaço então ocupado pela cidade, em 1905 ela é descrita por Belarmino de Mendonça em sua passagem a serviço da Comissão de Limites, que afirmou que “[...] se notava já um sobrado coberto de telhas, o barracão da Prefeitura, 14 casas mais e quatro galpões cobertos de palha, que serviam de acantonamento ao 15º batalhão de infantaria.” (MENDONÇA, 1989, p. 104).

O primeiro editorial do jornal “O Cruzeiro do Sul” sintetiza as ideologias e expectativas da modernidade que permeiam a fundação da Capital do Departamento:

Noutros tempos, quando se inaugurava uma povoação, os seus primeiros signaes de vida eram annunciados aos ventos pela construcção de um fortim, pelo sinistro levantamento de um patibulo ou pela erecção de um eremiterio. [...] Hoje, com a transformação dos costumes, das instituições e dos conhecimentos humanos, são muito outros os meios de existência. Antigamente, *lutava-se* a valer pela vida: no estagio atual da civilisação cuida-se apenas de *trabalhar* pela vida. [...] E as fortalezas e as forcas e as igrejas, tidas e havidas como indispensaveis, essenciais na fundação de qualquer cidade, tambem passaram. O povo de nossos dias pede rapidez nos movimentos, luz nas almas, liberdade no pensamento. E assim, ao iniciar-se a cidade de Cruzeiro do Sul, os marcos inapagaveis que nella se assentam são o jornal, a escola, a electricidade, - o jornal que orienta e propaga boas novas, a escola que instrue e disciplina, a electricidade que amenisa e robustece o trabalho, jornal, escola e electricidade que ligam os continentes e confraternisam as nações, instrumentos inestimaveis de aproximação e de riqueza, de cultura e de pacificação, de tolerância e de solidariedade. (O CRUZEIRO DO SUL, 1906, p. 1)

Entretanto, por mais iluministas que fossem os anseios dos jornalistas, o prefeito Thaumaturgo relata o panorama:

Fui encontrar os seringas na posse de verdadeiros senhores feudaes, dispondo a seu talento dos homens e mulheres domiciliados em suas terras. O *tronco* era uma instituição. Extinguira-se em 1888 o cativeiro dos negros, mas imperava ainda escandalosamente a escravatura branca, no regimen de trabalho e dos castigos. Os indios eram perseguidos, massacrados em suas tabas, escravizados e vendidos. Tal era a situação, ao chegar áquelas paragens. (AZEVEDO, 1906b, p. 1)

Percebe-se, portanto, que a cidade do Cruzeiro do Sul não teve uma origem decorrente de um adensamento populacional prévio, mas foi criada por Decreto dentro de uma concepção metafísica hierárquica para albergar funções político-administrativas específicas. Desse modo, por mais modernas que fossem as aspirações de sua fundação, exsurge do contexto que a cidade foi produto de uma ideologia militar de ocupação do território e exercício da soberania, o que implicou estratégias específicas de ordenamento normativo do espaço e das relações sociais que decorreram tanto das ideias de uma Natureza ordenada matematicamente como de uma Natureza relacional de causas e efeitos recíprocos que se desenvolve em um tempo linear, rumo ao progresso guiado pela intervenção humana.

Figura 45 – Retrato do Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo



FONTE: PAXECO (1906, p. 1)

Além do fato de ser o prefeito do Departamento um militar nomeado por um Presidente de um governo militar, a atribuição normativa conferida pela União aos prefeitos departamentais vem em sintonia com o discurso da integração e pertencimento do espaço à pátria da República Federativa do Brasil. Além dos combates já citados, encontra-se mais um exemplo dessa ideologia no Decreto nº 29, de 7 de abril de 1906, que trata da criação de linhas de tiro para adestramento militar da população, que tem a seguinte justificativa:

Considerando de utilidade para a defeza individual e do territorio proporcionar á população os meios legaes de iniciar-se nas praticas da vida e disciplina militar, recebendo instrucção e adquirindo e conservando o habito e o gosto das armas; [...]. (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1906b)
Não fiz mais, aliás, do que methodisar as tendencias e usos naturaes dos rifleiros destas regiões. (AZEVEDO, 1906c, p. 124)

Por sua vez, a continuidade da fórmula colonial portuguesa de fundação de cidades em locais estratégicos como pontos de apoio de uma política mercantilista de ocupação do espaço se transforma na fundação da cidade do Cruzeiro do Sul, que surge naquele momento como suporte de uma política moderna vinculada ao capitalismo científico-industrial republicano brasileiro. As práticas discursivas do fundador da cidade referente à exploração comercial da borracha também se inserem dentro da concepção de uma única Natureza em igualdade relacional, controlada pelo homem e objetificada pela moeda. Um outro exemplo dessa ideologia é encontrado na regulação das relações de trabalho por meio do Decreto de número 15, de 17 de novembro de 1905, uma tímida iniciativa que buscou diminuir as condições degradantes que os seringueiros enfrentavam na atividade de extração da borracha, assim sintetizada por Thaumaturgo: “[...] o trabalhador explora a seringa, o patrão explora o trabalhador e os commerciantes de Pará e Manáus exploram os patrões.” (AZEVEDO, 1906b, p. 1). Ainda, a reboque dos manuais de instrução dos equipamentos da revolução industrial, esse mesmo Decreto estabelece regras técnicas para a exploração da seringueira, de modo que a árvore sobreviva para a extração da próxima safra (AZEVEDO, 1906a).

Nesse contexto, a cidade de Cruzeiro do Sul vem também como ponto de apoio para essa atividade, na medida que busca garantir o exercício da indústria

extrativa contra as pretensões peruanas, e também indígenas, com o emprego de práticas administrativas vinculadas à unidade brasileira.

Ainda no espaço das práticas discursivas econômicas, dentro de suas atribuições de desenvolvimento da região, o prefeito Thaumaturgo estabeleceu a Caixa Econômica Juruáense que, segundo ele próprio

[...] visa estimular as forças productoras no Departamento, dividindo-se em tres secções – *Caixa dos Indios*, constituída pelos salarios dos patrões aos indigenas; *Caixa de Depositos*, formada por todos, e *Caixa de Credito*, destinada a fazer operações com o producto daquellas outras Caixas, sendo ajudada nesta missão com alguns subsidios da Prefeitura, apesar da sua anemia financeira. Estou certo de que a acção da Caixa Economica Juruáense se tornará, dentro de pouco tempo, uma poderosa alavanca do progredimento desta zona e só lamento que os rendimentos prefeituraes a não possam incentivar com bastante vigor. (AZEVEDO, 1906, p. 10)

A criação de um banco de fomento no próprio Departamento, que surge a primeira vista como uma tentativa de ruptura com o sistema de aviamento é, na verdade, a implementação definitiva da metáfora monetária sobre a Natureza no Alto Juruá.

Por outro lado, a ideologia militar e industrial da prática discursiva do prefeito Thaumaturgo vem indissociável da ideologia civilizatória da ordem e do progresso, na introdução de seu relatório para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Em sete mezes de labor ininterrupto, activando o desenvolvimento da região, e reprimindo com energia os abusos de todos os que pensavam encontrar aqui uma arena de tavolagem, só tive em mira servir dedicadamente o meu paiz, honrando o Governo que está á sua frente e que me collocou neste posto de bastante responsabilidade e não pequenos sacrificios. V. Ex., julgando a exposição de todos os meus actos, dirá si hei correspondido á confiança que o Governo Federal em mim depositou. (AZEVEDO, 1906c, p. 6)

Nota-se que, em nenhum momento, a metafísica cristã é invocada como fundamento de sua presença no Alto Juruá ou de seu trabalho como prefeito do Departamento. Ao contrário, a transformação da Natureza primitiva é realizada por mãos humanas, pela ordem dirigida a este fim. Entretanto, o discurso civilizatório que coloca a Natureza como um estado de desordem e atraso é incorporado pelo discurso político na medida em que a prática discursiva busca implementar a episteme moderna do desenvolvimento na cidade do Cruzeiro do Sul:

Com esta organização dei methodo e harmonia a todos os serviços, sem excesso de despeza, pois que tudo funciona regularmente com o diminuto pessoal que tem a Prefeitura. Quem trabalha methodicamente trabalha duplamente e com triplicada economia de tempo, esforço e de dinheiro. (AZEVEDO, 1906, p. 1)

E, se no ano de 2021 acontece a maior enchente até então registrada na cidade de Cruzeiro do Sul, não é de hoje que a relação entre os rios e a cidade é colocada em uma posição de antagonismo:

A enchente do rio Juruá, que em 1905 foi pasmosa, obrigou-me a reformar a planta do Cruzeiro do Sul. O igarapé que divide a cidade encheu desmesuradamente, alagando os lotes que lhe ficam nas margens. Tomei a altura maxima das aguas e, sob esta base, modifiquei a planta da séde do Departamento, cujo esboço, anexo ao meu primeiro Relatorio, retoquei ainda noutros pontos. Brevemente enviarei a V. Ex. A planta definitiva desta futura cidade. (AZEVEDO, 1906a)

Desse modo, além do próprio ato de fundação de uma cidade previamente à sua ocupação e da necessidade de doma do terreno para os propósitos planejados, os atos administrativos e normativos expedidos pela administração municipal também demonstram claramente os arranjos discursivos específicos vinculados ao estabelecimento das relações sociais em bases civilizadas. A relação da Administração do Departamento com os povos indígenas procura se afastar do debate que envolve os discursos cristãos, inserindo-a dentro da ontologia moderna de integração do primitivo “infeliz” à civilização ao proibir as citadas ‘correrias’:

Fazei publico, por editaes, para conhecimento de todos os habitantes civilizados da vossa circunscricção, que serão punidos com todo o rigor da lei os que fizerem correrias contra os indios ou nellas consentirem, e que ninguém poderá invadir as terras reservadas para o aldeamento das diversas tabas existentes no Departamento, cujas áreas são seguintes [...] (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1905a)

Nessa linha, fica claro que a religião não é o fundamento do discurso, mas um instrumento da prática moderna:

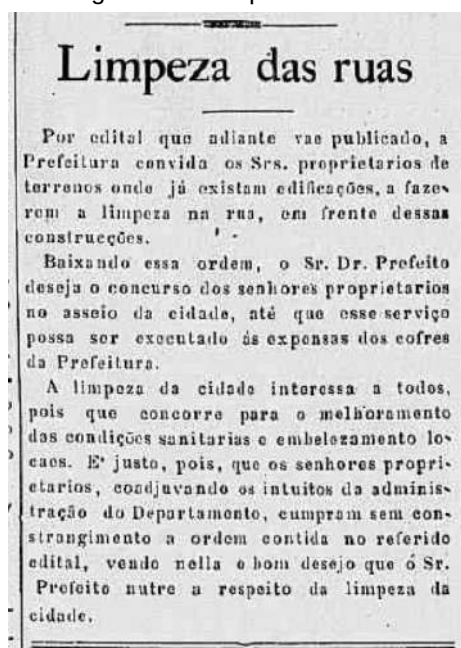
É preciso, pois, que se catechisem esses verdadeiros brasileiros, victimas da ganancia deshumana dos civilizados. Assim considerando, dirigi-me por carta ao Exm. Sr. Arcebispo do Rio de Janeiro, solicitando a sua valiosa interferência no sentido de serem contractados na Europa uns frades trapistas para a civilização dos indios, e logo que obtenha resposta ao meu appello mandarei busca-los, para lhes entregar a direção deste serviço de dar luz a consciências ignaras, aproveitando o trabalho intelligente e perseverante dessa raça perseguida. (AZEVEDO, 1906b, p. 2)

Dentro desse impulso modernizador, “Considerando indispensavel fixar as posturas do Cruzeiro do Sul, para assim estabelecer os habitos das sociedades policiadas; [...]” (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1905b), foi promulgado o particular Código de Posturas da cidade, que procurou regular as relações sociais cidadinas dentro das práticas discursivas do urbanismo civilizado. Dentre as regulações, existem medidas sanitárias referente aos matadouros e açougues, cemitérios, limpeza pública e animais domésticos. Como exemplo,

É prohibido ter vaccas, porcos, cabras, carneiros, cavalols, cães ou quaesquer outros animaes soltos dentro do perimetro urbano da capital. Os cães cujos donos quizerem que andem em liberdade da-los-ão á matricula. Multa de 10\$000 para o contraventor. (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1905b, art. 23)

A limpeza das ruas também vem na toada da higiene moderna:

Figura 46 – Limpeza das ruas



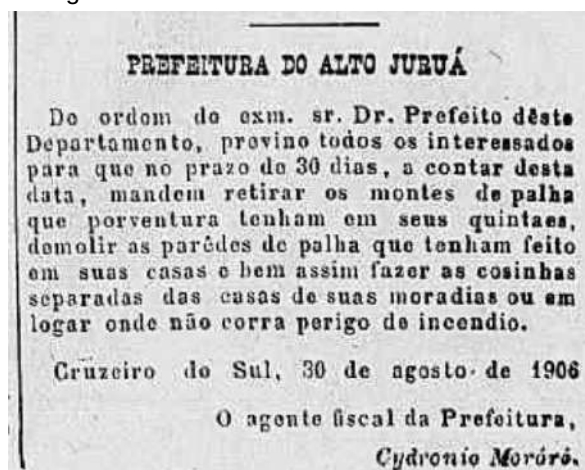
Fonte: DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906c, p. 3)

A proibição de maus-tratos aos animais, presente no Código de Posturas, evidencia o abandono da noção mecanicista sobre a ausência de senciência dos demais seres vivos. Entretanto, percebe-se uma transformação do discurso cristão antropocêntrico que invoca uma Natureza organizada por tipos e posta a serviço da humanidade, quando o Decreto nº 7 da Prefeitura do Departamento proíbe somente o

abatimento de árvores frutíferas e a pesca predatória com dinamite, com o bloqueio de cursos d'água ou com o emprego de cipós venenosos (AZEVEDO, 1906c). Nessa mesma toada, o programa letivo das escolas elementares, na temática “Noções de cousas”, toma como objeto de estudo os “[...] nomes dos animais domésticos, das plantas alimentícias, flores e fructas mais conhecidas; [...]” (AZEVEDO, 1906d, p. 26).

Outra medida de cunho sanitário e uniformizador que deve ser destacada é a proibição da construção, na zona urbana, de casas cobertas de palha, contida no Decreto nº 13 de 05 de novembro de 1904 (AZEVEDO, 1906d):

Figura 47 – Edital da Prefeitura do Alto Juruá



Fonte: DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906d, p. 3)

Ainda dentro da episteme técnico-científica industrial, tem-se também a versão moderna do *fiat lux* que tira a civilização da dependência da revolução natural dos astros, com a instalação da iluminação do mundo sublunar por meio da energia elétrica criada por dínamos movidos a vapor. Na opinião do próprio prefeito

A obra publica mais importante das que me foi dado realizar no Departamento foi certamente a da montagem da luz electrica. [...] A iluminação, que funciona excellentemente desde dezembro, tem seis lampdas de arco de 800 velas cada uma e 53 incandescentes de 16 velas, consumindo 38 *ampères*. [...] O holophote, que está montado á beira do rio, é de 5000 velas e foi-me offerecido pela casa fornecedora dos aparelhos. (AZEVEDO, 1906c, p. 80)

A experiência, que reiterei em diversos outros dias, foi coroada pelo melhor dos exitos. A população rejubilou com este melhoramento. Até ao presente tenho dispendido, com a aquisição de uma machina a vapor, 3 dynamos, de corrente continua, lampadas de arco e incandescentes, carvões, fusíveis, fios, pilhas, etc. [...] (AZEVEDO, 1906a)

E dada a importância que lhe atribui o próprio Thaumaturgo, cita-se a descrição do cenário pelo editorial do jornal do Departamento:

Tem funcionado admiravelmente a iluminação pública desta cidade. O Cruzeiro do Sul, assim clareado, oferece a todos os que aqui aportam um aspecto surpreendente. [...] A garridente topografia do plano principal da cidade, se de dia lhe dá uma graça que raras povoações possuem, á noite, aformoseada por uma clara e fixa luz eléctrica, esplende em toda a sua beleza, attestando a felicidade da escolha deste local para a fundação da sede da Prefeitura. (O CRUZEIRO DO SUL, 1906, p. 1)

Desse modo, satisfeito com as suas obras e

Considerando que é francamente progressivo o estado social do Cruzeiro do Sul, ha poucos mezes um logar quasi deshabitado e sem movimento commercial; Considerando que é a sede da justiça departamental e da Prefeitura. Tendo já proporções superiores as de uma villa e até de muitas cidades do interior do Brazil; (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1906e);

o prefeito Thaumaturgo, porque a civilização não descansa, elevou à categoria de cidade a sede da prefeitura do Departamento do Alto Juruá com o Decreto nº 34, de 31 de maio de 1906 (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1906e).

Por sua vez, o Decreto de nº 35 de 11 de junho de 1906 coroa o transplante da modernidade para a floresta, aprovando a planta geral da cidade do Cruzeiro do Sul:

DECRETO N. 35, DE 11 DE JUNHO DE 1906

Approva a planta geral da cidade do Cruzeiro do Sul

Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, bacharel em mathematicas e sciencias physicas, engenheiro militar, bacharel em sciencias juridicas e sociaes, coronel do Corpo de Engenheiros e Prefeito do Departamento do Alto Juruá –

Considerando que a alteração da planta geral do Cruzeiro do Sul, capital do Departamento e sede da Prefeitura, tornará defeituosa uma cidade que agora se inicia e cujo terreno foi estudado minuciosamente, attendendo-se ás condições do presente e do provavel desenvolvimento futuro;

Considerando que é indispensavel garantir a fiel execução dessa planta geral, conservando o alinhamento e a denominação das avenidas, praças e ruas;

E, usando das atribuições que lhe confere o art. 4º, ns. 1 e 14. do decreto n. 5188 do Governo Federal, de 7 de abril de 1904,

DECRETA:

Art. 1.º – Aprovar a planta geral da cidade do Cruzeiro do Sul, capital do Departamento, situada aos 7º 38' 27", 71 latitude sul e 72º 36' 15", 00 longitude W. Green.

Art. 2.º – Manter inalteravel esta planta, que conservará o mesmo numero de lotes urbanos e suburbanos, a área, orientação e numeração dos quarteirões, o seu perimetro, a denominação dos Boulevard e Parque, das Praças, Avenidas e Ruas e os limites da cidade, ao sul pelo rio Juruá, desde a foz do igarapé S. Salvador até ao ponto de intersecção da linha geodésica com a margem esquerda do mesmo rio; a léste pela linha geodesica; a oeste pelo igarapé S. Salvador e ao norte até aos limites patrimoniaes com terras devolutas.

Art. 3.º – Revogam-se as disposições em contrario.

Determina, pois, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução deste decreto pertencerem, que o cumpram e façam cumprir como nelle se contém.

O secretario geral da Prefeitura assim o tenha entendido, mandado imprimir e publicar.
Cruzeiro do Sul, 11 de junho de 1906.

GREGORIO THAUMATURGO DE AZEVEDO

Publicado o presente decreto na Secretaria Geral da Prefeitura, aos onze dias no mez
de junho de 1906.

M. FRAN PAXECO,
secretario geral interino.

Fonte: (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1906f)

Tendo em mente a planta da cidade como um texto, é possível afirmar que, dentro de suas relações semiósicas, o seu articulador é o prefeito da capital do Departamento do Alto Juruá, e os intérpretes são tanto os servidores da administração pública que deverão executar o projeto, bem com todos aqueles que desejarem habitar na cidade do Cruzeiro do Sul. O gênero eleito para a articulação foi um Decreto, que pode ser definido como o comando de uma comunicação formal que indica a presença de uma relação hierárquica vinculada a esta prática social. Ao mesmo tempo que a eleição de um meio escrito para publicação do Decreto acarreta um deslocamento espacial e temporal entre o interlocutor e os intérpretes que diminui a solidariedade da articulação, a sua publicação no jornal da cidade busca a ampla publicidade do ato normativo, para a ciência e cumprimento por todos, incrementando a relação de poder.

O discurso de uma única Natureza relacional composta por causas e efeitos recíprocos está presente no discurso republicano de democracia e igualdade entre os cidadãos brasileiros, que fundamenta a presença do Governo naquele espaço e legitima a edição de um ato normativo que deve ser aplicado a todos, sem distinção. Do mesmo modo, a transformação Hobbesiana da linearidade temporal cristã, que relaciona a falta de ordenação da natureza primitiva a um estado de sofrimento também está presente, eis que o arranjo urbano proposto por meio de um Decreto tem por finalidade levar os habitantes da cidade a um estado de desenvolvimento civilizado no futuro. Ainda, a liberdade individual permitida dentro da moldura legal remete ao individualismo inserido no liberalismo capitalista. Nessa linha, a ideologia técnico-científica de que o conhecimento dessas leis permite a criação da Natureza pelo próprio ser humano também está presente quando se afirma que a planta da cidade tem o objetivo de ordenar o espaço que abrigará as relações sociais dentro da própria cidade

e com o seu entorno. O discurso da cidade como um instrumento civilizatório traz em si as concepções modernas de Natureza.

Entretanto, discursos militares e de violência, que dentro da concepção moderna são tidos como não civilizados, também se fizeram muito presentes dentro do contexto de fundação da cidade do Cruzeiro do Sul, como aqueles que vinculam a sua existência a uma unidade hierárquica superior, materializada pelo Governo Federal. Essa mesma hierarquia cartesiana também se apresenta na rigidez do plano proposto por Thaumaturgo, alinhado com a ideologia barroca absolutista, que deduz o devir do ser e impõe uma ordem a ser seguida. Aqui, a capital do Departamento vem como um elemento centralizador e uniformizante do espaço, na medida em que procura dissolver as diferenças regionais e integrá-las à unidade nacional por meio de deduções metafísicas. Ademais, o próprio substantivo 'cruzeiro' remete à metafísica cristã, que será abordada com maior profundidade na análise do estrato do design.

Retoma-se neste ponto o pressuposto teórico que trata o estudo da diacronia como transformações que envolvem continuidades e rupturas ontológicas e epistemológicas que se manifestam no texto. Embora tenha se tratado de maneira superficial e abrangente as transformações dos discursos que envolvem as concepções de Natureza e de cidade no tempo, fica claro que mesmo ideias relativamente distantes, dentro de uma linearidade temporal, podem ser destiladas em um texto no presente, constituindo-o. A constatação da presença de diferentes ideologias, tidas como arranjos discursivos específicos, mais do que apontar possíveis contradições, evidenciam os interesses dos articuladores diante das relações de poder e solidariedade do contexto social específico no qual o texto está inserido. E, como a própria diacronia implica transformações nas continuidades ou nas rupturas, o texto articulado é, ele mesmo, um novo arranjo que materializa essas práticas discursivas, transformando-as.

Por fim, dado que a definição das ideologias estabelece a moldura discursiva, mas não contempla toda a prática comunicativa, passa-se para a análise do estrato do design, onde se espera a manifestação de todos esses discursos.

3.2 O estrato do design

Tendo o conceito de design como o meio para a realização do discurso, é nesse estrato que os conhecimentos socialmente construídos pelas práticas discursivas sobre as concepções daquilo que se entende por Natureza e cidade dão mais um passo em seu processo de materialização. A coerência entre os discursos invocados para a produção da planta são definidos pelo design, por meio da relação entre os modos eleitos no arranjo. A análise do design também permite a compreensão das interações sociais expressas na planta da cidade de Cruzeiro do Sul e suas relações de poder e solidariedade dentro dessa combinação específica dos modos eleitos.

O estudo do design do objeto obedecerá a classificação desse estrato levando-se em conta as metafunções da linguagem propostas por Halliday (1978), em conformidade com a moldura de Kress e Leeuwen (2010), conforme explanado anteriormente. Entretanto, por mais que o estudo faça um recorte da análise levando em conta as três metafunções, é importante esclarecer que elas surgem simultaneamente no texto de modo que os processos estão intimamente conectados. Sem esquecer que uma análise fluida do objeto gera uma escrita mais leve, agradável e próxima da experiência interpretativa, optou-se por separar o estudo dentro da moldura das metafunções para explicitar a perspectiva teórica e os recursos semióticos eleitos pelos articuladores sem, no entanto, abrir mão de relacioná-las.

Ainda, tal qual o discurso, o estrato do design também deve ser analisado de maneira diacrônica. Essa transformação do design urbano no tempo já foi tratada lateralmente no estrato do discurso, mas será aprofundada a seguir, obedecendo ao tempo e ao espaço do gênero dissertação. Ainda, de acordo com o pressuposto de que os estratos não são herméticos, além do diálogo com o estrato do discurso, os estratos da produção e a distribuição também auxiliam a construção da subseção, mas serão aprofundados adiante.

3.2.1 A planta e a metafunção ideacional

Conforme explicado na seção teórica, a metafunção ideacional opera no design de modo a exprimir a compreensão da realidade pelo articulador conforme o contexto social específico e os discursos invocados na ação comunicativa, bem como a

posição social dos participantes interativos. É a expressão, no design, da maneira pela qual esse articulador representa as suas experiências, que pode se dar por meio de processos materiais, relacionais ou mentais.

Em imagens, a representação da experiência de processos materiais se dá por meio dos chamados processos narrativos, quando há uma transação entre um participante representado (ator) sobre o outro (meta), que sempre conta com a presença de vetores. A representação em termos de **classe**, **estrutura** ou **sentido** traz a experiência da realidade como um processo relacional entre os participantes representados, trazidos em estruturas visuais que os definem em conceitos mais gerais (KRESS; LEEUWEN, 2010).

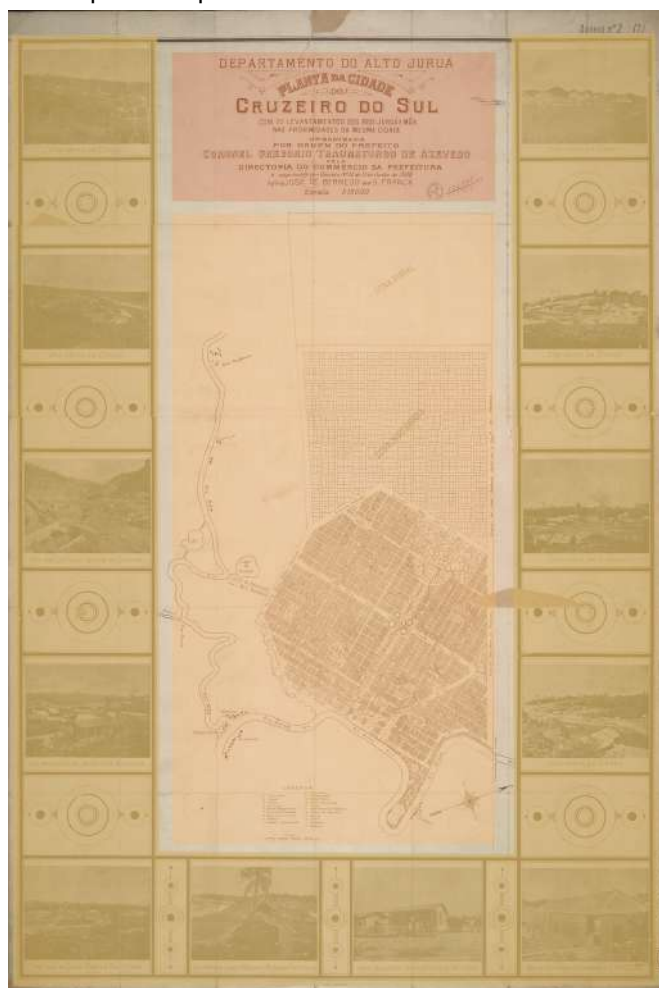
Os **processos classificatórios** representam os participantes em termos de sua classe, na forma de uma taxonomia. Há um conjunto de participantes designados como 'subordinados' em relação a um participante 'superordenado' que, por sua vez, pode estar explícito no texto ou implícito, quando ele é inferido a partir dos participantes subordinados (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Os **processos analíticos**, por sua vez, representam a relação entre os participantes representados em uma estrutura de parte-todo. O participante representado constituído pelos demais é chamado de 'portador' e seus constituintes são denominados de 'atributos possessivos'. A representação dos participantes como atributos possessivos sempre envolve uma escolha que leva em conta os atributos ou características do portador que "[...] são tidas como essenciais dentro de determinado contexto, enquanto outras são ignoradas ou tidas como não essenciais ou irrelevantes."¹⁰⁹ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 88).

O texto sob análise, a "Planta da cidade do Cruzeiro do Sul", traz acima e no centro um cabeçalho que introduz a temática. Abaixo dele vem o desenho do projeto da planta da cidade e, como uma moldura radial, existem fotos intercaladas por desenhos geométricos. Antecipando-se a análise do emolduramento, que será aprofundada na metafunção textual, pode-se afirmar que o texto possui três participantes representados que, juntos, compõe o arranjo denominado de planta da cidade.

109 [...] are singled out as criterial in the given context or, generally, while others are ignored, treated as non-essential and irrelevant.

Figura 48 – Participantes representados da Planta da cidade do Cruzeiro do Sul



Fonte: Adaptado de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

A separação entre a moldura e os demais elementos é feita por uma linha. Por sua vez, a separação entre o cabeçalho e o desenho da cidade é feita por um espaço em branco. Como não há vetores ligando os participantes representados descritos acima, a princípio não é possível afirmar que a metafunção ideacional da planta traz um processo narrativo. Do mesmo modo, a ausência de um participante superordenado, explícito ou implícito no texto o afasta de seu enquadramento como um processo classificatório. Portanto, afirma-se com tranquilidade que o texto nominado de “planta da cidade” está representado como um processo analítico, de sorte que os três participantes representados constituem uma relação de parte-todo, assumindo a

posição de atributos do portador, que é a “Planta da cidade do Cruzeiro do Sul”. Portanto, esse processo analítico responde à pergunta ‘o que é isto?’.

Por sua vez, cada um dos participantes do arranjo traz os seus próprios processos em razão da maneira como são representados, constituindo aquilo que Kress e Leeuwen (2010) chamam de processo embutidos. Logo, uma imagem definida como um processo narrativo pode ter um participante representado constituído por um processo analítico. A análise desses processos embutidos e a escolha dos modos que os constituem permite evidenciar mais uma camada semântica que traz em si a moldura discursiva, os interesses do articulador e as relações sociais de poder e solidariedade invocadas no contexto de articulação. Assim, a análise também será aprofundada para cada um dos participantes representados, especificamente.

O primeiro participante representado a ser analisado é o cabeçalho do texto, que é constituído pelo modo escrita e pelo modo desenho:

Figura 49 – Cabeçalho da Planta da cidade do Cruzeiro do Sul



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

A escrita se caracteriza como um modo que é regido por uma lógica sequencial que dispõe seus elementos no tempo (KRESS, 2012). A partir dela, pode-se realizar uma leitura transformacional das orações, de modo a conectar os trechos separados pelas linhas. Uma leitura possível é:

O Departamento do Alto Juruá apresenta/decreta/traça/estabelece a planta da cidade de Cruzeiro do Sul, com os levantamentos dos rios Juruá e Mõa nas proximidades da mesma cidade.

Esta planta foi organizada por ordem do Prefeito Coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo pela directoria do Commercio da Prefeitura.
Esta planta foi aprovada por Decreto nº 35 de 11 de junho de 1906.
Esta planta foi produzida pelo Eng.º Chefe José de Berredo e pelo des.^a G. Franck.
Esta planta possui uma escala de 1:15000.

Todas as orações do cabeçalho, ideacionalmente, trazem processos materiais, pois promovem uma transformação da realidade por um ator, uma ação no tempo que altera uma realidade inicial. Pensando na gramática funcional de Halliday e Matthiessen (2004), a primeira oração tem como ator o Departamento do Alto Juruá. O processo é representado pelo verbo decreta/traça/estabelece, que tem a planta da cidade como a meta, o participante que representa a realidade alterada. O trecho “levantamentos dos rios Juruá e Môa” se configura como uma circunstância de acompanhamento.

As demais orações também trazem processos materiais, dentro de uma estrutura de voz passiva. A análise fica mais clara com a transformação da oração para a voz ativa, onde se pode ler que ‘A Diretoria do Commercio organizou a planta por ordem do Prefeito Coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.’. Aí fica claro que a Diretoria assume o papel de ator, o processo é o verbo organizar, a meta continua sendo a planta da cidade e a ordem do prefeito caracteriza-se como uma circunstância de causa.

O processo material, portanto, é o tom das orações do cabeçalho, que trazem sempre a ideia de modificação da realidade, da Natureza, por um processo criativo colocado em marcha pelas mãos humanas. A sua vinculação à ontologia iluminista é retirada da presença da instituição do ‘Departamento do Alto Juruá’ que, por sua vez, está ligado aos discursos do governo republicano brasileiro anteriormente analisados. Outra ligação com a ontologia iluminista que parte de uma concepção de Natureza baseada na igualdade relacional é o estabelecimento da planta como uma lei geral a ser seguida por todos, sem distinção.

A seu turno, a referência à escala da planta traz uma oração relacional, que tem por finalidade estabelecer uma relação entre duas entidades diferentes. A planta se caracteriza como o portador, a entidade que possui uma característica atribuída a ela, a

escala de proporcionalidade. Trata-se de uma oração relacional possessiva atributiva. Ao se fazer a relação com o estrato do discurso, pode-se afirmar que a referência à escala cartográfica remete ao naturalismo científico, que descreve a única Natureza possível como ela é, e não como deve ser.

As orações do cabeçalho também trazem os discursos de organização e ordenamento do período barroco, que remetem à metafísica cartesiana. Os processos materiais de criação da planta permitem a conexão com as epistemologias de transformação da Natureza primitiva em uma nova ordem civilizada. Assim, a imposição da planta pelo Decreto apresenta esta outra face metafísica do texto que vai permitir a diferenciação daquilo que se enquadra dentro do plano, daquilo que não.

Por fim, o discurso industrial-capitalista também inicia a sua materialização no cabeçalho da planta quando se lança o olhar para a estrutura organizacional da Prefeitura, que se divide nas seguintes diretorias: Gabinete do Prefeito, Secretaria geral, Directoria do Interior, Directoria do Commercio e Directoria da Fazenda. O encargo da confecção da planta foi atribuído à Directoria do Commercio, cujo quadro de servidores contava com um Chefe da Directoria, quatro Engenheiros, um Agrimensor, um Desenhista e encarregado da estação meteorológica, um 2º Oficial, um Encarregado do material e um Encarregado do pessoal (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1906g, p. 4). Nesse ponto, é interessante notar a vinculação da atividade do esquadrinhamento, ordenação e delimitação do espaço com a atividade comercial, baseada na posse das terras, que só poderia ser adquirida, daquele momento em diante, pela compra em moeda:

A Directoria do Commercio competem a viação e obras publicas, a agricultura, colonização, etc., assuntos vitaes nestas paragens, onde a navegação é impedida por mil e um tropeços, onde as obras teem que se fazer desde a casa de moradia para os funcionários até a instalação das Repartições da Prefeitura, onde a immigração sobrecarrega estupendamente os proprietários que transportam os extratores. O titulo desta Directoria – do Commercio – é ainda uma innovação e para espantar é que um paiz essencialmente commercial, como o Brazil, não tenha um Ministerio do Commercio, abrangendo a agricultura, a colonização, a mineração, a industria, as tarifas, os bancos, cooperativas, etc., [...] (PAXECO, 1906, p. 2)

O conjunto das análises acima permitem concluir que a planta da cidade pertence ao Cruzeiro do Sul, um espaço hierárquico, científico e industrial, concepções

de mundo socialmente construídas que estão compreendidas dentro de um conceito mais amplo de civilização, que é invocado para a desambiguação de suas aparentes contradições.

O entendimento da gramática como um recurso semiótico à disposição do articulador evidencia a eleição do modo escrita como um modo apto para articular todos esses discursos de forma concisa no cabeçalho da planta. Da mesma maneira, a prevalência de orações materiais é apta para exprimir as ideologias de transformação da Natureza primitiva para a civilizada dentro de uma concepção temporal linear. A oração possessiva que remete à escala, por sua vez, coloca a planta como uma prática discursiva científica.

Entretanto, a análise gramatical da escrita não considera a sua organização espacial dentro do arranjo do texto. Assim, é possível realizar uma análise semântica que parte da gramática visual, de modo que o cabeçalho pode ser tomado como um processo classificatório, diante da existência de participantes superordenados e subordinados. As taxonomias explícitas incluem o participante superordenado e o representam em algum tipo de estrutura em forma de árvore. Nesse caso, a estrutura possui uma orientação vertical e o objeto superordenado é posicionado no topo ou na base dela. Participantes intermediários possuem um papel de subordinação e superordenação ao mesmo tempo e são chamados de interordenados. Participantes do mesmo nível são interpretados como sendo do mesmo tipo (KRESS; LEEUWEN, 2010).

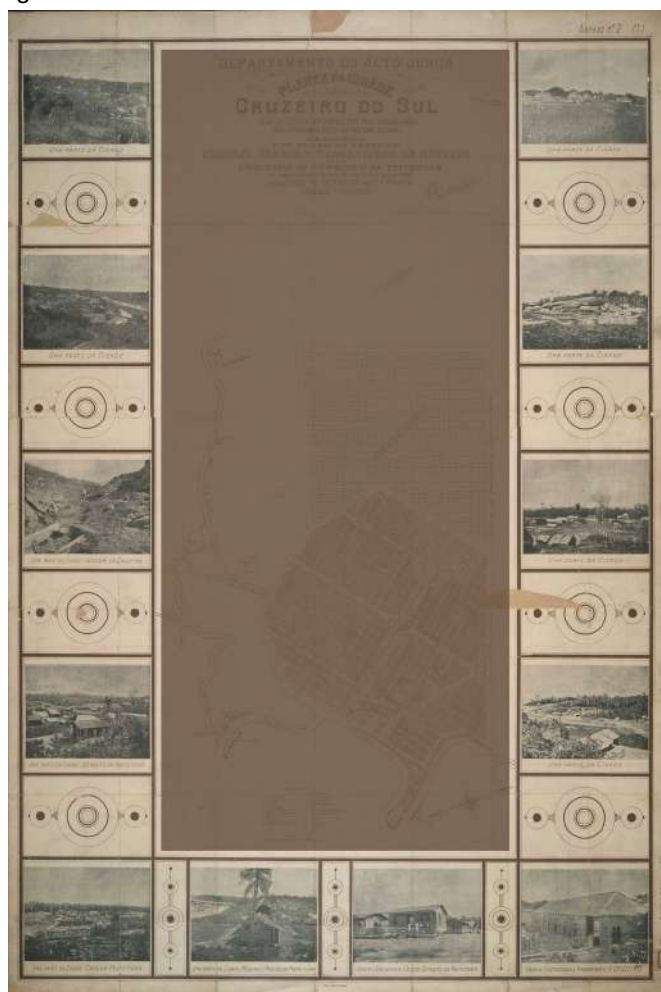
Nessa linha, a taxonomia que surge no eixo vertical da disposição das orações demonstra uma hierarquia político-administrativa que existe entre os participantes, onde o Departamento do Alto Juruá é o participante superordenado e a prefeitura da cidade de Cruzeiro do Sul e sua Directoria de Comercio os subordinados a ele. Também há outra taxonomia entre as pessoas citadas no cabeçalho, onde o Prefeito é o participante superordenado e o Engenheiro e o Desenhista são os participantes subordinados. Essas classificações conceituais ganham uma semântica própria da estrutura da hierarquia social a que dizem respeito, pois quanto mais geral uma ideia, mais poder ela tem. Para esclarecer, o Departamento é um conceito mais abrangente que o da Prefeitura. De maneira semelhante, a subordinação de indivíduos,

empregados ou conceitos específicos se dá em relação à superordenação de ancestrais, gerentes ou conceitos abstratos.

O que se destaca do processo classificatório descrito acima é a sua vinculação ao discurso da concepção cartesiana de Natureza, que implica uma dedução metafísica das relações sociais que estaria em aparente contradição com a concepção de uma Natureza relacional republicana. Mais ainda, pode-se notar uma desagregação entre os participantes interativos que tomam parte na articulação da planta decorrente dessa hierarquia: o prefeito traz o discurso, o engenheiro o design e o desenhista a produção.

Desse modo, o processo analítico que é observado de um modo geral na planta, ganha no cabeçalho a possibilidade interpretativa de dois processos embutidos diferentes: um material, presente na gramática do texto e que guarda proximidade com os processos narrativos, e outro classificatório, diante das relações hierárquicas que transpareceram da disposição espacial da escrita no arranjo. De acordo com os processos materiais e classificatórios encontrados no participante, a pergunta que está sendo respondida no cabeçalho é 'quem faz o quê?'.
Por sua vez, a moldura da planta da cidade é composta pelos modos fotografia, desenho e escrita.

Figura 50 – Moldura da Planta da cidade do Cruzeiro do Sul



Fonte: Adaptado de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

As fotografias trazem imagens de partes da cidade do Cruzeiro do Sul, amparadas por legendas escritas e intercaladas por desenhos. Nota-se que na moldura, o modo imagem ganha prevalência sobre a abstração da escrita no processo de articulação dos discursos. Em consonância com o conjunto das fotografias, a própria legenda define que o arranjo da moldura traz um processo conceitual analítico, pois as representações de partes da cidade se constituem como atributos de um portador, a cidade do Cruzeiro do Sul. A escolha dos atributos da cidade que compõe o portador evidencia as concepções daquilo que se entende por cidade pelo articulador e indica os discursos invocados neste elemento.

As fotografias individualmente consideradas também trazem processos analíticos, o que é evidenciado pela segunda parte da legenda escrita como atributo de “uma parte da cidade”. Elas apresentam edificações que transformaram o espaço antes ocupado pela Natureza primitiva, apresentando uma ideologia excludente ou antagonista: aquilo que é cidade não é floresta. Apenas uma fotografia apresenta um aspecto da geografia primitiva como atributo que considera como parte da cidade, aquela que traz o “Igarapé do Cruzeiro” em época de estiagem. Essa imagem, também considerada como um processo analítico, apresenta aquilo que o articulador compreende como o “Igarapé do Cruzeiro” e, assim, os participantes que integram esse arranjo são atributos, tanto do Igarapé como da cidade, de maneira recursiva.

De outro lado, as fotografias que são especificadas pelas legendas e que constituem mais uma camada recursiva de processos analíticos trazem edificações institucionais ligadas ao governo da Prefeitura do Departamento.

A iniciativa das construções particulares é um facto que prende a atenção de quem ha oito mezes contemplou aquellas barraquinhas no meio de um matagal espesso. O energico impulso que tiveram as obras publicas com a chegada do dr. Thaumaturgo patenteia aos olhos de todos a effectivação do seu grandioso empreendimento. (BERREDO, 1906, p. 1)

Entre elas, a planta da cidade destaca nas legendas a representação do “mercado”, do “fórum”, da “biblioteca escola”, da “usina de eletricidade” e da “typographia”. Os discursos de igualdade relacional entre os seres humanos e seu potencial de evolução de uma Natureza primitiva para a civilização é invocado pelos prédios da “biblioteca escola” e do “fórum”. Por sua vez, a ideologia moderna do cientificismo industrial surge na representação dos prédios da “usina elétrica” e da “typographia”, ainda em construção nas imagens selecionadas, mas “[...] que bem mostram no Prefeito o alto valor de uma rara energia civilisadora.” (BERREDO, 1906, p. 1). De igual maneira, a escolha por uma representação naturalista da paisagem resgata a ideologia científica da descrição objetiva da realidade, apresentada como ela é. Aliado a esse discurso, não é possível esquecer que no tempo da confecção da planta, o espaço ocupado pela cidade do Cruzeiro do Sul era ainda disputado com os peruanos e, sob este aspecto, a representação da presença de edificações brasileiras

trazem os discursos militares sobre a ocupação do espaço e a prova factual do *uti possidetis*.

Os desenhos, por sua vez, emolduram as fotografias, intercalando-se entre elas. Pensados como um conjunto, não é possível identificar um processo narrativo entre os desenhos ou entre os demais participantes representados. Também não há uma classificação que evidencie uma relação taxonômica de subordinação e superordenação. Tampouco há uma relação de parte-todo que permita a observação de um processo analítico entre eles.

Individualmente considerados, os desenhos são representados como três conjuntos de círculos precisos e concêntricos que permitem a visualização de um processo analítico embutido, onde os atributos possessivos possuem uma característica recursiva, ou seja, o círculo interno é atributo possessivo de todos os outros e assim por diante. Também é possível uma interpretação taxonômica, onde os dois conjuntos de círculos menores são hierarquicamente subordinados ao conjunto central.

Entretanto, quando se recorre ao contexto social do período e aos discursos que permeiam a articulação do texto, é possível a identificação de uma outra espécie de processo conceitual que pode contribuir com a semântica desse participante, o processo simbólico. Quando existem dois participantes em processos simbólicos, um deles é o portador e o outro o atributo simbólico. Estes dizem respeito àquilo que o portador 'significa' ou 'é'. Esse processo é chamado de processo simbólico atributivo. Os atributos simbólicos são salientes na representação, como a localização no primeiro plano, foco detalhado ou cores. São apontados na representação não por um vetor que representa uma ação, mas por um gesto que tem a única finalidade de apontar o objeto para o receptor da mensagem. Parecem deslocados na composição e são convencionalmente associados a valores simbólicos (KRESS; LEEUWEN, 2010).

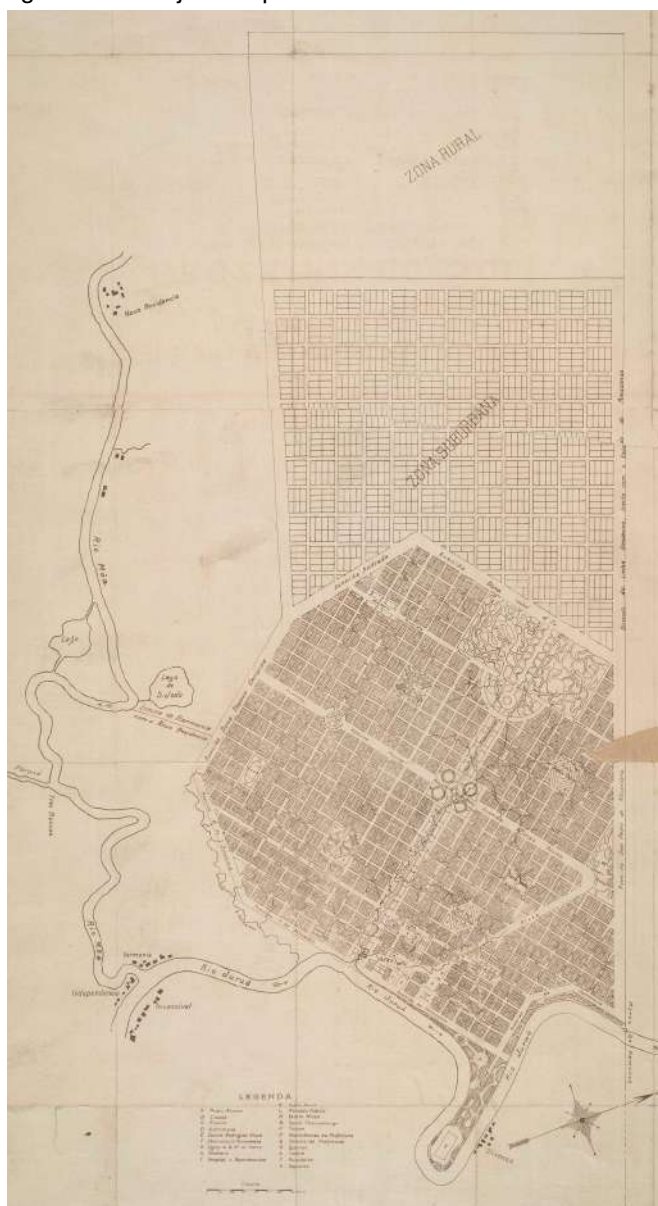
A grande saliência dos desenhos se configura pela sua repetição no texto, permeando toda a moldura que envolve o cabeçalho e o desenho da planta da cidade. Por outro lado, a presença de dois engenheiros como articuladores desse texto permite a comparação com o desenho de outro ilustre engenheiro, o sistema heliocêntrico de

Galileu, citado na figura 19. Aceitando essa semelhança, a relação com os discursos que envolvem uma Natureza com um espaço infinito, com infinitas relações causais ordenadas matematicamente fica transparente e atribui para o portador, a planta da cidade, esta característica.

Diante dos processos analíticos e simbólicos evidenciados nesse participante, nota-se que a moldura procura responder questões de identidade e de suas características, como 'o que é a cidade de Cruzeiro do Sul' e quais os seus atributos. Da mesma maneira, as orações possessivas atributivas das legendas também trazem uma relação de pertencimento. Aqui, os compromissos ontológicos e epistemológicos assumidos permitem concluir preliminarmente que ela é um conjunto de edificações ordenadas racionalmente sobre uma Natureza primitiva.

A seu turno, o terceiro participante representado é o projeto da planta da cidade, que é constituído pelos modos desenho e escrita. Mais uma vez, trata-se de um processo analítico que procura responder questões de identidade e de características. Em estruturas analíticas com processos topográficos, seus atributos possessivos são representados tendo em mente a situação física espacial entre eles. Esse processo leva em conta a dimensão e a localização relativa entre os participantes (KRESS; LEEUWEN, 2010). O projeto da cidade do Cruzeiro do Sul, portanto, coloca os participantes representados em uma relação de parte-todo que leva em conta as respectivas localizações espaciais, na condição de atributos de um portador. Este participante responde às perguntas 'o que é, onde e de que maneira?'

Figura 51 – Projeto da planta da cidade do Cruzeiro do Sul



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

No projeto, o modo escrita responde à pergunta 'o que é?', enquanto o modo desenho responde também às perguntas 'onde e como?'. Os compromissos ontológicos e epistemológicos residem, portanto, nas escolhas feitas pelos articuladores que decidem o que é atributo desse projeto daquilo que não é e onde e como ele está representado.

A orientação vertical da planta na mídia do papel é feita pelo participante nomeado de “Linha Geodésica”, que faz a distinção dos limites entre o Estado do Amazonas e o Departamento do Alto Juruá e tem como indicação o “Marco do Remanso”. A precisão topográfica demonstra um compromisso epistemológico que afirma que a planta, ao mesmo tempo em que pertence ao território brasileiro, integra o Departamento do Alto Juruá e não o Estado do Amazonas. Invoca-se aqui os discursos científicos que envolvem a precisão da cartografia e os discursos militares que permearam a disputa desse espaço, bem como os limites e a unidade do território brasileiro, recordando-se que a história dessa linha remete ao ano de 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso.

Ao se dialogar com a metafunção textual e o emolduramento, nota-se que ao longo da linha geodésica é possível trazer cinco grandes atributos do projeto da cidade. Trazendo o olhar de cima para baixo, tem-se que ele é composto pela zona rural e pela zona suburbana, explicitamente nomeados pelo modo escrita, além do desenho. Após, tem-se a zona urbana, que não conta com uma ancoragem escrita, mas que pode ser presumida em função do contexto. Mais abaixo, é possível fazer uma relação do projeto com o participante cabeçalho, cuja circunstância de acompanhamento “com os levantamentos dos rios Juruá e Môa” ganha representação espacial com a topografia desses rios, bem como com a inclusão dos seringais lindeiros ao projeto da cidade. Aqui, os compromissos ontológicos e epistemológicos assumidos pelos articuladores começam a ficar evidentes em razão daquilo que é considerado como atributo possessivo de cada um desses portadores.

Iniciando-se a análise pela zona urbana do projeto, ao se dialogar com a metafunção textual junto com o processo analítico, o atributo mais redundante e saliente desse portador são as suas ruas, avenidas e boulevards, bem como as quadras e os lotes.

Atualmente, os termos avenida e boulevard são tidos como sinônimos. Entretanto, no passado, diziam respeito a estruturas urbanísticas diferentes. O que elas possuíam em comum era a presença de elementos marginais em sua constituição. “A boulevard iniciou como uma fronteira entre a cidade e o campo. Sua estrutura repousa

nos muros defensivos, os quais, no período Barroco, eram usualmente um monte de terra invés de uma cortina de pedra.”¹¹⁰ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 249). Caracterizava-se por um passeio acessível a pedestres e a veículos que circundava a cidade no perímetro da muralha, com árvores plantadas em ambas extremidades. Por sua vez, o nome ‘boulevard’ foi emprestado de um bastião que compunha os muros da cidade de Paris e que recebia o nome de “Grand Boulevard”. Essa estrutura adquiriu, com o tempo, um caráter recreacional e, posteriormente, a finalidade de artérias de locomoção, diante da sua transformação de estrutura de defesa para um elemento de integração. Na Europa, as muralhas foram totalmente abolidas no período napoleônico do século XVIII, dando espaço ao tráfego de veículos (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

O nome avenida, por sua vez, teve sua origem na zona rural, e designava uma estrada rural retilínea que possuía em suas margens fileiras de árvores que a destacavam da paisagem do seu entorno rural ou florestal. Elas anunciavam a aproximação a elementos de destaque da zona rural, como uma casa aristocrática, uma fazenda ou uma vila. Após, as avenidas passaram a “levar diretamente para os portões da cidade, bem como a grandes instituições, como hospitais que ficavam na borda da cidade.”¹¹¹ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 251).

À evidência, os nomes “avenida” e “boulevard” atribuídos a esses participantes no projeto, bem como as suas formas retilíneas, remetem aos discursos do estilo monumental e ordenador do barroco francês:

Da margem do Juruá parte, na direção NNW, acompanhando o riacho Cruzeiro, o boulevard Thaumaturgo, que divide a cidade em dois grandes bairros quasi simétricos, terminando no Horto Botânico, em frente á cupula do Museu Acreano. Este vasto logradouro publico, depois de canalizado o riacho adornado de jardins e ladeado de predios elegantes, vae ser o centro recreativo da cidade. (BERREDO, 1906, p. 1)

A atribuição de identidade ao arruamento se dá pela nomeação dos passeios, de modo que a sua escolha também sugere a invocação de discursos específicos. Os mais evidentes são a nomeação com celebridades, locais e datas comemorativas do governo republicano, que invocam os discursos militares e

¹¹⁰ *The boulevard started as a boundary between city and country. Its structure rests on the defensive wall, which by the Baroque period was usually an earthen rampart rather than a stone curtain.*

¹¹¹ *[...] led rigth up to city gates, as well as large institutions like hospitals at the city edge.*

metafísicos de dedução hierárquica de pertencimento ao território brasileiro. Também existem nomeações de pessoas, tempos e espaços do Departamento do Alto Juruá, como o do prefeito Thaumaturgo, do secretário Fran Paxeco, do engenheiro Berredo e do desenhista G. Frank, bem como a data da fundação da cidade (28 de setembro) e a do confronto com os peruanos no rio Amônia (4 de novembro) e a inclusão de rios e igarapés que, igualmente, invocam os mesmos discursos hierárquicos e militares de conquista e posse do espaço por meio do poder que emana da capital do Departamento.

A menção a figuras ilustres do governo monárquico do período do Império brasileiro, que foi derrubado pelo governo republicano, mais do que uma singela homenagem, oferece uma concepção da linearidade temporal aliada à Natureza primitiva que ruma em direção ao progresso: “É velho o aforismo: nada se perde, tudo se transforma. É de que se adorna com tortuosos sentimentos renegar os antepassados, ou os seus feitos, além de patentear uma [ilegível] compreensão das leis da evolução.” (PAXECO, 1906, p. 1).

Nessa mesma linha, a nomeação de ruas com os nomes de etnias indígenas também pode ser compreendida dentro do discurso republicano de uma única Natureza de relações equivalentes com o conseqüente abandono das discussões da metafísica cristã e a presença ou ausência de alma, partindo para o discurso de integração à pátria brasileira daqueles que restaram dos confrontos com a civilização, materializada pela cidade. Na própria planta, a rosa dos ventos, que invoca um discurso científico, toma a forma de uma flecha indígena e permite a visualização de um processo simbólico que remete ao conflito violento pela posse do território, a despeito da intenção civilizadora. Os povos que ocupavam o espaço do Departamento do Alto Juruá (CASTELO BRANCO, 1950, p. 23) que tiveram suas denominações emprestadas ao arruamento são os “Nauas”, “Jaminauas”, “Canamurus”, “Caxinoas” e “Parauas”, conforme a grafia do projeto. A menção a etnia “Tupiniquim”, povo que habitava o litoral quando da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil reforça os discursos de linearidade temporal e de pertencimento à unidade linear causal brasileira.

Passando para a forma do arruamento, um fundamento que busca legitimar a adoção da rua retilínea é de que ela promove a ordem pública, pois facilita o deslocamento de tropas e dificulta a insurreição popular e seu entrincheiramento. Tal justificativa foi explicitamente adotada desde o Renascimento. Outra justificativa é que ela possui uma superioridade prática, pois acelera a comunicação com a conexão direta entre dois pontos. Esse argumento foi acentuado diante da ascensão das carruagens durante os séculos XVI e XVII. Por fim, outro fundamento para a sua adoção é de que ela pode direcionar a expressão de uma ideologia por meio de arranjos arquitetônicos (KOSTOF; TOBIAS, 2017; MUMFORD, 1961).

A forma retilínea como contraste àquilo que é natural e primitivo pode ser notado na tentativa de ordenação das sinuosas estradas de seringa:

O tempo da replanta ao do primeiro fabrico pode ser estimado em 12 a 5 annos. O proprietario, tendo 4 ou 6 trabalhadores occupados neste labor, em todos os invernos, para que as estradas sigam um rumo certo e não o caminho em zig-zags das actuaes, pouco ou nada terá gasto. Valorizará enormemente o seu seringal, para o caso de venda ou herança, e assegurará o porvir da zona em que moureja. A arvore da seringa, bem cuidada, tem a duração de um seculo. (AZEVEDO, 1906b, p. 2)

No projeto da cidade, todas as ruas assumem essa forma retilínea, até mesmo as que margeiam a curva do rio Juruá. A ordenação geométrica do plano levanta os discursos barrocos de hierarquia urbana com a finalidade de progresso.

Por sua vez, a disposição das ruas dá forma a outro participante representado com grande saliência criada pela redundância e que tem a natureza de atributo do portador, que são as quadras. Grade ou tabuleiro são expressões que servem como metáfora daquilo que formalmente é chamado de plano ortogonal. A facilidade de se demarcar o terreno com um plano ortogonal faz com que essa prática tenha sido empregada desde a Antiguidade, com o uso de cordas e estacas. Os romanos possuíam agrimensores treinados em aritmética, geometria e direito (KOSTOF; TOBIAS, 2017). Em evidente continuidade transformacional, o prefeito Thaumaturgo era um militar, bacharel em matemática, engenharia e direito. Desse modo, a ortogonalidade também traz à tona os discursos coloniais e militares de ocupação e posse do território.

Contrastando com as ruas retilíneas, pode-se observar como atributo do projeto a representação da sinuosidade dos igarapés que cruzam a cidade com precisão topográfica que invoca discursos científicos, onde apenas um deles está identificado com uma legenda escrita, o “Igarapé São Salvador”.

Entretanto, o *layout* das quadras e do arruamento é apenas o primeiro passo que determina a forma da cidade. Um outro importante elemento de influência é a organização interna das quadras e o modo pelo qual os lotes serão divididos e qual será a sua destinação (KOSTOF; TOBIAS, 2017). A determinação da forma dos lotes pelas quadras e destas pelas ruas invocam uma relação hierárquica do público sobre o privado, onde as quadras são dispostas em função do arruamento, dentro de um discurso de ordenação cartesiana da desordem primitiva. A seu turno, o fato de que eles se destinam à comercialização, onde o particular pode adquirir a propriedade do espaço com a contrapartida monetária respectiva evidencia epistemologias ligadas a ideologias relacionadas a objetificação do espaço, vinculadas ao capitalismo técnico-industrial.

O paisagismo, por sua vez, é um recurso intimamente ligado ao estilo barroco e ao seu monumentalismo. Na antiguidade, esse monumentalismo não fazia uso do paisagismo para atingir seu escopo visual. O jardim era visto como um espaço de Natureza desvinculado da solidez da ordem urbana, como um acessório das edificações. A integração do paisagismo com o urbanismo teve seu advento no século XV, na Itália, onde passou a assumir uma estrutura arquitetônica integrada com a forma urbanística. Sua expressão mais evidente se dá no estilo barroco, que elimina a diferença entre o design de jardins e dos alargamentos urbanos. Tal integração propunha uma racionalização da paisagem natural, agora tida como um elemento arquitetônico, ordenando metodicamente tais espaços urbanos de modo a adequá-los à proposta monumental (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

Entretanto, na América do Norte, os parques têm a rigidez retilínea do barroco francês suavizada ao empregar “[...] ondulações românticas do paisagismo urbano que derivam da tradição do jardim inglês e da experiência mais imediata dos

parques urbanos projetados por Olmsted.”¹¹² (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 227). O movimento *City Beautiful* buscou a integração dos parques e da cidade por meio da arborização de avenidas e boulevards, conectando a transição entre a cidade e paisagens recreacionais (KOSTOF; TOBIAS, 2017). No Departamento do Alto Juruá

A execução do projeto de uma cidade moderna, cheia de jardins, parques e avenidas, que lhe dão uns tons de beleza ideal, preenchendo todas as exigências da higiene e da estética, satisfará todas as condições necessárias para suavizar as asperidade do clima, de modo a tornar-se uma guarida confortável e amena aos seus habitantes e aqueles que procuram o descanso material nos variados gosos de espirito. (BERREDO, 1906, p. 1)

Na análise da zona urbana do projeto, as praças aparecem como espaços públicos envolvidos pelo arruamento em oposição às quadras, destinadas à propriedade privada. Embora as ruas sejam elas mesmas um espaço público, elas atuam como conexão entre os outros atributos do portador, fato que é confirmado pelo design que emprega duas linhas paralelas, que indicam movimento e conexão. As praças e parques, por sua vez, possuem uma identidade ligada a destino, encontro ou permanência (KOSTOF; CASTILLO, 2005; KRESS; LEEUWEN, 2010).

Sobre as formas geométricas comumente utilizadas em textos analíticos, as mais comuns são o círculo, o quadrado e o triângulo. “Na sociedade ocidental contemporânea, quadrados e retângulos são formas derivadas da construção humana, do mecânico, da ordem tecnológica”¹¹³ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 54). Eles podem ser justapostos em padrões geométricos para formar os blocos com os quais o ser humano constrói a sua realidade.

O projeto traz praças e parques com formas geométricas que aludem ao estilo barroco e ao evolucionismo linear, confirmados pela identidade dada a eles pelos nomes de celebridades e datas vinculadas ao governo monárquico e republicano. Por outro lado, dentro de uma orientação de codificação naturalística, a reta e o quadrado são tidos como uma criação humana de cunho racionalista. As formas sinuosas inseridas como atributos em processos analíticos embutidos de alguns parques e

112 [...] *romantic undulations of urban landscaping wick derived from the tradition of the English garden and the more immediate experience of Olmstedian urban parks.*

113 *In contemporary Western society, squares and rectangles are the elements of the mechanical, technological order, of the world of human construction.*

praças fazem alusão ao orgânico, a modelos naturais. Tais formas flertam com a ideologia romântica inaugurada por Rousseau, que no urbanismo se manifesta como contraposição ao modelo industrial. Entretanto, dentro do contexto da planta da cidade do Cruzeiro do Sul, essa sinuosidade orgânica não permeia toda a planta, mas aparece ordenada dentro da segurança dos parques e praças que, por sua vez, são delineados pelo arruamento.

Ainda, o discurso científico iluminista é contemplado mais uma vez quando coloca as escolas, a biblioteca, o museu, o jardim zoológico e o observatório astronômico como atributos do projeto da cidade (AZEVEDO, 1906c). Nessa linha, viajantes naturalistas que percorreram e analisaram os fatos amazônicos também foram incluídos como nomes de ruas. Por outro lado, dentro da ideologia barroca, os museus, além de servirem como coleções naturalísticas e históricas ou simples entretenimento, serviam também como expressão do poder militar ou econômico do governante ao expor os caprichos de conquistas. A seu turno, o zoológico resgata a posse de animais exóticos como expressão de poder dos reis medievais e da antiguidade, ostentando para o público o domínio sobre a Natureza e a superação da selvageria (MUMFORD, 1961). Mas como explicado anteriormente, a ontologia iluminista, como uma igualdade relacional entre os seres humanos, traz a justificativa da inclusão de quatro escolas e a biblioteca na planta da cidade como tentativa de civilização dos habitantes do Departamento. Entretanto, essa igualdade civilizatória é apenas potencial entre esses seres humanos, pois é deslocada no tempo e condicionada a escolarização. A justificativa do Decreto de fundação da biblioteca é esclarecedora:

Considerando necessário ao regimem republicano diffundir a instrucção, por todos os modos e por todas as classes; Considerando que as bibliotecas representam um dos mais proficuos instrumentos da cultura intellectual; Considerando que é dever da Prefeitura reunir numa repartição adequada, além das publicações officiaes do paiz, as obras de escriptores notaveis sobre os diversos conhecimentos humanos e as que respeitam especialmente ás regiões Amazonicas; [...] (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1906h)

Por sua vez, estruturas vinculadas à Administração Pública nomeadas no projeto como “Posto Fiscal”, “Palácio da Prefeitura”, “Fórum”, “Dependências da Prefeitura”, “Quartel” e “Cadeia” são representados como atributos do portador e, mais

uma vez, trazem a metafísica hierárquica do governo como expressões do poder republicano e agentes da civilização. A presença do “Posto Fiscal” como um atributo do projeto se relaciona diretamente com os discursos militares de posse do território, discutidos acima. O tratamento desses participantes representados como atributos específicos invés de embutidos em um só demonstra o afastamento da concentração do poder em uma só pessoa ou instituição e evidenciam a ordem iluminista de separação dos poderes que deve ser seguida no território do Departamento, onde se reserva um espaço específico para os recalcitrantes. Embora a expressão “Palácio” seja uma clara alusão ao absolutismo, o “Fórum” traz o império da lei geral e abstrata sobre a força física primitiva que, junto com a concepção da temporalidade linear somada à Natureza relacional igualitária, transformam a concepção Hobbesiana para afastar a ideologia barroca e inaugurar a República na cidade do Cruzeiro do Sul.

Também integram o processo analítico do projeto o “Mercado” e o “Matadouro”. Esses dois participantes fazem parte do cenário urbano desde a antiguidade, quando compunham a *agora* grega e o *forum* romano. Durante a Idade Média, o mercado também era uma estrutura de prestígio na cidade, ocupando com frequência os melhores lotes ao redor da praça. Esse participante, como parte da cidade do Cruzeiro do Sul, tem a sua atividade regulada e controlada pelo governo da Prefeitura do Departamento. Essa submissão transparece na necessidade de licença imposta pelo Código de Posturas, quando exige dos comerciantes a padronização dos pesos e medidas utilizados e obrigatoriedade de adoção do sistema métrico decimal (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1905b). Mais ainda, nota-se que o mercado e o matadouro aparecem destacados entre si dentro do portador, apontando para uma especialização de cunho higienista que separa o comércio do abate de animais:

Art. 6. Fica proibido matar e esquartejar, fora do matadouro, o gado que se destinar ao consumo publico. [...]

Art. 8. Nos talhos usar-se-ão balanças de metal, bancas de pedra ou de madeira coberta de zinco, serrotes próprios para cortar ossos e facas de lamina não inferior a 30 centímetros, vestindo o açougueiro um avental que o cubra do pescoço aos joelhos. [...] (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1905b)

Entretanto, “O comércio foi a preocupação econômica central das cidades até a Revolução Industrial; após, a manufatura e atividades de serviços se tornaram

gradativamente importantes, e a natureza do distrito de negócios mudou radicalmente.”¹¹⁴ (KOSTOF; CASTILLO, 2005, p. 92). Nesse sentido, é possível observar o tom corporativo e industrial que cerca o projeto da cidade do Cruzeiro do Sul quando a usina de eletricidade surge como seu atributo e é tida como a obra-prima do prefeito Thaumaturgo, trazendo discursos modernos do domínio humano sobre a Natureza.

Dentro da contextualização elaborada por Mumford (1961), a religião é um dos pilares da formação das cidades na história da humanidade e também está presente no projeto da planta da cidade do Cruzeiro do Sul. Os atributos nominados de “Egreja Nossa Senhora da Glória”, “Cemitério” e “Hospital” integram esses discursos e são estruturas urbanas ligadas à prática discursiva cristã. O cemitério está intimamente ligado à temporalidade linear e a salvação em um tempo futuro. A igreja relaciona-se à evangelização do presente da planta e o hospital com a prática da caridade e auxílio aos enfermos. Nessa linha, a presença de uma cruz no plano da cidade é digno de nota:

Da margem do Juruá parte, na direção NNW, acompanhando o riacho Cruzeiro, o boulevard Thaumaturgo, que divide a cidade em dois grandes bairros quasi simétricos, terminando no Horto Botânico, em frente à cúpula do Museu Acreano. Este vasto logradouro público, depois de canalizado o riacho adornado de jardins e ladeado de prédios elegantes, vai ser o centro recreativo da cidade. Cruzando-se ortogonalmente com este boulevard, no parque Barão do Rio Branco, a Avenida Affonso Penna forma os braços de um imenso cruzeiro, estendido sobre a cidade em feliz coincidência entre o traçado desta, o seu nome e a configuração da medalha, que lembrará eternamente o facto da sua fundação. (BERREDO, 1906, p. 1)

É, de fato, a cidade do Cruzeiro do Sul:

¹¹⁴ *Trade was the central economic concern of cities only until the Industrial Revolution; thereafter, manufacturing and service activities become increasingly important, and the nature of the business district changes radically.*

Figura 52 – O Metacruzeiro



Fonte: Adaptado de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Nesse ponto é interessante realizar um diálogo com o cabeçalho da planta, no excerto “Planta da cidade do Cruzeiro do Sul”, que estabelece uma relação de posse entre a planta da cidade e o Cruzeiro do Sul, pela contração ‘do’ (de+o). A forma do Cruzeiro faz referência à religião cristã católica, fé professada pelos portugueses, que tinham na cruz um símbolo de suas epistemes. Mais ainda, o nome Cruzeiro remete ao período das navegações renascentistas que levaram ao ‘descobrimento do Brasil’ pelos europeus do hemisfério norte, onde esta constelação aparece apenas para os observadores localizados no hemisfério sul da esfera terrestre. No projeto da cidade, essa referência ao hemisfério sul também traz a ideia da expansão ultramarina do Império Português por todo o globo que, conforme elaborado anteriormente, tinha a religião cristã como um dos fundamentos da empreitada. Como exemplo, recorda-se

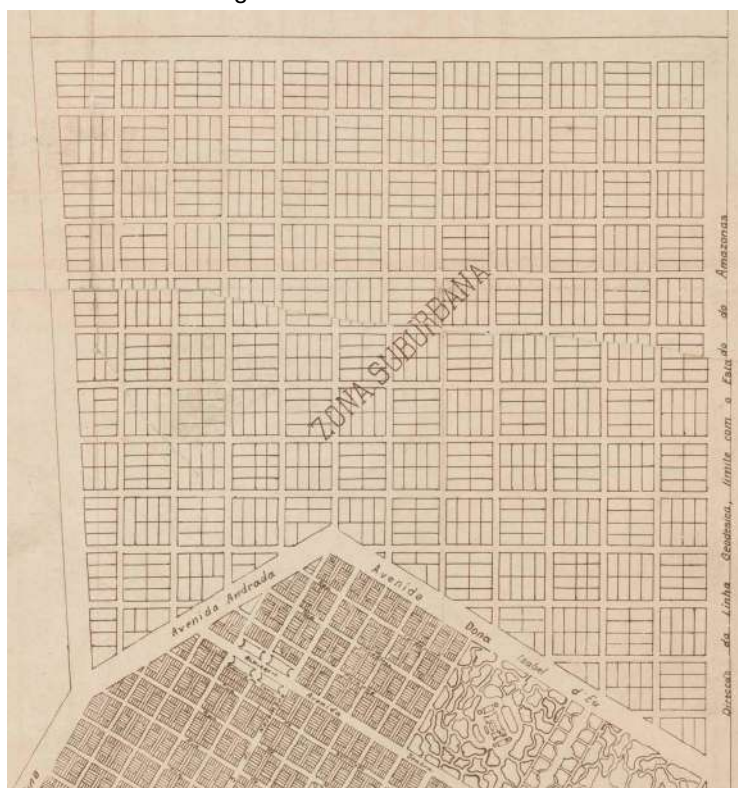
que um dos nomes dados ao Brasil pelos portugueses foi o de Terra de Santa Cruz. Por fim, o Cruzeiro do Sul é a constelação representada na bandeira adotada pelo governo republicano e essa relação que coloca a cidade como uma posse do Cruzeiro traz também os discursos científicos e os discursos militares que envolviam a disputa territorial do espaço ocupado pela cidade, tanto com a Bolívia como com o Peru e com as populações indígenas.

Da análise da zona urbana, vê-se que o modo escrita do cabeçalho da planta traz um processo relacional que coloca a cidade como uma posse do Cruzeiro, afirmação alinhada com os discursos republicanos e militares e seus processos taxonômicos. Por outro lado, o projeto da cidade tem o Cruzeiro como um atributo seu. Dessa maneira, a determinação desse Cruzeiro pelo arruamento abraça ao mesmo tempo a religião e a república, que agora fazem parte desse novo arranjo. Contudo, a disjunção entre o governo e a religião fica evidente nas escolhas de design, que separam esses atributos no texto. Desse modo, os participantes que representam a religião e o governo político aparecem desunidos no projeto, em acordo com o discurso iluminista: “A Religião agora é um problema de consciência, não de lei.”¹¹⁵ (KOSTOF; CASTILLO, 2005, p. 91). Até mesmo a cidade dos mortos, que tem uma ascendência metafísica, ganha ares higienistas nas regulamentações do atributo “Cemiterio” pelo Código de Posturas da cidade (DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ, 1906h). Conforme evidenciado acima, no governo republicano, a religião passa de fundamento a instrumento das ideologias civilizatórias.

Avançando para o próximo participante do projeto, a “Zona Suburbana” surge separada da zona urbana acima analisada, emoldurada pelo arruamento. Ela se manifesta por meio dos modos desenho e escrita e tem como atributos apenas as ruas, as avenidas, as quadras e os lotes respectivos. Nota-se que, diferentemente da zona urbana, as suas ruas não foram identificadas com alusão a pessoas, tempos e espaços:

115 *Religion is now a matter of conscience, not of law.*

Figura 53 – Zona Suburbana



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Na Europa e nos Estados Unidos, o subúrbio surge como uma reação à decadência urbana promovida pela revolução industrial, e se caracteriza por um espaço com terrenos mais amplos, baixa densidade de habitações e fachadas que se voltam para o espaço privado do interior do lote. Essa prática discursiva também promovia uma segregação econômica, pois dada a especulação imobiliária, os subúrbios eram planejados para aqueles que podiam pagar por ele. Nesses planejamentos, a densidade mecânica e insensível do urbano industrial é valorada negativamente, de modo que quintais e praças ganham um espaço verde com a finalidade de recobrir um imaginário rural subtraído pela urbe (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

No presente brasileiro, a palavra subúrbio está relacionada a zonas urbanas periféricas, que denotam uma segregação econômica em desfavor do mais pobres, em termos monetários. Entretanto, esse sentido surge somente após as intervenções urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro por Pereira Passos, entre os anos de

1902 e 1906, que demoliu os cortiços da região central da cidade, expulsando os seus habitantes mais pobres para a zona suburbana.

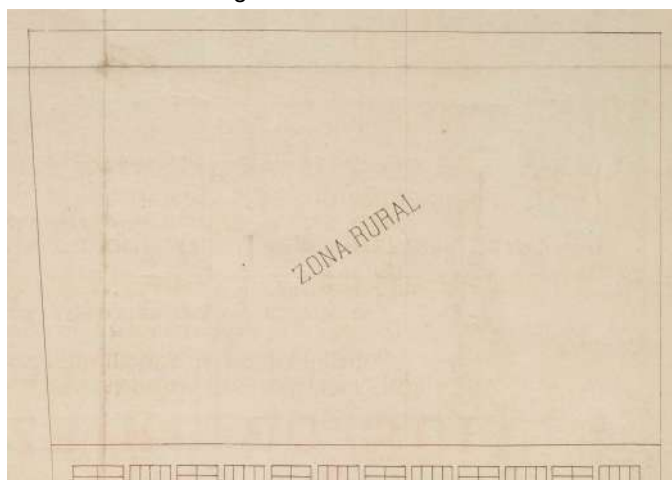
Desde 1870, aproximadamente, o Rio de Janeiro enfrentava uma crise de habitação, vivenciando um grande adensamento populacional no centro da cidade. A caminhada em direção aos subúrbios da zona norte teve início no século XIX, inicialmente com a edificação de chalés e casas de campo ou veraneio. [...]

No entanto nos dez primeiros anos do século XX ainda é possível falar em um subúrbio com predominância de letrados e ocupações que variavam de funcionários públicos e militares de baixa e média patente a profissionais liberais e prestadores de serviços. (MOREIRA, 2013, p. 45–47)

Desse modo, o compromisso ontológico assumido pelos articuladores concebe a zona suburbana como parte da cidade do Cruzeiro do Sul, mas separada da zona urbana e da zona rural. Para tanto, são invocados discursos românticos do resgate de uma natureza primitiva, agora valorada de maneira positiva, ao mesmo tempo em que adere à separação da residência e do local de trabalho vinculados ao reducionismo científico-industrial da cidade corporativa. É possível afirmar, portanto, que a planta da cidade traz uma concepção romântica de subúrbio aderente ao seu contexto histórico-social.

A “Zona Rural” também aparece destacada das zonas urbana e suburbana na planta da cidade. Os modos eleitos para a sua representação são o desenho e a escrita. Entretanto, ao contrário dos participantes representados analisados anteriormente, a zona rural não possui atributos ou outros processos embutidos.

Figura 54 – Zona Rural



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

A disposição espacial das legendas de maneira oblíqua sobre os participantes zoneados traz a ideia de movimento, demonstrando que elas nomeiam todos os atributos do respectivo emolduramento. Também é possível realizar uma leitura transformacional dessas legendas, socorrendo-se mais uma vez da gramática funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Elas podem ser lidas como ‘Zonas da cidade do Cruzeiro do Sul’, leitura que invoca um processo relacional em que elas são definidas como posses da cidade, em uma relação de possuidor e possuído. O processo relacional da gramática da escrita é semelhante ao processo analítico do design espacial e, desse modo, pode-se afirmar que há aqui um compromisso ontológico dos articuladores que, embora traga esses participantes de modo especializado, os têm como partes integrantes da cidade.

Por fim, o quarto e o quinto participantes do arranjo do projeto são “os levantamentos dos rios Juruá e Môa” e os seringais lindeiros ao projeto da cidade.

Figura 55 – Levantamento dos rios Juruá e Môa



Fonte: Adaptado de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Ele é articulado por meio dos modos desenho e escrita e atua como uma moldura que envolve as zonas do projeto. O modo escrita atende a questões de identidade, respondendo às perguntas ‘quem?’ ou ‘o quê?’. O modo desenho também responde às perguntas anteriores, mas no que diz respeito a questões topográficas, responde também à pergunta ‘onde?’. Dialogando-se com o participante cabeçalho, que coloca esse levantamento cartográfico como uma circunstância lateral da planta da cidade, fica clara a posição ontológica dos articuladores de que os atributos desse levantamento não são parte dela. Entretanto, ao contrário da zona rural, esse participante possui processos embutidos em uma relação analítica de parte-todo. Além dos rios Juruá e Môa, estão representadas as edificações das sedes dos seringais “Olivença”, “Harmonia”, “Independência”, “Invencível” e “Nova Residência”. Há também referência ao “Paraná Três Bocas”, a um lago e ao “Lago de São João” como atributos desse levantamento cartográfico. Além desses processos analíticos, há um processo narrativo representado por vetores nos rios que designa um evento caracterizado pela direção de sua correnteza.

Mais uma vez, a precisão topográfica invoca os discursos da certeza científica. Os discursos militares estão presentes na localização geográfica do projeto da cidade, assentado na confluência do rio Môa com o rio Juruá, como transformação da episteme portuguesa de controle do território e da navegação. A referência às sedes dos seringais, ao mesmo tempo que também invoca os discursos militares de posse do território por brasileiros e a legitimação do *uti possidetis*, também recorda o discurso científico-industrial capitalista da extração da borracha, motivação última da presença brasileira naquelas circunstâncias. Interessante notar que, diferente da cidade, a disposição das edificações dos seringais não é ordenada por um arruamento retilíneo, mas segue a curva do rio, remetendo a outras epistemes diferentes da ortogonalidade urbana.

Por fim, dentro da metafunção ideacional, é possível afirmar que a predominância do processo analítico no design do arranjo da planta da cidade está de acordo com a epistemologia científica reducionista e industrial que traz uma concepção especializada de cidade. Cada parte dela tem uma função específica para

desempenhar, tal qual as engrenagens de uma máquina. Diferente do mecanicismo, porém, essas partes aparecem no design como portadoras de seus próprios atributos, deixando transparecer a concepção de uma Natureza relacional que as coloca como causas e efeitos recíprocos.

Os interesses dos produtores também ficam claros diante dos compromissos ontológicos e epistemológicos dos discursos que guiam a seleção dos atributos daquilo que eles consideram como parte da cidade, bem como daquilo que é relevante para a planta. De acordo com esses interesses, as relações de poder e solidariedade se manifestam dentro dos processos ideacionais invocados no design da planta. A presença de atributos relacionados às funções político-administrativas demonstra a relação de poder que é exercida pela Capital em todo o Departamento do Alto Juruá. O maior número de atributos na zona urbana que nas zonas suburbana e rural demonstra o interesse dos articuladores e indica de onde emana esse poder político-administrativo, ao mesmo tempo em que afirma uma menor solidariedade em relação aos demais participantes representados. As ontologias e epistemologias ligadas à floresta, aos povos indígenas, às suas aldeias, aos seringueiros, às suas barracas, aos caminhos sinuosos e às estradas de seringa não ganham espaço no design da planta e muito menos figuram dentro dos atributos daquilo que se compreende como uma cidade. Por outro lado, essas escolhas evidenciam uma fraquíssima solidariedade com esses outros atores que também compunham o tecido sociossemiótico daquele tempo. Nessa mesma linha, a ausência de muros como um atributo da cidade, invés de indicar uma relação de abertura e solidariedade da cidade para com a floresta e todos os seus atributos, sugere uma relação de poder que coloca a cidade e a floresta como possuindo uma mesma Natureza em oposição temporal. Essa mesma oposição temporal evolucionista pode ser observada pela escolha que separa o levantamento hidrográfico da planta e o projeto da cidade.

Sem considerar a análise exaurida, somente a metafunção ideacional não abrange toda a carga semântica que envolve outras circunstâncias do texto. Passa-se, portanto, ao estudo da metafunção interpessoal.

3.2.2 A planta e a metafunção interpessoal

A planta da cidade do Cruzeiro do Sul é um texto em que os participantes interativos não estão presentes no momento de sua articulação. Por isso, há uma eleição, pelo articulador, de um modelo específico de intérprete que guia as escolhas da produção desse arranjo. Mais ainda, as relações sociais existentes entre eles, sob o ponto de vista do articulador, também são representadas nesse texto. Assim, a metafunção interpessoal possui como escopo a relação social que existe entre os participantes interativos entre si, o articulador e o intérprete, entre os participantes representados dentro do texto e entre estes e os participantes interativos. Para tanto, faz-se uso dos sistemas dos **atos de imagem**, que tratam da oferta e demanda de informação, bens ou serviços, bem como dos sistemas de **enquadramento** que levam em conta relações de proximidade e distância social, do **ângulo horizontal** que trata das relações de envolvimento e distanciamento social e do **ângulo vertical**, que trata de relações de poder e submissão. Os **sistemas de modalidade** também integram a metafunção interpessoal, pois dizem respeito àquilo que é afirmado como verdade no texto pelo articulador e que deve ser tomado como tal pelo intérprete.

Nesse estrato, a análise será iniciada pela moldura da planta com o propósito de retomada e aprofundamento dos recursos semióticos da gramática do design visual que dizem respeito a esta metafunção, para então partir para os outros participantes representados. Na moldura, a maioria das fotografias e os desenhos não possuem seres humanos representados e, por isso, não permitem sua análise dentro do sistema de atos de imagem. Por outro lado, duas delas possuem seres humanos como participantes representados e os respectivos atos de imagem devem ser analisados.

Em imagens, quando o participante representado lança um olhar diretamente na direção do receptor, forma-se um vetor que os conectam. O olhar de uma pessoa ou outro ser em uma representação busca a formação de uma relação com o receptor. E daí se infere que o articulador se comunica com o intérprete por meio dela. A primeira função do olhar é se dirigir diretamente ao receptor. A segunda é se constituir em **ato de imagem**, com a função de fazer algo com o receptor. Seguindo Halliday, Kress e

Leeuwen (2010) chamam este tipo de imagem de **demanda**. O olhar da imagem demanda que o receptor se envolva em algum tipo de relação social com a imagem. Um sorriso, por exemplo, demanda uma interação de afinidade com o participante representado. Como consequência, esse recurso define quem é o receptor e o seu lugar, excluindo outros. Por sua vez, as imagens, com participantes representados humanos ou semelhantes, classificadas como **oferta** são aquelas que **não** possuem o olhar como vetor dirigido ao receptor. Trata-se de uma oferta de informação, contemplação, impessoalidade. Uma vitrine onde o participante representado desconhece o olhar do intérprete e este acredita que o participante desconhece o seu olhar (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A distinção entre oferta e demanda tem origem na Renascença, quando se iniciou a representação naturalística dos sujeitos como uma maneira de dizer 'eu' em imagens de autorretratos. Portanto, é possível relacionar as imagens de oferta com o pronome 'eu'. Por outro lado, imagens de demanda guardam simetria com o pronome 'você' na linguagem em razão de sua direção direta para o receptor da mensagem. Não há um 'eu' nessa imagem. A diferença na escolha por imagens de demanda ou de oferta representa uma escolha sobre quais pessoas merecem um envolvimento (e de que tipo) e quais não (KRESS; LEEUWEN, 2010). Pensando nas imagens da moldura da planta, não é possível distinguir o olhar dos participantes representados como vetores que demandem uma interação social do intérprete. Portanto, elas estão mais próximas de serem classificadas como imagens de oferta que de demanda e, no caso da moldura, todas as fotografias criam, sob esse aspecto, uma relação impessoal. Elas apresentam a informação de maneira declarativa em estreito vínculo com as legendas, que indicam que "isto é uma parte da cidade", sem a necessidade de intervenção do intérprete.

Ainda dentro do sentido interativo das imagens, há mais uma escolha que o produtor deve realizar que está relacionada ao tamanho do enquadramento ou moldura, que diz respeito à distância entre o intérprete e os participantes representados. A literatura que trata da produção cinematográfica relaciona o tamanho da moldura em relação às partes do corpo humano que aparecem na imagem. O enquadramento próximo

convencionalmente retrata o rosto e os ombros da pessoa. O enquadramento médio retrata todo o corpo do sujeito. No distante, o sujeito ocupa metade da altura da moldura (KRESS; LEEUWEN, 2010).

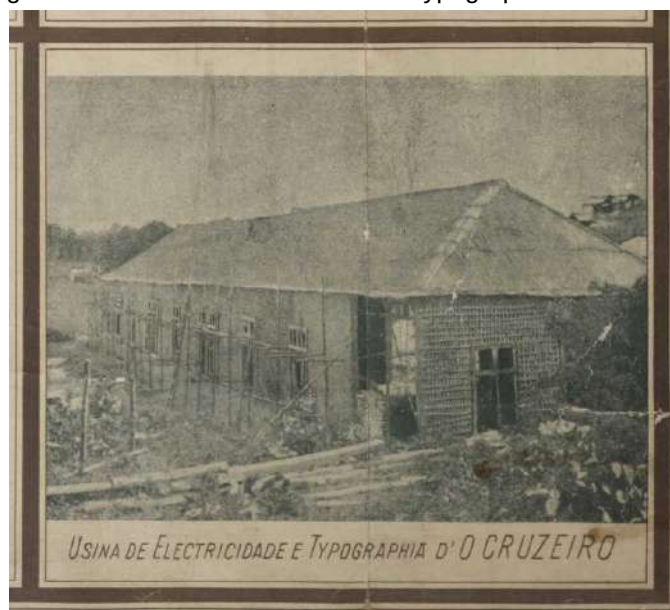
O cotidiano também determina a distância entre os participantes interativos em relações sociais específicas. Tais distâncias guardam parâmetro com as potencialidades sensoriais dos sujeitos como o cheiro, o toque e o campo de visão. A **distância pessoal próxima** é aquela onde os participantes podem tocar um ao outro. Se a intimidade não é recíproca, a distância pode ser compreendida como um ato invasivo. A **distância pessoal afastada** vai até o toque pela ponta dos dedos entre os participantes com os braços estendidos. A **distância social média** traz elementos de formalidade e impessoalidade para a interação. A **distância pública** é aquela afeta a estranhos que assim devem permanecer. Essas distâncias correspondem a diferentes campos de visão relacionados aos enquadramentos que derivam da proxêmica das interações cotidianas. As distâncias que as pessoas mantêm umas das outras dependem, portanto, da relação social que elas mantêm entre si e o contexto onde a ação é performada (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A proxêmica se relaciona diretamente com o enquadramento das imagens. Quanto mais próximo o enquadramento, maior a intimidade que o produtor busca promover por meio da relação imaginária entre o participante representado e o receptor. A distância remete a impessoalidade, formalidade ou respeito. O sistema da distância social também se aplica à representação de objetos, edificações ou do ambiente. A referência deixa de ser o corpo humano, mas o tamanho do próprio objeto. Seu enquadramento definirá a relação social entre o receptor e o objeto representado. Pensando em edificações, quando somente uma parte do prédio está representada, como se o receptor estivesse por entrar nele, se remete à ideia de interação. O enquadramento médio traz a edificação por completo, sem os elementos de seu entorno. A distância longa traz a ideia de separação, como se o prédio estivesse sendo contemplado respeitosamente por fora de suas fronteiras (KRESS; LEEUWEN, 2010).

As fotografias da moldura que possuem uma especialização na legenda, em sua maioria, aproximam o enquadramento para uma distância média, de maneira que a

edificação apontada pelo modo escrita ocupa todo o espaço e o entorno não é retratado. Tratam-se das edificações construídas pela prefeitura do Departamento. Essa escolha não permite afirmar que os articuladores colocam o intérprete em uma relação de intimidade com os prédios retratados, mas em uma impessoalidade transeunte de um passante desapeadamente curioso – um cão sem dono que é reconhecido, mas não é tocado, não é convidado a entrar.

Figura 56 – Usina de Electricidade e Typographia d'O Cruzeiro



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Por sua vez, a maior parte das fotografias e, em especial, aquelas que tem como legenda apenas “uma parte da cidade” mostram diversas edificações a uma distância que permite a visualização de todo o seu entorno, caracterizando um enquadramento longo.

Figura 57 – Uma parte da cidade



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Elas retratam edificações já acabadas e algumas em andamento, bem como edificações com telhado de metal e também de palha. Esse entorno abrange, além das edificações no primeiro plano, outras construções, ruas ou caminhos e uma vegetação rala que não pode ser chamada de floresta. Esta aparece sempre no plano mais distante da imagem, delimitando o cenário. De fato, esse enquadramento posiciona o intérprete de modo a mirar a cidade a partir de suas fronteiras, em uma postura de distanciamento social e não de uma visualização íntima. O distanciamento da floresta é ainda maior.

Por outro lado, a fotografia do “Igarapé do Cruzeiro” o retrata no período da estiagem e traz no primeiro plano o próprio igarapé, troncos, paus e o que parece ser uma canoa, ali trazidos pelas suas águas no período da cheia.

Figura 58 – Igarapé do Cruzeiro



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

A proximidade com que os troncos e paus foram retratados no primeiro plano traz uma ideia de intimidade e proximidade com esses participantes representados. Entretanto, como todo o entorno do igarapé é abrangido pelo enquadramento, pode-se afirmar que se trata de um enquadramento longo. A pessoa representada, por sua vez, também aparece em um enquadramento longo que, aliada a sua postura de oferta de informação, traz uma redundância na mensagem de impessoalidade e distanciamento social deste participante com o intérprete.

Os desenhos geométricos, do mesmo modo, têm um enquadramento em distância média, que os retratam por inteiro, mas sem detalhes ou contexto. Também apontam para um distanciamento social objetivo, impessoal.

As relações entre os participantes representados e os intérpretes da mensagem, além de se dar por meio da escolha entre 'oferta' e 'demanda' e o tamanho do enquadramento, também ocorrem durante a escolha da perspectiva, do ângulo de visão. Ela possibilita a expressão de atitudes subjetivas, comumente socialmente determinadas, em relação aos participantes representados. O estilo pré-renascença posicionava o receptor valendo-se da estrutura interna do prédio onde a imagem era exibida. A sintaxe dessa imagem era integrada com os demais elementos semióticos de

seu entorno e as respectivas relações sociais. Ela não tinha uma relação direta com o observador. O observador possuía um ponto de vista livre em relação ao objeto, que se dava sob uma rígida ordem social. A perspectiva teve seu advento na Renascença, como meio de expressar os valores sociais de individualidade e subjetividade, permitindo às imagens expressarem pontos de vista subjetivos. Como resultado, a representação tornou-se autônoma em relação ao seu entorno, móvel. Passou-se a utilizar molduras para acentuar essa divisão, como janelas para uma outra realidade guiada por um modelo geométrico de representação que retira do observador a liberdade do ponto de vista. Aquilo que é representado somente pode ser observado daquele ponto de vista predefinido e, por isso, os textos que utilizam a perspectiva como um recurso semiótico são chamadas de representações subjetivas. O intérprete está sujeito à escolha do articulador (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Pode-se afirmar que as fotografias da moldura são exemplos de imagens subjetivas, pois fazem uso da perspectiva quando apresentam um ponto de vista definido pelo articulador. Resta ao intérprete a concordância ou discordância com a mensagem. Os desenhos intercalados na moldura da planta, a seu turno, não fazem uso desse recurso semiótico e são classificados como imagens objetivas.

Ainda, a representação perspectiva necessita do emprego da convergência de linhas paralelas na imagem. O ponto de convergência formado pelo prolongamento dessas linhas é chamado de 'ponto de fuga'. Quando o ponto de fuga se localiza dentro da fronteira vertical da imagem diz-se que o ângulo do observador é frontal. Quando está fora, o ângulo é oblíquo. A posição desse **ângulo horizontal** na representação é eleito pelo produtor no momento da elaboração da imagem e determina a posição do observador em relação à representação. O posicionamento do plano frontal do observador com o plano frontal dos participantes representados (ponto de fuga dentro dos limites verticais da imagem) remete a uma relação de envolvimento direto entre eles. Ao contrário, um ângulo oblíquo entre os planos dos participantes (ponto de fuga fora dos limites verticais da imagem) remete a uma relação de distanciamento entre o produtor e os participantes representados. Portanto, é o ângulo horizontal que posiciona

o observador em uma relação de envolvimento/solidariedade ou não com a representação (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Ângulos verticais também são uma forma de expressão visual. A teoria cinematográfica costuma definir um ponto de vista superior como uma diminuição do objeto representado. A seu turno, um ponto de vista inferior o exalta. Entretanto, há a necessidade de integrar os participantes interativos nessa relação. Assim, um ângulo inferior coloca os participantes interativos em uma posição de submissão em relação aos participantes representados. Um ângulo superior coloca os participantes interativos em posição de poder sobre a representação. Se os participantes representados se encontram ao nível dos olhos dos participantes interativos, a relação é de igualdade (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A maior parte das fotografias da moldura possuem ângulos horizontais oblíquos, que colocam o intérprete em uma posição de não solidariedade ou não envolvimento direto com as representações da cidade do Cruzeiro do Sul. Por sua vez, o ângulo vertical coloca o observador em uma posição elevada em relação aos participantes representados, estabelecendo uma relação onde o poder está com o intérprete, que contempla a cidade de cima para baixo. A combinação desses ângulos perspectivos com a distância dos enquadramentos permitem a interpretação de que os produtores colocam o intérprete em uma relação de superioridade desinteressada com o cenário urbano retratado.

Entretanto, duas das fotografias colocam o participante interativo em uma relação de inferioridade com os participantes representados. São as duas representações que possuem os sistemas de atos de imagem em razão da presença de seres humanos como participantes representados. Uma delas é a fotografia do “Igarapé do Cruzeiro”, que possui um ângulo horizontal frontal explícito, convidando a um envolvimento direto com os participantes representados. O curso d’água e os troncos estão claramente colocados em um ângulo inferior ao do observador, que sobre eles mantém uma relação de poder. Entretanto, o cenário no qual o intérprete está inserido coloca as margens dos barrancos do igarapé em um ângulo superior, lembrando o observador da força das águas da estação chuvosa amazônica. A pessoa representada

na imagem também é colocada em uma relação de poder sobre o intérprete em razão do ângulo vertical. Nota-se que ela está em um ângulo horizontal oblíquo, em uma postura não recíproca de envolvimento com participante interativo. Por outro lado, esse participante que veste roupas urbanas, está voltado para o igarapé em uma posição de poder decorrente de seu ângulo superior. Conclui-se que a fotografia traz uma redundância na relação de submissão da Natureza pelo ser humano, tanto no que diz respeito ao intérprete, como à pessoa representada.

A outra fotografia que possui o sistema de atos de imagem é aquela que retrata o “Fórum” a “Biblioteca Escola” e o “Depósito da Prefeitura”.

Figura 59 – Fórum e Biblioteca Escola e Depósito da Prefeitura



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Nela, o enquadramento médio e ângulo horizontal levemente oblíquo trazem uma postura de envolvimento público ou solidariedade distante com as pessoas e os prédios na posição de poder. A postura solene das pessoas nas fotografias também aponta para uma não intimidade com o observador. Por outro lado, elas são retratadas em uma posição de envolvimento próximo entre elas mesmas e com a edificação, pois são abrigadas por ela. É interessante notar a coincidência do enquadramento da imagem com a sua legenda, que individualiza prédios públicos que se encontram incluídos dentro da estrutura administrativa do Departamento do Juruá e que têm a

finalidade de conformar as relações sociais a eles afetas, permitindo a interpretação de que as pessoas ali representadas são as que desempenham tais funções.

Por sua vez, os desenhos da moldura, embora sejam classificados como imagens objetivas, também fazem uso dos ângulos vertical e horizontal de maneira ambígua. Eles permitem a interpretação que coloca o intérprete em uma relação de envolvimento direto em seu grau máximo quando encarando a representação de frente, ou em uma posição de poder máximo, mirando a representação de cima. Essas possibilidades ganham força quando somadas a outros sistemas da gramática visual bem como as relações com outros participantes representados, analisados adiante.

O último sistema ligado à metafunção interpessoal é o da **modalidade**, que diz respeito aos graus de verdade daquilo que é afirmado no texto pelos produtores, de acordo com seus interesses e valores. Segue que cada grupo social constrói o seu próprio 'realismo', "[...] como um efeito das complexas práticas que definem e constituem aquele grupo."¹¹⁶ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 158). Por isso, cada realismo possui a sua própria concepção de naturalismo, um conjunto de critérios tidos como os mais aptos para a representação dessa realidade. Levando em consideração a visão como o sentido preponderante, o realismo visual com o qual a modalidade das imagens é medido toma por base aquilo que se entende por 'fotorrealismo'. Isso porque

[...] o critério dominante para aquilo que é real e para aquilo que não é se baseia na aparência dos objetos, em quanta correspondência existe entre aquilo que nós podemos normalmente ver de um objeto, em um cenário concreto e específico, e aquilo que podemos ver dele em uma representação visual [...].¹¹⁷ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 159)

Portanto, a modalidade será decodificada levando em consideração a nitidez do foco, o matiz, a saturação e a luminosidade das cores, a profundidade, a contextualização, etc. Aquelas representações que possuem a maior proximidade com o fotorrealismo terão o maior valor de modalidade.

Os desenhos geométricos da moldura, dentro de um marcador de modalidade naturalística, são identificados apenas com uma linha, não apresentam

116 [...] as an effect of the complex of practices which define and constitute that group.

117 [...] the dominant criterion for what is real and what is not is based on the appearance of things, on how much correspondence there is between what we can 'normally' see of an object, in a concrete and specific setting, and what we can see of it in a visual representation [...].

cenário ou uma subjetividade perspectiva e, portanto, assumem uma fraca conexão com a realidade que afirmam.

Por sua vez, as fotografias da moldura da planta, por retratarem a realidade como ela é no momento de sua produção, guardam um alto valor de modalidade naturalística. Elas tem a capacidade de colocar o intérprete em uma posição muito próxima do ponto de vista do produtor. Por mais que elas não retratem as cores, as fotografias em preto e branco eram aquilo que se tinha como mais moderno à época do texto para a produção de imagens naturalísticas. Desse modo, pode-se dizer que as fotografias da moldura afirmam que aquilo que representam é a realidade. E essa conclusão está de acordo com a análise transformacional das orações das legendas que declaram que, no tempo presente, 'isto é uma parte da cidade do Cruzeiro do Sul'. Relacionando-se a forte modalidade das fotografias da moldura aos demais sistemas interpessoais, pode-se concluir que elas afirmam que esta é a cidade do Cruzeiro do Sul no presente, naquele momento em que o texto foi produzido, onde o intérprete a contempla à distância, sem envolvimento e em uma posição de poder. Do mesmo modo, as pessoas retratadas são mantidas a uma distância pública, mas em posição de poder e com maior envolvimento em relação ao intérprete.

Retomando a premissa de que os produtores realizam as escolhas do arranjo baseadas em seus interesses que, por sua vez, advém de relações de poder e solidariedade, é possível afirmar que as fotografias da moldura invocam as concepções socialmente construídas da realidade que afirmam a Natureza primitiva como um estado a ser superado pela civilização moderna que, por sua vez, guarda fraca solidariedade com ela. Da mesma maneira, os discursos metafísicos de pertencimento do espaço ao governo republicano brasileiro também são afirmados nas fotografias que trazem um maior envolvimento e proximidade com as representações de prédios públicos de propriedade da administração do Departamento. O envolvimento com o discurso industrial vem à tona com a representação da Usina de Eletricidade.

Passando para o cabeçalho da planta e tendo em mente a sua dimensão espacial, talvez não seja o caso de se pensar no enquadramento e em suas relações de distância ou proximidade social, mas de saliência, o que é abordado na metafunção

textual. Entretanto, há pertinência na análise dos ângulos vertical e horizontal. No caso do modo escrita, há uma ambiguidade na representação desses ângulos, pois tanto é possível afirmar que ele possui um ângulo vertical que ensejaria uma relação de poder do intérprete com este participante, como também é possível defender que se trata de um ângulo horizontal frontal, que estabelece um envolvimento direto do intérprete com o cabeçalho. Relacionando-se as possibilidades com o conteúdo das orações, é mais provável a interpretação que coloca o participante interativo em um ângulo frontal, em uma relação de envolvimento direto, pois o modo escrita introduz e oferece contexto aos demais participantes representados do arranjo, condizente com a sua posição na parte superior da planta, que remete a uma relação de poder, precedência ou ascendência sobre os demais participantes.

Também é possível notar uma relação de poder estabelecida pela disposição vertical dos participantes representados no cabeçalho. O de maior poder é o Departamento do Alto Juruá e o com menor poder são o Engenheiro e o Desenhista. O sistema de análise do ângulo vertical, quando integrado com o processo classificatório taxonômico da metafunção ideacional, demonstra a estrutura hierárquica das relações de poder existentes entre eles. Evidencia-se a ascendência do Departamento do Alto Juruá sobre a Prefeitura e a Diretoria do Comercio. Também fica evidente a ascendência do coronel Thaumaturgo sobre o engenheiro José de Berredo e sobre o desenhista G. Franck.

Dentro da metafunção interpessoal, discutida na subseção 3.3.2, Halliday e Matthiessen (2004) propõe a categoria dos atos de fala, onde o articulador pode oferecer ou demandar informação por meio de orações declarativas ou interrogativas, ou oferecer ou demandar bens e serviços por meio de orações declarativas, interrogativas ou imperativas (FUZER; CABRAL, 2014; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

As orações do cabeçalho trazem interações que apresentam um sentido de troca de informações e apresentam uma função semântica de proposição. Elas não trazem um comando (modo imperativo) ou perguntas (modo interrogativo). São, portanto, orações do modo declarativo, que colocam o intérprete na posição de

destinatário da informação, que pode responder com a concordância, negação ou dúvida (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). A transformação da primeira oração do cabeçalho é pertinente para a análise da metafunção interpessoal:

O Departamento do Alto Juruá apresenta/decreta/traça/estabelece a planta da cidade de Cruzeiro do Sul, com os levantamentos dos rios Juruá e Mõa nas proximidades da mesma cidade.

O sistema de modo é aquele que articula a metafunção interpessoal e é composto pelo sujeito, pelo finito e pelo resíduo. Na referida oração, o sujeito é o grupo nominal “O Departamento do Alto Juruá”. O finito é composto pelo grupo verbal que, por sua vez, expressa o tempo verbal, ou seja, “[...] durante quanto tempo em relação ao momento de enunciação a proposição é válida [...]”, pela modalidade, que expressa “[...] em que medida a proposição é válida [...]”, e pela polaridade, que indica se “[...] a proposição tem validade positiva ou negativa [...]” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 109). Na oração analisada, o finito é “apresenta/decreta/traça/estabelece a planta da cidade de Cruzeiro do Sul”. Nele, a polaridade é positiva, pois há uma afirmação. O tempo verbal no presente do indicativo indica a proximidade da ação descrita com o momento de articulação do texto. Por sua vez, não há marcadores de modalidade, mas a afirmação categórica com acento positivo somada ao tempo verbal do presente do indicativo permite concluir que a modalidade epistêmica afirma que é sempre o caso daquilo que é declarado. Ou seja, que o texto trata da planta da cidade do Cruzeiro do Sul, que é introduzida pelo Departamento do Alto Juruá, em qualquer hipótese.

As demais orações do cabeçalho possuem uma estrutura semelhante, à exceção do tempo verbal, que se apresenta no pretérito perfeito, relacionando acontecimentos passados em relação à articulação da planta. Há a notícia de acontecimentos precedentes à articulação da planta que não demandam nada do intérprete. Apenas oferecem informação. A última oração, que diz respeito à escala topográfica da planta, traz mais uma vez o tempo verbal no presente, incrementando novamente a sua carga declarativa que afirma a contemporaneidade da escala e da planta. Assim, pode-se concluir que o cabeçalho afirma o sentido de que esta é a planta da cidade do Cruzeiro do Sul, sem exceções, que os participantes nominados foram os seus produtores e a relação de proporcionalidade espacial e topográfica da

representação com a realidade fática está estabelecida. Desse modo, os articuladores projetam uma forte modalidade dirigida ao conteúdo do cabeçalho e esperam do intérprete uma total concordância com o sentido daquilo que é afirmado.

Cabe ainda uma interessante constatação da modulação da natureza coercitiva da planta. O fato de ela ser criada por meio de um Decreto expedido pela Prefeitura do Departamento traz a ideia de uma proposta mediante um comando coercitivo inserida em uma relação de poder dos articuladores sobre os intérpretes. No entanto, a forma imperativa não foi eleita pelos produtores do texto. Ao contrário, a planta é apresentada pelo modo oracional declarativo, na forma de uma proposição. Por mais que a função semântica da proposição permita a possibilidade de discordância do intérprete, o aspecto normativo da planta implica um comando. Essa aparente solidariedade com o intérprete na forma de orações declarativas que oferecem uma informação modaliza a proposição da civilização como seu destino inexorável, onde a reação discordante acarreta consequências práticas.

Mais ainda, é interessante notar que, por mais que o Decreto atribua à planta uma natureza normativa geral e abstrata que tem a finalidade de ser aplicada a todas às pessoas igualmente, a eleição do modo escrita restringe dramaticamente o público de possíveis intérpretes do texto dentro do Departamento do Alto Juruá. Esse fato pode ser notado pelo grande número de analfabetos que habitavam no Departamento naquele período, a despeito da preocupação civilizatória do prefeito com a construção de escolas públicas (AZEVEDO, 1906d, 1906c). Portanto, é possível afirmar que a escolha da escrita pode ser compreendida como um signo transparente de solidariedade em direção aos intérpretes letrados e de diminuição dela em desfavor daqueles não versados nas letras. E se for dado um passo adiante, pode-se concluir que a cidade civilizada do Cruzeiro do Sul não é solidária com pessoas analfabetas. Mais ainda, a solidariedade é na direção dos falantes da língua portuguesa, afastando-se do espanhol e das demais línguas ameríndias faladas naquele espaço.

Partindo para o projeto da planta da cidade, ele não possui seres humanos representados e, por isso, não possui o sistema de atos de imagem. Ele se classifica como uma imagem objetiva, por não fazer uso da perspectiva para definir a posição do

intérprete. Por outro lado, os sistemas de distanciamento, de envolvimento e de poder podem ser utilizados nessa categoria de imagens. Elas são comuns em imagens técnicas ou científicas, como diagramas, mapas e gráficos, que tendem a ser representados de duas maneiras básicas: “[...] por um ângulo direto e frontal ou de cima para baixo, em um ângulo perpendicular.”¹¹⁸ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 144). Esses ângulos não deixam de sugerir uma posição para o observador, mas são posições que não abrem espaço para o emprego da perspectiva. A posição frontal ou perpendicular dos participantes representados faz com que a profundidade desapareça (KRESS; LEEUWEN, 2010). Mesmo com essas características em comum, os ângulos referidos possuem uma objetividade diferenciada. “O ângulo frontal é aquele de máximo envolvimento. Ele é orientado em direção a ação.”¹¹⁹ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 145), que por sua vez remete a representações de funcionamento, uso ou elaboração. O ângulo perpendicular de cima para baixo projeta a representação de um conhecimento teórico e objetivo. É o ângulo de máximo poder que “[...] Contempla o mundo de uma posição divina [...]”¹²⁰ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 145).

Pode-se afirmar que o projeto é representado dentro de um enquadramento longo pois, em simetria com o cabeçalho, apresenta os levantamentos dos rios Juruá e Môa, bem como a zona suburbana e a zona rural da cidade. A escolha aponta para uma postura de distanciamento do intérprete daquilo que é representado. Entretanto, ao contrário do cabeçalho que oferece uma postura ambígua entre os ângulos horizontal e vertical, o projeto possui uma natureza topográfica que procura representar em uma imagem elementos espaciais da geografia do Departamento. Desse modo, é possível sustentar que os articuladores lançam mão do ângulo vertical, posicionando o intérprete no grau máximo de poder sobre os participantes representados no projeto. Invés de estar ao alcance das mãos, a representação é colocada aos pés dos participantes interativos, um poder absoluto sobre o espaço, sobre a Natureza. O enquadramento longo somado ao ângulo vertical traz a ideia de uma relação de poder impessoal, objetiva (KRESS; LEEUWEN, 2010).

118 [...] by a directly frontal or perpendicular top-down angle.

119 The frontal angle is the angle of maximum involvement. It is oriented towards action.

120 It contemplates the world from a god-like point of view [...]

Levando em consideração o posicionamento do intérprete pela adoção do ângulo vertical, não há uma ordem linear para a 'leitura' dos participantes representados. Entretanto, o alongamento espacial do design do projeto no sentido vertical induz a uma leitura de 'cima para baixo' desses participantes. Uma leitura linear dessa orientação vertical coloca a zona rural em uma relação de poder sobre a zona suburbana, sobre a cidade e sobre o rio Juruá e assim sucessivamente entre cada um dos participantes representados do projeto. Como consequência, a zona rural é o participante com o maior poder e o rio Juruá o mais submisso. Tendo em mente os discursos civilizatórios, não há contradição no exercício do poder da zona rural sobre o rio primitivo. Entretanto, a relação de poder da zona rural sobre a zona urbana parece deslocada dentro da linearidade temporal de uma Natureza evolucionista.

Essa aparente contradição é esclarecida pelo sistema de modalidade, que coloca outros pesos nessa relação. O naturalismo fotográfico adotado como padrão de modulação advém da crença de que a fotografia captura a realidade como ela é, objetivamente. Por sua vez, tal escolha decorre da supremacia atribuída ao sentido da visão como instrumento de percepção na história cultura ocidental. "Portanto a modalidade visual se escora em padrões culturalmente e historicamente determinados daquilo que é real e daquilo que não é, e não na correspondência objetiva da imagem visual com uma realidade dela independente."¹²¹ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 163). O grau de modalidade de uma representação, o grau de verdade que o articulador atribui a ela dizem respeito às orientações de codificação, discutidas na subseção 3.3.2, e possuem o seu valor em função do contexto onde estão inseridas.

As orientações de codificação naturalísticas, conforme descrito acima, tem por parâmetro a semelhança da representação com o aspecto da realidade que ela representa. Diante da historicidade dos critérios de valoração, percebe-se a íntima ligação destes com as tecnologias de representação disponíveis em um determinado tempo histórico. Por outro lado, **orientações de codificação tecnológicas** são marcadas pela "realidade Galileana", onde o real se identifica com "[...] aquilo que pode

121 *So visual modality rests on culturally and historically determined standards of what is real and what is not, and not on the objective correspondence of the visual image to a reality defined in some ways independently of it.*

ser conhecido pelos métodos científicos como a contagem, pesagem e medição.”¹²² (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 164). As cores, cenário, iluminação ou perspectiva do naturalismo não possuem alta modalidade neste contexto. Ao contrário, as imagens técnicas com representações essenciais são altamente valoradas. Seu princípio dominante é a sua efetividade como um projeto ou diagrama (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Ao contrário das fotografias da moldura, que devem ser interpretadas dentro de uma orientação de codificação naturalística, o projeto da cidade está codificado com base em uma orientação tecnológica em razão de sua precisão topográfica. Entretanto, mesmo dentro desse sistema de codificação, a modalidade conferida à zona rural é baixíssima, pois ela é delimitada somente por uma linha. Essa fraquíssima solidariedade dirigida a esse participante só não é menor porque há uma legenda escrita que permite a sua desambiguação pelo intérprete. Há, portanto, um gradiente de modalidade tecnológica entre os participantes do projeto da planta da cidade, que cresce de cima para baixo, na direção da zona urbana, que possui a modalidade mais alta entre eles. A fraca aderência da zona rural à realidade afirmada pelo projeto dentro da orientação de codificação tecnológica anula a sua relação de poder conferida pelo alongamento vertical do arranjo. A zona urbana, por sua vez, ganha a maior aderência à realidade afirmada pelo texto, a planta da cidade do Cruzeiro do Sul.

Dentro da orientação de codificação tecnológica, pode-se dizer que o levantamento dos rios Juruá e Mõa apresentam uma alta modalidade, em razão de sua precisão topográfica identificada pela linha geodésica, a escala e pelos levantamentos geográficos. A posição precisa das edificações das sedes dos seringais na margem desses rios também está de acordo com a proposta da planta. Contudo, ao contrário do mapa de Chandless (figura 11), que também pode ser incluído dentro de uma orientação de codificação tecnológica, a floresta não está representada. É interessante comparar essas representações, pois o mapa de Chandless se socorre de uma abstração e generalização teórica para retratar a floresta. Como bem constatado por Euclides da Cunha, a floresta toma a forma de uma circunstância que não conta ainda

122 [...] what can be known by means of the methods of science; that is, by means of counting, weighing and measuring.

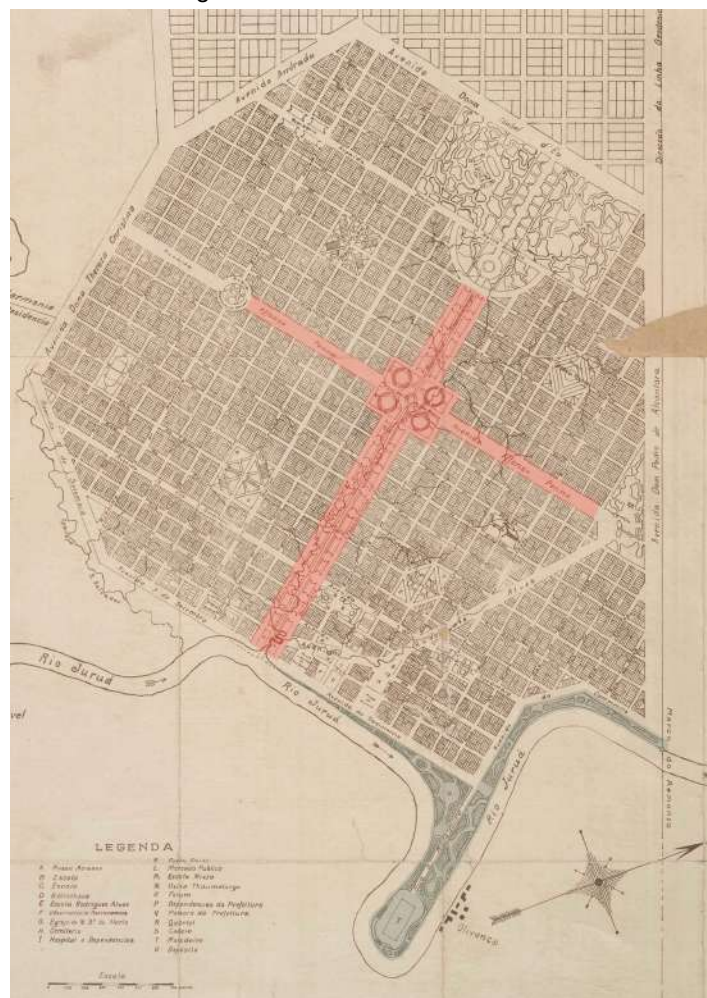
com uma medida precisa. O projeto da cidade soluciona esse problema com a exclusão desse elemento do mapa. São duas escolhas diferentes que elucidam os propósitos dos articuladores. A expedição de exploração geográfica de Chandless se enquadra dentro das expedições naturalísticas, que tinham por objetivo justamente o estudo científico desses espaços ditos primitivos, como validação das concepções de uma natureza evolucionista. Os articuladores do projeto da cidade do Cruzeiro do Sul, por sua vez, tem por objetivo implementar as ontologias e epistemologias civilizatórias que possuem a Natureza primitiva como um obstáculo a essa meta. E a modalidade que possui os recursos aptos para exprimir esses interesses é a orientação de codificação tecnológica. Assim, conclui-se que os levantamentos dos rios não se configuram como solidariedade à floresta, mas se prestam para situar a cidade do Cruzeiro do Sul no espaço e que a floresta não é importante para a realização desse objetivo. Ao contrário, deve ter a sua natureza primitiva substituída.

A respeito das relações entre os participantes representados dentro da zona urbana do projeto, existem diversas combinações possíveis para serem exploradas. O espaço e o tempo disponíveis para o presente trabalho não permitem a minúcia, mas algumas delas não podem deixar de serem mencionadas. Nessa linha, a relação de proximidade entre os prédios públicos e o rio Juruá é evidente. A grande maioria dos participantes que representam as instituições administrativas do Departamento estão próximas dele. O sistema do envolvimento também é alto, pois toda a grade está orientada seguindo a margem do rio Juruá. Tendo em mente o alongamento vertical do design do projeto, as instituições representadas exercem uma relação de poder sobre o rio, com destaque para o Palácio da Prefeitura, o Posto Fiscal e o Mercado.

Sem querer transformar a análise em um teste de Rorschach, há a necessidade de reflexão sobre as relações interpessoais de mais um participante. O cruzeiro representado no projeto da zona urbana guarda uma distância próxima, tanto das representações institucionais quanto do rio Juruá. Tendo em mente a orientação ortogonal do arruamento, o seu envolvimento com as instituições é oblíquo ou lateral mas, com o rio Juruá, ele é direto e frontal. Entretanto, ao passo que a maioria das representações institucionais são polvilhadas próximas a sua base como parte de sua

constelação, o rio Juruá é colocado sob seus pés em uma posição de submissão absoluta. Mais ainda, a “Avenida do Comercio”, ao não se curvar à sinuosidade do rio Juruá, cede espaço para o que parece uma praça sinuosa com a forma de uma cobra. A solidariedade da serpente na direção do rio fica evidenciada pelo sistema de modalidade, que rompe com a orientação de codificação tecnicista, ao empregar formas curvas e aleatórias, em contraste com o ordenamento retilíneo. E, de modo coerente com os discursos invocados pelos articuladores da planta, a serpente também é subjugada pelo cruzeiro, em uma clara alusão à mitologia cristã. Pensando ainda na cobra como um elemento valorado positivamente na cosmologia dos povos ameríndios, constrói-se uma redundância na relação de poder do metacruzeiro sobre as serpentes.

Figura 60 – A cobra do Remanso



Fonte: Adaptado de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

As relações sociais entre os produtores e o intérprete, bem como a definição de sua posição em relação ao texto ficam claras ao se relacionar as combinações dos sistemas da metafunção interpessoal. O cabeçalho constrói a posição de um intérprete letrado, civilizado para o qual são oferecidas informações a respeito da planta da cidade do Cruzeiro do Sul e das relações de poder que os discursos da hierarquia metafísica e do tecnicismo científico exercem sobre a sua produção. As fotografias da moldura colocam o intérprete letrado e civilizado em uma posição de poder e distanciamento das representações da cidade do Cruzeiro do Sul, posição reforçada pelo alto valor de modalidade das fotografias. Ao mesmo tempo, a hierarquia metafísica do governo republicano retratada no cabeçalho é reafirmada quando as fotografias colocam as pessoas e os prédios públicos em posição de poder em relação aos participantes interativos. Retomando os desenhos geométricos da moldura da planta, eles não devem ser analisados tendo o naturalismo fotográfico como parâmetro mas, sim, sob a realidade Galileana. Nessa linha de raciocínio, a baixa aderência dos desenhos da moldura ao naturalismo é substituída por um incremento de modalidade em uma orientação de codificação tecnológica. É esse mesmo intérprete civilizado que possui o poder absoluto sobre o projeto da cidade do Cruzeiro do Sul, que se estabelece dentro dessa modalidade científico-tecnológica. Dessa maneira, a Natureza primitiva da cidade naturalisticamente retratada na moldura é modalizada pelo discurso iluminista que fundamenta a intervenção civilizatória naquele espaço em desenvolvimento, sob a batuta de uma metafísica hierárquica.

3.2.3 A planta e a metafunção textual

Se a metafunção ideacional trata da representação da experiência do articulador e a metafunção interpessoal das relações sociais expressas nessa representação, a metafunção textual endereça a relação entre os participantes representados dentro desse texto. Nela se analisa o arranjo como um todo, a posição dos seus elementos e a maneira como eles interagem entre si e com o intérprete. A presente subseção aprofunda os sistemas analíticos da metafunção textual logo no início. Após, passa para a análise dos participantes representados e integra as suas

conclusões com as considerações realizadas nas metafunções ideacional e interpessoal com a finalidade de se construir um fechamento para o estrato do design.

A estrutura sequencial da composição visual guarda similaridade com a linguagem quando levada em consideração a sua **estrutura horizontal**. Pensando a composição horizontalmente, os elementos **dados** são aqueles posicionados à esquerda e são entendidos como de senso comum, de conhecimento compartilhado, deduzível do contexto. É um ponto de partida supostamente recíproco entre o articulador e o intérprete. Os elementos **novos** são as informações que ainda não são conhecidas ou recuperáveis dentro do texto. É o problema, aquilo no que o observador deve prestar atenção. A escolha por alongamentos horizontais favorecem a apresentação em dado e novo. Pode-se afirmar que o novo é o lugar onde o paradigma do dado será reproduzido ou contestado. Essa orientação de codificação é guiada pela cultura da qual o texto emerge. A referência entre esquerda como informação dada é específica do ocidente, quando se trata da dimensão horizontal. Isso aponta para o caráter social do valor de informação, que certamente será diferente em razão dos diferentes interesses de grupos sociais diversos (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Composições orientadas pelo **eixo vertical** costumam valorar a informação como **ideal** na parte superior e como **real** na parte inferior. A parte superior apresenta uma idealização ou generalização da essência da informação e costuma ser a parte mais saliente. Por vezes, contém um apelo emocional sobre o que poderia ser. Se opõe à parte inferior, que apresenta informações mais específicas, concretas ou práticas. Apresenta o elemento como ele é. A verticalidade também traz a ideia de hierarquia. Tendo em vista a multimodalidade, a oposição entre o ideal e o real pode ser materializada em uma relação entre texto e imagem:

Se a parte superior de uma página é ocupada pelo texto e a parte inferior por uma ou mais imagens (ou mapas ou gráficos ou diagramas), o texto performa, ideologicamente, o papel principal, e as imagens um papel submisso (o qual, entretanto, é importante à sua maneira, como especificação, evidência, consequência prática e assim por diante). Se os papéis são revertidos, de modo que uma ou mais imagens ocupem a parte superior, então o ideal, a parte com a saliência ideológica da mensagem, é comunicada visualmente e o texto serve como sua elaboração.¹²³ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 187)

123 *If the upper part of a page is occupied by the text and the lower part by one or more pictures (or maps or charts or diagrams), the text plays, ideologically, the lead role, and the pictures a subservient role*

Ainda, a composição pode combinar os valores de informação do eixo horizontal e vertical, apresentando um design que integre o dado e o novo com o ideal e o real, na mesma imagem. Importante ressaltar que as escolhas sobre a disposição dos elementos na composição é feita pelo articulador com base em seus próprios interesses e naqueles do intérprete idealizado (KRESS; LEEUWEN, 2010).

As composições estruturadas entre **centro e margem** podem ser encontradas na arte bizantina, onde um papa ou imperador eram com frequência as figuras centrais. O elemento central se torna o apoio para os elementos dispostos à sua margem. Dessa maneira, “[...] ele é apresentado como o núcleo da informação para o qual os outros elementos estão de algum modo subordinados.”¹²⁴ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 196). A marginalidade também pode ser graduada, apresentando elementos mais marginais que outros. Essa graduação ocorre em razão da distância do centro e também em razão da saliência relativa. Ainda, quanto maior a saliência do centro, maior a marginalidade dos elementos marginais. Quando os elementos marginais são semelhantes uns aos outros, o arranjo horizontal do dado e do novo ou ideal ou real perde a relevância entre eles. Entretanto, é possível a combinação das estruturas de centro e margem, dado e novo, e ideal e real em uma mesma composição. A diferença das estruturas interacionais e textuais nos elementos marginais faz surgir uma polaridade entre eles que permite a diferenciação entre o dado/novo e/ou ideal/real (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Além do posicionamento dos elementos, sua **saliência** dentro da composição também confere sentido quando estabelece hierarquia de importância entre eles. Dessa maneira, a relação entre a saliência dos elementos e seus valores de informação contribuirão para a semântica da representação. Ela não é medida objetivamente, mas resulta da percepção intuitiva do peso de um objeto. As maneiras de representar a saliência são o tamanho, o foco, o contraste tonal, o contraste de cor,

(which, however, is important in its own way, as specification, evidence, practical consequence, and so on). If the roles are reversed, so that one or more pictures occupy the top section, then the Ideal, the ideologically foregrounded part of the message, is communicated visually, and the text serves to elaborate on it.

124 [...] it is presented as the nucleus of the information to which all the other elements are in some sense subservient.

o local ocupado na composição, a perspectiva e aspectos culturais (como símbolos ou a figura humana). A hierarquia de importância será, portanto, uma combinação destes fatores na composição. O peso dos elementos cria um centro de gravidade na composição que se torna o espaço central da mensagem. Quando o texto emprega a perspectiva, o centro de gravidade se encontra no próprio observador. Quando o texto não emprega a perspectiva, o centro da representação é elaborado internamente, pela relação entre os próprios participantes representados (KRESS; LEEUWEN, 2010).

A saliência se equipara ao ritmo utilizado na fala ou na música, quando do emprego de sílabas tônicas ou de notas ou acordes fortes e seus contrários. Nesse sentido, “[...] a composição não é apenas uma questão de estética formal ou de sentimento, ou de chamar a atenção dos leitores [...]; ela também guia os elementos significativos em textos coerentes [...]”¹²⁵ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 203).

Da mesma maneira, o **emolduramento** pode ser comparado ao ritmo, quando do emprego de pausas ou de ralentandos. Os elementos da composição podem ser representados unidos ou separados, como índice de sua solidariedade em maior ou menor grau. “Quanto maior o grau de emolduramento de um elemento, mais ele é apresentado como uma unidade separada de informação.”¹²⁶ (KRESS; LEEUWEN, 2010, p. 203). Ao contrário, quanto menor o emolduramento, mais conectados os participantes representados. A exemplo da saliência, a separação pode ser representada por linhas, por espaços em branco, descontinuidades de cor, etc. Do mesmo modo, o senso de unidade e coesão pode ser representado por vetores, por elementos que por si sós indicam conexão, por elementos gráficos abstratos, pela repetição de cores ou formas, por rimas visuais, etc. (KRESS; LEEUWEN, 2010).

Passando para a análise da moldura da planta, recorda-se que a sua metafunção ideacional traz um processo analítico em que as fotografias se comportam como uma relação de parte-todo, na medida em que elas são colocadas como atributos da cidade. A repetição simétrica dos elementos da moldura da planta retira dela o valor de informação horizontal (dado/novo) e vertical (ideal/real). No entanto, esse ritmo

125 *Composition is not just a matter of formal aesthetics and of feeling, or of pulling the readers [...]; it also marshals meaningful elements into coherent texts [...].*

126 *The stronger the framing of an element, the more it is presented as a separate unit of information.*

binário dos participantes representados constitui um arranjo radial que permite a análise em termos de centro e margem. À moldura é atribuída uma posição marginal no arranjo da planta que, somada ao emolduramento das fotografias por um conjunto de três linhas paralelas reforça a separação transmitida entre a orientação de codificação naturalística e a tecnológica. No que diz respeito à saliência, a repetição das imagens de maneira simétrica reforça a radialidade do arranjo, bem como a sua posição marginal.

As fotografias e as suas legendas, por sua vez, formam um conjunto delimitado pelo emolduramento em linha que estabelece uma relação de solidariedade/conexão entre esses participantes e que permite a análise da sua orientação vertical. Esse arranjo coloca as imagens naturalísticas na parte superior, com o valor de informação ideal e a legenda na parte inferior como o real. De acordo com a gramática visual, a saliência é atribuída à fotografia que está na parte superior, que traz a essência da informação, e a especificação da informação é realizada pela legenda, no campo do valor de informação real. Portanto, a saliência ideológica da mensagem da moldura é estabelecida pela modalidade naturalística das fotografias.

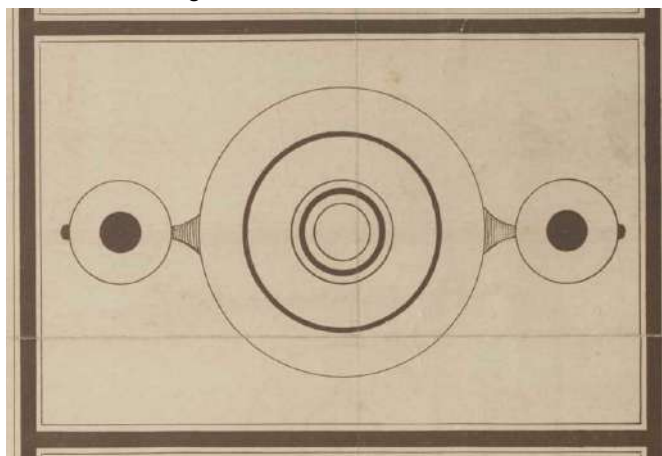
Os enquadramentos longos das fotografias panorâmicas da cidade, ao mesmo tempo que conferem pequena saliência aos participantes representados, permitem a abordagem distintiva entre o ideal celeste e o real terreno dentro da imagem. Embora elas possuam um alongamento horizontal, esses enquadramentos afastam a distinção entre o dado e o novo e favorecem uma interpretação radial, evidenciando relações de centro e margem. Os sistemas textuais somados aos enquadramentos impessoais em conjunto com a posição de poder do intérprete fornece uma redundância à distância que se espera que ele mantenha das representações naturalísticas da cidade do Cruzeiro do Sul e, mais ainda, da floresta em seu entorno. Nesses enquadramentos, o centro da imagem é ocupado pelas edificações, com a floresta ou o rio nas margens. As fotografias dos prédios públicos que possuem um enquadramento médio também podem ser entendidas em uma relação de centro e margem, onde esta possui um valor de informação igual a zero e, o centro, o seu valor

máximo. Nessas imagens, o envolvimento próximo e direto somados à saliência do prédio institucional incrementam a posição de submissão atribuída ao intérprete.

Na fotografia do “Igarapé do Cruzeiro”, por sua vez, o curso d’água possui grande saliência, pois surge em primeiro plano com bastante nitidez. Entretanto, a disposição simétrica e radial dos participantes representados afasta o valor de informação do alongamento horizontal da imagem e também favorece a relação entre centro e margem. A centralidade é conferida pela perspectiva, que coloca a pessoa no centro da imagem. Essa posição central é incrementada com elementos de saliência, como a cor clara da roupa e os troncos e as margens dos barrancos que convergem em direção a ela. Mais ainda, a pessoa é colocada no terço superior da fotografia, assumindo o valor de informação ideal, e o igarapé a real. Esse processo analítico que afirma que esta imagem retrata o “Igarapé do Cruzeiro” também traz um outro processo embutido que diz respeito aos atributos de uma pessoa civilizada. Esta exerce uma forte relação de poder evidenciada pela combinação das metafunções, dentro de uma concepção ideal de modernidade sobre uma Natureza real e primitiva e, da mesma maneira, sobre o intérprete. A orientação de codificação naturalística também incrementa a modalidade da afirmação dessa relação. O que transparece na moldura são as relações de poder do intérprete sobre a cidade e sobre a floresta, e das instituições republicanas sobre todos eles.

Trazendo a análise para os desenhos sob orientação de codificação tecnológica da moldura, pode-se afirmar que eles são emoldurados por linhas que os separam das fotografias naturalísticas.

Figura 61 – Moldura Galileiana



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Eles assumem a forma de um tríptico, onde o elemento central faz a intermediação entre os elementos marginais, conectando-os. A saliência do elemento central somada à simetria dos elementos marginais coloca em evidência essa relação mediadora e confere ao arranjo uma organização radial que não favorece a análise do dado e do novo, nem do ideal e do real. Ao mesmo tempo em que a repetição dos desenhos pela moldura confere saliência a este participante, o recurso promove uma descontinuidade das fotografias naturalísticas, mitigando a sua modalidade pela orientação de codificação tecnológica.

Endereçando-se o cabeçalho da planta, nota-se um alongamento horizontal quando observada a sua dimensão espacial. Entretanto, embora o cabeçalho empregue o modo escrita, que faz uso desse sentido horizontal, não é essa dimensão que prevalece no arranjo. A tipografia, em combinação com o sistema de saliência, favorece a orientação vertical do cabeçalho, que permite a distinção entre suas partes ideal e real. A parte ideal faz justamente a introdução da temática, generalizando a informação que a mensagem procura transmitir. Uma transformação possível desse segmento idealizado é “O Departamento do Alto Juruá apresenta/decreta/traça/estabelece a planta da cidade de Cruzeiro do Sul”. A especificação da informação vem abaixo, com uma menor saliência e com fontes diferentes, estabelecendo os produtores e as circunstâncias objetivas da planta.

O alinhamento das metafunções ideacional, interpessoal e textual confere transparência para as mensagens hierárquicas de poder contidas no cabeçalho. O “Departamento do Alto Juruá” aparece saliente e ao topo da composição. Abaixo e com maior saliência vem a mensagem “Planta da cidade do Cruzeiro do Sul”. O processo taxonômico das relações hierárquicas da metafunção ideacional também coincide com os recursos semióticos citados. A posição de ascendência do Departamento em relação à cidade é modulada pela saliência das fontes que nomeiam a cidade em relação ao Departamento, dirigindo o intérprete em direção a especificação sobre qual espaço do Departamento está sendo endereçado no texto. Mais do que uma aparente contradição entre as metafunções, essa modulação indica a importância da capital do Departamento dentro de sua estrutura política, pois é a partir dela que o poder é exercido sobre aquele espaço. As relações hierárquicas existentes entre o “Departamento”, a “Prefeitura” e a “Directoria do Commercio” também são afirmadas pela saliência relativa. Por sua vez, as relações hierárquicas entre os articuladores do texto também fica evidente com a diferença de saliência relativa entre as fontes que nomeiam o prefeito, o engenheiro e o desenhista, em redundância com a escolha do processo taxonômico da metafunção ideacional e o ângulo vertical relativo da metafunção interpessoal.

A análise das orações do cabeçalho também pode ser realizada dentro da metafunção textual, lançando mão da gramática sistêmico funcional. A realização léxico-gramatical da metafunção textual é performada pela estrutura da informação e pela estrutura temática. A primeira trata de um sistema paralelo à oração e diz respeito à organização da oração entre aquilo que é dado e aquilo que é novo. A unidade de informação “[...] é a tensão entre aquilo que já é conhecido ou previsível e aquilo que é novo ou imprevisível.”¹²⁷ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 89). Esse sistema de informação pode coincidir com a oração, ser menor que ela ou ir além dela. O novo é marcado na oração por meio de sua proeminência tônica e o dado usualmente precede o novo. Dentro da estrutura temática da oração, o que é chamado de tema é sempre o elemento que aparece nela em primeiro lugar e é tido como o ponto de partida

127 [...] is the tension between what is already known or predictable and what is new or unpredictable.

estabelecido pelo articulador para o intérprete e que “[...] situa e orienta a oração dentro de seu contexto.”¹²⁸ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 64). O rema é o que subsiste da oração e desenvolve o tema. Portanto, a estrutura de informação da oração é composta pelo dado e pelo novo e a estrutura da mensagem é composta pelo tema e pelo rema.

Na análise transformacional da primeira oração do cabeçalho, “O Departamento do Alto Juruá apresenta/decreta/traça/estabelece a planta da cidade de Cruzeiro do Sul.”, nota-se que a informação tida de conhecimento comum, aquilo que é dado entre os participantes interativos é “O Departamento do Alto Juruá” e a informação nova diz respeito à “Planta da cidade do Cruzeiro do Sul”. A informação dada e o sujeito da oração coincidem com o tema, caracterizando o que Halliday e Matthiessen (2004) chamam de “tema não marcado”, pois ele não tem uma proeminência especial. Aqui é interessante notar a coincidência da combinação da informação nova e do tema não marcado com a saliência espacial relativa da tipografia dentro dessa oração atribuída à “Planta da Cidade do Cruzeiro do Sul”.

Nota-se que a estrutura de informação do cabeçalho é organizada do geral para o específico, de maneira que a oração seguinte “Organizada por ordem do Prefeito Coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo pela Directoria do Commercio da Prefeitura.” utiliza o recurso da elipse, tomando a informação “planta da cidade”, que era nova na oração anterior, como a informação dada, omitindo-a. Não há coincidência entre a informação dada e o tema. Relacionando-se com a metafunção interpessoal, o tema dessa oração coloca ênfase na circunstância de causa, a ordem do prefeito. O processo material colocado em marcha pelo sujeito da voz passiva, a Directoria do Commercio, tem sua ação fora do destaque, integrando o rema. Essa não coincidência é classificada como “tema marcado” e tem a finalidade de enfatizar aquilo que o articulador considera mais importante (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Mais uma vez, o destaque conferido pelo tema marcado coincide com a saliência relativa espacial do arranjo, que coloca em proeminência o prefeito “Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo”. Os interesses dos articuladores ficam então evidentes ao conferir a saliência

128 [...] locates and orients the clause within its context.

à planta da cidade e à hierarquia social que a produz diante da redundância entre os recursos semióticos escolhidos em cada metafunção.

O projeto da cidade, por sua vez, possui os seus elementos dispostos em um evidente alongamento vertical onde transparece uma relação de centro e margem na forma de um tríptico. Aqui, o elemento central faz a mediação entre os valores de informação ideal e real. O participante idealizado na parte superior do arranjo é a zona rural, que assume um valor de informação genérico e abstrato dentro do projeto. Como dito acima, a sua postura de poder e hierarquia conferida pela posição superior é balanceada pela fraca modalidade do participante, bem como a sua baixa saliência relativa, não só pelo tamanho, mas também pelo baixo foco em razão da ausência atributos e de detalhes, que acaba por influenciar na baixa modalidade dentro de uma orientação de codificação tecnológica. A posição central do tríptico é ocupada pela zona suburbana, que cumpre o papel de mediação entre a zona rural e a zona urbana. A saliência desse participante aumenta com o detalhamento dos atributos que o constitui, como as ruas e os lotes, mas ainda é menor que o da zona urbana. A combinação da saliência com o valor de informação real confere à cidade a posição de evidência no arranjo. Esse gradiente no valor de informação confere a maior saliência para o conhecimento prático e objetivo do projeto da cidade propriamente dita e destaca o interesse dos articuladores, em redundância com o cabeçalho.

Embora o alongamento vertical do projeto seja um recurso saliente, o valor da informação de sua orientação horizontal também está presente. O levantamento dos rios Juruá e Mõa assume o papel da informação dada, tida como de conhecimento comum entre o articulador e o intérprete ou aquilo que é previsível pelo contexto. A cidade assume a posição da informação nova, com a marcação de sua saliência e contraste com a informação dada. Fica claro que a dualidade no sistema de informação entre o dado e o novo é performada pela relação de oposição que a floresta e os seringais primitivos têm em comparação com o novo projeto de cidade civilizada.

Aprofundando a análise para a zona urbana do projeto, a coesão e coerência conferidas pelos recursos semióticos da metafunção textual também são relevantes. A posição da cidade como informação nova em contraste com a floresta como informação

dada favorece o início da análise pelo recurso semiótico do emolduramento, que é o que delimita aquilo que pertence ao urbano daquilo que está fora dele. O emolduramento de uma cidade também pode se dar por barreiras naturais como os rios, oceanos, penhascos ou montanhas, bem como pelo regime jurídico das propriedades em seu entorno (KOSTOF; TOBIAS, 2017). O atributo incumbido pelos articuladores para cumprir essa função semântica é o arruamento. Toda a zona urbana é circundada por avenidas que delimitam a fronteira entre aquilo que pertence à cidade daquilo que não. Elas conferem uma grande solidariedade intrínseca e uma fraca solidariedade extrínseca. A floresta e a instituição 'seringais' são atributos colocados fora da moldura cidade, evidenciando as diferentes epistemologias relacionadas a cada um deles, como os diferentes regimes jurídicos estabelecidos pelo Código de Posturas da cidade e as relações sociais de aviação vinculadas à exploração da seringa ou as epistemologias ameríndias associadas à floresta. A separação entre o primitivo e o urbano é tão grande que o rio Juruá não é estabelecido como uma das molduras da cidade, pois está à margem do arruamento que a delimita. Esse emolduramento, por mais que não seja uma muralha, está representado de maneira a não permitir uma permeabilidade entre a cidade e a floresta, estabelecendo uma fraca solidariedade entre eles. A concepção de uma Natureza situada em um espaço infinito com causas e efeitos recíprocos é deixada de lado em favor de uma Natureza ordenada sob uma metafísica cartesiana binária: o que está dentro da moldura faz parte da cidade, o que está fora não faz. Nessa toada, a cobra do remanso, ao mesmo tempo em que é curiosamente disposta fora do limite urbano, poderia promover uma mediação entre a cidade e o rio.

A função do arruamento no texto não se limita ao emolduramento da cidade, mas também o integra com uma saliência peculiar. Ela confere ritmo para o projeto, onde ruas mais largas indicam vias de maior fluxo, ligadas àquilo que se quer evidenciar dentro da cidade, como a hierarquia administrativa, o comércio ou prédios institucionais. Ruas de menor largura são menos salientes e estão vinculadas a áreas residenciais. A extensão da via também interfere no ritmo do plano, gerando maior ou menor saliência (KOSTOF; TOBIAS, 2017). No eixo sudoeste-nordeste do projeto, a

“Boulevard Thaumaturgo” é a via com a maior saliência, tanto na largura como em sua posição central e na posse de atributos próprios que lhe conferem foco, como o passeio central. A segunda via mais saliente é a “Avenida Affonso Pena”, que cruza o plano perpendicularmente à boulevard no sentido noroeste-sudeste.

As interseções das ruas utilizando dois eixos também têm a capacidade de criar saliência e ritmo, dando evidência às quadras circunvizinhas. O urbanismo romano empregou a saliência pela interseção de vias largas em eixos perpendiculares no centro geométrico da cidade. Neste local, ou próximo a ele, era disposto um prédio público, ocupado usualmente pelo fórum como marco do centro cívico. Pensando no modelo romano, a quadra no eixo central da cidade é a mais saliente. E quanto mais ruas apontarem para este centro, maior a redundância na saliência. Portanto, os graus de saliência de uma quadra em relação ao arruamento tem como variáveis a largura e extensão das ruas circunvizinhas, se ela é somente circundada pelas ruas ou se acontecem interseções em ‘T’, bem como o número de ruas que apontam para esse elemento. Quanto maior o número de interseções em ‘T’, mais saliente a quadra. Costumeiramente, essa interseção central abriga uma praça que é onde se localizam o palácio e a igreja, cercados pelo mercado, e é “[...] a chave para a composição e a estrutura social da cidade.”¹²⁹ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 144).

O projeto urbano da planta é uma transformação desse estilo urbanístico romano, pois também estabelece dois eixos centrais com uma interseção perpendicular e posiciona em seu centro um espaço público, o “Parque Barão do Rio Branco”, uma alusão àquele que encabeçou as negociações do Tratado de Petrópolis e aos discursos militares de posse do espaço pela pátria brasileira. Esse mesmo eixo central transforma o *cardo* e o *decumannus* romanos em um cruzeiro como um atributo da cidade, constituindo-o como um de seus elementos mais salientes. Embora o plano faça uso do estilo monumental e adote uma nomenclatura barroca para o arruamento, o projeto não lança mão de sua principal característica no emprego da saliência, que é a combinação da concentricidade e radialidade com a interseção axial, de modo que todas as ruas convergissem para o palácio real ou centro administrativo da cidade. Para tanto, o estilo

129 [...] is the key to the composition and the social structure of the town.

barroco tradicional resgata um elemento renascentista e faz emanar três ruas diagonais a partir desse centro de poder, o *trivium*, e era comum possuir um parque nos fundos, como um “pingente”. O que se deve ter em mente na interpretação do sentido da composição diagonal é quais os prédios que são ligados por elas e de que modo se constitui a hierarquia entre eles (KOSTOF; TOBIAS, 2017). Essa epistemologia urbana do barroco tradicional pode ser claramente observada na planta da cidade de Belo Horizonte, do ano de 1895 (figura 10). Diferente dela, o projeto da cidade do Cruzeiro do Sul incorpora formas urbanísticas romanas e barrocas para transformá-las e dar voz aos seus próprios interesses e ideologias. Como explicado acima, a grande saliência do cruzeiro remete a discursos cristãos, científicos e tecnológicos, militares e republicanos, que sintetizam a ideologia da civilização daquele tempo.

Dentro das epistemologias romana e barroca, a saliência axial formada no centro das cidades provocava um congestionamento de tráfego, primeiro de pessoas, cavalos e carruagens e, posteriormente, de veículos. A solução para o problema foi a implementação de um sistema viário radial na intersecção axial do centro da cidade, de modo que os veículos circulassem com um menor atrito entre eles. Uma alegoria advinda desse elemento urbanístico foi o carrossel dos parques de diversões como uma abstração interessante das soluções geométricas provenientes da demanda pela/da velocidade para o tráfego urbano de cavalos e carruagens (MUMFORD, 1961). Entretanto, diferente das epistemologias romana e barroca, embora a saliência axial do projeto abrigue um parque com um arruamento radial como espaço público, ela não possui outros atributos urbanos em seu entorno que se beneficiem dessa convergência central. Nessa linha, o projeto da cidade estabelece outro ponto focal no projeto, constituído de espaços públicos e de prédios administrativos, religiosos, comerciais e industriais localizados próximos à margem do rio Juruá e da interseção dele com a base do cruzeiro. Além desse aglomerado institucional, há mais uma convergência viária que dá saliência ao centro administrativo e comercial, que é a diagonal estabelecida pela “Avenida Rodrigues Alves”. Dentro do estilo barroco, considera-se uma rua diagonal quando ela é orientada contrariamente ao sentido predominante em determinado plano ortogonal. Ela evidencia a conexão direta entre dois pontos, criando relações de

saliência e hierarquia entre elementos urbanos, a par da ideologia proposta pela composição. Entretanto, ela deve ser diferenciada das diagonais 'acidentais', lançadas na trama urbana para a simples acomodação à topografia, às ruas preexistentes ou de duas seções díspares dentro de uma mesma cidade (KOSTOF; TOBIAS, 2017). Essa ressalva parece tratar do caso do projeto da cidade do Cruzeiro do Sul, pois mesmo que a avenida em questão possua uma orientação diagonal, ela não pode ser considerada como dentro de um estilo barroco, pois não faz uma conexão hierárquica entre atributos da cidade. Ela segue claramente a orientação espacial do igarapé sobreposto pela avenida. Mesmo assim, ela confere saliência ao centro institucional do projeto em razão de sua orientação oblíqua ao sentido do plano ortogonal, bem como pelo seu tamanho relativo, maior que as ruas do entorno.

Com base nas constatações acima, é possível dizer que o ponto que ganha a maior saliência em função do arruamento é o foco criado pela interseção da "Boulevard Thaumaturgo", com a "Avenida Rodrigues Alves", a "Avenida 7 de Setembro" e a "Avenida do Comercio" e o rio Juruá. Essa afirmação vai ao encontro de uma característica comum de cidades banhadas pela água, que é "[...] que quando nós chegamos por barco, nós entramos nela não pela sua periferia, mas pelo seu centro. Em algumas, nós desembarcaríamos logo na frente de prédios residenciais misturados com estruturas comerciais e galpões."¹³⁰ (KOSTOF; CASTILLO, 2005, p. 39). A fronteira entre o rio e a cidade estabelecida pela "Avenida 7 de Setembro", data da vitória da revolução republicana no Brasil, e pela "Avenida do Comercio" dá o tom das práticas discursivas do espaço urbano para aqueles que ali chegam, atividades comerciais sob um governo republicano. Esse ponto focal traz uma permeabilidade na moldura do arruamento, onde o rio Juruá se sobrepõe a ele, marcando uma espécie de portal da cidade, no que agora se pode afirmar como o início da "Boulevard Thaumaturgo". Esse portal, no flanco da "Avenida 7 de Setembro", tem como sentinela o "Posto Fiscal" em uma alusão redundante à metafísica hierárquica republicana. No flanco da "Avenida do Comercio", o portal está guarnecido pelo "Mercado Público" em uma alusão fática aos interesses industriais capitalistas. Tanto o "Posto Fiscal" como o

130 [...] when we arrive by boat, we enter them not on their periphery but in their center. In some, we would land right in front of residential buildings intermixed with business structures and warehouses.

“Mercado” estão localizados na base do cruzeiro, sob sua autoridade e benção. Desse modo, aqueles que entram na cidade pelo rio passam da epistemologia primitiva para a epistemologia civilizada ordenada pela religião, pelo governo, pela ciência e pelo capitalismo industrial.

Figura 62 – Portal da cidade



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

A relação de proximidade com o emolduramento da cidade e com o rio Juruá dos atributos “Posto Fiscal”, “Mercado Público” e “Palácio da Prefeitura” também merece atenção. Socorrendo-se da metafunção interpessoal, a proximidade dessas instituições com a moldura e com tudo aquilo que está fora dela pode ser tomada como uma relação que expressa a solidariedade pela maior conexão que se pretende entre estes participantes. Por outro lado, essa proximidade também manifesta uma relação de poder em razão da ausência de reciprocidade proxêmica. Tendo em mente que a ontologia evolucionista considera a floresta, o rio e as ontologias e epistemologias ameríndias e seringueiras como um estado primitivo de sofrimento que necessita ser superado, pode-se afirmar que a relação expressa pela distância entre os atributos citados se constitui em uma relação de poder, em que o compromisso epistemológico dessa escolha assume uma função panóptica: o “Palácio da Prefeitura”, o “Posto Fiscal” e o “Mercado Público”, ao mesmo tempo em que são um atributo da cidade e não da floresta, reconhecem a dependência fluvial da cidade, mas lançam o seu olhar para o rio a partir da perspectiva urbana.

Outro atributo de grande saliência no arranjo são as quadras do projeto. A quadra é a “[...] unidade básica do planejamento ortogonal [...]”¹³¹ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 147) e seus elementos distintivos são o tamanho e a densidade dos blocos. Ideacionalmente, portanto, a quadra tem como atributos os seus lotes e a metafunção textual dá conta da saliência desses elementos. A saliência das quadras, por sua vez, tem relação direta com o tamanho e quantidade de lotes que abrigam. A quadra romana clássica costumava abrigar lotes que possuíam a forma quadrada. A seu turno, lotes estreitos e alongados por toda a dimensão da quadra remetem a um período onde a atividade agrícola fazia parte do cotidiano urbano. A habitação tinha sua frente orientada para a rua e o fundo do terreno era utilizado para atividades agropastoris adequadas ao espaço. O resultado visual dessa divisão era que a mesma rua podia receber a frente da habitação de um terreno, bem como os fundos do terreno vizinho. A transformação dessa disposição dos lotes veio com a ascensão da economia mercantil sobre a agrícola na Idade Média. O fracionamento das quadras passou a adotar a forma de lotes retangulares estreitos, de maneira que o fundo de um lote faz fundo com outro lote dentro da mesma quadra. Como consequência, ambos os lotes fazem frente para ruas distintas (KOSTOF; TOBIAS, 2017; KRESS; LEEUWEN, 2010).

A cidade industrial, por sua vez, tem um marco histórico firmado no século XVIII. Entretanto, a sua forte conexão com o capitalismo permite encontrar os princípios de suas formas no século XIV. “A paisagem urbana foi fundamentalmente transformada quando o solo urbano se tornou uma fonte de salário, quando a titularidade se desvinculou do uso, e a propriedade se tornou primariamente um meio para a produção de renda.”¹³² (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 27). No século XIX, esses lotes estreitos reservados aos trabalhadores da revolução industrial atenderam à já referida especulação imobiliária e foram preenchidos por habitações densamente povoadas em razão do emprego das técnicas de produção em massa na construção civil. Esse contexto gerou uma safra de prédios justapostos e idênticos, cuja largura era limitada

131 [...] *basic unit of the ortogonal planning* [...]

132 *The urban landscape was fundamentally transformed when urban land came to be seen as a source of income, when ownership was divorced from use, and property became primarily a means to produce rent.*

apenas pelo tamanho do lote à disposição do incorporador. Nessas cidades industriais, as áreas centrais e disputadas pelo comércio caracterizam-se pelo maior adensamento predial e populacional promovido pelo uso de lotes estreitos, que incrementam o ritmo da saliência das quadras. Em contrapartida, esse ritmo diminui gradativamente na direção das margens, o que favorece lotes maiores (KOSTOF; TOBIAS, 2017).

No projeto da cidade do Cruzeiro do Sul, o plano ortogonal e a disposição dos lotes dentro das quadras obedece a essa ideologia técnico-industrial.

Figura 63 – Quadras e lotes



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Além da facilidade proporcionada para o estabelecimento de uma nova cidade colonial já conhecida desde a antiguidade, o xadrez das quadras entra no ritmo da produção em massa da revolução industrial, repetindo a sua forma por todo o plano. Da mesma maneira, os lotes assumem a fachada estreita e alongada que faz face para o arruamento e são emoldurados pelos outros lotes da mesma quadra. Essa disposição linear e redundante facilita a implementação do plano e a negociação desses lotes, de modo que

A transação é demasiado vantajosa para os cofres federaes. E, contando com a aprovação de V. Ex., mandei imediatamente levantar a planta local, que passou a denominar-se Cruzeiro do Sul, e proceder á demarcação de lotes para edificações, afim de attender os innumeros requerimentos que me foram apresentados. Os aforamentos darão, neste primeiro anno, para saldar o gasto realizado com a compra. Os requerimentos até meados de fevereiro eram em número de 38, pedindo 65 lotes urbanos e 5 ruraes. Na planta se vê quaes os lotes já cedidos. (AZEVEDO, 1906b, p. 1)

Neste excerto, o prefeito Thaumaturgo relata a objetificação monetária do espaço com o registro da comercialização dos lotes definidos na planta da cidade. Ele atesta ainda que o retorno sobre o investimento da aquisição da compra do seringal Centro-brasileiro se deu em apenas um ano, comprovando o sucesso de sua especulação imobiliária. O projeto da cidade do Cruzeiro do Sul também traz o gradiente da saliência promovido entre o centro e a margem da cidade industrial, onde a concorrência é maior na zona urbana, diminui na zona suburbana e desaparece na zona rural. A peculiaridade fica por conta de que a maior densidade institucional está na margem, próxima do rio Juruá, e que diminui no sentido oposto, em direção à zona rural. Nesse ponto, é interessante notar a posição do “Horto Botânico”, um elemento que remete ao lazer ou ao deleite, como antípoda do centro administrativo e comercial da zona urbana do projeto.

Embora o ritmo da malha reticulada das quadras seja amenizada pelas praças e parques, as suas formas também obedecem à métrica ortogonal. A saliência promovida pela repetição mecânica das quadras fundamenta as adjetivações depreciativas ao quadriculado da planta, que a denominam como insípida ou monótona. Aqui cabe um paralelo entre o cientificismo industrial e a metafísica cristã: a ontologia bíblica que procura estabelecer a verdade de um só Deus vê a diferença como algo negativo e, quando o ser humano busca se aproximar dessa divindade, a diferença é transformada em castigo no mito da Torre de Babel. Portanto, a igualdade e a diferença são estabelecidas por uma dedução metafísica binária. Na ontologia iluminista, a unidade não vem de Deus, mas da Natureza. A igualdade entre os seus constituintes decorre da submissão deles aos mesmos princípios gerais descritos matematicamente por meio da observação dos fatos. A diferença temporal entre o primitivo e o civilizado é que ostenta uma concepção negativa. Repisa-se que, tanto no estrato do discurso como no do design, a metafísica cristã encarnada pelo cruzeiro tem a sua forma determinada pelo arruamento e pelas quadras do industrialismo científico. O cruzeiro faz parte do projeto, mas não dá forma a ele. Dessa maneira, o ritmo homogêneo das quadras assume explicitamente a concepção de uma única Natureza regida por princípios gerais que possuem o seu equivalente em moeda, aos quais todos estão

igualmente submetidos. Desse modo, a serpente subjugada pelo cruzeiro, mais do que encarnar a vitória sobre o anticristo, traz a superação da heterodoxia primitiva.

É sob essa perspectiva que a relação entre o arruamento, as quadras e os Igarapés caracterizados no projeto deve ser compreendida. Ideacionalmente, os Igarapés são representados por uma linha sinuosa, em contraste com as linhas retilíneas das ruas e quadras. Textualmente, há uma sobreposição dos Igarapés sobre as ruas e as quadras, fato que, combinado com a metafunção interpessoal, traria uma ideia de relação de poder das águas sobre as edificações humanas. Entretanto, não era essa a intenção dos articuladores:

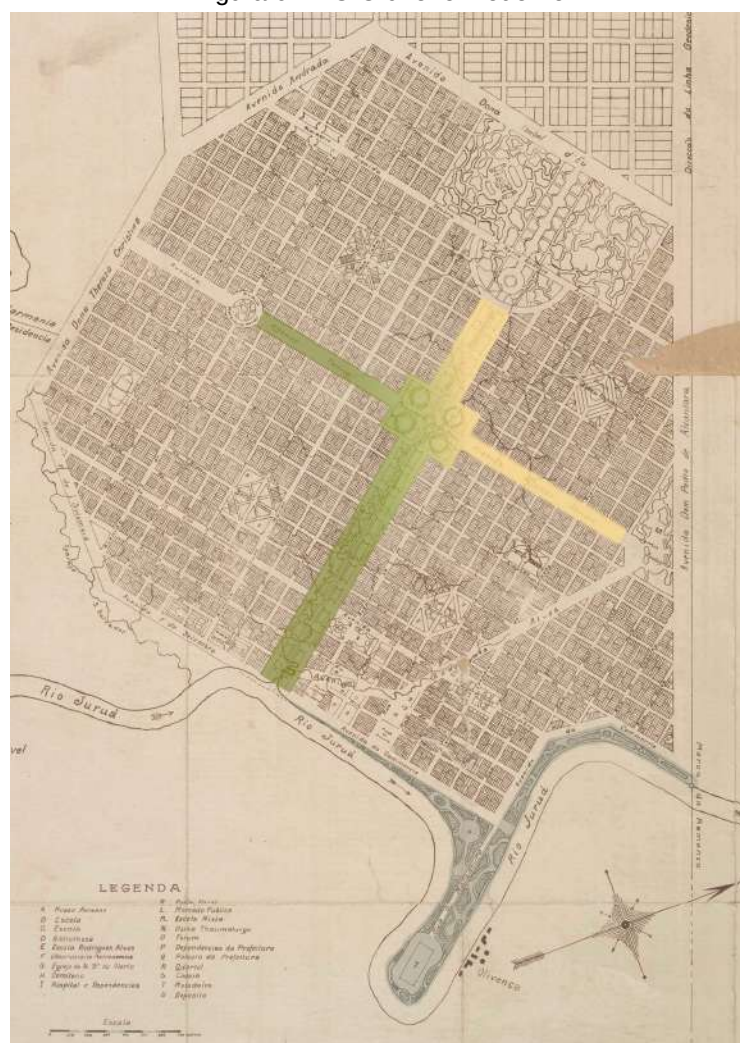
São numerosos os aterros e as escavações em andamento. Tenho pago por cada metro cubico escavado, inclusive transporte, tres mil réis aos diferentes empreiteiros. Em Manaus pagam as escavações e aterros a doze mil réis o metro cubico. Por este contraste, e sendo a mão de obra aqui muito mais cara do que naquella capital, ajuizar-se-á da rigorosa economia em que o trabalho está sendo realizado. Já pedi para New York, remetendo os respectivos projectos, os preços de varias casas de ferro e madeira, a fim de as apropriar aos edificios publicos de que a Prefeitura carece. A pratica demonstrou-me que o seu importe é muito mais favoravel do que as rudimentares e morosas construcções levantadas com o pessoal e a materia prima aqui existentes. (AZEVEDO, 1906a)

E para a construção das ruas da cidade

Foram feitas as seguintes derrubadas em mattas: 4080m² da Avenida Rodrigues Alves, 85000m² do Boulevard Thaumaturgo, 5700m² da Avenida Vinte e Oito de Setembro, 32.400m² da Praça da Gloria, 15.300m² da Tres de Maio, 12300m² da Sete de Setembro e 14.400m² da rua dos Cannamarys, além dos varadoiros para o Arenal e Nova Residencia, na extensão de 10.200 metros. (AZEVEDO, 1906c, p. 81)

Daí se conclui que, mesmo que todo o arruamento esteja alinhado com as margens do rio Juruá, bem como, em certa medida, pelo Igarapé São Salvador, os demais cursos d'água cartografados no plano não determinam a forma dos atributos da cidade, mas serão por eles determinados. Como consequência, a transformação da Natureza primitiva em uma Natureza civilizada reflete-se nas obras implementadas para a urbanização desse assentamento humano moderno.

Figura 64 – O Cruzeiro moderno



Fonte: Adaptado de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Em conclusão do estrato do design, pode-se sintetizar que na metafunção ideacional do cabeçalho, a sua organização espacial insere a planta e seus articuladores dentro de uma hierarquia político-administrativa e a sua estrutura gramatical determina quem faz o quê dentro dessa organização da realidade. Na metafunção interpessoal, essas relações hierárquicas são especializadas e é estabelecido um envolvimento direto entre o intérprete e a versão da Natureza assumida pelos interlocutores. Gramaticalmente, a afirmação dessa realidade não abre espaço para dúvidas e vale para qualquer caso, em razão da alta modalidade epistêmica. O intérprete, por sua vez, é colocado na posição de uma pessoa letrada

diante da eleição do modo escrita. Dentro da metafunção textual, o tema do cabeçalho que coloca essa relação hierárquica em evidência se alia ao recurso espacial da saliência, em redundância. Assim, os discursos invocados no cabeçalho estão próximos de discursos militares de pertencimento do espaço à República do Brasil, bem como à metafísica hierárquica da organização social. O discurso científico também está presente, tanto no planejamento da planta em si, como na menção aos recursos topográficos.

A moldura da planta traz processos analíticos nas fotografias que retratam partes da cidade do Cruzeiro do Sul, onde elas se constituem como atributos desse portador. As fotografias trazem, como partes da cidade, edificações sobre uma Natureza primitiva. Interpessoalmente, elas colocam o intérprete em uma posição de poder, de distanciamento e de não envolvimento com as representações que trazem somente as edificações. Por outro lado, as imagens que tem pessoas como participantes representados colocam o intérprete em uma posição de maior envolvimento, mas de submissão. Dentro de uma orientação de codificação naturalística, as fotografias possuem uma alta modalidade que atribui um alto grau de verdade às afirmações das imagens. Dessa maneira, tanto os participantes representados como o intérprete mantém uma relação de poder sobre a Natureza primitiva da cidade e de seu entorno florestal, em qualquer caso. Por fim, na metafunção textual, a organização radial que coloca as edificações no centro e a floresta na margem, bem como a saliência dessas edificações, reforçam a impessoalidade e a distância que o intérprete deve manter das representações naturalísticas da cidade do Cruzeiro do Sul, bem como a sua posição de submissão ao governo republicano.

Por sua vez, os desenhos da moldura trazem em sua metafunção ideacional um processo simbólico, que atribui à planta uma natureza científica e moderna. Desse modo, interpessoalmente, a orientação de codificação científica é empregada como parâmetro da modalidade. Nessa imagem, o intérprete é colocado em uma posição de envolvimento direto com esse símbolo científico e o enquadramento médio indica um distanciamento social que descontextualiza o participante, sugerindo um conhecimento

objetivo sobre aquilo que está representado e favorecendo uma alta modalidade sobre aquilo que é afirmado. Textualmente, a sua repetição na moldura denota um ritmo que confere saliência para o desenho científico, enfatizando o atributo simbólico da planta, ao mesmo tempo em que promove uma descontinuidade das representações naturalísticas da cidade primitiva. Portanto, pode-se afirmar que a moldura invoca os discursos de poder do governo republicano sobre o intérprete e do ser humano civilizado sobre a Natureza, bem como aponta para uma solidariedade na direção dos discursos tecnológicos e civilizatórios da República.

Por fim, o projeto da planta da cidade traz um processo analítico dentro de sua metafunção ideacional que define aquilo que faz parte da cidade daquilo que não faz. Percebe-se que os articuladores fazem uma distinção entre a zona urbana, a suburbana, a rural e os levantamentos hidrográficos e seus seringais lindeiros. Ainda na metafunção ideacional, a zona urbana tem por seus atributos do arruamento, das quadras, lotes, praças, parques e prédios institucionais. É esse compromisso ontológico e epistemológico que a distingue dos demais participantes representados no projeto. O contraste entre as ruas e quadras retilíneas e a sinuosidade dos rios e igarapés, bem como dos parques do projeto também é outro compromisso ontológico que distingue a zona urbana da Natureza primitiva e que não pode deixar de ser mencionado. Dentro da metafunção interpessoal, o ângulo vertical coloca o intérprete na posição de maior poder sobre a abstração do projeto, afirmação que possui uma alta modalidade dentro da orientação de codificação tecnológica, em razão de sua precisão topográfica. É essa mesma realidade galileana que modula a relação vertical de poder entre os participantes representados “zona rural”, “zona suburbana” e zona urbana quando confere a esta uma modalidade muito maior que a dos outros participantes. Ainda dentro da interpessoalidade, o rio Juruá é colocado na posição de maior submissão no arranjo, em relação ao projeto da cidade e seus atributos.

Passando para a metafunção textual, o eixo vertical do projeto traz um tríptico que envolve a “zona rural” e a zona urbana, mediadas pela “zona suburbana”. Por sua vez, o eixo horizontal traz o levantamento hidrográfico como a informação dada e o projeto como a informação nova. O atributo que constitui o emoldramento entre

dato e do novo é o arruamento, opondo a floresta e a cidade. A zona urbana e suburbana tem seus atributos emoldurados por avenidas que evidenciam um compromisso ontológico e epistemológico na conexão do arruamento e o conceito de urbe. Ao contrário, a floresta, os seringais e a “zona rural” não são constituídos ou emoldurados pelo arruamento. O mesmo se pode afirmar das quadras da cidade. A saliência promovida pela repetição mecânica das quadras e das ruas retilíneas ao longo de todo o projeto lhe confere um ritmo afeto à epistemologia industrial que emana de uma transformação da prática urbana barroca aliada a uma distante raiz romana. Afora as ruas e as quadras, o atributo com maior saliência é o cruzeiro formado no cruzamento axial do plano. Por sua vez, o espaço do projeto que ganha maior foco no conjunto é o centro administrativo e comercial às margens do rio Juruá em razão da combinação das saliências dos atributos da cidade. Essa proximidade, mais do que externar a relação de solidariedade com o rio, expressa uma relação de poder materializada pelas epistemologias modernas que, por sua vez, sintetizam, à sua maneira, a transformação dos discursos religiosos, militares, científicos e industriais discutidos.

3.3 Os estratos da produção e distribuição

Os valores, legitimações e propósitos dizem respeito ao estrato do discurso (o quê). A maneira pela qual (como) o discurso é trazido para uma prática interativa diz respeito ao design. Os demais elementos (quem, onde, quando e com o quê) são instanciados nos estratos da produção e distribuição. Desse modo, o estrato da produção trata da materialização do texto pelo produtor, de acordo com o design planejado, segundo seus interesses. Quando os estratos da produção e do design estão separados, este guia o produtor na materialização do texto. Entretanto, conforme tratado previamente, as mídias eleitas para compor o arranjo também agregam sentido a ele, devendo ser analisadas em conjunto com o discurso e com o design. Além dos materiais significantes, as ferramentas e as substâncias utilizadas na produção acrescentam mais uma camada semântica ao texto e, por isso, devem ser incluídas na análise do discurso. O emprego das mídias como um recurso semiótico está

intimamente ligado aos órgãos do sentido sensibilizados por elas, bem como ao contexto social do qual o texto emerge. Dessa maneira, os interesses do articulador em relação às contingências materiais e sociais das mídias, das ferramentas e das substâncias é que guiarão as suas escolhas de produção.

A seu turno, o estrato da distribuição realiza a mediação da interação entre o articulador e o intérprete. Os problemas que esse estrato procura endereçar são a transmissão e a gravação do texto produzido e ele está sempre vinculado a processos tecnológicos. As tecnologias de transmissão dizem respeito à quantidade de pessoas atingidas pelo texto e a amplitude espacial desse alcance. As tecnologias de gravação estão vinculadas à preservação do texto no tempo, bem como à disjunção espacial e temporal entre o produtor e o intérprete e a consequente descontextualização da mensagem. Tendo em vista a conexão próxima entre os estratos da produção e da distribuição, eles serão analisados conjuntamente, conforme o avanço do trabalho.

Sobre o objeto do estudo, a planta da cidade é confeccionada em uma mídia de papel, o modo escrita faz uso de fontes tipadas, o modo desenho dá forma ao projeto e o seu emolduramento traz imagens fotográficas da cidade. Todas essas materialidades dizem respeito ao estrato da produção, agregam sentido ao texto e são analisadas em articulação com os estratos do discurso e do design, dentro de sua contextualização histórica.

3.3.1 Mídias, substâncias e ferramentas

A “Planta da cidade do Cruzeiro do Sul” analisada integra o “Relatório do Primeiro Semestre de 1906” apresentado ao Ministério da Justiça pelo prefeito do Departamento, como seu anexo de número dois. Ela tem como suporte uma mídia de papel, com palavras, imagens e desenhos gravados com tinta. Uma maneira de problematizar as escolhas dos produtores desse texto é se perguntar qual a técnica utilizada para a gravação e quais as alternativas preteridas. E mais, como foram possíveis as alternativas de produção à disposição dos articuladores no tempo da produção da planta?

Nessa linha, o papel como mídia tem uma longa história ao lado da humanidade e das cidades e, “No seu nível mais essencial, um bom papel torna manifesta a interação entre a natureza e os seres humanos [...]”¹³³ (BASBANES, 2014, p. 99). Essa mídia vem desempenhando papéis que vão desde o registro de estoques de grãos a suporte para livros sagrados e temporais, passando pela moeda, embalagem e higiene. Entretanto, a sua função como suporte para a escrita é a de maior destaque em sua história. Outras mídias utilizadas como base para a representação são a pedra, o couro, o tecido, a madeira, a cerâmica e placas de metal, entre outras. Certamente, em iguais condições, o papel possui uma menor durabilidade que materiais mais rígidos, como a cerâmica ou a pedra. Por outro lado, as características que o destacam delas são a leveza, flexibilidade, portabilidade, facilidade de armazenagem, baixo custo de fabricação e uma resistência grande o suficiente para exceder as vantagens das outras mídias (BASBANES, 2014).

O processo de fabricação do papel surgiu na China, por volta do ano 105 DC, embora recentes descobertas arqueológicas apontem para datas anteriores. Desde então, são três os ingredientes básicos para a sua produção: água, fibra de celulose e um molde de tela para a secagem da mistura, processo que se aproveita da força das pontes de hidrogênio para coesão da liga. Da China, as técnicas de manufatura da mídia passaram para a Península Arábica próximo do ano 630 DC. Lá, o papel serviu de base para “Era de Ouro Islâmica”, permitindo a compilação do conhecimento na língua árabe. Além disso, como a religião islâmica não permite a veneração de imagens, a tradição oral dos ensinamentos do Profeta Maomé foram transcritas para o Corão e a arte da caligrafia se sobressaiu como expressão de devoção religiosa. Os árabes levaram as técnicas de produção do papel para a Península Ibérica por volta do século XI, quando de sua expansão territorial pela Europa, daí se espalhando por todo o continente (BLOOM, 2001; HUNTER, 1978).

A produção do papel que segue uma temporalidade conectada com os ciclos da Natureza está ligada a um processo com bases familiares, que serve como índice da intimidade entre a matéria-prima e aqueles que as transformam. A mediação desse

¹³³ *On its most essential level, good paper makes manifest the interaction between nature and human beings [...].*

processo por máquinas se inicia na Europa com a introdução de moinhos para acionar martelos para a maceração da polpa de fibra, o que possibilitou o aumento de sua produção no continente, barateando o seu custo e, conseqüentemente, incrementando a sua disponibilidade. Por outro lado, essa nova prática semiótica diminuiu o contato do produtor com o produto, condição que é incrementada pela revolução técnico-científica, que introduz a produção do papel em bobinas a partir do fim do século XVIII. A fabricação do papel que acontecia junto da moradia familiar é então deslocada para a fábrica. Portanto, a transformação dessas práticas discursivas que envolvem a produção do papel reverberam com as transformações das concepções de natureza, assumindo o ritmo da modernidade tecnológica (HUNTER, 1978; KRESS; LEEUWEN, 2010; LENOBLE, 1990; MUMFORD, 1961).

O papel, por sua vez, é uma mídia apropriada ao uso da tinta pois, ao contrário do pergaminho de couro, que podia ser apagado com uma raspagem, ele absorve a tinta em suas fibras, que não pode ser apagada com facilidade. Tal característica torna o papel um meio apto para o registro fidedigno de ideias, eventos, instruções e suporte para um pensamento estruturado como a matemática. Dentre outras, a utilização do papel está intimamente conectada com a transformação das práticas semióticas vinculadas à difusão da oralidade no espaço pelo deslocamento temporal/espacial promovido pela escrita. A escrita provocou uma ruptura com a tradição oral, trazendo “[...] extensão da memória, a permanência de sua autoridade, e permitindo precisão técnica e legal, em resumo, uma ‘reestruturação da consciência’ que ela traz.” (KRESS; LEEUWEN, 2001). Essa disjunção temporal e espacial facilitou a administração burocrática de grandes cidades e impérios com o registro documental de suas atividades. Par e passo, o papel e a escrita influenciam a complexidade da atividade do design político, social, econômico e literário ao promover a disrupção entre o planejamento e a produção (BASBANES, 2014; KRESS; LEEUWEN, 2001; MUMFORD, 1961).

Contudo, o aumento da demanda pelo papel veio com o advento da prensa tipográfica de Gutemberg, no século XV. Técnicas de impressão já eram utilizadas durante a antiguidade chinesa com o desenvolvimento da xilografia, em que a

representação era gravada em relevo na madeira para então ser aplicada a tinta e pressionada contra o papel. A diferença entre elas é que a xilografia cristaliza a arte entalhada por não permitir grandes transformações na matriz. A tipografia, por sua vez, trabalha com tipos móveis que são montados e desmontados a cada uso. Outra diferença é que a xilografia favorece a impressão de imagens, ao contrário da tipografia, inicialmente vinculada à escrita propriamente dita. Essa mecanização da imprensa popularizou o modo escrito e, junto com o letramento iluminista, também teve influência sobre a demanda da produção do papel. A fabricação em massa dessa mídia foi possível com o desenvolvimento das novas fontes de matéria prima aliada à mecanização da tipografia e da indústria do papel no início do século XIX que, juntas, implementaram uma linha de montagem gráfica que transforma o impresso em uma commodity uniforme e repetível (BASBANES, 2014; HUNTER, 1978; MCLUHAN; FIORE, 1967).

A impressão de imagens teve na xilogravura em madeira seu suporte inicial, mas outras técnicas surgiram conforme as transformações sofridas pela prensa. A gravura de imagens por entalhe sobre suporte de metais como o cobre ou o zinco passaram a coexistir com a gravura na madeira com o surgimento de ferramentas de abrasão, tanto físicas como químicas, a exemplo do talho-doce (CARDOSO, 2008; FERREIRA, 1994). No entanto, para o escopo do presente trabalho, há a necessidade do aprofundamento da litografia, a escrita sobre a pedra. Essa técnica é utilizada para a impressão sobre o papel e seu processo foi desenvolvido pelo ator e escritor Alois Senefelder no ano de 1796, com a finalidade de publicar as suas peças em uma alternativa mais barata que a tipografia. Segundo o próprio autor, não foi ele mesmo o inventor da arte da impressão com a pedra, mas daquilo que chamou de “impressão química”, denominação relacionada com a tinta utilizada no processo (SENEFELDER, 1911). Se, por um lado, as prensas tipográficas promovem a adesão da tinta aplicada ao relevo do tipo à superfície da mídia por pressão física,

É diferente com a impressão química. Ela não depende da elevação ou da depressão do *design*. Ela depende do fato de que o design é revestido com uma preparação de tal natureza que após [receber] o corante de impressão, que é feita de uma substância similar, adere [à superfície] por causa de sua similaridade química; e mais ainda, porque todas as partes da superfície que

devem permanecer brancas, foram tratadas de modo a repelir o corante.¹³⁴
(SENEFELDER, 1911, p. 96)

Desse modo, valendo-se do princípio empírico da repulsão entre a água e o óleo, a litografia utiliza tintas gordurosas sobre uma pedra calcária, à qual ela adere sem a necessidade de entalhe. Essa característica, além de possibilitar uma maior liberdade criativa do desenhista, facilita o seu trabalho e acelera a produção, diferenciando-a das técnicas do entalhe em madeira ou metal. A litografia permite a produção do texto e da imagem na mesma matriz, ao contrário da tipografia, que necessita do entalhe em uma matriz independente dos tipos móveis. Posteriormente foi desenvolvida a zincografia, a impressão com tinta gordurosa em placas de metal (FERREIRA, 1994; REZENDE, 2005). Assim, “[...] toda a composição pode ser imaginada, realizada e impressa simultaneamente, o que promove o embricamento de texto e desenho, e favorece o tratamento do texto como imagem.” (REZENDE, 2005, p. 32).

Por sua vez, a fotografia, a escrita a partir da luz, foi desenvolvida no início século XIX, a partir de duas técnicas diferentes que faziam uso da sensibilização química de substâncias fotossensíveis aplicadas a diferentes mídias. No caminho da transformação ontológica colocada em marcha pelo Renascimento, as representações naturalísticas dos fatos como eles realmente são, ganham apelo entre a burguesia iluminista:

A fotografia foi a resposta final para um apetite social e cultural por uma representação mais precisa e realística da realidade, uma necessidade que teve suas origens na Renascença. Quando a representação idealizada do universo espiritual que inspirou a mente medieval não mais serviu aos propósitos das ascendentes sociedades seculares, seus lugares foram tomados por pinturas e trabalhos gráficos que retratavam a atualidade com uma maior verossimilhança.¹³⁵ (ROSENBLUM, 1997, p. 15)

134 *It is different with the chemical print. This does not depend on either elevation or depressing of the design. It depends on the fact that the design is coated with a preparation of such nature that afterward the printing color, which is made from a related substance, adheres because of its chemical similarity; and furthermore, because all parts of the plate that are to remain white, have been so treated that they repel the color.*

135 *The photograph was the ultimate response to a social and cultural appetite for a more accurate and real-looking representation of reality, a need that had its origins in the Renaissance. When the idealized representations of the spiritual universe that inspired the medieval mind no longer served the purposes of increasingly secular societies, their places were taken by paintings and graphic works that portrayed actuality with greater verisimilitude.*

O início da experimentação com a fotografia foi marcada por duas técnicas diferentes, que tinham como suporte diferentes mídias. A invenção do “daguerreótipo” por Daguerre foi publicada no ano de 1839 e fazia uso da fotossensibilização de uma placa de metal onde era impressa a luz que passava pela lente para dentro da câmara escura. A seu turno, a invenção do “calótipo” no ano de 1835 é creditada a Talbot, que empregava um processo de impressão por fotossensibilização de imagens e tons invertidos – o negativo –, que eram então “positivados” em uma mídia de papel. A diferença material dessas mídias também influenciou a sua distribuição, pois o daguerreótipo era uma peça única e o calótipo poderia ser reproduzido indefinidamente por meio do negativo original (KRESS; LEEUWEN, 2001; ROSENBLUM, 1997).

Outro desafio inicial das mídias fotográficas era o tempo de exposição que as mídias fotossensíveis deveriam permanecer expostas à luz dos objetos para uma impressão em detalhes. No início, o longo tempo de exposição necessário favoreceu o retrato de paisagens e objetos inanimados:

A facilidade de acesso, geralmente imóvel, e de apelo artístico reconhecido, paisagem, natureza e arquitetura forneceram sujeitos convenientes para os primeiros fotógrafos. O desejo por transcrições gráficas acuradas de todos os tipos de cenário – naturais e construídos – levaram a perfeição da *camera obscura* em primeiro lugar [...].¹³⁶ (ROSENBLUM, 1997, p. 95)

O aperfeiçoamento da técnica que necessitava de um menor tempo de exposição permitiu a representação de pessoas em maior modalidade naturalística. Posteriormente, outras mídias utilizadas no processo fotográfico foram o vidro, o albúmen e o carbono que também contribuíram para as tentativas de representação impessoais do objeto. No ano de 1889 foi introduzido o filme de celuloide transparente em rolo, que aumentou a sensibilidade da mídia, diminuiu o tempo de exposição e popularizou as câmeras portáteis. As fotografias panorâmicas de cenas urbanas tiveram um apelo especial nos Estados Unidos, onde a expansão das cidades foi tema recorrente de fotógrafos. Lá, as imagens que retratam a grandiosidade de uma natureza considerada prístina, ao mesmo tempo em que invocam um discurso romântico,

136 *Easy of access, generally immobile, and of acknowledged artistic appeal, landscape, nature, and architecture provided congenial subjects for the first photographers. The desire for accurate graphic transcription of scenery of all kinds – natural and constructed – led to the perfection of the camera obscura in the first place [...].*

caminham de mãos dadas com a exploração do oeste auxiliada pelas ferrovias (ROSENBLUM, 1997).

A entrada da fotografia na era industrial da reprodução em massa vem com a união da captura da imagem e sua inserção em uma prensa. As xilogravuras e litografias elaboradas a partir de uma fotografia necessitam da intervenção de um artista chamado de desenhista ou gravador, que entalha ou desenha diretamente na matriz a reprodução da imagem fotográfica, criando uma nova, à sua maneira. A fototipia ou autotipia são inovações que permitem a gravação da fotografia a partir de seu negativo diretamente na pedra litográfica ou no clichê tipográfico, processo que exclui a mediação do desenhista entre a fotografia e a impressão. Essas transposições entre diferentes modos e mídias, além de influir no estrato da distribuição sob a perspectiva da reprodutibilidade, implicam uma recodificação do objeto semiótico em um novo contexto, alterando seu sentido. Ainda, as limitações materiais do estrato da produção e distribuição influenciam o estrato do design na medida em que, no início, as imagens eram produzidas/reproduzidas em páginas diferentes do texto escrito dentro de uma obra como um livro ou um jornal. Posteriormente, há uma integração entre texto e imagem, que passam a compor o mesmo arranjo semiótico (ANDRADE, 2005; CHARTIER, 1999; FERREIRA, 1994; KRESS; LEEUWEN, 2001; REZENDE, 2005).

Traçado o panorama contextual e, dado que os modos e mídias eleitos pelos articuladores influenciam a semântica do arranjo, a análise dos estratos da produção e distribuição da “Planta da Cidade do Cruzeiro do Sul” necessita da investigação das técnicas de produção e distribuição disponíveis no tempo e local de sua produção. No Brasil Colônia, a imprensa e a divulgação de impressos foi proibida pela Corte portuguesa, que controlava sua distribuição, inclusive com notícias de destruição de algumas tipografias nesse período. Desse modo, a pequena demanda literária foi suprida por publicações europeias. Esse cenário muda com a chegada da família imperial ao Rio de Janeiro, no ano de 1808, quando funda estabelecimentos com funções editoriais equipados com tipografias e xilogravuras, como a “Impressão Régia”, o “Arquivo Militar” e o “Collegio das Fabricas”. Mais tarde, a “Impressão Régia” será transformada na “Imprensa Nacional”. Na sequência, a litografia chega ao Brasil pelas

mãos do francês Arnaud Pallière, que instala um ateliê litográfico no Rio de Janeiro, no ano de 1817. A fotografia, por sua vez, aporta no ano 1840 com o patrocínio da família imperial. Concomitantemente, instalaram-se fábricas de papel para atender a demanda nacional (CARDOSO, 2008; FERREIRA, 1994; MARTINS, 2008; MOREL, 2008).

Portanto, se é verdade que o Brasil-Colônia tardou muito a integrar-se ao circuito de produção e consumo de livros que marcou a Europa entre os séculos XVI e XVIII, é igualmente verdadeiro que o Brasil-Império ingressou praticamente ao mesmo tempo que a Europa e os Estados Unidos no novo regime industrial de comunicação visual, pois é notório que a litografia e a fotografia foram introduzidas no Brasil em virtual simultaneidade à sua disseminação no resto do mundo. (CARDOSO, 2005, p. 164)

Portanto, as transformações técnicas de impressão de texto e imagens no Brasil acompanharam par e passo as mudanças europeias subsequentes. Assim, no ano de 1906, as alternativas disponíveis para a produção da “Planta da cidade do Cruzeiro do Sul” são a xilogravura, a tipografia, o talho-doce, a litografia, a zincografia e a fototipia.

Para a determinação de sua técnica de produção, a planta foi apresentada primeiro para o professor Ademir Matias de Almeida, tipógrafo e proprietário da Tipografia Matias, na cidade de Belo Horizonte, que afirmou que não se tratava de um trabalho de tipografia, mas possivelmente de litografia. Então, buscou-se apoio do Ateliê Livre, na cidade de Porto Alegre, oportunidade em que a planta foi apresentada para a professora Miriam Tolpolar, que afirmou em entrevista que a planta possivelmente fez uso da zincografia e não da litografia em pedra (MATIAS DE ALMEIDA, 2021; TOLPOLAR, 2021). De fato, a ausência dos sulcos característicos da xilogravura e do talho-doce afastam estas técnicas como produtoras da planta (GASCOIGNE, 2004). Por sua vez, a grande integração entre o desenho e a escrita, tanto no cabeçalho como no projeto, excluem a tipografia e a impressão de fotos por clichê tipográfico.

No entanto, a dúvida permanece quanto à técnica utilizada para a gravação das fotografias na matriz de metal, que aponta para duas possibilidades. A primeira é que as imagens da cidade de Cruzeiro do Sul são uma reprodução litográfica a partir de fotografias, por intermédio das habilidades artísticas de um desenhista ou gravador. A segunda é que a reprodução das fotografias lançou mão da fototipia, técnica que exclui

a intervenção artística do processo e confere um caráter objetivo para a reprodução. O método para a diferenciação dessas técnicas está na granulação aleatória da imagem fototipada observada quando de sua ampliação, em comparação com o desenho litográfico. Ainda, a granulação aleatória distingue a fototipia do clichê tipográfico, que possui uma granulação simétrica (FARIA, 2020; GASCOIGNE, 2004). Infelizmente, não foi possível o acesso físico ao objeto de estudo durante o tempo da pesquisa e a baixa resolução da reprodução da planta disponível no *site* da Biblioteca Nacional confunde a granulação da imagem analógica com os pixels da imagem digital. Mesmo assim, comparando seções escuras da linha da moldura da planta com seções escuras das imagens da cidade, com uma ampliação digital de 200%, percebe-se uma diferença de granulação que aponta para o emprego da técnica da fototipia na reprodução das imagens da cidade.

Figura 65 – Granulação



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Seguindo o raciocínio, nota-se na parte inferior da planta uma referência à “Imp. Nacional” como o estabelecimento que mediou a sua produção. Logo, pode-se inferir que tanto as fotografias que retratam partes da cidade de Cruzeiro do Sul como o levantamento topográfico do projeto foram levados ao Rio de Janeiro, sede da Imprensa Nacional. Se a fotografia materializa o fato tal qual a realidade, a possível utilização da técnica da fototipia aponta para uma reprodução objetiva das imagens fotográficas, tal qual elas foram produzidas, sem o intermédio da subjetividade de um

artista. O emprego da zincografia, por sua vez, permite a reprodução em massa do texto, tal qual o arranjo original. Desse modo, a fototipia responde aos discursos da concepção de uma Natureza que opera por leis gerais e que, por isso, existe de maneira objetiva e independente da vontade humana. Por sua vez, a impressão zincográfica resolve o problema da integração de diferentes modos em um mesmo arranjo, ao mesmo tempo em que responde aos discursos técnico-científicos do industrialismo moderno, ao permitir a reprodutibilidade do texto sem a necessidade de uma intervenção artística humana a cada cópia. Junto com o estrato do design, o estrato da produção se alinha com o estrato do discurso e aponta para os interesses modernos de seus articuladores.

3.3.2 O recurso da proveniência e a semântica da distribuição

Continuando a análise da planta, especificamente dentro do estrato da produção, o conceito de proveniência mencionado na subseção 3.4 também agrega sentido ao texto quando importa signos de outros contextos. Tal conceito é inspirado na noção de mito e conotação. Pensando na linguagem, a denotação é o sentido literal de uma palavra ou enunciado. A conotação, por sua vez, é um sentido figurado construído acima do sentido denotativo. Essa camada conotativa que cobre a denotativa é chamada de mito por teóricos estruturalistas. Ela é ideológica no sentido de que é trazida de outros espaços, tempos ou grupos sociais e significa “[...] um complexo de ideias e valores que são associados a aquele ‘outro’ domínio por aqueles que realizam a importação.”¹³⁷ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 72).

A proveniência, por invocar discursos inteiros de modo condensado, possui a característica de imprecisão. Seu sentido é vago e representa uma versão da realidade agregando juízos de valor que são subentendidos. Do ponto de vista do lugar de origem do signo da proveniência, os discursos invocados são geralmente de grande relevância e de grande carga afetiva. O signo baseado na proveniência traz um conhecimento não estruturado que promove uma ligação direta entre os estratos do discurso e da produção, sem passar pelo design. A não sistematização do discurso pelo design

137 [...] a complex of ideas and values which are associated with that ‘other’ domain by those who do the importing.

diminui a importância deste, nos sentidos veiculados pela proveniência. Sua não sistematização (ausência de gramáticas) dá a esses signos a característica de invenções originais (KRESS; LEEUWEN, 2001).

Com esses conceitos em mente, é possível partir para a interpretação dos participantes representados da planta e sua integração com as mídias, as substâncias e as ferramentas utilizadas na produção do texto. Iniciando pelo cabeçalho da planta, verifica-se que ele utiliza o modo escrita, que assume a forma de tipos móveis, como em uma prensa tipográfica. Entretanto, a produção do cabeçalho pela técnica da zincografia exigiu um desenhista que desse forma àquelas letras, que pode ser claramente notada pela inclinação gradual das linhas paralelas que preenchem o trecho “Planta da Cidade”, o que não é possível em uma prensa tipográfica. Percebe-se, portanto, que mesmo que as letras tenham sido desenhadas por uma pessoa, a subjetividade das fontes é afastada, para se aproximar da forma assumida pela escrita produzida por meio de uma prensa tipográfica.

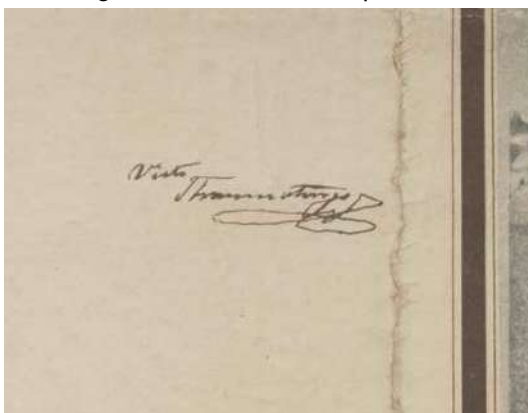
Figura 66 – Arco e cornija



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

O contrário pode ser observado quando o prefeito Thaumaturgo firma sua assinatura na planta em letra cursiva, atestando o seu aceite e assumindo a responsabilidade como articulador. Se de um lado as fontes que remetem aos tipos impressos procuram trazer uma objetividade técnica para o arranjo, a assinatura do prefeito atribui uma identidade autoral ao texto.

Figura 67 – Controle de qualidade



Fonte: Excerto de DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ (1906a)

Nesse ponto, fica pertinente a análise da estratificação semiótica que também transparece no estrato da produção. Os estratos do discurso, design, produção e distribuição, longe de serem categorias abstratas, são representações de práticas sociais concretas. Portanto, “Quando ‘tipos de práticas’ em profissões ou outros espaços de trabalho mudam, por exemplo, também mudarão os ‘tipos de práticas’ em termos semióticos.”¹³⁸ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 122). Segue que aquilo que constitui uma prática semiótica (um design, um modo, pex.) não é algo absoluto, mas possui um lugar no tempo e no espaço de contextos sociais específicos. Conclui-se, com isso, que as representações semióticas são representações de práticas sociais e, por isso, as estratificações semióticas em diferentes atores demonstram uma estratificação social. A concepção do discurso, do design, da produção ou da distribuição por diferentes atores indica uma estratificação da prática social onde a prática semiótica está inserida e é um indício da presença de hierarquia. A sua concentração, o contrário. O texto sob análise traz textualmente a estratificação das práticas semióticas, pois refere que os discursos são estabelecidos pelo prefeito Thaumaturgo e ao menos o design do projeto é estabelecido pelo engenheiro e produzido pelo desenhista. Outra hipótese plausível é de que o litógrafo da Imprensa Nacional foi o responsável pela produção final e materialização dos modos eleitos no design. A hierarquia, por sua vez, além daquela já tratada no estrato do design, aparece

¹³⁸ *When ‘kinds of doings’ in professions or other workplaces change, for instance, so will ‘kinds of doing’ in semiotic terms.*

também no estrato da produção, com o controle de qualidade pessoal das decisões de design, produção e distribuição materializada pelo “Visto” do prefeito Thaumaturgo sobre a planta.

Ainda dentro do cabeçalho, o arco formado pelo conjunto “Planta da Cidade” e o desenho que o envolve, a cornija, também invocam sentidos externos ao contexto onde estão inseridos. Pode-se afirmar o sentido denotativo do arco como uma técnica de construção arquitetônica onde uma “estrutura curva que descansa em colunas ou muros permite a criação de vãos em um espaço arquitetônico.”¹³⁹ (PALMER, 2008, p. 27). A cornija, por sua vez, é um ornamento que se localiza na parte superior de um elemento arquitetônico ou um móvel (“Cornija”, 2021). O arco ornado com cornijas é comumente encontrado nos portões de acesso a prédios ou dos muros das cidades europeias. Desse modo, a importação desse recurso semiótico para o contexto da planta invoca os discursos de identidade de uma cidade em relação ao seu entorno, bem como a sua apresentação para aqueles que a veem de fora e estão prestes a nela ingressar. Ainda, chama a atenção os ornamentos geométricos da cornija, formada por retas, ângulos e espirais que remetem à precisão da Natureza matemática.

Outros participantes representados que também fazem uso do recurso da proveniência e que já tiveram o seu sentido explorado no estrato do design são as linhas sinuosas dos parques, a flecha indígena, os desenhos geométricos da moldura, a cobra e o cruzeiro.

Problematizando-se o estrato da distribuição, relembra-se que ela possui dois aspectos, a gravação ou recodificação e a transmissão. Analisando-se as fotografias da planta, sob esse estrato, percebe-se que elas gravam ou recodificam “partes da cidade” que constituíam objetos semióticos tridimensionais por si sós, em uma mídia fotossensível bidimensional. Tal processo acarreta, ao mesmo tempo, uma transformação da multimodalidade e do contexto de interpretação do signo semiótico. Ainda, a transmissão do objeto semiótico fotografado é alterada pelo incremento da possibilidade de sua distribuição. A disjunção espacial e temporal entre o articulador e o intérprete afasta, portanto, a ideia da “perda da aura” pela reprodução mecânica da

139 [...] a curved structure that rests on posts or walls and allows for the spanning of an architectural space.

natureza, proposta por Walter Benjamin (2008, p. 23), diante da ressignificação da fotografia como um outro texto passível de novas interpretações, eis que o sentimento de perda é experienciado especialmente por “aqueles que tem algo a perder.”¹⁴⁰ (KRESS; LEEUWEN, 2001, p. 89). Em outro espaço-tempo, essas fotografias foram novamente recodificadas no processo de produção da planta pela aplicação da técnica da fototipia, operando-se uma nova recodificação e alterando a sua forma de transmissão.

Por sua vez, a zincografia tomada como o processo de produção do arranjo da planta também implica uma disjunção espacial e temporal entre os articuladores e os intérpretes. Além disso, ela permite a impressão de mais de um exemplar idêntico. Nesse caso, no entanto, as facetas da gravação e transmissão se fundem, pois há a gravação de diversas cópias sem a necessidade de recodificação do texto por outro aparelho tecnológico para que a transmissão aconteça, como na fotografia. E, embora não se saiba a tiragem, o que se pode afirmar é que o exemplar analisado integrava o “Relatório do Primeiro Semestre de 1906” apresentado ao Ministro da Justiça, na capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. E já que a finalidade do projeto era ser executado na capital do Departamento, provavelmente, havia mais um exemplar idêntico na sede da Prefeitura. Nesse último contexto, há um controle concentrado da distribuição da planta, na modalidade de transmissão, pela Prefeitura do Departamento aos municípios, pois era ela quem detinha o exemplar. E aqui cabe uma última anedota sobre o objeto da pesquisa, que é a notícia da subtração de uma de suas cópias pelo seu próprio desenhista, Germano Franck, que, ao que parece, desentendeu-se com o prefeito do Departamento que sucedeu o coronel Thaumaturgo, Virgolino de Alencar:

As pessoas, cinco ou seis, que se retiraram desta cidade, sahiram expontaneamente, porque a consciência lhes doia. Foram-se o Sr. Jorge Penha, que já não podia ser Juiz; O Sr. Franck, que levou consigo a copia da planta da cidade; o Sr. Victorino Raposo, que aqui tem estado varias vezes depois disto e só foi demitido ultimamente por solicitar. (O CRUZEIRO DO SUL, 1907, p. 1)

Mais que uma curiosidade, a anedota mostra como o estrato da distribuição permite a construção de diferentes sentidos ao texto distribuído diante das diferentes interpretações decorrentes do contexto das práticas discursivas. A cópia da planta

¹⁴⁰ [...] *who have something to lose, [...]*.

analisada integra as práticas sociais do dito “Relatório Semestral”, em uma espécie de prestação de contas da administração do Departamento ao Governo Federal, assumindo a semântica daquele contexto. A cópia subtraída, por sua vez, se localizava na sede do Departamento, ressignificada como um modelo para as práticas sociais do espaço urbano, rural e florestal.

Por fim, pode-se concluir com uma integração dos três grupos principais de participantes representados da planta. Pensando na moldura, ela mesma é um recurso semiótico que teve início nos quadros renascentistas naturalistas, para separar a representação de seu entorno, como uma janela para uma outra realidade. A moldura da planta, portanto, separa a representação do projeto da cidade, da realidade de seu entorno, delineando o seu espaço e conferindo coesão aos seus participantes representados. Entretanto, quando esta moldura traz representações mecânicas de partes da cidade, é a própria moldura que traz a realidade, objetivamente representada. Desse modo, se as fotografias representam a cidade como ela é, o projeto representa o que a cidade será. A intercalação entre as imagens naturalísticas da cidade com os desenhos geométricos de orientação tecnológica propõe uma descontinuidade da Natureza primitiva retratada e invoca a sua submissão às leis gerais da Natureza ordenada pelo ser humano civilizado. Por sua vez, a marginalização da floresta nas imagens da cidade a colocam duplamente afastada do projeto de modernidade, pois a floresta é marginalizada dentro das fotografias que, por sua vez, constituem-se elas mesmas em margem para o projeto. Interessante notar, contudo, que a moldura não separa o cabeçalho do projeto e nem envolve a parte superior onde esse cabeçalho é situado, estabelecendo que o Departamento do Alto Juruá, além de exercer uma relação de poder sobre o projeto, não está limitado pela realidade primitiva do presente da cidade, que será alterada com o domínio racional das leis da Natureza. Mais do que um projeto urbanístico, a “Planta da Cidade do Cruzeiro do Sul” projeta uma identidade civilizada de seus supostos habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da “Planta da cidade do Cruzeiro do Sul” revela sua natureza semiótica de produto social articulado com a finalidade de conformar comportamentos sociais dentro de uma ideologia a respeito das concepções de Natureza e cidade. A pesquisa procurou responder como a relação entre os discursos a respeito da Natureza e da cidade convergem na semântica da articulação da Planta da cidade de Cruzeiro do Sul, interpretando o referido objeto sob a perspectiva teórica da semiótica social.

O primeiro objetivo específico foi estabelecer as bases da teoria da semiótica social e de sua análise multimodal do discurso. Como a teoria procura compreender a semântica de textos multimodais, compostos por diversos modos além da fala ou escrita, a planta se constitui como um objeto apropriado para estudo pela perspectiva teórica referida, pois ela mesma é composta pelos modos fotografia e desenho, além da escrita. Ao integrar a semântica da materialidade multimodal do texto à sua dimensão social e diacrônica, a teoria permite uma abordagem relacional na sua perspectiva vertical, entendida como profundidade temporal, e horizontal, compreendida como as relações sociais e materiais que o envolvem. Essa abordagem histórica procura se afastar de um determinismo causalista que pode ser encontrado na temporalidade linear cristã, na temporalidade dialética de Hegel ou na temporalidade circular em determinados pensamentos holísticos. Assumindo a postura que a linguagem se constitui como um sistema dinâmico aberto, a teoria adota uma noção de temporalidades transformacionais, no sentido de que as rupturas e continuidades são igualmente importantes para a ação interpretativa e que cada novo texto articulado e interpretado compõe e constrói, simultaneamente, a própria Natureza. Dessa maneira, embora a teoria tenha como ponto de partida a materialidade do texto, é possível afirmar que ela se afasta do empirismo lógico. Mais ainda, quando a teoria afirma que o sentido do texto emana de acordo com o contexto social específico, que inclui as relações de poder e solidariedade que envolvem os articuladores e intérpretes de acordo com os seus interesses, adiciona-se uma dimensão afetiva à moldura analítica que escapa à racionalidade objetiva. Conclui-se que a opção por um discurso ou outro é afetiva e não racional e que as ideologias são arranjos discursivos específicos

baseados nessas afetividades, interesses. A ubiquidade ou não de uma ideologia decorre das relações sociais de poder e solidariedade que a envolvem.

Trazendo novamente o conceito de linguagem como sistemas dinâmicos abertos para a atenção, é possível afirmar que a semiótica social escapa da crítica pós-estruturalista a respeito do relativismo narcísico do ato interpretativo que encontra o próprio autor ao final da análise. Isso porque, ao mesmo tempo em que o texto é articulado e interpretado, o articulador, o intérprete e a Natureza já não são mais os mesmos. Da mesma maneira, deve-se ter cuidado ao se utilizar a expressão “análise crítica do discurso” no sentido de que não há uma semântica do texto que estava oculta e que foi desvelada pela análise sociosemiótica, pois isso equivaleria a afirmar que há uma semântica absoluta e prévia ao ato interpretativo.

Portanto, os estratos do discurso, design, produção e distribuição auxiliam na interpretação semântica de textos que têm a natureza de práticas sociais concretas, que se transformam de acordo com o contexto social onde estão inseridas, constituindo-o. Como diferentes práticas podem ser agregadas e outras estratificadas em um mesmo tempo e espaço, aspectos políticos, econômicos, naturais, etc. também devem ser levados em conta na análise.

Com ousadia, pode-se concluir que a análise sociosemiótica do discurso pode ser conceituada como uma indução transsemântica de transafetividades determinadas pelo contexto social. Assim, a diversidade de modos, a multimodalidade como constituinte dos textos, deve ser compreendida dentro dessa moldura transformacional.

Os segundo objetivo específico, tido como a contextualização diacrônica e paradigmática dos discursos sobre cidade e Natureza e sua relação com a planta da cidade de Cruzeiro do Sul, é estabelecido dentro dessa moldura que demanda a contextualização transformacional da planta da cidade. O terceiro objetivo específico foi estabelecido como a análise semântica da planta da cidade de Cruzeiro do Sul, com a integração dos estratos do discurso, design, produção e distribuição dentro de seu contexto diacrônico e de suas relações de poder e solidariedade. Embora seja comum a enumeração de objetivos específicos como antecedentes lógicos uns dos outros, como

acontece em relação ao primeiro objetivo específico, é interessante notar que o segundo e terceiro objetivos específicos são complementares e foram cumpridos ao longo de toda a interpretação realizada na terceira seção, pois além da não hierarquia entre os estratos semânticos, a diacronia e contextualização social acontecem simultaneamente em cada um deles.

Dessa maneira, a análise do estrato do discurso procurou trazer as transformações sobre as versões da realidade a respeito das concepções sobre Natureza e cidade no tempo e no espaço, conectando-as com os discursos invocados na articulação da planta da cidade. Concluiu-se que apesar de a planta ter sido articulada em um tempo histórico inserido dentro da modernidade industrial impulsionada pelo extrativismo da borracha o qual, por sua vez, era movido pelo crédito a vapor, as fontes do período permitem inferir que os discursos invocados pelos seus articuladores trazem, ao mesmo tempo, transformações de concepções sobre a Natureza e a cidade de ascendência religiosa, militar, hierárquica e científica, os quais convergem para se configurar em uma ideologia civilizatória de relações sociais conformadas no e pelo espaço. Essa convergência de concepções sobre a realidade identificada na planta por meio do estudo diacrônico, mais do que sugerir uma contradição ontológica e epistemológica, evidencia que a eleição dos discursos articulados no texto tem como origem os interesses, as intencionalidades afetivas que respondem às relações de poder e solidariedade daquele contexto social específico.

Por sua vez, tendo em mente a definição de que o design é o meio para a realização do discurso, é nesse estrato que os articuladores atribuem coerência à maneira pela qual os modos eleitos são organizados no arranjo da planta, de acordo com a convergência das transformações das versões sobre a realidade invocada. Os modos escolhidos foram a escrita e o desenho para o cabeçalho, o desenho e a escrita para o projeto e a fotografia, o desenho e a escrita para a moldura, dentro de uma prática discursiva genericamente denominada de planta da cidade. Dentro da teoria da semiótica social, a análise do estrato do design fez uso da gramática visual e da gramática funcional tidas como recursos semióticos para a produção de sentido. Ela foi organizada de acordo com as metafunções da linguagem, conceituadas como as

funções que devem ser cumpridas simultaneamente por um ato comunicativo, para que a comunicação aconteça.

Pela metafunção ideacional, definida como a representação da experiência do articulador, o conjunto dos modos da planta trazem um arranjo analítico em uma estrutura de parte-todo, de maneira que os modos escrita, desenho e fotografia compõe aquilo que se chama de “Planta da Cidade do Cruzeiro do Sul”. Igualmente, a moldura da planta, por meio dos modos desenho e fotografia também fazem uso de processos analíticos para afirmar aquilo que se compreende por Natureza e cidade. A análise espacial do cabeçalho, a seu turno, lança mão de um processo taxonômico para definir uma versão hierarquizada do contexto social e suas práticas discursivas no momento de sua articulação.

Por sua vez, a metafunção interpessoal traz em sua semântica as relações sociais de poder e solidariedade existentes entre os participantes interativos e os participantes representados envolvidos no ato comunicativo. Pensando que os participantes interativos da planta estão separados no tempo e no espaço, as relações sociais e os possíveis intérpretes do texto são projetadas na planta da cidade pelos seus articuladores. Em conjunto, os três participantes representados (cabeçalho, moldura e projeto) surgem com seus ângulos horizontal e vertical de maneira frontal e direta, fazendo uso de uma distância social que colocam o intérprete em uma posição de grande envolvimento, igualdade e com um distanciamento impessoal, próprios de atos normativos de raiz iluminista. No entanto, no projeto da cidade individualmente considerado, foi eleito um ângulo perpendicular de cima para baixo que localiza o intérprete em uma relação de poder máximo sobre as representações da natureza urbana e florestal, colocando-as sob os seus pés. E essas posições são afirmadas com alto grau de modalidade pela proximidade com a verdade que pretende afirmar, pensada dentro de seu contexto de articulação, onde prevalece uma orientação de codificação tecnológica que abraça uma impessoalidade objetiva e racional da realidade.

A metafunção textual contempla o arranjo como um todo, tratando da relação entre os participantes representados e entre estes e o intérprete nos termos de sua

estrutura horizontal (dado e novo), vertical (ideal e real), saliência e seu emolduramento. A moldura fotográfica envolve de maneira radial o arranjo, de modo que a estrutura vertical entre o ideal e o real é estabelecida entre o cabeçalho, que ocupa a parte superior, e o projeto, disposto abaixo dele. A saliência do cabeçalho dá evidência ao processo taxonômico hierárquico em combinação com a sua posição na parte ideal da composição, deixando o real com a representação da natureza objetiva trazida pelo projeto. Este, por sua vez, tem como participantes com maior saliência as quadras e o arruamento que dão forma a um plano ortogonal que abriga o centro político, industrial, religioso e comercial no espaço próximo ao rio Juruá e a um cruzeiro que ganha corpo em seu centro axial. Ao mesmo tempo, as ruas emolduram a zona urbana, estabelecendo aquilo que faz parte dela, separando-a da floresta a sua volta.

Os estratos da produção e distribuição trataram das mídias, ferramentas, substâncias e técnicas eleitas para a materialização dos discursos organizados pelo design da planta. O papel foi escolhido como suporte para a gravação dos participantes representados com a técnica da zincografia, que possibilita a combinação entre a escrita e a imagem em um arranjo integrado. O cabeçalho faz uso de fontes tipadas que remetem à prensa tipográfica e o projeto possui uma precisão topográfica que invoca as abstrações científicas. As fotografias fototipadas na planta também invocam uma representação naturalista e objetiva da realidade. Somados ao formato quadrado do papel e a possibilidade de impressões seriadas e homogêneas do texto, a tipografia, as fototipias e a zincografia permitem afirmar que os estratos da produção e distribuição encontram-se dentro de uma semântica técnico-científica industrial.

Portanto, para a articulação da sua versão da realidade, os articuladores se valem de discursos que possuem raízes em uma metafísica cristã quando as ruas axiais do projeto tomam a forma de um cruzeiro. Ao mesmo tempo, a especificação do hemisfério ao qual pertence esse cruzeiro, o hemisfério sul, invoca os discursos científicos de origem nas grandes navegações renascentistas. A metafísica cartesiana, quando separa o corpo da mente por esta ser o atributo distintivo entre seres humanos e animais, tem em sua raiz uma Natureza organizada por tipos derivada da metafísica cristã, que posiciona esses seres humanos fora e acima dela. É essa ascendência

metafísica que é invocada na Natureza hierárquica deduzida da sociossemântica do cabeçalho da planta, para onde convergem discursos barrocos, militares e patrióticos e os interesses a eles vinculados. Os discursos de uma Natureza como um conjunto de relações de causas e efeitos recíprocos decorrentes de uma lei prévia, objetiva e ubíqua também estão presentes nas epistemologias republicanas de igualdade legislativa que cercam a planta da cidade, que é imposta a todos igualmente, inclusive aos governantes, para livrá-los do mal primitivo. Entretanto, o emolduramento da cidade por seu arruamento afasta a concepção de um universo infinito e inter-relacional e transforma a linearidade temporal cristã para definir a floresta como não-cidade primitiva.

Esse caldo discursivo encontrado em razão do levantamento das circunstâncias históricas e sociais das transformações ontológicas e epistemológicas configuram-se em contextos distantes e próximos do momento de produção da planta, influenciam sua articulação e colaboram com a interpretação indutiva dos interesses civilizatórios desses articuladores. Como um produto do afeto, e não da razão, a relação dos discursos entre a Natureza e a cidade convergem na “Planta da cidade de Cruzeiro do Sul” em um arranjo que pode ser compreendido como um projeto de transformação de uma Natureza primitiva em uma Natureza civilizada, cristã, científica, hierárquica e industrial que, a partir daquele momento, passava a integrar a pátria republicana brasileira.

Para aqueles que não habitam em Cruzeiro do Sul, uma visita pessoal ou virtual é suficiente para notar que o sonho de modernidade não foi subtraído junto com a planta da cidade. Entretanto, a discussão da presente pesquisa buscou interpretar as relações entre as concepções de Natureza e cidade articuladas na planta a partir de seu contexto temporal, sem incursionar no tempo presente ou partir para a forma tridimensional da cidade. Mesmo assim, a análise da planta é pertinente, pois ela se constitui como uma prática discursiva conformadora de comportamentos sociossemióticos que, em maior ou menor medida, constitui as práticas discursivas do presente. Isso porque

[...] os prédios falam e agem, não menos que as pessoas que os habitam; e por meio das estruturas físicas dos eventos passados da cidade, decisões feitas há muito tempo, valores formulados e alcançados, permanecem vivos e exercem uma influência. [...] imagens subjetivas, ideias, intuições, somente parcialmente formadas em sua expressão original, do mesmo modo assumem atributos materiais, em estruturas visíveis, cujo tamanho, posição, complexidade, organização e forma estendem a área do sentido e do valor, de outro modo inexprimíveis. O design da cidade é, portanto, o ponto culminante de um processo social de materialização.¹⁴¹ (KOSTOF; TOBIAS, 2017, p. 113)

Essas formas, a materialização da cidade em si, e as consequências de sua relação com a planta da capital do Departamento do Alto Juruá e seus discursos sobre a Natureza e a cidade constituem um amplo espaço, aberto para pesquisas futuras. Por fim, espera-se que o estudo da planta da cidade contribua com a construção da compreensão transformacional das ontologias sobre a Natureza e a cidade a partir dos interesses socialmente considerados e com a construção de relações transformacionais dos interesses do presente e suas práticas discursivas (in)consequentes.

141 [...] buildings speak and act, no less than the people who inhabit them; and through the physical structures of the city's past events, decisions made long ago, values formulated and achieved, remain alive and exert an influence. [...] subjective images, ideas, intuitions, only partially formed in their original expression, likewise assume material attributes, in visible structures, whose size, position, complexity, organization and shape extend the area of meaning and value, on the other hand. inexpressible mode. The city's design is, therefore, the culmination of a social process of materialization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGASSIZ, L. **Voyage au Brésil**. Paris: Librairie Hachette, 1872.

ALBUQUERQUE, G. Nas margens do Aquiry: leituras e traduções sobre a cidade de Rio Branco – Acre. In: ALBUQUERQUE, G. R. DE; NENEVÉ, M.; SAMPAIO, S. M. G. (Eds.). **Literaturas e Amazônias: colonização e descolonização**. Rio Branco: Nepan Editora, 2015. p. 255–284.

ALBUQUERQUE, G. Um mercado, uma cidade: memórias arquitetônicas, narrativas etnográficas e memórias dos becos. In: ALBUQUERQUE, G. R. DE (Ed.). **Das margens**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016a. p. 195–224.

ALBUQUERQUE, G. Leituras de Stuart Hall em cenários amazônicos. **Projeto História**, n. 56, p. 149–184, 2016b.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. DE. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

ANDRADE, J. M. F. DE. Do gráfico ao foto-gráfico: a presença da fotografia nos impressos. In: DENIS, R. C. (Ed.). **O design brasileiro, antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: CosacNaify, 2005. p. 60–95.

ANÔNIMO. **The Map Psalter**. England: The British Library, 1262.

ARAUJO, E. M. DE. **Cruzeiro do Sul: conquistas e perspectivas**. Cruzeiro do Sul: Peregrino, 2016.

ARAÚJO, R. M. DE. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP publicações, 1998.

ARAZENS ROSAS. **O Cruzeiro do Sul: Órgão do Departamento do Alto Juruá**, p. 4, 1916. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

AZEVEDO, G. T. DE A. **Relatório anual de 1905**. O Cruzeiro do Sul: Órgão do Departamento do Alto Juruá, 1906a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

AZEVEDO, G. T. DE A. **Relatório do primeiro semestre de 1905**. O Cruzeiro do Sul: Órgão do Departamento do Alto Juruá, 1906b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

AZEVEDO, G. T. DE A. **Relatório do primeiro semestre de 1906**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906c.

AZEVEDO, G. T. DE A. **Relatorio do segundo semestre de 1906**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906d.

BARROS, F. DE. **Prisão de jagunços pela cavalaria**, 1897. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pris%C3%A3o_de_jagun%C3%A7os_pela_cavalaria.jpg>. Acesso em: 29 ago. 2020

BASBANES, N. A. **On paper: the everything of its two-thousand-year history**. New York: Vntage Books, 2014.

BECKER, B. K. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BENJAMIN, W. The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction. **illuminations**, p. 19–55, 2008.

BERNSTEIN, P. L. **Against the gods: the remarkable story of risk**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

BERREDO, J. DE. A capital do Departamento. **O Cruzeiro do Sul: Órgão do Departamento do Alto Juruá**, p. 4, 1906. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

BIARD, A. F. **Deux années au Brésil**. Paris: Imprimerie de Ch. Lahure et Cie., 1862.

BLOOM, J. **Paper before print: the history and impact of paper in the Islamic world**. New Haven: Yale University Press, 2001.

BRAMBILLA, A. **Roma**, 1493. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/File:Roma1493.png>>. Acesso em: 4 mar. 2021

BRASIL. Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904a.

BRASIL. Decreto nº 5.188, de 7 de Abril de 1904. Decreto nº 5.188, de 7 de Abril de 1904b.

BRAUN, G.; HOGENBERG, F. Olissippo quae nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitaniae, ad Tagum: totiq Orientis, et multarum Insularum Africaeque et Americae emporium nobilissimum. In: **Civitate Orbis Terrarum**. Coloniae Agrippinae, 1598.

BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). **Style in language**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1960. p. 253–276.

BRUGNARA, G. DE A. **A cultura vem a pé: práticas espaciais na Alta Amazônia**. Tese de Doutorado—São Paulo: USP, 2018.

CARDOSO, P. S. **A Lithos edições de arte e as transições de uso das técnicas de reprodução de imagens**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Brazil: PUCRJ, 21 fev. 2008.

CARDOSO, R. O início do design de livros no Brasil. In: DENIS, R. C. (Ed.). **O design brasileiro, antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: CosacNaify, 2005. p. 160–196.

CARVAJAL, G. DE; ROJAS, A. DE; ACUÑA, C. DE. **Descobrimientos do Rio das Amazonas**. Tradução: C. Melo-Leitão. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

CASSIRER, E. **A filosofia do iluminismo**. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CASTELO BRANCO, J. M. B. Caminhos do Acre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 196, 1947.

CASTELO BRANCO, J. M. B. O gentio acreano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 207, p. 3–78, 1950.

CASTELO BRANCO, J. M. B. Peruanos na região acreana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 244, p. 135–216, 1959.

CASTELO BRANCO, J. M. B. **O Juruá federal**. Brasília: Senado Federal, 2005.

CASTRO, E. M. R. DE. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. M. R. DE (Ed.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 11–40.

CASTRO, G. DE. **O estado independente do Acre e J. Plácido de Castro: excertos históricos**. Brasília: Senado Federal, 2005. v. 56

CASTRO, P. DE. **Carta geographica do Territorio do Acre**. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1907.

CHANDLESS, W. Notes of a Journey up the River Juruá. **The Journal of the Royal Geographical Society of London**, v. 39, p. 296–311, 1869.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador : conversações com Jean Lebrun**. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa Moraes. São Paulo: UNESP : Imprensa Oficial, 1999.

CLEMENT, C. R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 282, n. 1812, p. 20150813, 7 ago. 2015.

COCHADO, A. V. **Discrição dos Rios Para Curupa e Amazonas**, 1623.

CONDAMINE, C.-M. DE L. **Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas**. Texto. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1045>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

Cornija. Dicionário Priberam, 2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/cornija>>. Acesso em: 6 maio. 2021

COSTA, C. **A Conquista do Deserto Ocidental**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.

COSTA, A. L. R. M. F. DA; AMORIM, L. M. DO E. Acre, história e arquitetura. **Vitruvius. Arqtextos**, n. 083.06, 2007.

CRUZEIRO DO SUL; UFAC. **Álbum: a cidade de Cruzeiro do Sul – revisitando o Juruá**. Cruzeiro do Sul, 1994.

CUNHA, E. DA. **Esboço da região litigiosa Perú-Boliviana**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

CUNHA, E. DA. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, 2000.

CUNHA, M. C. DA (ED.). **Tastevin, Parrissier: fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, FUNAI, 2009.

DAOU, A. M. **A Belle Epoque amazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Edições ALVA : CIORD, 1998.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Circular nº 4, de 12 de dezembro de 1905a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Decreto nº 24, de 28 de dezembro de 1905 b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. **Planta da cidade do Cruzeiro do Sul com os levantamentos dos rios Juruá e Mõa nas proximidades da mesma cidade**, 1906a. Disponível em: <Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart172565/cart172565.jpg>. Acesso em: 12 ago. 2020

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Decreto nº 29, de 7 de abril de 1906 b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Limpeza das ruas, 1906c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Prefeitura do Alto Juruá. 1906d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Decreto nº 34, de 31 de maio de 1906e. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Decreto nº 35, de 11 de junho de 1906f. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Tabella A: Do numero e dos vencimentos dos funcionarios e mais empregados. **O Cruzeiro do Sul**: Órgão do Departamento do Alto Juruá, p. 4, 1906g. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. Decreto nº 30, de 21 de abril de 1906. **p. 158**. 1906 h. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

DIDERO, C. **Sacra di San Michele**, 25 ago. 2015. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:La_Sacra_ripresa_da_un_ultraleggero_1.JPG>. Acesso em: 4 mar. 2021

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, A. III Colóquio Expressão Múltipla : teoria e prática do Desenho. In: **Lições da técnica a carvão: fototipias de desenhos de Auguste Allongé na Coleção de Litografia antiga da FBAUL**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes, 2020. p. 7–15.

FARIA, J. C. DE S. E. **Plantas da Praça de N^a S^a dos Prazeres**, 1774. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543427/cart543427.jpg>. Acesso em: 4 mar. 2021

FERREIRA, O. DA C. **Imagem e letra**: introdução à bibliologia brasileira : a imagem gravada. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 1994.

FIDANZA, F. A. **Album do Amazonas: 1901-1902**. Governo do Amazonas, 1903. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon112475/icon112475.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021

FIGUEIREDO, J. B. N. DE. **Departamento do Alto Juruá**: mappa organizado de ordem do prefeito coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

FOUCAULT, M. **The archaeology of knowledge**. New York, NY: Pantheon Books, 1982.

FRANTZ, R. A. **Upper part of an equestrian Kouros**, Acropolis Museum, Athens, 2006. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:003MA_Equestrian_Kouros_\(2\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:003MA_Equestrian_Kouros_(2).jpg)>. Acesso em: 4 mar. 2021

FREIRE, J. R. B. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. 2a edição ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

FURTADO, F. X. DE M. **Planta geometrica da cidade de Belém do Gram Pará**, 1753. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325149/cart325149.jpg>. Acesso em: 6 mar. 2021

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GALILEI, G. **Opere di Galileo Galilei**. Italia, 1632. v. 2

GASCOIGNE, B. **How to identify prints**: a complete guide to manual and mechanical processes from woodcut to inkjet. 2. ed. New York: Thames & Hudson, 2004.

GOODALL, E. **Cottonopolis**, 1852. Disponível em: <<http://www.goodallartists.ca/images/manchester-from-kersal-moor-wyld-.jpg>>. Acesso em: 5 mar. 2021

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. New ways of meaning. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (Eds.). . **The ecolinguistics reader**: language, ecology, and environment. London ; New York: Continuum, 2001.

HALLIDAY, M. A. K.; MARTIN, J. R. **Writing Science**: Literacy and Discursive Power. London: Taylor & Francis, 2005.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3 ed. London : New York: Arnold ; Distributed in the United States of America by Oxford University Press, 2004.

HARDENBURG, W. E. **The Putumayo: the devil's paradise**. Travels in the peruvian amazon region and an account of the atrocities committed upon the indians therein. London: T. Fischer Unwin, 1912.

HAVERFIELD, F. **Ancient town-planning**. London: Oxford, 1913.

HECKENBERGER, M. **The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000**. New York: Routledge, 2005.

HODGE, B.; KRESS, G. R. **Social semiotics**. 3. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

HOELLE, J. **Rainforest cowboys: the rise of ranching and cattle culture in western Amazonia**. Austin: University of Texas Press, 2015.

HOLANDA, S. B. DE. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 5. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1992.

HOLANDA, S. B. DE. **O Brasil monárquico: do Império à República**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. v. 5

HUNTER, D. **Papermaking: the history and technique of an ancient craft**. New York: Dover Publications, 1978.

IGLESIAS, M. M. P. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no AltoJuruá**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2010.

KIELING, A.; SILVA-ANTUNES, P. T. DA. Análise Dialógica do Discurso. In: ALBUQUERQUE, G. R. DE; PACHECO, A. S. (Eds.). **Uwa'Kürü – Dicionário Analítico**. Rio Branco: Nepan Editora, 2020. v. 5p. 9–16.

KOSTOF, S.; CASTILLO, G. **The city assembled: the elements of urban form through history**. New York, NY: Thames & Hudson, 2005.

KOSTOF, S.; TOBIAS, R. **The city shaped: urban patterns and meanings through history**. London: Thames and Hudson, 2017.

KRESS, G. Multimodal discourse analysis. In: GEE, J. P.; HANDFORD, M. (Eds.). **The Routledge Handbook of Discourse Analysis**. Routledge handbooks in applied linguistics. London ; New York: Routledge, 2012. p. 35–50.

KRESS, G.; LEEUWEN, T. VAN. **Multimodal discourse**: the modes and media of contemporary communication. London: Arnold, 2001.

KRESS, G. R. **Multimodality**: a social semiotic approach to contemporary communication. London ; New York: Routledge, 2010.

KRESS, G. R.; LEEUWEN, T. VAN. **Reading images**: the grammar of visual design. 2. ed., reprinted ed. London: Routledge, 2010.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Tradução: Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1990.

LEVIS, C. et al. How People Domesticated Amazonian Forests. **Frontiers in Ecology and Evolution**, v. 5, p. 171, 17 jan. 2018.

LIMA, R. C. DE. **Na Amazônia Ocidental**: a cidade-sede do Alto Juruá revelada. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2015.

LIMA, R. F. DE. Seringaes á venda. **O Cruzeiro do Sul**: Órgão do Departamento do Alto Juruá, p. 4, 1906.

LOVATI, S. **English: Pointing to him, agreeing on him.**, 23 mar. 2008. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Agreeing_on_him.jpg>. Acesso em: 15 ago. 2020

LOWY, M.; SAYRE, R. **Romanticism against the tide of modernity**. London: Duke University Press, 2001.

MARTINI, A. **Tecendo limites no Alto Rio Juruá**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Eds.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 81–150.

MASÔ, J. A. **Territorio do Acre**, 1917.

MATIAS DE ALMEIDA, A. **Entrevista concedida a Leonardo Honorato Santos**, 3 maio 2021.

MCKUSICK, J. C. Nature. In: FERBER, M. (Ed.). **A companion to European romanticism**. Blackwell companions to literature and culture. Malden, Mass: Blackwell Pub, 2005.

MCLUHAN, M.; FIORE, Q. **The medium is the message**: an inventory of effects. Berkeley, CA: Gingko Press, 1967.

MENDONÇA, B. **Reconhecimento do rio Juruá**. Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989.

MINAS GERAIS. **Planta geral da cidade de Minas**, 1895. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b0/Planta_BH.jpg>. Acesso em: 29 ago. 2020

MOREIRA, L. V. S. Formação do espaço social suburbano no Rio de Janeiro do início do século XX nas páginas do jornal O Subúrbio. **Revista Confluências Culturais**, v. 2, n. 2, p. 43–55, 2013.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Eds.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 37–80.

MUMFORD, L. **The city in history: its origins, its transformations, and its prospects**. New York: Harcourt, Brace & World, 1961.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa etno-histórico do Brazil e regiões adjacentes**, 1943.

NOGUEIRA, E. **Fotografia de Cruzeiro do Sul – AC**. Acervo pessoal, s.d.

NOGUEIRA, E. **Foto de indígenas**. Acervo pessoal, s.d.

NUNES, B. F. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E. M. R. DE (Ed.). **Cidades na floresta**. São Paulo, SP, Brasil: Annablume, 2009. p. 41–58.

O CRUZEIRO DO SUL. A iluminação. **O Cruzeiro do Sul: Órgão do Departamento do Alto Juruá**, p. 4, 1906. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

O CRUZEIRO DO SUL. A maledicencia do despeito. **O Cruzeiro do Sul: Órgão do Departamento do Alto Juruá**, p. 4, 1907. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

PALMER, A. L. **Historical dictionary of architecture**. Lanham, Md: Scarecrow Press, 2008.

PAXECO, F. Um homem de caracter. **O Cruzeiro do Sul: Órgão do Departamento do Alto Juruá**, p. 4, 1906. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

PEIRCE, C. S. **Collected papers**. 5. ed. Cambridge, Mass: Belknap Press, 1985.

PIZARRO, A. **Amazônia**: as vozes do rio; imaginário e modernização. Tradução: Rômulo Monte Alto; Tradução: Sebastián Sepúlveda. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

PLATÃO. **Fedro**. Tradução: Maria Cecília Gomes Dos Reis. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

RANGEL, A. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 5. ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

REZENDE, L. L. A circulação de imagens no Brasil oitocentista: uma história com marca registrada. In: DENIS, R. C. (Ed.). **O design brasileiro, antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: CosacNaify, 2005. p. 20–59.

RIBAS, J. M. **Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manaus**, 1896.

RIBEIRO, J. P. **Planta topografica da cidade de Lisboa**, 1949.

RIO BRANCO, J. M. DA S. P. J. **Obras do Barão do Rio Branco V**: questões de limites, exposição de motivos. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

ROSENBLUM, N. **A world history of photography**. 3. ed. New York: Abbeville Press, 1997.

RUSSELL, B. **História da Filosofia Ocidental**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SALGADO, S. DA S. **Relatorio de Serafim da Silva Salgado sobre a exploração do Rio Purús**. Amazonas: Typ: de M. S. Ramos, 1853.

SAMARITANA, L. **O Cruzeiro do Sul**: Órgão do Departamento do Alto Juruá, 1 ed. p. 4, 1916. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

SANTOS, R. A. DE O. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

SAUSSURE, F. DE. **Curso de lingüística geral**. Tradução: Antônio Chelini; Tradução: José Paulo Paes; Tradução: Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2007.

SCHWEBEL, J. A. **Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldea de Mariua no Rio-Negro**, 1756.

SCOTT, W. B. **Iron and Coal**, 1855. Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:William_Bell_Scott_-_Iron_and_Coal.jpg>.
Acesso em: 5 mar. 2021

SENEFELDER, A. **The invention of lithography**. New York: Fuchs & Lang, 1911.

SISSON, S. A.; FROND, V. **Família Imperial do Brasil**, 1860. Disponível em:
<[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Victor_Frond_\(gravado_por_S%C3%A9bastien_Auguste_Sisson\)_-_Fam%C3%ADlia_Imperial_do_Brasil,_1860.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Victor_Frond_(gravado_por_S%C3%A9bastien_Auguste_Sisson)_-_Fam%C3%ADlia_Imperial_do_Brasil,_1860.jpg)>.
Acesso em: 3 maio. 2021

SMITH, A. **Os conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo**. Tradução: Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Best Seller, 1990.

SOUZA, R. G. DE. **Fábulas da modernidade no acre: A utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920**. Dissertação de Mestrado—Recife: UFPE, 2002.

SOUZA, M. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SPIX, J. B. VON; MARTIUS, K. F. P. VON. **Viagem pelo Brasil**. 1817.

STAROBINSKI, J. **Jean-Jacques Rousseau, transparency and obstruction**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

SYRIA, C. **O Cruzeiro do Sul: Órgão do Departamento do Alto Juruá**, 1 ed. p. 4, 1916. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

TOCANTIS, L. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961a. v. 1

TOCANTIS, L. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961b. v. 2

TOCANTIS, L. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961c. v. 3

TOLPOLAR, M. **Entrevista concedida a Leonardo Honorato Santos**, 3 maio 2021.

TSUI, M. W.-. **Dolly death mask**, 2009. Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dolly_death_mask.jpg>. Acesso em: 5 mar. 2021

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.

VIELE, E. **Sanitary & Topographical Map of the City and Island of New York**, 1865. Disponível em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a3/Viele_Map_1865.jpg>. Acesso em: 15 mar. 2021

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115–144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, v. 14, n. 18, p. 225–254, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **Encontros**: Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro, RJ: Beco do Azougue Editorial, 2007.

WILLIAMS, R. **Keywords**: a vocabulary of culture and society. London: Fontana, 1976.

WRIGHT, J. **A Philosopher Lecturing on the Orrery**, 1766. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=A_Philosopher_Lecturing_on_the_Orrery&oldid=52772408>. Acesso em: 11 abr. 2021

ZYGOMATIC. **Nuvem de palavras**, 2021. Disponível em: <<https://www.wordclouds.com/>>. Acesso em: 5 jun. 2021